



UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

GABRIELA DE ANDRADE MONTEIRO

**FRAGMENTOS DE UMA ARQUEOLOGIA DOS SABERES: Interfaces
decoloniais entre pesquisa, formação e ensino superior em Arqueologia no
Piauí**

SÃO RAIMUNDO NONATO

2023

GABRIELA DE ANDRADE MONTEIRO

**FRAGMENTOS DE UMA ARQUEOLOGIA DOS SABERES: Interfaces
decoloniais entre pesquisa, formação e ensino superior em Arqueologia no
Piauí**

Dissertação apresentada à Universidade
Federal do Vale do São
Francisco – UNIVASF, Campus Serra da
Cativara, como requisito para
obtenção do título de mestre em Arqueologia.

Orientador: Prof. Dr. Leandro Elias Canaan
Mageste

SÃO RAIMUNDO NONATO

2023

Monteiro, Gabriela de Andrade

M775f Fragmentos de uma arqueologia dos saberes: interfaces decoloniais entre pesquisa, formação e ensino superior em arqueologia no Piauí / Gabriela de Andrade Monteiro. – São Raimundo Nonato - PI, 2023.

211 f.: il.

Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Universidade Federal do Vale do São Francisco, Campus Serra da Capivara, São Raimundo Nonato, 2023.

Orientador: Prof. Dr. Leandro Elias Canaan Mageste.

1. Arqueologia social. 2. Ensino de arqueologia. 3. Análise do discurso. 4. Pensamento decolonial - arqueologia. I. Mageste, Leandro Elias Canaan. II. Título. III. Universidade Federal do Vale do São Francisco.

CDD 930.1



UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
Programa de Pós-Graduação em Arqueologia Rua
João Ferreira dos Santos, s/nº, Campestre
CEP 64770-000 - São Raimundo Nonato/PI, Brasil. Telefone (89) 35829750
<https://portais.univasf.edu.br/pparque/> E-mail: cpgarque@univasf.edu.br

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA

Defesa Nº 19

Ata da Sessão Pública, de exame de Defesa de Dissertação, como requisito para obtenção do título de Mestre em Arqueologia, Área de Concentração em Arqueologia e Preservação Patrimonial.

Aos vinte e cinco dias do mês de setembro de dois mil e vinte e três, às 18:00 hs, via plataforma remota *Streamyard*, reuniu-se a Banca Examinadora designada pelo Colegiado de Pós-Graduação em Arqueologia, composta pelos membros: Professor Dr. Leandro Elias Canaan Mageste (PPArque-UNIVASF) – (Orientador e Presidente da Banca); Prof. Dr. Alencar de Miranda Amaral (PPArque UNIVASF); Prof. Dr. Bruno Vitor de Farias Vieira (PPArque UNIVASF); Profa. Dra. Maria Conceição Soares Meneses Lage – (UFPI), com a finalidade de julgar o trabalho da discente Gabriela de Andrade Monteiro, intitulado “FRAGMENTOS DE UMA ARQUEOLOGIA DOS SABERES: Interfaces decoloniais entre pesquisa, formação e ensino superior em Arqueologia no Piauí”, para obtenção do título de Mestre em Arqueologia. O desenvolvimento das atividades seguiu o roteiro de sessão de Defesa Pública estabelecido pelo Presidente da banca, o qual realizou a abertura e posterior condução e encerramento da sessão solene. Após analisarem o trabalho e arguírem o (a) discente, os membros da Banca Examinadora deliberaram pelo conceito APROVADO da discente, habilitando-a ao título de Mestre em Arqueologia, na Área de Concentração em Arqueologia e Preservação Patrimonial, conforme o regimento interno do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Univasf. A candidata deverá apresentar o trabalho em sua redação definitiva, sob pena de não expedição do Diploma, devendo o mesmo assinar o Termo de Compromisso anexo, que passa a fazer parte integrante deste documento. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ATA que vai assinada pelos membros da Banca Examinadora.

São Raimundo Nonato-PI, 25 de setembro de 2023.

Membros da Banca	Assinaturas
Dr. Leandro Elias Canaan Mageste (orientador presidente da Banca)	Documento assinado digitalmente  LEANDRO ELIAS CANAAN MAGESTE Data: 05/10/2023 15:40:51-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br
Dr. Alencar de Miranda Amaral	Documento assinado digitalmente  ALENCAR DE MIRANDA AMARAL Data: 06/10/2023 09:09:12-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br
Prof. Dr. Bruno Vitor de Farias Vieira	Documento assinado digitalmente  BRUNO VITOR DE FARIAS VIEIRA Data: 06/10/2023 09:15:42-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br
Profa. Dra. Maria Conceição Soares Meneses Lage	Documento assinado digitalmente  MARIA CONCEICAO SOARES MENESES LAGE Data: 06/10/2023 09:38:09-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br

*Participação a distância – síncrona remota

AGRADECIMENTOS

À minha companheira de vida, de trabalhos, de estudos, de tudo, Dayse, com a qual tenho construído uma vida de muito amor, felicidade, parceria, união e colaboração. Obrigada por sempre estar ao meu lado, em todos os momentos, me dando força, muito amor e gaitadas.

Aos meus pais e à toda a minha família, seja ela de sangue ou não, à família de minha companheira, que também é minha, por todo o amor, carinho e apoio que sempre me é dado, mesmo com a distância geográfica.

Aos meus novos e velhos amigos, que a pandemia e as correrias da vida afastaram, mas que sempre se fazem presentes, mesmo que de forma *online*.

Aos amigos e colegas de trabalho que a Arqueologia trouxe e traz, pelos ensinamentos e trocas de experiências.

À Univasf, aos docentes, discentes e técnicos do curso de Arqueologia, em especial ao meu orientador Leandro Mageste, por todo o apoio, paciência, ajuda, troca de ideias e de conhecimentos e incentivo em todas as fases do mestrado, e até antes.

À turma de 2021.1, pelo companheirismo, pelas vivências e saberes compartilhados de forma tão sensível mesmo em um ambiente *online*.

Aos professores Alencar Amaral, Mauro Fontes e Luciane Oliveira, que contribuíram significativamente para a pesquisa com sugestões, críticas e textos. À Mauro, pela entrevista e fornecimento de informações e fotografias, que me ajudaram a fechar as lacunas do trabalho.

À equipe do curso de Arqueologia da UFPI, pelas informações disponibilizadas para a minha pesquisa, especialmente à professora Conceição Lage, pela entrevista, que me trouxe dados novos e substanciais para a pesquisa.

Aos formados nas graduações em Arqueologia da Univasf e da UFPI, que mesmo não conhecendo a maioria deles, pude me identificar e dialogar com suas ideias através de suas monografias, que foram o meu principal objeto de estudo.

Ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pelo reajuste das bolsas de pesquisa e por sempre estimular e facilitar o acesso à educação.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

RESUMO

Nesta pesquisa, usufrui conjuntamente do pensamento decolonial e da metodologia de Análise do Discurso Crítica (ADC), para revelar formas de produção arqueológicas preocupadas com questões sociais e políticas, para além de um modelo puramente técnico e cientificista, o que denominei como Arqueologia Social e Indisciplinada. Adotei como objetos de estudo os cursos de graduação em Arqueologia da Universidade Federal do Piauí (UFPI) e, com maior ênfase, o da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), situados no estado do Piauí, região de alto potencial arqueológico, além de ter sido formadora de docentes e pesquisadores que hoje pesquisam e lecionam em universidades por todo o país. Com o recorte nessas duas graduações, analisei como as perspectivas trazidas por discentes e docentes, desde a criação e expansão das políticas de acesso ao Ensino Superior (ES), vêm modificando a disciplina arqueológica e contribuindo para uma Arqueologia mais social, politizada e indisciplinada, com base nas temáticas dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's). Para isso, foram coletados e analisados os seguintes dados: conceitos e exemplos práticos do Brasil e do mundo da aplicação das teorias decoloniais no ES e especificamente na Arqueologia; história do ES no Brasil; histórico de criação dos cursos de Arqueologia no país; histórico de criação dos cursos da Univasf e da UFPI; perfil dos docentes; ações afirmativas; e TCC's. Com isso, percebi uma crescente onda de produções arqueológicas feitas sobre e com comunidades vivas, e que, muitas vezes, se afastam desse modelo de produção e difusão de conhecimento eurocêntrico e colonial, que dominam as Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras. A partir da reunião e análise desses dados, acredito que esta pesquisa contribuiu para uma revisão crítica e decolonial, bem como para a escrita de uma história mais recente sobre o ensino da Arqueologia no Brasil, sobretudo no estado do Piauí.

Palavras-chave: Ensino de Arqueologia. Graduação. Teorias arqueológicas. Piauí. Crítica decolonial. Análise do Discurso Crítica.

ABSTRACT

In this research, I jointly use decolonial thinking and the Critical Discourse Analysis (CDA) methodology to reveal forms of archaeological production concerned with social and political issues, in addition to a purely technical and scientific model, which I call Social and Political Archeology. Undisciplined. I adopted as study objects the undergraduate courses in Archeology at the Federal University of Piauí (UFPI) and, with greater emphasis, that of the Federal University of Vale do São Francisco (Univasf), located in the state of Piauí, a region with high devastated potential, in addition to having trained teachers and researchers who today research and teach at universities across the country. Focusing on these two degrees, I analyzed how the perspectives brought by students and teachers, since the creation and expansion of access policies to Higher Education (HE), have been modifying the archaeological discipline and added to a more social, politicized and undisciplined Archaeology, based on the themes of the Course Completion Works (TCC's). For this, data were collected and analyzed: concepts and practical examples from Brazil and the world of the application of decolonial theories in ES and specifically in Archeology; history of ES in Brazil; history of creation of Archeology courses in the country; history of creation of Univasf and UFPI courses; profile of teachers; affirmative actions; and TCCs. As a result, we noticed a growing wave of archaeological productions made about and with living communities, which often moved away from this model of production and diffusion of Eurocentric and colonial knowledge, which dominates Brazilian Higher Education Institutions (HEIs). From the gathering and analysis of this data, I believe that this research contributed to a critical and decolonial review, as well as to the writing of a more recent history about the teaching of Archeology in Brazil, especially in the state of Piauí.

Keywords: Archeology Teaching. Graduation. Archaeological theories. Piauí. Decolonial critique. Critical Discourse Analysis.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Obra intitulada “El norte es el sur”	23
Figura 2 - Modelo tridimensional do discurso proposto por Fairclough	37
Figura 3 - Dra. Niède Guidon em pesquisa na área do PARNA Serra da Capivara – PI	81
Figura 4 - Centro de pesquisas precursor da FUMDHAM, São Raimundo Nonato – PI	83
Figura 5 - Museu do Homem Americano da FUMDHAM, São Raimundo Nonato – PI	84
Figura 6 - Laboratório da FUMDHAM, São Raimundo Nonato – PI	84
Figura 7 - Mapa de localização dos cursos de Arqueologia do Piauí	86
Figura 8 - À esquerda escavação do Sítio Toca da Invenção, no Parna Serra da Capivara, pelos estudantes do curso da Univasf, à direita aula prática de campo no curso da UFPI	87
Figura 9 - Matriz Curricular do curso de Arqueologia da Univasf em 2021	89
Figura 10 - Em sentido horário, auditório, sala de aula, construção da primeira sala de aula e sala dos professores, nas dependências da FUMDHAM	90
Figura 11 - Aulas ocorrendo de forma improvisada no auditório e nas dependências da FUMDHAM, à esquerda professor Celito Kesting e à direita professora Daniela Cisneiros lecionando	91
Figura 12 - Em sentido horário, professores Guilherme Medeiros, Celito Kesting e Mauro Fontes na sala dos professores improvisada nas dependências da FUMDHAM	95
Figura 13 - Dra. Conceição Lage, fundadora do curso de Arqueologia da UFPI	102
Figura 14 - Primeira turma de graduação em Arqueologia da UFPI	104
Figura 15 - Museu de Arqueologia e Paleontologia (MAP) da UFPI, Teresina	107

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Variáveis analisadas na pesquisa	40
Quadro 2 - Variáveis que compõem a nossa Análise do Discurso Crítica	42
Quadro 3 - Matriz Curricular da UFPI em 2020	105

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Naturalidade dos discentes em Arqueologia da Univasf entre 2010 e 2019	101
Gráfico 2 - Ações afirmativas utilizadas pelos ingressantes em Arqueologia da Univasf entre 2013 e 2019	99
Gráfico 3 - Monografias disponíveis no repositório da Univasf entre 2009 e 2022	100
Gráfico 4 - Naturalidade dos discentes em Arqueologia da UFPI entre 2013 e 2022	112
Gráfico 5 - Ações afirmativas utilizadas pelos ingressantes em Arqueologia da UFPI entre 2013 e 2022	113
Gráfico 6 - Monografias disponíveis no repositório da UFPI entre 2011 e 2021	114

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Dados coletados sobre os docentes fundadores e/ou egressos da Univasf	94
Tabela 2 - Dados coletados sobre os atuais docentes da Univasf	96
Tabela 3 - Dados coletados sobre os docentes pioneiros e/ou egressos da UFPI	108
Tabela 4 - Dados coletados sobre os atuais docentes da UFPI	109
Tabela 5 - Monografias da Univasf com predominância de outras áreas do conhecimento	119
Tabela 6 - Monografias da Univasf que mencionam o PET-Arqueologia	120
Tabela 7 - Monografias da Univasf produzidas por pessoas pertencentes às comunidades estudadas	121
Tabela 8 - Monografias com contribuição para o reconhecimento de uma determinada comunidade	122
Tabela 9 - Monografias da UFPI que citam projetos de extensão	123
Tabela 10 - Monografias da UFPI que foram citadas e/ou divulgadas em eventos científicos	124
Tabela 11 - Monografias da UFPI em formato de artigo científico	124
Tabela 12 - Monografias da UFPI com contribuição social	125

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	Análise do Discurso
ADC	Análise do Discurso Crítica
APCN	Aplicativo para Propostas de Cursos Novos
ASLA	Arqueologia Social Latino-Americana
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior
CCHL	Centro de Ciências Humanas e Letras
CCN	Centro de Ciências na Natureza
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DGH	Departamento de Geografia e História
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EPA	Grupo de Educação para o Patrimônio
ES	Ensino Superior
EXPANDIR	Programa de Expansão da Educação Superior Pública
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
Finep	Financiadora de Estudos e Projetos
FUMDHAM	Fundação Museu do Homem Americano
FURG	Fundação Universidade do Rio Grande
GEPAR	Grupo de Educação para o Patrimônio e Arqueologia
IES	Instituição de Ensino Superior
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LAPA	Laboratório de Arqueologia e Preservação Patrimonial
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MAP	Museu de Arqueologia e Paleontologia
MEC	Ministério da Educação
NAP	Núcleo de Antropologia Pré-Histórica
NEHG	Núcleo de Estudos Históricos-Geográficos
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PARNA	Parque Nacional
PET-Arqueologia	Programa de Educação Tutorial em Arqueologia
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil

PNE	Plano Nacional de Educação
PParque	Programa de Pós-graduação em Arqueologia
PPC	Projeto Pedagógico do Curso
PPG	Programa de Pós-Graduação
PPGAARq	Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia da UFPI
Pronapa	Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas
ProUni	Programa Universidade para Todos
PUCGoiás	Universidade Católica de Goiás
PUCRS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Reuni	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SISU	Sistema de Seleção Unificada
SIC	Serviço de Informações ao Cidadão
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UDF	Universidade do Distrito Federal
UEA	Universidade do Estado do Amazonas
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFOPA	Universidade Federal do Oeste do Pará
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPeI	Universidade Federal de Pelotas
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UFRG	Fundação Universidade do Rio Grande
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFS	Universidade Federal de Sergipe
Uneb	Universidade do Estado da Bahia
UNESA	Universidade Estácio de Sá
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
Unimes	Universidade Metropolitana de Santos

UNIR	Universidade Federal de Rondônia
Univasf	Universidade Federal do Vale do São Francisco
URCA	Universidade Regional do Cariri
URJ	Universidade do Rio de Janeiro
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	REVELANDO AS COLONIALIDADES E DECOLONIALIDADES DO PENSAMENTO ARQUEOLÓGICO	21
2.1	INTRODUZINDO AS TEORIAS DECOLONIAIS	21
2.2	ALGUMAS EXPRESSÕES DO PENSAMENTO DECOLONIAL BRASILEIRO	27
2.3	REPERCUSSÕES DECOLONIAIS NA ARQUEOLOGIA	29
2.4	A ANÁLISE DO DISCURSO COMO METODOLOGIA DECOLONIAL	35
3	UNIVERSIDADE, ARQUEOLOGIA E DECOLONIALIDADE	45
3.1	O ENSINO SUPERIOR: HISTÓRICO, OBJETIVOS E MODIFICAÇÕES	45
3.1.1	As primeiras universidades e os modelos tradicionais de ensino	45
3.1.2	A criação das universidades brasileiras	47
3.1.3	Um retrato do Ensino Superior no Nordeste	57
3.2	PROVOCAÇÕES EM DIREÇÃO À DECOLONIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR	63
3.3	A TEMÁTICA DO ENSINO DE ARQUEOLOGIA EM EVIDÊNCIA	65
4	A HISTÓRIA DA ARQUEOLOGIA NO PIAUÍ: PESQUISA, FORMAÇÃO E ENSINO	72
4.1	A CRIAÇÃO DOS CURSOS DE ARQUEOLOGIA NO BRASIL	72
4.2	OS PRIMEIROS ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS NO PIAUÍ	80
4.3	A GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA DA UNIVASF	88
4.3.1	O histórico e o Projeto Pedagógico do Curso	88
4.3.2	Os docentes	94
4.3.3	Os discentes	98
4.3.4	As monografias	100
4.4	A GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA DA UFPI	101
4.4.1	O histórico e o Projeto Pedagógico do Curso	101
4.4.2	Os docentes	107
4.4.3	Os discentes	111
4.4.4	As monografias	114
4.5	ENCONTROS E DESENCONTROS ENTRE UNIVASF E UFPI	115

5	AS ARQUEOLOGIAS SOCIAIS E INDISCIPLINADAS NO PIAUÍ: UMA ANÁLISE DO DISCURSO CRÍTICA	118
5.1	ARQUEOLOGIAS SOCIAIS E INDISCIPLINADAS NA UNIVASF	118
5.1.1	Prática textual	118
5.1.2	Prática discursiva	119
5.1.3	Prática social e ideologia: as desobediências epistêmicas da Arqueologia	120
5.2	ARQUEOLOGIAS SOCIAIS E INDISCIPLINADAS NA UFPI	122
5.2.1	Prática textual	122
5.2.2	Prática discursiva	123
5.2.3	Prática social e ideologia: as desobediências epistêmicas da Arqueologia	125
5.3	UMA ANÁLISE CONJUNTA SOBRE OS CURSOS DE ARQUEOLOGIA DO PIAUÍ	126
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	130
	REFERÊNCIAS	133
	ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) DE MAURO FONTES	151
	ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) DE CONCEIÇÃO LAGE	152
	APÊNDICE A – ENTREVISTA COM O PROFESSOR MAURO FONTES	153
	APÊNDICE B – ENTREVISTA COM A PROFESSORA CONCEIÇÃO LAGE	167
	APÊNDICE C – TABELA DAS MONOGRAFIAS DA UNIVASF	173
	APÊNDICE D – TABELA DAS MONOGRAFIAS DA UFPI	181
	APÊNDICE E – ADC DA UNIVASF	189
	APÊNDICE F – ADC DA UFPI	207

1 INTRODUÇÃO

O meu objetivo principal neste trabalho é evidenciar e entender as transformações nas formas de fazer e ensinar a Arqueologia, com foco no contexto acadêmico da Universidade Federal do Vale do São Francisco (doravante, Univasf) e, para fins comparativos, o cenário da Universidade Federal do Piauí (doravante, UFPI). Nessas instituições públicas estão localizados os cursos de graduação em Arqueologia do estado, sendo o primeiro na região do semiárido piauiense, em São Raimundo Nonato, inaugurado em 2004; e o segundo na capital, Teresina, implantado em 2007. Procurei entender parte da construção da Arqueologia no Piauí, considerando o funcionamento dos cursos, a partir de marcadores como: o perfil docente e discente, o histórico de criação das graduações, os temas de pesquisa e referenciais teóricos e metodológicos elaborados, em consonância com a própria história do Ensino Superior (doravante, ES) em Arqueologia no país, sob a ótica da crítica decolonial.

A perspectiva teórica decolonial apresenta como um dos seus objetivos, a reflexão sobre os processos de produção de conhecimento e seus efeitos políticos no mundo. Isto é, considera as relações de dominação, constrangimentos e negociações que demarcam as realidades configuradas, historicamente, por diversas formas de colonização, com consequências e tecnologias que persistem na contemporaneidade (QUIJANO, 2005). Desse modo, por meio dessa perspectiva, pretendo contribuir para a escrita de uma história mais recente da Arqueologia no Piauí, explicitando seus vieses teóricos, metodológicos e políticos, bem como ressaltar o papel dos discentes e docentes na produção de epistemologias.

Para começo de conversa, devo mencionar que o Piauí se conecta com a história da Arqueologia Brasileira. Em meados da década de 1950, o arqueólogo Paulo Duarte, humanista responsável por introduzir a Arqueologia universitária no Brasil, incentivou a vinda de pesquisadores estrangeiros, sobretudo franceses. Desse modo, a Arqueologia foi implementada nas universidades sob o modelo francês, baseado em divisões rígidas entre pré-história e história, com foco em ocupações mais remotas, à semelhança dos estudos que envolviam o paleolítico francês, não condizente com a realidade brasileira (BARRETO, 1999). O movimento liderado por Paulo Duarte além de contribuir para a história da Arqueologia do Piauí, também estimulou a vinda dos arqueólogos que formaram a Missão Franco-Brasileira, a qual impulsionou as pesquisas sobre a arte rupestre no país, fornecendo as bases teóricas e metodológicas para os estudos da pesquisadora Dra. Niède Guidon no Piauí, bem como a constituição de um enclave arqueológico com relevância internacional (OLIVEIRA, 2014).

Consoante ao exposto, tentei evidenciar os acordos, contradições e assimetrias trazidas com esse processo de criação e estabelecimento dos cursos de Arqueologia nas universidades públicas, em consonância com a expansão das universidades no Brasil. Para isso, se faz fundamental considerar o contexto histórico no qual as universidades são criadas, marcado por discursos desenvolvimentistas do século XX e XXI, constituindo-se em um espaço tradicionalmente reservado para um público restrito, geralmente localizado entre as classes mais abastadas e não racializadas (GONZALEZ, 2020). Nesse sentido, existem condições históricas que favoreceram um tipo de conhecimento especializado, apto para atender aos interesses do mercado e fundamentado em perspectivas eurocêntricas (ZITKOSKI; GENRO; CAREGNATO, 2015).

Diante deste cenário, considerando o histórico que marca a Arqueologia no Piauí até esse momento/recorte mais recente, sou movida pelos seguintes questionamentos: quais sentidos de Arqueologia estão sendo produzidos nesses contextos, em termos de teorias, métodos e posicionamentos políticos explicitamente adotados? As transformações históricas que aconteceram em uma estrutura de produção de conhecimento tão excludente como a universidade, refletiram-se nas práticas arqueológicas adotadas nesses centros? Como isso se expressa em termos de teorias e métodos adotados? A expansão do ES culminou de fato em processos mais democráticos de produção de conhecimento, considerando as transformações no perfil de cursos, discentes e docentes?

Como possíveis respostas às perguntas acima, observamos pesquisas atuais e críticas sobre a temática do ensino de Arqueologia no Brasil feitas por Mesquita (2015), Silva (2016), Gaspar *et al* (2020), Monteiro (2020) e Mageste e Amaral (2022), que vislumbram no contexto universitário cenários propícios para a produção de arqueologias plurais, com problematizações políticas explícitas e aproximações com temas contemporâneos, não restringindo a Arqueologia à um estudo sobre o passado remoto e sem vínculo com a sociedade atual. Todo esse cenário permite hipotetizar a respeito das modificações nos sentidos de Arqueologia, a partir da democratização do conhecimento e da interiorização das universidades. Desse modo, nessa pesquisa, pude entender melhor esses processos, considerando a trajetória histórica dos cursos de Arqueologia da Univasf e da UFPI, os perfis dos discentes e docentes e os direcionamentos que despontam na produção acadêmica desses contextos.

Inicialmente, busco contribuir com as discussões sobre ensino de Arqueologia, que ainda são incipientes. De fato, os primeiros estudos arqueológicos do país eram mais voltados para a temática da Preservação Patrimonial e identificação de sítios, não havendo tanta

preocupação com o próprio ensino de Arqueologia, até os anos 2000, como mostrou Márcia Bezerra (2008).

Na análise de Márcia Bezerra (2008) é refletido, entre outros assuntos, o destino profissional dos arqueólogos formados nos primeiros cursos de graduação em Arqueologia do país, dentre os quais o primeiro e extinto curso da Universidade particular Estácio de Sá (Unesa) no Rio de Janeiro, que funcionou de 1975 até os anos 2000 (BEZERRA, 2008), quando o ensino de Arqueologia no país começa a apresentar outros direcionamentos teórico-metodológicos. No artigo citado, é observada também, a escassez de publicações referentes ao ensino da Arqueologia nas universidades e faculdades do país. De acordo com a pesquisadora, o assunto é mais debatido nos eventos científicos, o que é uma circunstância ainda atual, pois são nos eventos de Arqueologia que surgem as discussões sobre o próprio fazer arqueológico, em razão da reunião de pessoas de diferentes regiões do país e do mundo e com formações muito variadas.

Diante desse cenário, pretendi com esta pesquisa refletir sobre o ensino de Arqueologia. Pessoalmente, busco também dialogar com questionamentos e vivência da graduação em Arqueologia e nos eventos científicos que participei¹, onde senti algumas insatisfações e preocupações com a disciplina, sobretudo com relação à dificuldade de uma inclusão efetiva da sociedade atual nas pesquisas arqueológicas, em contraposição aos numerosos trabalhos voltados para os estudos de um passado distante, que rejeitam vínculos mais explícitos com a atualidade. Essa foi a problemática norteadora do meu Trabalho de Conclusão de Curso (doravante, TCC) no bacharelado em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco (doravante, UFPE) (MONTEIRO, 2020; 2022).

Além disso, percebi que essa problemática ultrapassa o universo da disciplina arqueológica, pois isso vem sendo observado no meio acadêmico como um todo, assim como em outras esferas da sociedade. Nesse sentido, o recorte Univasf e UFPI possibilitou o contraste entre as abordagens arqueológicas. Esse contraste permitiu uma reflexão sobre como o histórico de criação desses cursos perpassa por processos epistêmicos diferentes, considerando as particularidades de cada instituição. Para o momento, me debrucei com mais afinco sobre a realidade histórica e teórica desvelada pelo contexto da Univasf, considerando: a) a sua

¹ Desde a elaboração do meu TCC, tenho considerado essencial para o desenvolvimento da minha temática de pesquisa a participação nos eventos científicos da área, dentre os quais: a VII Reunião da Associação Brasileira de Arte Rupestre (ABAR), em 2018, em Diamantina; a V Reunião da Sociedade de Arqueologia Brasileira - Região Nordeste (V SABNE), em 2018, em Salvador; a I e II Semana de Arqueologia da (UFPE), em 2018 e 2019, em Recife; o 1º Simpósio de Arqueologia e Patrimônio do Laboratório de Preservação Patrimonial da Univasf (SAPA), em 2019, em São Raimundo Nonato; o I Encontro Nacional dos Estudantes de Arqueologia (ENEArqueo), em 2019, em Laranjeiras; a I Jornada de Arqueologia e Antropologia da Caatinga, em 2020, em Paulo Afonso; e o II Seminário de Teoria Arqueológica Contemporânea da Univasf, em 2021, de forma online.

articulação enquanto primeiro curso de graduação em Arqueologia em universidade pública federal frente aos desafios de estruturar currículos e estratégias didático-pedagógicas voltadas para a formação na área; b) as suas sobreposições com o processo de institucionalização das práticas arqueológicas no Piauí, em torno dos esforços que culminaram na criação do Parque Nacional Serra da Capivara, repercutindo inclusive na criação da graduação em Arqueologia na UFPI.

Desse modo, o objetivo geral da pesquisa foi o de analisar a criação e atuação dos cursos de ES em Arqueologia no Piauí sob o pensamento decolonial, no intuito de perceber, em uma perspectiva histórica, os sentidos de Arqueologia produzidos por discentes e docentes e seus possíveis efeitos políticos em duas distintas regiões geopolíticas: Teresina e São Raimundo Nonato, ou seja, centro urbano e interior.

Por sua vez, no tocante aos objetivos específicos, busquei: elaborar o histórico referente a implantação dos cursos de ES em Arqueologia no Piauí; mapear e analisar o perfil dos docentes e discentes com fins de identificar aspectos políticos e sociais em suas respectivas linhas de pensamento arqueológico; e caracterizar as abordagens arqueológicas que se configuram na Univasf e na UFPI, refletindo sobre os sentidos de Arqueologia construídos nas realidades abordadas, por meio dos TCC's.

Realizei uma análise aprofundada sobre os TCC's que remetem a uma forma de fazer Arqueologia politizada, social e decolonial. Para isso, me utilizei da metodologia da Análise do Discurso Crítica (doravante, ADC). Segundo a obra "A Arqueologia do Saber", do filósofo Michel Foucault, que serviu de inspiração para a criação do título desta dissertação, a Arqueologia é tida como "uma sucessão de acontecimentos que pode tornar-se objeto de discurso, ser registrada, descrita, explicada, receber elaboração em conceitos e dar a oportunidade de uma escolha teórica" (FOUCAULT, 2008, p. 189). Com base nessa definição, o discurso é considerado um saber e não uma ciência (ALVARENGA, 1998).

Assim, pretendi dialogar com outros pesquisadores que buscam entender os motivos, os alicerces e os obstáculos que existem por trás dessas Arqueologias críticas, políticas, plurais, afetivas (MAGESTE; AMARAL, 2022), insurgentes e indisciplinadas (HABER, 2011).

O trabalho está dividido da seguinte forma: o primeiro capítulo aborda o surgimento das teorias decoloniais, seus principais conceitos, como essa linha de pensamento vem sendo trabalhada na Arqueologia, e como será a aplicação decolonial da ADC no trabalho; o segundo capítulo trata do tema do ES brasileiro e exemplos de sua decolonização, e as discussões sobre o ensino de Arqueologia no país e no mundo; o terceiro capítulo aborda desde a trajetória dos primeiros cursos de Arqueologia do país até aos processos sociopolíticos de criação dos cursos

da Univasf e da UFPI, incorporando os dados que serão utilizados na ADC, no capítulo quatro; por fim, as considerações finais.

2 REVELANDO AS COLONIALIDADES E DECOLONIALIDADES DO PENSAMENTO ARQUEOLÓGICO

Começo este trabalho apresentando, conceituando e discutindo aspectos da crítica decolonial, reconhecendo esse percurso como fundamental para problematizar o conhecimento arqueológico produzido no âmbito das graduações em Arqueologia. Para isso, irei me atentar para o histórico de formação desse campo teórico, passando por contextos variados, as diferentes trajetórias que marcaram a sua consolidação como abordagem teórica, os principais conceitos que emergiram e, por fim, a sua contribuição para as teorias arqueológicas.

2.1 INTRODUZINDO AS TEORIAS DECOLONIAIS

Para entendermos o pensamento decolonial, é necessário evidenciarmos o significado de alguns termos que emergem no âmbito dessa perspectiva, para evitarmos confusões. Nesse sentido, a primeira ideia que merece explicações é o que entendemos por colonialismo – termo que serve para designar o período colonial em si, despontado com as navegações do século XV. Por sua vez, a colonialidade trata-se da permanência das formas de dominação colonial mesmo após o fim das colônias, configurando-se em um projeto político explícito que, conforme veremos mais adiante, adquire projeção crítica no trabalho de intelectuais latino-americanos (BALLESTRIN, 2013).

Já o termo descolonização é usado para se referir aos contextos de emancipação política das antigas colônias, considerando a persistência dessa forma de dominação em diversas regiões do continente asiático e africano até a contemporaneidade. Por outro lado, descolonização pode também denominar as lutas políticas por liberdade, que envolvem a reflexão sobre os processos de produção de conhecimento, que se avolumam principalmente a partir dos anos 1980 (BALLESTRIN, 2013).

Em uma perspectiva histórica, os esforços articulados em torno da descolonização e a reflexão sobre o colonialismo e seus efeitos podem ser vislumbrados em trabalhos publicados desde a década de 1940, assumidamente anticoloniais. O anticolonial, nesse sentido, serve também para designar os movimentos de luta social pela independência do controle político europeu antes da constituição dos estados-nação (MENDOZA; SILVA; FILHO, 2021). Frantz Fanon (2010), psicanalista, negro, antilhano e revolucionário, foi um dos precursores desse pensamento, intercedendo pelos colonizados através dos seus escritos e movimentos políticos. Fanon combateu o racismo e lutou pela descolonização da África, especialmente pela libertação

da Argélia na década de 1950, se tornando um expoente da defesa dos processos revolucionários dos países do terceiro mundo (BERNARDINO-COSTA, 2016).

Esse movimento anticolonial ganha outro significado a partir da publicação do livro “Orientalismo”, do crítico literário palestino Edward Said, em 1978, responsável por ampliar o marco histórico, temporal, geográfico e epistêmico do colonialismo, desencadeando a formulação do conceito de pós-colonialismo (MENDOZA; SILVA; FILHO, 2021). Em sua reflexão, Said considera como a ideia de “Oriente” é na verdade uma “invenção” do Ocidente, denunciando a prática de produção do conhecimento através da dominação do “outro” (SAID, 1978).

O pós-colonialismo é um conceito que apresenta dois sentidos: marcador do período histórico de emancipação das sociedades africanas e asiáticas exploradas pelo imperialismo e neocolonialismo; e de revolução paradigmática através da introdução de outros conceitos no campo das ciências humanas e sociais, advindos dos Estados Unidos, Inglaterra e Índia a partir da década de 1980, o que se refletiu em outros países do mundo, como o Brasil (BALLESTRIN, 2013). As teorias pós-coloniais, se configuram, portanto, enquanto críticas às narrativas ocidentais sobre a modernidade e revelam os grupos subalternos como pertencentes a essa história (LEDA, 2015).

Sob essa inspiração, chama a atenção para a criação na Índia, na década de 1980, do Grupo Asiático de Estudos Subalternos, com as pesquisas de Ranajit Guha, que contribuíram para as críticas ao eurocentrismo e o colonialismo. Esses grupos subalternos, discutidos por autores indianos, como Gayatri Spivak, desde a década de 1970, são entendidos como “classe ou grupo desagregado e episódico que tem uma tendência histórica a uma unificação sempre provisória pela obliteração das classes dominantes” (BALLESTRIN, 2013, p. 93).

Contudo, algumas críticas dão conta que, nesses estudos, os grupos subalternos eram objetos de estudo e não os protagonistas das pesquisas. Paralelo a isso, o Grupo Asiático também foi questionado em relação a persistência na utilização de referenciais teóricos eurocêntricos, com o reconhecimento de que os estudos pós-coloniais ganharam projeção, principalmente em centros acadêmicos do “primeiro mundo”, sob forte influência do pós-modernismo e do pós-estruturalismo (QUINTERO; FIGUEIRA; ELIZALDE, 2019).

Em razão desses estudos terem surgido voltados aos contextos de países asiáticos e africanos, pensadores americanos perceberam a necessidade de formar um grupo para discutir os aspectos do pós-colonialismo em seu continente de origem, reconhecendo a singularidade desse processo. Surge, então, no início dos anos 2000, o Grupo Latino-Americano dos Estudos Subalternos, inspirado no Grupo Sul-Asiático dos Estudos Subalternos. Em razão de

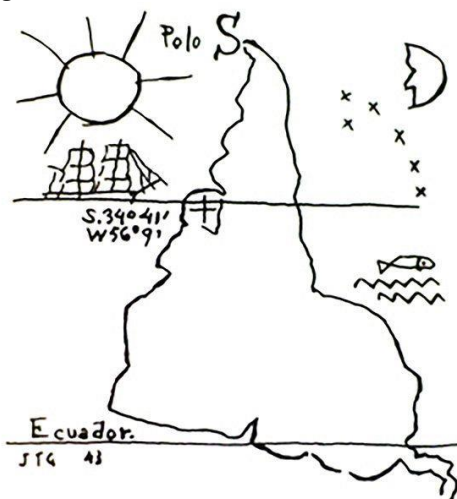
divergências teóricas e por não conseguirem aprofundar a crítica ao eurocentrismo, esse grupo se desagregou, até a formação de outro coletivo, comprometido com a ideia de “giro decolonial” (BALLESTRIN, 2013).

O “giro decolonial” se refere ao movimento epistemológico de renovação crítica das ciências sociais, expresso no Grupo Modernidade/Colonialidade, formado nos Estados Unidos por pesquisadores latino-americanos, no final do século XX e início do XXI, sendo responsável pela formalização acadêmica dos estudos decoloniais. Esse movimento questiona o caráter etnocêntrico, eurocentrista, nacionalista, positivista e neoliberal das ciências sociais, compondo, por conseguinte, as Teorias e Epistemologias do Sul, as quais buscam descobrir e valorizar perspectivas “trans-modernas” nas ciências sociais (BALLESTRIN, 2013).

Vale explicar aqui o que são os conceitos de Norte e Sul Global, os quais utilizarei ao longo do trabalho. Tratam-se de conceitos comumente utilizados por diversos pensadores das teorias decoloniais para descrever dois contextos geopolíticos opostos: o Norte Global, local que ocupa a posição hegemônica de colonizador e detentor de todo o conhecimento e poder; e o Sul Global, local que foi e é explorado em todos os aspectos pelo Norte Global, tornando-se marginalizado.

A figura abaixo (Figura 1) é uma obra de um artista plástico uruguaio chamado Joaquín García, e retrata o continente americano de cabeça para baixo como forma de simbolizar a autonomia e a resistência política advinda do Sul sobre o Norte Global. Essa figura está inserida em um artigo no qual o autor sugere que a América Latina inverta a sua posição de dependência e valorize o seu legado, através do diálogo entre a arte indígena e uma arte construtiva que “harmonizasse com as leis universais e com o saber de todos os tempos históricos” (COSTA, 2011, p. 193).

Figura 1 - Obra intitulada “El norte es el sur”.



Fonte: Joaquín Torres García, 1935.

Nesse sentido, sob o escopo do “giro decolonial”, a Modernidade é concebida como o período que se inicia com colonização das Américas e que se mantém até a atualidade (MIGNOLO, 2017a). Explicando melhor, existem diferentes momentos históricos que caracterizam a Modernidade: a conquista das Américas no século XV e XVI, o advento do Iluminismo e da Revolução Industrial e o modelo exploratório político e socioeconômico do Capitalismo (QUINTERO; FIGUEIRA; ELIZALDE, 2019).

A persistência de vieses fundados na colonização consiste, portanto, em uma lógica reprodutora de injustiças e desigualdades sociais que perpassa a sociedade e envolve três campos: o Poder, o Saber e o Ser, os quais serão conceituados adiante. Resumindo, mesmo após a descolonização, permanece a colonialidade (SANTOS, 2018). Por isso, os intelectuais associados ao Grupo Modernidade/Colonialidade adotam o termo decolonial (sem o ‘s’) para denominar o seu posicionamento crítico nesse quadro, já que o termo descolonial (com o ‘s’) é mais voltado para o período histórico de formação dos estados-nação, ou seja, para o colonialismo, enquanto o decolonial convida para o enfrentamento de estruturas persistentes, fundadas no colonialismo – a colonialidade.

É importante salientar que apesar da perspectiva decolonial ser uma vertente da crítica pós-colonial, ela é ressignificada por pesquisadores que buscam ampliar as referências do pensamento pós-colonial, no qual o Grupo Modernidade/Colonialidade está inserido (OLIVEIRA; LUCINI, 2021). Diante disso, um dos expoentes do pensamento decolonial é o pesquisador argentino Walter Mignolo, o qual defende que a decolonialidade não consiste em um novo conceito universal que supera os anteriores, mas que é um diferente modo de pensar, desvinculado das cronologias estabelecidas pelos paradigmas atuais, como moderno e pós-moderno (MIGNOLO, 2017b).

Dito isso, são elaborados conceitos para tratar de diferentes dimensões da colonialidade e decolonialidade. Nesse sentido, posso me referir a “Colonialidade do Poder”, que deriva e amplia o conceito de poder de Foucault (2008), ao abordar as consequências sociais e políticas da imposição da ideia de “raça” na formação dos Estado-nação. A partir disso, são criticadas as diferentes formas de dominação e colonização, como o sistema capitalista, ao qual a Modernidade se integra como uma suposta solução para os problemas estruturais advindos desses processos – como o machismo, racismo, violência aos povos e culturas tradicionais e xenofobia (QUIJANO, 2005)

O termo “Colonialidade do Saber” é utilizado para se referir mais especificamente às influências coloniais nas formas de educação e produção de conhecimento, descrito por Porto-Gonçalves como “um legado epistemológico do eurocentrismo que nos impede de compreender

o mundo a partir do próprio mundo em que vivemos e das epistemes que lhes são próprias” (2005, p. 3). Ou seja, trata-se da reprodução de aspectos do pensamento colonial em epistemologias atuais (MALDONADO-TORRES, 2007). Esse é um importante conceito que irei retomar nos próximos capítulos para refletir sobre o ensino nas instituições de ensino superior (doravante, IES ou ES), sobretudo, nos cursos de Arqueologia.

A partir das discussões em torno da “Colonialidade do Poder” e da “Colonialidade do Saber”, surge o conceito de “Colonialidade do Ser”, relativo a “experiência vivida” durante os processos de colonização que acabam por transformar o modo de ser do indivíduo. A “Colonialidade do Ser” procura conectar os níveis genético, existencial e histórico, onde o ser mostra claramente o seu lado colonial (MALDONADO-TORRES, 2007). Em síntese, a colonialidade faz parte de todos nós e se expressa em nossos pensamentos e ações mesmo que inconscientemente. Percebemos, com isso, a interrelação entre esses três conceitos, que nos ajudam a entender como a colonialidade está presente em diversos campos.

Destaco, assim, como essas três formas de colonialidades estão arraigadas no meu universo de pesquisa – as universidades, os saberes e as pessoas envolvidas nesses contextos. A “Colonialidade do Poder”, portanto, se faz presente nas IES, onde há o poder hierárquico de docentes sobre discentes, bem como na vinculação explícita entre universidade e Estado. Essas relações de poder advêm da própria “Colonialidade do Ser”, herança colonial que nos causa sentimentos de inferioridade, insignificância e subordinação. Por sua vez, a “Colonialidade do Saber”, ressalta como o nosso aprendizado é completamente ditado por aqueles que nos dominam, e isso é algo que percebemos tanto na educação básica quanto no ES, quando as nossas principais referências acadêmicas são predominantemente autores e modelos teóricos e metodológicos oriundos no Norte Global.

O pensamento decolonial traz consigo outros conceitos para designar relações de opressão, como o de violência epistêmica. De acordo com Tirado (2009), trata-se de um meio de dominação exercido pelas ideologias e epistemes dominadoras que introduzem, estabelecem e codificam certos conceitos como relevantes, verdadeiros e possíveis, sem revelar os seus interesses ocultos. Além disso, não podemos deixar de mencionar que dentro do próprio viés decolonial pode haver formas de violência epistêmica:

Por isso, para pensadores e escritores indígenas contemporâneos, o próprio conceito de América Latina e o modo como o conceito de decolonialidade é sistematizado, nada mais é do que uma construção colonial. Ser falado e analisado pelo Outro é uma forma de seguir afirmando uma colonialidade na qual esses sujeitos precisam do branco para serem legitimados. (PRZYBYLSKI, 2020, p. 46).

A alternativa para driblar e resistir frente esse tipo de violência é o conceito de desobediência epistêmica, descrito por Santos como uma forma de “permitir-nos perceber aquilo que nossa formação teórico metodológica norte-americana e eurocentrada desconsidera” e “de nos colocar num movimento de refazer caminhos, desconstruir saberes e questionar alguns “achados” em nossas pesquisas” (SANTOS, 2018, p. 7). Nesse sentido, Mignolo (2008), ao nos mostrar diversos exemplos históricos de atos de violência e de desobediência epistêmica, também reforça que a própria opção decolonial é um ato político que demanda que sejamos epistemicamente desobedientes. Esse conceito faz parte de uma epistemologia pós-abissal – uma das epistemologias do Sul Global –, ou seja, o reconhecimento de outras formas de saberes para além do científico ocidental, mas sem descartá-lo.

Mignolo também utiliza o conceito de pensamento ou epistemologia fronteiriça, e o define como: “pensar na exterioridade, nos espaços e tempos que a autonarrativa da modernidade inventou como seu exterior para legitimar sua própria lógica de colonialidade” (MIGNOLO, 2017b, p. 30). Em outras palavras, o pensamento de fronteira é o desprendimento das narrativas modernas e universais, e a aproximação das históricas locais, particulares, não hegemônicas, produzidas no Sul Global.

No sentido de desobediência, outro conceito de suma importância para esta pesquisa é o de cumplicidade subversiva, utilizado por Grosfoguel (2012) no intuito de ser mais uma estratégia para desfazer o pensamento colonial/moderno. A palavra cumplicidade nesse sentido se refere ao papel do Norte Global como responsável pela exploração e dominação do Sul. Com base nisso, a cumplicidade subversiva é o entendimento da verticalidade que existe entre dominador/dominado ou colonizador/colonizado, ao contrário do pensamento errôneo e ingênuo de igualdade/horizontalidade entre os povos.

Por meio da cumplicidade subversiva são valorizados os saberes subalternos como forma de resistência ao domínio do conhecimento eurocêntrico e ocidentalizado. Esses saberes são híbridos e transculturais, e se posicionam na intersecção entre o conhecimento tradicional e moderno, propiciando a utilização e ressignificação de conceitos advindos do Norte Global para questões decoloniais (GROSFOGUEL, 2008).

Há outro conceito relacionado ao pensamento decolonial que é a interculturalidade. Assim, me utilizarei da definição crítica de Estermann, Tavares e Gomes (2017), segundo a qual a interculturalidade diz respeito à uma prática estratégica, político-cultural e de resistência exercida pelas comunidades indígenas da América Latina, as quais reivindicam um Estado pluricultural e plurilinguístico. Esse conceito é oposto ao de multiculturalismo, pois este se reduz a um significado descritivo e funcional e faz alusão a um monoculturalismo, do mesmo

modo que o conceito de multivocalidade, que também homogeniza as comunidades, e vem sendo utilizado em trabalhos arqueológicos voltados para populações viventes (MONTEIRO, 2020).

Todos esses conceitos irão me auxiliar posteriormente na análise e interpretação dos meus dados, oriundos das monografias, dos perfis dos discentes e docentes e histórico das graduações em Arqueologia da Univasf e da UFPI, sempre buscando entender os aspectos da colonialidade e da decolonialidade que estruturam cada uma dessas instituições.

2.2 ALGUMAS EXPRESSÕES DO PENSAMENTO DECOLONIAL BRASILEIRO

Após a breve descrição anterior sobre os principais conceitos associados ao pensamento decolonial, irei destacar adiante o papel de alguns dos intelectuais decoloniais brasileiros, os quais serão importantes para desconstruirmos o domínio dos aspectos coloniais na produção de conhecimento. De início, devemos mencionar que apesar de o Grupo Modernidade/Colonialidade ter sido formado por pensadores latino-americanos, não houve a participação do Brasil, o que Ballestrin (2013) observa ao se referir ao fato do Grupo ter dado uma maior atenção ao contexto colonial hispânico em detrimento da colonização portuguesa, o que acabou distanciando o Brasil da realidade latino-americana.

Apesar da realidade histórica descrita acima, o Brasil conta com intelectuais com proposições bem próximas daquelas defendidas posteriormente no âmbito do movimento decolonial. Posso citar como exemplo os escritos de Paulo Freire (1967), Davi Kopenawa e Albert Bruce (2015), Antônio Bispo dos Santos ou Nego Bispo (2015), Djamila Ribeiro (2017), Ailton Krenak (2019) e Lélia Gonzalez (2020). É importante destacar que esses autores, apesar de serem decoloniais em seus trabalhos, não estavam inseridos nesse movimento, que só vem ocorrendo formalmente no Brasil nos últimos dez anos – “marco temporal” de mudanças epistemológicas em várias áreas do conhecimento, inclusive, na Arqueologia, como veremos mais à frente.

Dito isso, destaco o papel do intelectual piauiense, ativista, poeta e líder quilombola Nego Bispo, que atua no processo de “contra-colonização” e descolonização das instituições de ensino, pensando a “contra-colonização” como uma forma de resistência e de luta em defesa dos povos e comunidades tradicionais. Bispo nos encarrega, enquanto acadêmicos, do esforço de descolonização do pensamento ocidentalizado, normativo, hierarquizado ao qual somos submetidos (SILVA, 2018).

O trabalho de Paulo Freire, por outro lado, dialoga com a proposta decolonial ao propor uma pedagogia crítica que questiona os referenciais eurocêtricos utilizados pelas ciências sociais (PENNA, 2014). Penna (2014) aborda as principais semelhanças entre a obra de Freire “Pedagogia do Oprimido” (1987) e o trabalho de Fanon (2010), no que se refere às relações opressor/oprimido e metrópole/colônia que ocorrem nos processos de invasão cultural. São apresentadas também as estratégias inseridas na obra de Freire e de outros autores pós-coloniais para reverter a “colonização do ser”: “revolução; objetivação da mitologia opressora ou eurocêntrica; deslocamento do lugar de fala; e valorização do conhecimento fronteiriço” (PENNA, 2014, p. 3). Voltaremos ao pensamento de Paulo Freire no Capítulo 2, ao explicitar a relação entre Educação e Decolonialidade.

Ribeiro (2017) traz um importante conceito para a prática decolonial que é o lugar de fala – apropriado do feminismo negro norte-americano. Segundo a autora, todos possuímos lugares de fala, ou seja, nos expressamos de acordo com o nosso grupo social e por um ponto de vista atravessado por diferentes marcadores. É a partir do entendimento dessa localização social que conseguimos enxergar as hierarquias e as violências epistêmicas que grupos privilegiados exercem direta ou indiretamente sobre grupos subalternos. Ao utilizar-se desse conceito na perspectiva do feminismo negro brasileiro, a autora reforça o objetivo de refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes, de forma a romper com o silêncio imposto aos povos subalternizados, o que também está implícito nas teorias decoloniais.

Corroborando com essa discussão, a Revista do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia (Lepaarq) da Universidade Federal de Pelotas (doravante, UFPel) publicou em 2022, um dossiê intitulado “Arqueologias do Colonialismo”, com artigos voltados para o caráter colonial da Arqueologia e propostas para a sua decolonização. Dentre os artigos, está o de Moraes, Costa e Jesus (2022), que aborda o conceito de lugar de fala na Arqueologia, através da experiência de pesquisa em um território quilombola na Amazônia.

Os conceitos de lugar de fala de Ribeiro (2017) e de saber localizado de Haraway (1995) possuem relação entre si e se fazem presentes no contexto do pensamento decolonial brasileiro. O saber localizado é a crítica aos dogmas da objetividade científica ocidental e ao relativismo, é o reconhecimento de que todo conhecimento é parcial, pois leva em conta a agência e a particularidade dos “objetos” de estudo, sendo, portanto, “localizável”.

Ainda citando o trabalho de autoras feministas, o trabalho de Gonzalez (2020), relativo ao feminismo afro-latino-americano, é um importante exemplo de decolonialidade, no qual a autora aborda dentre outras questões, o caráter racista e excludente das universidades brasileiras, que historicamente beneficiaram nas suas formas de acesso, preponderantemente,

estudantes brancos e de classe média alta. Ao mesmo tempo, relegou para o campo do folclore ou do “conhecimento popular”, as epistemologias concernentes aos grupos racializados. Esse cenário, contudo, vem sendo tensionado devido às políticas de democratização do acesso ao ES a partir de 2012, eclodindo temáticas voltadas para as desigualdades sociais, sexualidade, gênero, política, dentre outras pautas que não eram tratadas com frequência pela Academia e que serão abordadas mais à frente, no capítulo de análise das monografias em Arqueologia.

Atualmente, há pesquisadores brasileiros que utilizam explicitamente a abordagem decolonial, como mostra o artigo de Dias e Abreu (2020), no qual os autores fizeram um levantamento de dados no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (doravante, CAPES), e revelaram como marco temporal o ano de 2011 como o início dos trabalhos que mencionam o viés decolonial. A partir desse levantamento, percebeu-se que a maior parte dos trabalhos se utilizam de pesquisadores pertencentes ao Grupo Modernidade/Colonialidade em seus referenciais bibliográficos.

No intuito de concluir este tópico, reforço que o pensamento crítico decolonial é oriundo de um movimento de resistência e ruptura epistemológica às práticas e teorias coloniais, ocidentais, modernas e eurocêntricas, e abrange o mundo todo, assim como diversas ciências e campos do conhecimento, sendo multifacetado; além de integrar movimentos sociais, como os afro e indígenas (SANTOS, 2018). É, portanto, uma forma de pensar criticamente sobre o mundo, sobre as ciências, sobre nós mesmos, que busca quebrar as raízes coloniais que constituem a ideia universal de humanidade.

Dito isso, esse viés e os seus conceitos aqui pontuados brevemente vão me ajudar a entender e refletir criticamente sobre a formação da disciplina arqueológica, marcada pelo eurocentrismo e possibilidades de desvio, e mais especificamente sobre a construção dos cursos da Univasf e da UFPI e os saberes que se organizam nos trabalhos de conclusão de curso produzidos por discentes e docentes. Para o momento, no percurso aberto pelas críticas decoloniais, observamos pontos de confluência com perspectivas críticas em Arqueologia, que têm sido mobilizadas tanto para pensar a história e o ensino de Arqueologia, quanto para balizar novos arranjos teóricos e políticos para as práticas arqueológicas.

2.3 REPERCUSSÕES DECOLONIAIS NA ARQUEOLOGIA

Quando paramos para pensar nas estruturas dedicadas ao ensino e à formação, associadas às heranças da própria Arqueologia enquanto parte de um projeto colonial, se torna

relevante fazer o tipo de análise decolonial aqui proposta. Principalmente, ao reconhecer algumas formas de atuação da colonialidade no tocante à produção de conhecimentos, percebendo as possibilidades de desobediência epistêmicas que emergem em contextos institucionalizados, como é o caso das universidades abordadas.

Em reflexões anteriores, pude perceber o quanto a Arqueologia muitas vezes se afasta dessas noções críticas e submerge em uma rede de categorias e escolas teóricas rígidas². Essa forma de classificar e subdividir o conhecimento advém de uma doutrina de ensino baseada no modelo europeu (MONTEIRO, 2020), o que é corroborado por Zitkoski, Genro e Caregnato (2015), ao criticarem os princípios da neutralidade e da fragmentação do conhecimento, ditados pelo modelo de ensino moderno.

De acordo com Moro-Abadía (2006), as relações existentes entre a história da Arqueologia e as práticas colonialistas são extensas e constituintes da formação dessa disciplina. O autor cita exemplos que demonstraram como a Arqueologia foi utilizada para legitimar a dominação colonialista, considerando a década de 1980 como marcador cronológico para problematização dos discursos colonialistas na Arqueologia, caracterizados “por uma promoção da ideia romântica da prática arqueológica em lugares colonizados” (MORO-ABADÍA, 2006, p. 5). Além disso, a própria produção de saberes na Arqueologia é dotada de elementos colonialistas, como o uso acrítico de métodos, teorias e conceitos oriundos do Norte Global a despeito da produção do saber local, bem como a exclusão de outras formas de pensar que não a científica tradicional.

Exposto isso, destacarei perspectivas de Arqueologia que, de certo modo, contribuem para uma modificação desse aspecto colonialista e abrem caminhos para o estabelecimento do pensamento decolonial, ao introduzir os interesses e as perspectivas das comunidades nas pesquisas e, assim, fomentar outras ideias sobre o conhecimento arqueológico, que saem do artefato e da escavação para pensar em outras dimensões constituintes da Arqueologia, como é o caso do ensino. De modo geral, percebemos que essas vertentes têm instigado críticas em relação às formas de construção e operacionalização da Arqueologia.

Como exemplo, o arqueólogo Cristóbal Gnecco (2012) tem denunciado a Arqueologia Moderna como um esforço colonialista. Para o autor, a Arqueologia, principalmente no contexto latino-americano, tem sido um instrumento para promover rupturas entre o passado e o presente, isolando determinadas populações em um passado distante. Por essa razão, Gnecco (2012) promove as “Arqueologias Alternativas” como programas de pesquisa em oposição ao que ele

² Alguns exemplos dessas subdivisões em escolas teóricas são as clássicas: Histórico-Cultural, Processual e Pós-processual, e dentro de cada uma existem diversas outras categorias.

denomina de Arqueologia Tradicional. Dentro desse leque estão assuntos cruciais, como a decolonização e a luta contra as hierarquias acadêmicas, que envolve, portanto, a reflexão sobre o ensino de Arqueologia, visto como espaço tradicionalmente dedicado à reprodução das premissas da Modernidade e retificação de vieses de dominação.

Uma perspectiva alternativa apresentada é a Arqueologia Relacional, concebida por Gnecco (2009), mas ainda pouco explorada na Arqueologia. Trata-se de uma abordagem que busca promover estratégias de investigação participativas e pertinentes a contextos locais, estimulando a geração de conhecimentos alternativos sobre as comunidades tradicionais, os seus saberes e visões de mundo, superando violências epistêmicas. Para isso, a produção acadêmica é insuficiente, sendo necessárias reflexões coletivas, que promovam ações sociais criativas, críticas e transformadoras das questões locais.

Os movimentos em direção à decolonialidade podem ser percebidos também na Arqueologia Social, vista como a construção de conhecimento a partir dos interesses, objetivos e interpretações dos descendentes de quem se pretende estudar (CASTRO *et al*, 2007). Particularmente, me refiro aos desdobramentos do movimento teórico e político denominado Arqueologia Social Latino-Americana (doravante, ASLA), surgido na década de 1970, que se utiliza de um viés marxista para romper com o neocolonialismo. Possui um sólido aporte teórico, mas sua prática e metodologia são consideradas incipientes, o que limita as suas possibilidades interpretativas (JACKSON; TRONCOSO; SALAZAR, 2012).

O movimento ASLA, como vimos, propõe um caminho mais político e socialmente relevante sobre o passado, se opondo e reforçando o compromisso social do arqueólogo com a comunidade com a qual ele trabalha (BENAVIDES, 2011). Contudo, no Brasil não houve esse movimento em razão da ausência de um engajamento político e ideológico, mais ligado à esquerda, da Arqueologia Brasileira, apontada por Barreto (1999). Considero também que no momento do florescer dessa abordagem, o país estava enfrentando a Ditadura Civil-Militar:

Com isto, a arqueologia nasce no Brasil esvaziada de sentido político quanto à identificação da sociedade com o passado estudado, contrastando fortemente com uma outra tradição Latino-americana, tanto em países andinos quanto no México, na qual a preservação e o estudo do patrimônio arqueológico tornou-se, ao longo da história, instrumento quer de resistência política ao colonialismo europeu, quer de afirmação de ideologias nacionalistas, anti-coloniais e revolucionárias. (BARRETO, 1999, p. 204).

Nesse sentido, menciono a contribuição de Haber (2016) para essa discussão, quando o autor enfatiza os esforços pela decolonização na disciplina arqueológica, com foco na América do Sul. Assim, o autor afirma que a Arqueologia se faz decolonial quando critica as suas próprias contribuições para a colonialidade e quando destaca o papel dos grupos

subalternos na produção desse conhecimento. Essa revolução paradigmática começou a ser notada de modo mais formal na Arqueologia sul-americana a partir do século XXI, através de publicações e eventos como a Reunião de Teoria Arqueológica da América do Sul (TAAS), nos quais eram ressaltadas as implicações teóricas e decoloniais provenientes do Sul, tensionando a hegemonia europeia e norte-americana, que predominou na década de 1990 (SALERNO, 2012).

Como proposta para decolonizar a Arqueologia, Haber (2011) propõe a Arqueologia Indisciplinada, alternativa de reformulação da disciplina através das seguintes mudanças: considera a Arqueologia subjetiva ao invés de objetiva; não é voltada para os objetos, mas para as relações intersubjetivas; é caracterizada pela produção de locais de fala, e não de conhecimento científico; deixa de ser orientada para resultados; e não pretende gerar transformações nos outros, mas em si mesma, através de uma postura contra hegemônica e subversiva. A Arqueologia Indisciplinada foi escolhida para ser um dos marcadores de análise deste trabalho. Esse conceito, assim como o de cumplicidade subversiva, nos instiga a pensar em um modelo de ensino mais humano e crítico.

Paralelamente ao movimento ASLA, citado anteriormente, é produzida a Arqueologia Crítica, que contribuiu para a formação da Arqueologia Pública ao questionar os objetivos políticos e educacionais da Arqueologia e desafiar a relação dos arqueólogos com a sociedade. Assim como as demais vertentes pós-processualistas, essa também estuda gênero, classes operárias, pessoas escravizadas, e outros grupos cuja história costuma ser contada sob o ponto de vista do colonizador/dominante, mas que através dessas novas perspectivas também são retratadas as formas de resistência e de desobediência epistêmica adotadas por esses grupos (AGOSTINI; THOMAZ; MARTINS, 2000).

A Arqueologia Pública não nasceu com um perfil decolonial, mas pode apresentar um caráter crítico e político ao questionar para que e para quem é gerado o conhecimento arqueológico, com o objetivo de compartilhar e construir em conjunto os saberes com o público, mas reconhecendo as diferenças entre quem realiza a pesquisa e quem está inserido nela. A Arqueologia Pública possui, ainda, o compromisso social de servir de ferramenta para a materialização das histórias herdadas pela sociedade atual (CASTRO *et al*, 2007).

No entanto, a Arqueologia Pública se utilizou de conceitos tais como o de multivocalidade, que é criticado pela generalização dos grupos humanos e por manter a sociedade distante da academia (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2012). E só a partir do final do século XX que a Arqueologia Pública passa por uma modificação em seu sentido, decorrente da confluência de processos sociais, econômicos e políticos que ocorreram no Sul Global. Essa

modificação atingiu a forma como os materiais arqueológicos são percebidos e ressignificados no presente, aproximando o passado do presente e a ciência da sociedade (SALERNO, 2012).

É importante observar as críticas feitas às Arqueologias Sociais e Pública, que por vezes acabam generalizando os grupos subalternos como todo o povo não pertencente à uma elite, e que faz parte de uma comunidade específica, evocando um aspecto populista epistêmico, típico do pensamento neoliberal progressista e da pós-verdade. Para desfazer esse quadro, González-Ruibal, González e Criado-Boado (2019, p. 4, tradução nossa) nos incitam a exercer uma Arqueologia pedagógica, “que aprende no processo de ensino, conversa com movimentos sociais, comunidades e instituições, mas não está necessariamente ligada a localidades específicas”.

Vale salientar que é possível observar uma postura crítica e decolonial em outros locais, fora da América Latina, como foi mencionado no trabalho do arqueólogo Rui Coelho, sobre Portugal, país que possuiu durante anos diversas colônias espalhadas pelo mundo. Contudo, necessitamos ponderar as razões e os contextos nos quais o pensamento decolonial se faz presente nesses locais do Norte Global.

A relação de desigualdade entre os arqueólogos e as comunidades raramente foi questionada, e permanece ainda hoje como o modelo predominante na forma como os arqueólogos interagem com o público em Portugal. Os modos locais de produção e transmissão da história quase desapareceram, e os arqueólogos são os únicos agentes autorizados na produção de conhecimento sobre o passado através dos vestígios materiais. A desintegração dos saberes locais e as barreiras sociais resultaram na desconexão que muita gente sente em relação ao conhecimento arqueológico. (COELHO, 2020, p. 26).

Especificamente para o contexto brasileiro, temos alguns exemplos de segmentos teóricos da Arqueologia que transmitem uma visão decolonial. O trabalho de Jóina Borges (2004) indaga sobre os sentidos de história e pré-história do Brasil e do Piauí, em específico, conceitos que homogeneizam os lugares e as pessoas, trazendo consigo os estigmas da colonização, que se configuram na colonialidade.

A Arqueologia Amazônica é uma vertente que se ocupa dos estudos arqueológicos sobre as populações indígenas pretéritas e contemporâneas (Arqueologia Indígena), tendo se tornado um ramo de estudo específico na Arqueologia por consequência dos primeiros estudos científicos no Brasil terem se iniciado nessa região e apresentarem características únicas, que instigam para o decolonial (NEVES, 2000; CABRAL, 2014; BEZERRA, 2018).

Mariana Cabral (2014) trata a arqueologia como um substantivo simples, uma prática de sentido e uma prática social. Em sua tese, a autora trabalhou com um grupo indígena amazônico de forma colaborativa, política e crítica, através da interação entre dois sistemas de

conhecimento distintos, sob a ótica da alteridade e do choque cultural. Além disso, a autora defende que há uma interação simultânea entre a materialidade do passado e do presente, desfazendo a noção de uma arqueologia do passado remoto.

Neves (2000) defende que os estudos sobre a Arqueologia Amazônica levem em conta o caráter único da região, que não se enquadra nos modelos interpretativos pré-existentes advindos da herança colonialista europeia. Neves problematiza o uso de conceitos estrangeiros como Pré-história, e opta pelo uso de História Antiga do Brasil, o qual se volta para o período pretérito da nossa história sem o estigma negativo e excludente que o prefixo “pré” evoca. O autor, portanto, nos convida a reescrever a nossa Arqueologia Brasileira com nossos próprios conceitos e percepções, ou seja, eliminando as colonialidades do ser, do saber e do poder.

Assim como em Cabral (2014) e Neves (2000), Bezerra (2018) também considera a Arqueologia Amazônica como um testemunho da participação da ciência arqueológica nas relações humanas do presente. Segundo a autora, os sítios e artefatos arqueológicos estão presentes no imaginário das pessoas e transmitem afetos, sendo papel dos arqueólogos a construção de pontes que facilitem o diálogo entre o passado e o presente.

Outra abordagem que também trabalha com povos indígenas e que até nos estimula a pensar em práticas pedagógicas associadas com o ES de Arqueologia é a chamada Arqueologia Participativa, defendida por Oliveira, Funari e Chamorro (2015) – sendo este último um autor indígena da Aldeia Sapukai – para se referir ao uso de uma metodologia pedagógica que trabalha a interação entre sociedades indígenas e não-indígenas:

A utilização de diferentes instrumentos pedagógicos vem permitindo a construção do conhecimento a partir da experiência, do conhecimento da ancestralidade, a identificação dos marcadores de identidade étnica e cultural, bem como no estabelecimento dos vínculos entre a comunidade e seu patrimônio. (OLIVEIRA; FUNARI; CHAMORRO, 2015, p. 14).

Exprimindo princípios semelhantes, a Arqueologia Social Inclusiva, proposta por Limaverde (2015), também parte das ideias de afetos, comunidades, identidades, simbolismos e vivência pessoal para repensar a disciplina arqueológica. Este é inclusive, o cerne do curso de especialização *lato sensu* em Arqueologia Social Inclusiva da Universidade Regional do Cariri (doravante, URCA), localizado em Nova Olinda – CE, como veremos mais à frente.

Dessa maneira, a Arqueologia Social Inclusiva que eu proponho entende que essa ciência como um sistema de conhecimentos vai para muito além de uma disciplina de escavações de campo e seus resultados sistematizados, abrangendo também ideias, símbolos, imagens, mitos e, por que não dizer, sentimentos. Embora tenha como fonte de investigação objetos concretos, a arqueologia desenvolverá imagens dependentes do intangível da sociedade em que está inserida, não importando a época em que foram elaboradas, e, através delas, despertará o sentimento de identidade e pertença

das comunidades numa construção solidária e capaz de incluir e transformar vidas, gerando oportunidades de desenvolvimento social. (LIMAVERDE, 2015, p. 113).

Os artigos de Mageste *et al* (2020) e Macêdo e Mageste (2020) apresentam um estudo prático que traz o viés de uma Arqueologia Pública do presente, decolonial e afetiva, movimento pluridisciplinar de repensar a disciplina arqueológica a partir do contexto local latino-americano – sertão do Piauí – e de produzir uma Arqueologia comprometida com a democratização do conhecimento, a partir do estabelecimento de relações afetivas.

Nesse sentido, as Arqueologias Afetivas, idealizadas por Mageste e Amaral (2022), são um modo de ser e estar da Arqueologia, para além de um recorte teórico-metodológico, e que podem ser entendidas, de forma ampla, como todo tipo de produção de conhecimento arqueológico feito a partir do engajamento social, incluindo aí as relações de afeto entre ciência e comunidade:

Tratam-se de pesquisas marcadas pela interculturalidade, vinculadas com trajetórias históricas que inspiram a ressignificação dos propósitos da disciplina e o tensionamento de suas fronteiras. Por isso, não se restringem ao estudo do passado ou das coisas materiais, mas se abrem para múltiplas temporalidades e experiências. Conforme percebemos, nas interfaces com o afeto, outras ‘arqueologias’ se configuram: ontologicamente associadas aos problemas da vida e preocupadas com suas soluções, encaram realidades incômodas e/ou familiares, passíveis de paixão e de dor. De forma plural, abraçam as afetividades como molas propulsoras para a produção de conhecimento socialmente contextualizado e potencialmente transformador. (MAGESTE; AMARAL, 2022, p. 2).

A partir dessas definições, percebemos que a Arqueologia possui um caráter político, social, e por vezes decolonial e subversivo, o que contribui para pensarmos na formação de uma disciplina arqueológica crítica e indisciplinada, cujos arcabouços teóricos e metodológicos sejam voltados para a nossa realidade: o Sul Global. Nesse sentido, é evidente que as investigações decoloniais preocupam-se com as formas como esses saberes arqueológicos são construídos, apresentando-se na forma de discursos, que podem ser problematizados para perceber os atravessamentos entre textos e contextos sociais e históricos. Trata-se de um exercício compatível com o esforço de identificar a persistência de colonialidades e violências, mas também das possibilidades de desobediência epistêmica e cumplicidade subversiva.

2.4 A ANÁLISE DO DISCURSO COMO METODOLOGIA DECOLONIAL

Inicialmente, é preciso destacar que a metodologia da Análise do Discurso (doravante, AD) provém de questionamentos realizados por diferentes áreas, como a Linguística, a Filosofia e a Psicanálise, e se constitui como campo do conhecimento a partir da década de 1960, sendo

adaptada a diversos estudos, inclusive na Arqueologia, como mostrou Reis (2002). Foucault (2008, p. 189) entende o discurso como “uma sucessão de acontecimentos que pode tornar-se objeto de discurso, ser registrada, descrita, explicada, receber elaboração em conceitos e dar a oportunidade de uma escolha teórica”.

Ademais, o conceito de discurso se difere conforme a perspectiva adotada pelos linguistas. Para Foucault, o discurso não é uma ciência, mas um saber (ALVARENGA, 1998). Aqui, utilizarei a perspectiva do linguista Norman Fairclough (2003), segundo a qual o discurso é ao mesmo tempo um texto, uma prática discursiva e uma prática social, reprodutora e transformadora das realidades sociais.

Tendo em vista que a AD apresenta diversos conceitos e vertentes que se interrelacionam, é importante esclarecer quais os que contribuem com a proposta deste trabalho. A formação discursiva é um desses conceitos, trabalhado por Foucault (2008), que se trata da relação entre o sujeito e o discurso como pertencentes à uma conjuntura sócio-histórica que determina o que pode e o que deve ser dito em certas épocas e locais. A partir disso, surgem os conceitos de forma-sujeito e de posições-sujeito, os quais se referem à forma como o sujeito se identifica com o discurso e aos locais sociais que o sujeito ocupa no discurso, respectivamente (REIS, 2002).

Há diversos tipos de AD, como a Análise Crítica do Discurso (ACD), também chamada Análise de Discurso Crítica (ADC) ou Estudos Críticos do Discurso (ECD), uma versão mais política e social da AD, surgida na década de 1990, que utiliza a abordagem dialética relacional, que objetiva a transformação social através da compreensão das relações entre o discurso e outros componentes da realidade (FAIRCLOUGH, 2019). Fairclough traz como exemplo desse tipo de transformação social a “crítica ao discurso das universidades modernas e a explanação de como isso figura na “mercantilização” das universidades, como base de ações para mudá-los” (FAIRCLOUGH, 2019, p. 33).

É importante diferenciarmos os conceitos de prática discursiva e prática social, que serão utilizados na análise proposta para este trabalho e fazem parte da concepção tridimensional do discurso proposta por Fairclough (1992): texto, prática discursiva e prática social, como mostra a imagem (Figura 2). A prática discursiva é entendida como a “interação” texto e discurso, ou seja, é a natureza dos processos de produção e interpretação do texto: quais tipos de discurso são utilizados e como eles são combinados em um mesmo texto. Tanto a prática discursiva quanto o texto em si fazem parte da prática social, que especifica os efeitos sociais que o discurso proporciona, nas esferas política, econômica, cultural e ideológica.

Figura 2 - Modelo tridimensional do discurso proposto por Fairclough.



Fonte: Fairclough, 1992.

Os conceitos de ideologia e de relações de poder são centrais para o entendimento da prática social e da prática discursiva, pois segundo Fairclough (1992), o discurso pode ser analisado como uma forma de luta social por hegemonia, essa luta é movida por uma ideologia e por relações de poder, e pode causar modificações na estrutura do discurso. Ideologias são, portanto, “representações de aspectos do mundo que podem contribuir para estabelecer, manter e mudar as relações sociais de poder, dominação e exploração” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 9).

Ademais, segundo Fairclough (2003), o discurso se apresenta de três formas na prática social: gêneros (forma de agir), discursos (forma de representar) e estilos (modo de ser). Essas três ações: agir, representar e ser compõem a dialética do discurso. Elas se apresentam conjuntamente no discurso e possuem relações semânticas, gramaticais e lexicais. A junção desses aspectos discursivos é o que Fairclough chama de análise interdiscursiva. Assim, as ideologias podem estar expressas nos discursos (representação), encenadas (gênero) ou insinuadas (estilo). Ou seja, as pessoas agem, interagem e interpretam sobre as suas práticas sociais e tudo isso modela e remodela o discurso.

Percebemos, assim, que apesar de existirem diferentes perspectivas sobre a AD, todas têm o objetivo de analisar o que está por trás da linguagem: “relações de poder, institucionalização de identidades sociais, processos de inconsciência ideológica, enfim, diversas manifestações humanas” (MELO, 2009, p. 3).

Ressalto, ainda, que a ADC, apesar de originada no Norte Global, é apropriada e ressignificada no Sul por meio de cumplicidade subversiva, dialogando com a perspectiva decolonial por se preocupar com assuntos como justiça e igualdade social, e por vezes com fenômenos sociais e culturais situados no Sul (CALDERÓN, 2017). Nesse sentido, decolonizar a ADC através de perspectivas latino-americanas significa reconhecer a nossa história colonial

violenta e superar as colonialidades do poder, do saber e do ser, expressas nos discursos, como nos mostra Resende (2017):

Nós analistas de discurso latino-americanas somos uma minoria epistêmica, e temos um papel de renovação epistêmica a cumprir em relação aos estudos críticos do discurso. Creio que isso passa pela superação disciplinar, empreendimento difícil, mas que pode valer a pena; e a universidade não pode abdicar do fato de que a territorialidade nos faz sujeitos de nosso espaço, além de sujeitos de nosso tempo. Precisamos assumir a tarefa de definição de nossa própria pauta nos estudos críticos do discurso. (RESENDE, 2017, p. 14).

Para a metodologia da AD, o discurso não é considerado uma produção de indivíduos, mas “uma materialidade textual cujos efeitos de sentido são historicamente determinados” (REIS, 2002, p. 212). O discurso é, portanto, composto por elementos linguísticos (texto) e não linguísticos (sentidos). Desse modo, diferentes interlocutores, com formações discursivas específicas, percebem um mesmo discurso de formas diferentes, o que é denominado efeitos de sentido (REIS, 2002).

A seguir irei apresentar exemplos de AD em Arqueologia nos trabalhos de Reis (2002) e Tega (2015), os quais apesar de serem importantes para introduzir o uso da AD na Arqueologia, não utilizam a perspectiva de Fairclough, mas de linguistas pertencentes à escola teórica francesa. O trabalho de Reis (2002) busca relacionar a AD com a disciplina arqueológica, além de apresentar o histórico de origem dessa abordagem. Na Arqueologia ela pode ser entendida como:

Uma leitura discursiva da cultura material, para além da textual, enfatiza a ação social desta sobre os grupos que a produziram, conectando significados simbólicos, crenças, ideologias, conceitos e disposições de uma sociedade e dos sujeitos que a compõem. Trazer esta distinção entre texto e discurso para o âmbito da Arqueologia aponta para a situação visceral e inexorável de que toda a pesquisa arqueológica termina em uma produção textual que se insere numa produção discursiva vinculada a diversas formações discursivas. (REIS, 2002, p. 221).

O trabalho de Tega (2015) também faz uso da AD na Arqueologia a partir do recorte de matérias sobre Arqueologia publicadas pelo jornal Folha de São Paulo entre 2000 e 2010, com o objetivo de comparar o quantitativo de matérias com o quantitativo de portarias de pesquisa autorizadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (doravante, IPHAN). A partir dessa análise, foi constatado que o número de matérias publicadas é muito inferior ao número de portarias de pesquisa, o que sugere a falta de interesse na divulgação das pesquisas por parte dos arqueólogos, e o pouco conhecimento dos jornalistas sobre Arqueologia. Observou-se, ainda, que a maioria das matérias são sobre as mesmas localidades onde estão localizados os sítios mais famosos, as entrevistas são com os mesmos arqueólogos, e geralmente buscam mostrar a maior antiguidade dos achados.

Para este trabalho, tive como inspiração a dissertação do Itelmar Oliveira (2022), que também foi aluno do Programa de Pós-graduação em Arqueologia (PParque) da Univasf, e, assim como eu, se utilizou da ADC de Fairclough, mas para examinar artigos científicos relacionados aos papéis de gênero nos registros rupestres do Parque Nacional (doravante, Parna) da Serra da Capivara (doravante, PNSC). Em seu trabalho, Itelmar observa como os discursos arqueológicos, especificamente sobre os registros rupestres, são dotados de aspectos da colonialidade do saber: “interpretações fundamentadas em uma lógica colonial, binária, normativa, heterossexual e cristã” (OLIVEIRA, 2022, p. 160).

A partir disso, ressalto que a ADC apresenta preocupações sociais e acadêmicas, tendo em vista que o seu objetivo principal é analisar “não apenas as características linguísticas dos textos, mas também as relações sociais envolvidas na sua interação com os leitores e as relações econômicas que determinam sua produção e circulação” (TÍLIO, 2010, p. 89). Dito isto, percebemos a contribuição desse tipo de ADC para o trabalho aqui exposto, tendo em vista o seu caráter crítico, social, voltado ao momento sócio-histórico da contemporaneidade e o seu diálogo com outras teorias, não se limitando à um modelo de análise estático e engessado.

Ademais, a ADC também colabora para a descolonização da Arqueologia, permitindo mensurar as formas como diferentes saberes são articulados e difundidos. Nesse sentido, a ADC possibilitará a identificação das arqueologias insurgentes/indisciplinadas, considerando as formações discursivas em compasso com os vieses teóricos, ideológicos e políticos nos quais eles se estabelecem. Dito isso, apresento a seguir a descrição da metodologia de ADC adaptada à minha pesquisa.

Para responder às questões levantadas por este trabalho foram analisados um conjunto de dados quantitativos e qualitativos referentes às duas universidades do Piauí que possuem o curso de Arqueologia (Univasf e UFPI). Para isso, fiz o uso da análise bibliométrica em concomitância à ADC. A Bibliometria é um ramo da Ciência da Informação e da Biblioteconomia que busca analisar de forma objetiva e empírica os dados quantitativos provenientes de publicações científicas. Ela pode se relacionar com a AD da seguinte forma:

Por privilegiar os discursos publicados, os resultados de estudos bibliométricos no que tange especialmente à quantificação da literatura publicada e ao mapeamento da rede de relações estabelecida entre autores e textos, por meio das citações, podem se constituir em insumos empíricos da maior importância para que se evidenciem ângulos peculiares do processo de produção de conhecimentos, ensejando o desenvolvimento de posteriores análises de natureza qualitativa. (ALVARENGA, 1998, p. 2).

Neste trabalho, analisei os seguintes dados, disponíveis nos sites, repositórios e bibliotecas digitais das universidades, e nas plataformas digitais, como a Plataforma Lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (doravante, CNPq):

Quadro 1 - Variáveis analisadas na pesquisa.

Quadro 1 Variáveis analisadas na pesquisa.

UNIVERSIDADE				
Nome do curso	Centro e departamento	Ano de criação	Áreas de concentração e linhas de pesquisa	Projeto Pedagógico do Curso (PPC)
PERFIL DOS DOCENTES				
Nome	Formação (grau, curso e instituição)		Período de docência	Áreas de pesquisa
PERFIL DOS DISCENTES				
Naturalidade	Ano de ingresso	Ações afirmativas		
MONOGRAFIAS DE FINAL DE CURSO				
Título	Resumo	Palavras-chave	Temática	Ano

Fonte: Autora, 2023.

Para ter acesso a todos os dados acima, também foram coletadas informações no Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) da Univasf e da UFPI. Além disso, para além das áreas de pesquisa dos docentes, também foram levados em conta a sua graduação, pós-graduação *stricto sensu*, instituição de formação e período de docência na Univasf ou na UFPI, complementando o que já foi coletado em pesquisa anterior e trazendo, assim, mais informações para traçar esses perfis. Nesse momento, optamos por analisar apenas os currículos dos docentes efetivos fundadores e egressos.

Também foi trabalhado o perfil dos discentes, de forma a evidenciar como os aspectos citados no quadro acima contribuem para a escolha das temáticas dos trabalhos acadêmicos, bem como traçar um panorama sobre a origem geográfica e social dos estudantes de Arqueologia do Piauí – por meio de dados estatísticos disponibilizados pelas instituições.

Observa-se, ainda, a importância de entender o processo de construção dos cursos e das universidades, o que necessitou de uma pesquisa mais aprofundada, com fontes mais completas, como a análise dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (doravante, PPC's) e demais documentos de criação dos cursos.

Para complementar as informações documentais, fiz duas entrevistas³ pontuais com um dos primeiros docentes do curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial da Univasf, Dr.

³ Também foram feitas tentativas de contato para entrevista com as professoras Dras. Gabriela Martin, Anne-Marie Pessis e Jôina Borges, com o objetivo de trazer mais informações a respeito do histórico dos cursos de Arqueologia do Piauí, o que não se concretizou no momento. Apesar de não ter feito mais entrevistas devido ao curto tempo

Mauro Fontes, e com uma das fundadoras do curso de Arqueologia e Conservação de Arte Rupestre da UFPI, Dra. Maria Conceição Lage. O método utilizado para as entrevistas foi o da entrevista *online* ou entrevista à distância, alternativa prática que se disseminou durante e após a pandemia de COVID-19, ao facilitar a interação entre entrevistador e entrevistado sem necessitar da presença física e simultânea dos mesmos (SANTHIAGO; MAGALHÃES, 2020). Optamos pelo uso das plataformas *Zoom* e *Google Meet* e as entrevistas foram concebidas como uma conversa informal.

Na análise bibliométrica dos dados das publicações de final de curso foi considerada somente uma temática por trabalho. Para isso, a busca por termos e temáticas específicos ocorreu primeiramente pelo título do trabalho, no qual costuma estar presente a subárea, em seguida nas palavras-chave, no resumo e, em último caso, na ferramenta de pesquisa por palavras no próprio texto (quando esses dados estavam disponíveis), tendo em vista que o volume de publicações acadêmicas não permite uma análise mais acurada dos trabalhos completos. Essa metodologia é chamada leitura técnica, ou seja, trata-se de uma leitura objetiva e imparcial, que busca por tópicos e descritores específicos para responder às perguntas feitas previamente pela pesquisa (LILACS, 2017).

Em razão da necessidade de um olhar mais apurado sobre esses trabalhos, tive que selecionar apenas as monografias que estavam disponíveis para *download* nos repositórios institucionais *online*⁴, de forma que eu pudesse ter acesso ao trabalho completo, e não apenas ao resumo. Com isso, foi possível identificar e classificar com maior clareza as temáticas desenvolvidas em cada trabalho. Entretanto, levamos em conta que esse quantitativo é amostral, já que há monografias que não estão inseridas nos repositórios, muitas vezes por falta de interesse dos alunos em publicizar o seu trabalho, apesar da obrigatoriedade da publicização – situação que pode ser decorrente da colonialidade do ser, como discutem Mageste e Amaral (2022).

Para a classificação das monografias foram criados previamente cinco grandes grupos temáticos, inspirados na classificação proposta no trabalho de Mageste e Amaral (2022): Arqueologia do Passado Remoto; Arte Rupestre; Arqueologia Histórica; Arqueologia Social e Indisciplinada; e Revisão Teórica, Metodológica e Bibliográfica. Vale salientar, contudo, que

para a realização do trabalho, ressalto a necessidade de expansão das entrevistas para outros docentes e também incluir os discentes em etapas futuras, de forma a preencher as lacunas e ampliar as informações sobre a temática do ensino de Arqueologia no Brasil.

⁴ No repositório da Univasf a busca ocorreu pela seleção do termo Arqueologia: <https://biblioteca.univasf.edu.br/pergamum/biblioteca/index.php>. No repositório da UFPI a busca ocorreu pela seleção do ano de defesa: https://sigaa.ufpi.br/sigaa/public/curso/monografias.jsf?lc=pt_BR&id=5770575. A etapa de coleta das monografias foi finalizada em 2022.

apesar de termos criados essas categorias, elas não são excludentes, tendo em vista a sua interdisciplinaridade e transdisciplinaridade.

Com relação a categoria Arqueologia do Passado Remoto, foram incluídas todas as monografias que apresentassem como recorte cronológico o período da história indígena pretérita, também chamado pré-histórico ou pré-colonial. A categoria Arte Rupestre foi criada em razão do expressivo número de trabalhos com essa temática, percebido previamente no meu TCC. Para a classe de Arqueologia Histórica foram incluídos todos os trabalhos voltados para a materialidade dos períodos históricos, desde a colonização até o século XX. Já a Arqueologia Social e Indisciplinada engloba todos os trabalhos com propostas críticas ao cientificismo, focados nas relações entre comunidades vivas e contexto arqueológico. A classe Revisão Teórica, Metodológica e Bibliográfica abarca todas as monografias que tiveram o objetivo de analisar algum aspecto teórico, metodológico ou bibliográfico na Arqueologia.

É importante salientarmos, que toda abordagem arqueológica, seja ela de cunho mais técnico ou mais sensibilizada às questões sociais, tem o seu valor e a sua importância tanto acadêmica quanto social, tendo em vista que ela pode ser moldada e subvertida pelos autores que as empregam. Exemplo disso, são os trabalhos metodológicos e com maior rigor científico, mas que são produzidos por pessoas de comunidades tradicionais ou utilizados para beneficiar essas comunidades, como no processo de reconhecimento de territórios indígenas e quilombolas. Dito isso, entendo que essas classificações, apesar de necessárias para o desenvolvimento deste trabalho, acabam desvelando contradições, que sinalizam para possibilidades de refinamento dos recortes temáticos em pesquisas futuras.

De todo modo, para o momento, com base nas tendências detectadas nessa primeira etapa, empreendi uma análise qualitativa dos trabalhos que tiveram um teor crítico, político e social (Arqueologias Sociais e Indisciplinadas), a partir das seguintes variáveis discursivas: título; ano; autoria; texto; prática discursiva; e prática social, como mostrado no quadro abaixo:

Quadro 2 - Variáveis que compõem a nossa Análise do Discurso Crítica.

ANÁLISE DO DISCURSO CRÍTICA					
TÍTULO	ANO	AUTORIA	PRÁTICA TEXTUAL	PRÁTICA DISCURSIVA	PRÁTICA SOCIAL
Título da monografia	Ano da defesa	Nome	Os termos e conceitos que remetem à prática de uma Arqueologia Social e Indisciplinada	O local da pesquisa, os meios de divulgação e as citações ao trabalho	As relações com os aspectos ideológicos vinculados à Arqueologias Sociais e Indisciplinadas

Fonte: Autora, 2023.

Com base no quadro acima, considere como termos e conceitos que aludem a uma prática arqueológica social e indisciplinada: Arqueologia Social; Arqueologia Social Inclusiva; Arqueologia Indisciplinada; Arqueologia Participativa; Arqueologia Afetiva; Arqueologia Pública; História Oral; Educação/Extroversão Patrimonial; comunidade; sociedade; social; memória; identidade; pertencimento; entrevista; etnografia; etnohistória.

Vale destacar que todos esses termos e conceitos são moldados pelos pesquisadores que os utilizam, podendo ter um caráter crítico e engajado ou não. Exemplo disso é a Educação Patrimonial, abordagem utilizada pela Arqueologia com intuito, muitas vezes, empresarial:

Outra área em que a AC tem deixado sua marca no Brasil é a educação patrimonial, amplamente promovida como uma forma de “abrir e legitimar” espaços acadêmicos para que a disciplina se articule com a comunidade e como uma maneira de educar o público em assuntos que, se acredita, só a arqueologia é capaz de fomentar. Contudo, “abrir e legitimar” espaços acadêmicos à arqueologia articulada com a comunidade e, ao mesmo tempo, prestar serviços profissionais a empresas de desenvolvimento que violam todo o tipo de direitos não é apenas uma atitude contraditória, mas também cínica. (GNECCO, DIAS, 2015, p. 15).

A Educação Patrimonial é uma prática obrigatória prevista na Portaria nº 230 de 17 de dezembro 2002 (BRASIL, 2002) e destrinchada pela Instrução Normativa (IN) nº 1 de 25 de março de 2015 do IPHAN (BRASIL, 2015) e pela Portaria nº 137 de 28 de abril de 2016 (BRASIL, 2016). Apesar de ter nascido com esse viés burocrático, ela vem sendo ressignificada, inclusive com o uso do termo Extroversão em vez de Educação, para evocar uma troca de saberes bilateral (MONTEIRO, 2020).

Outro exemplo é o da Etnoarqueologia, que foi responsável por retomar os estudos arqueológicos com comunidades vivas, principalmente indígenas, no período pós Ditadura Militar brasileira. A partir da década de 1980, com o Pós-processualismo, essa abordagem incorpora os aspectos cognitivos, sociais e ideológicos da sociedade, para além da definição de padrões de comportamento humano, que era o objetivo da escola Processual (POLITIS, 2002; POLONI, 2009).

Em relação a prática discursiva, identifiquei: o local da pesquisa, os meios de divulgação e se há citações em outros trabalhos através da ferramenta de pesquisa *Google Acadêmico*. A partir da análise dos textos e das práticas discursivas, pretendi evidenciar os aspectos ideológicos presentes em algumas das monografias da Univasf e da UFPI que remetem à uma prática arqueológica indisciplinada, crítica, politizada, social e afetiva – a prática social. Com isso, pude atestar dois processos distintos ocorrendo em um mesmo estado geográfico de mudança e ruptura epistêmica com o modelo de ensino de Arqueologia eurocêntrico, positivista e colonialista hegemônico no país.

Com esse extenso levantamento foi possível mostrar um panorama sobre o ensino da Arqueologia no Piauí, evidenciando as temáticas mais desenvolvidas pelos discentes, bem como pelos docentes, em seus currículos profissionais, e demonstrando como os contextos de criação desses cursos contribuíram ou não para ampliar as epistemologias do pensamento arqueológico. Futuramente, esses dados fomentarão as investigações sobre as práticas sociais e discursivas que atravessam os discursos arqueológicos produzidos, observando os atravessamentos entre contexto social, ideologia e produção de saberes.

3 UNIVERSIDADE, ARQUEOLOGIA E DECOLONIALIDADE

O ensino de Arqueologia é uma temática pouco abordada em trabalhos científicos pelo mundo, não sendo considerado por perspectivas mais tradicionais como objeto de estudo da Arqueologia, tampouco da Pedagogia, o que dificulta o desenvolvimento epistemológico e a autocrítica da disciplina arqueológica. Apesar disso, arqueólogos brasileiros têm procurado debater e trazer à tona esta temática para a academia. Com isto, neste capítulo buscarei abordar um breve estado da arte global e brasileiro referente ao ensino de Arqueologia, com o propósito de situar as graduações em Arqueologia da Univasf e da UFPI nesse cenário amplo de problemas e discussões. Para esse percurso, partirei de reflexões que explicitam as colonialidades e potencialidades decoloniais no escopo do ensino superior, em consonância com a discussão apresentada no capítulo anterior.

3.1 O ENSINO SUPERIOR: HISTÓRICO, OBJETIVOS E MODIFICAÇÕES

Antes de falarmos sobre práticas de ensino decoloniais, precisamos ressaltar os motivos pelos quais essas práticas existem, diagnosticando o vínculo entre educação, colonialismo e colonialidade. Com isto em vista, é importante relembrarmos, com o auxílio de pensadores como Paulo Freire (1967), que a nossa colonização teve como mote a exploração comercial e isso influenciou diretamente o modelo de educação que temos hoje: paternalista, capitalista e antidemocrática. Focarei, neste capítulo, no contexto histórico de criação das universidades até o desenvolvimento do ES brasileiro, levando em consideração os contextos de outros países americanos, que nos ajudam a entender melhor esse processo.

3.1.1 As primeiras universidades e os modelos tradicionais de ensino

Preliminarmente, devemos lembrar que a universidade é uma “invenção” ocidental, europeia e católica, cuja origem remonta ao período medieval, com a criação no século XII, da Universidade de Paris, na França; e da Universidade de Bolonha, na Itália (MARCON; ALVES, 2016). Ou seja, o próprio conceito de universidade remonta às teorias produzidas pelo Norte Global, locais que depois se tornariam os estados nação da Itália, França, Inglaterra, Alemanha e os Estados Unidos, homogeneizando toda e qualquer forma de pensar as ciências (GROSFOGUEL, 2016).

Vale destacar, também, que desde a sua fundação, as universidades eram estritamente voltadas para as elites, excluindo os saberes populares e tradicionais – o que ainda percebemos na atualidade: “A universidade não só participou da exclusão social das raças e etnias ditas como inferiores, como também teorizou a sua inferioridade” (SILVA; SILVA, 2018, p. 41).

As primeiras universidades medievais funcionavam da seguinte forma: a escola monástica, no século XI, voltada para a educação dos monges e praticada em áreas rurais; e a episcopal, a partir do século XII, praticada em escolas urbanas e voltada à preparação dos padres (PASSOS, 1997). Esse tipo de ensino religioso eclodiu a partir do processo de urbanização ocorrido na Europa Ocidental no século XI, como uma superação da crise que acometia a sociedade feudal, o que mais tarde constituiu as bases de estabelecimento da Modernidade (CASTRO, 2014):

Foram processos relacionados ao renascimento comercial e cultural, os quais deram outras dinâmicas para as cidades medievais, abrindo caminho para contestações das ordens predeterminadas e para o movimento de centralização do poder pelas monarquias nacionais, fundamental para a expansão marítima comercial, considerada a primeira expressão do processo de mundialização contemporânea. (CASTRO, 2014, p. 46).

Enquanto a universidade surgiu na Europa como consequência da crise do antigo regime e do início do capitalismo, nas Américas ela já nasce imersa no capitalismo comercial. Como resultado, desde o princípio as universidades lutam por sua autonomia: religiosa, no período medieval; em relação ao Estado, no período moderno; e em relação ao capital, no período atual (CASTRO, 2014).

Segundo Ribeiro e Melo (2019), a universidade, como a conhecemos hoje, deixou de ser a fiscalizadora do conhecimento, como pretendiam os iluministas, para ser uma corporação prestadora de serviços, com o advento do capitalismo. Contudo, permanece a visão iluminista de que natureza e humanidade deveriam ser analisadas separadamente e opostamente, assim como eram percebidos os bárbaros e os civilizados: “São os filósofos iluministas aqueles que começam a fundar o pensamento moderno/colonial, baseando-se na diferenciação entre o Eu e os Outros, sem o reconhecimento do Outro como sujeito” (RIBEIRO; MELO, 2019, p. 2). Foi essa maneira de pensar que definiu as bases de formação de disciplinas como a Sociologia, Antropologia, Arqueologia e outras Ciências Humanas, as quais serviam como instrumento para a consolidação do projeto imperial e civilizatório.

Além da origem ocidental das primeiras universidades, também foram criados modelos de ensino tradicionais e hegemônicos, os quais influenciaram as IES brasileiras: Humboldtiano, Napoleônico, Anglo-Saxão e Anglo-Americano. O primeiro, criado em 1810 e de origem alemã, estava preocupado em desenvolver o senso crítico e autônomo a partir de um

conhecimento geral e profundo, fundamentado na pesquisa e desprezando os ideais nacionalistas. Já o modelo Napoleônico, em vigor a partir de 1808 e de origem francesa, foi mais utilizado pelos países europeus e latino-americanos. Caracteriza-se pelo cunho funcionalista e utilitarista, que enxergava a instituição de ensino como instrumento de formação profissional e política. O modelo Anglo-Saxão defende uma educação liberal, o profissionalismo e autonomia institucional. Por fim, o modelo Anglo-Americano apresenta todas as características básicas dos modelos europeus, defende a descentralização de governança e a massificação do ensino (MARCON; ALVES, 2016).

Na década de 1980 as IES brasileiras passam a ser influenciadas pelo modelo de ensino anglo-americano, de cunho neoliberal. Ou seja, as IES brasileiras, de maneira geral, foram pinceladas por três modelos de ensino diferentes, mas todos localizados no Norte Global (MARCON; ALVES, 2022). O atual ES brasileiro apesar de estar mais próximo, de maneira geral, do modelo Anglo-Americano, continua apresentando traços dos modelos Napoleônico e Humboldtiano. Ou seja, não há um modelo de ensino totalmente brasileiro, contudo, é possível perceber mudanças no perfil dos discentes, docentes, grades curriculares e nos tipos de pesquisas que são produzidas em instituições aonde prevalece determinado modelo de ensino (MARCON; ALVES, 2016).

No trabalho do arqueólogo Jorge Eremites de Oliveira (2005) sobre a Arqueologia Pública no contexto universitário são citados dois opostos modelos de universidade concebidos no Brasil: *universidade operacional*, no qual a universidade funciona como uma prestadora de serviços para atender às demandas do mercado, modelo defendido durante o governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso (FHC), e que beneficiou o segmento da Arqueologia Preventiva⁵; e *universidade crítica*, inspirado nas ideias da filósofa Marilena Chauí, no qual a universidade resiste às imposições do capital e adquire autonomia em suas práticas e teorias.

3.1.2 A criação das universidades brasileiras

Segundo Coelho, Amorim e Melo (2019), falar em um sistema educacional brasileiro só foi possível a partir de 1822, quando o país se torna um estado-nação. Antes disso, no século XVI, havia o ensino religioso liderado pelos jesuítas e voltado para a catequese dos povos

⁵ Uma das divisões estruturais da Arqueologia se dá em Arqueologia Acadêmica (aquela exercida nas instituições de ensino públicas e privadas) e Arqueologia Preventiva ou de Contrato (aquela exercida no âmbito do Licenciamento Ambiental). Apesar de praticadas em contextos diferentes e serem tratadas historicamente como rivais, ambas possuem um papel científico, econômico e social.

indígenas – que eram obrigados a aprender o idioma e os costumes de Portugal para se tornarem mão de obra do projeto colonial. Posteriormente, a Companhia de Jesus, se direcionou para o ensino da elite latifundiária, escravocrata e aristocrática, com o objetivo de garantir os lucros financeiros e a formação de futuros sacerdotes.

A universidade surge no continente americano inicialmente na América espanhola, no século XVI, posteriormente na América do Norte, no século XVII (CASTRO, 2014), e no Brasil a partir do século XIX (MARCON; ALVES, 2022). Diferentemente da colonização espanhola, a herança colonial portuguesa dificultou a implementação das primeiras escolas superiores e universidades brasileiras, pois não era do interesse português a formação intelectual fora de Portugal, e de pessoas não pertencentes à elite (NOVAES; MEDEIROS; SILVA, 2018). “Não existia um projeto português de educação para sua colônia na América, como nunca haveria de existir, pois não estava em seus planos” (COELHO; AMORIM; MELO, 2019, p. 68).

Historicamente, as primeiras universidades criadas no contexto da América espanhola foram a de Santo Domingo, na atual República Dominicana, em 1538, a de San Marcos, em Lima, e a da Cidade do México, no México, ambas fundadas em 1551 e sob o controle da Igreja Católica. Essas primeiras instituições tinham o objetivo de fortalecer o cristianismo e a aristocracia colonial. Além disso, as matérias ensinadas eram as mesmas da Universidade de Salamanca, na Espanha, dentre as quais, Gramática, Artes, Direito Canônico e Civil e Teologia (PEREIRA, 2011).

Vale lembrar, ainda, que a Espanha no século XVI estava se tornando uma potência mundial, enquanto Portugal caminhava para o declínio até ocupar a posição atual na geopolítica europeia (CASTRO, 2014), o que também pode ser um fator importante para justificar a tardia criação das universidades brasileiras. Também devemos ter em mente que o processo de introdução das universidades na América do Norte e na América Latina se deu por diferentes vias:

Enquanto que na América espanhola a universidade foi introduzida por meio de decreto real e era fortemente controlada por ordens religiosas, no Norte da América ela surgiu como aspirações internas do projeto de se construir uma nação, já que os interesses mobilizados eram de formação de religiosos e gestores para as colônias inglesas. (CASTRO, 2014, p. 51).

É importante observarmos, sob o ponto de vista da colonialidade, como até os dias atuais o ensino universitário em Portugal, assim como em outros países de Primeiro Mundo, é

mais almejado pelos brasileiros do que o próprio ensino brasileiro, e como ainda é excludente o acesso ao ES pelas camadas sociais menos abastadas⁶:

Em Portugal, ainda no século XIII, em 1290, é formada a Universidade de Coimbra, instituição que ainda hoje mantém sua tradição e que acolheu os filhos das elites coloniais brasileiras, até mesmo depois do início da constituição do sistema universitário brasileiro, na terceira década do século XX. (CASTRO, 2014, p. 47).

Durante o período imperial brasileiro, D. Pedro I outorgou a primeira constituição, em 1824, a qual previa a instrução primária e gratuita para todos os cidadãos e a criação de colégios e universidades. Mesmo assim, o ensino continuou até os dias de hoje sendo privilégio de poucos (COELHO; AMORIM; MELO, 2019), pois o acesso às universidades sempre foi desestimulado para as camadas mais pobres, que muitas vezes precisam escolher entre adentrar em uma IES e trabalhar para se manter.

Os primeiros passos para a criação de IES no Brasil foram iniciados somente no início do século XIX, após a transferência da corte portuguesa para a colônia em 1808, e tinham como único objetivo formar profissionais da elite para atuar nesse contexto (NEVES; MARTINS, 2016). Após o fim da colônia, “o modelo de ensino continuou enciclopédico, com objetivos literários, voltados a ações que fortalecessem a autoridade do estado colonizador e disciplinares que estavam meramente associadas ao poder da metrópole” (COELHO; AMORIM; MELO, 2019, p. 68):

O novo ensino superior nasceu, assim, sob o signo do Estado nacional, dentro ainda dos marcos da dependência econômica e cultural, aos quais Portugal estava preso, respectivamente, à Inglaterra e à França. Além disso, o ensino superior incorporou tanto os produtos da política educacional napoleônica quanto os da reação alemã à invasão francesa, esta depois daquela. (CUNHA, 2011, p. 153).

No final do período imperial brasileiro (1889), existiam seis escolas superiores voltadas para a formação de juristas, médicos e engenheiros. No ano seguinte esse número aumentou para 24; e na década de 1930, centenas de escolas superiores foram criadas, mas de ordem católica e privada. Interessante observar também, que nessa época, as pesquisas científicas eram feitas nos institutos de pesquisa e não nas escolas superiores, como é atualmente (NEVES; MARTINS, 2016).

Durante a Primeira República, houveram reformas nos ensinos médio e superior. Nesse período surgiu o Movimento Escola Nova, liderado pelos educadores Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Manuel Lourenço Filho, que se tornou um movimento educacional

⁶ <https://www.estadao.com.br/emails/carolina-delboni/cresce-numero-de-jovens-que-optam-por-fazer-faculdade-fora-do-brasil/>.
<https://veja.abril.com.br/brasil/busca-por-graduacao-no-exterior-cresce-377-entre-estudantes-brasileiros>

mundial voltado para um modelo de ensino público, universal e gratuito. Esse movimento, inserido no contexto da industrialização, objetivava além do estímulo ideológico, a obtenção de mão de obra qualificada para trabalhar nas fábricas (COELHO; AMORIM; MELO, 2019).

A partir da primeira metade do século XX, no contexto da industrialização, surgem as primeiras universidades brasileiras modernas, estruturadas pela elite colonizadora herdeira da Corte Portuguesa, e com foco nas faculdades isoladas de Direito e Medicina (ZITKOSKI; GENRO; CAREGNATO, 2015). Sob os moldes do modelo de ensino francês, as primeiras IES brasileiras tinham um caráter funcionalista e utilitário, se afastando da formação cultural pura do modelo alemão (MARCON; ALVES, 2022). Esse contexto de modificação nas formas de ensino brasileiro é explanado em:

Deve-se considerar que as primeiras décadas do século XX foram os primeiros anos da demarcação teórica e ideológica de duas vertentes políticas, capitalismo e socialismo. Por todo o restante do século, interpretações otimistas e depreciativas sobre modelos educacionais, a depender de quem o implementava, foram discutidas por pensadores da educação que ao analisarem exemplos de outros países que demonstravam bons resultados, eram trazidos para o Brasil. No entanto, durante todo esse período, a adaptação de modelos estrangeiros não alcançaram êxito, seja de qual lado era idealizado, provocando, como sempre, a precarização do ensino. (COELHO; AMORIM; MELO, 2019, p. 70).

No trabalho de Bernardino-Costa, Maldonado-Torres e Grosfoguel (2019) é apresentado um panorama crítico sobre a tardia fundação das universidades no Brasil – modernidade tardia –, em comparação ao restante da América Latina e do mundo. Segundo Cunha (2011), entre 1909 a 1926, funcionou a primeira universidade brasileira, a Universidade de Manaus, fomentada por grupos privados e pela exploração da borracha. Outros relatos históricos afirmam que a primeira universidade fundada no país foi a Universidade do Rio de Janeiro (doravante, URJ), em 1920, e posteriormente a Universidade de São Paulo (doravante, USP), em 1934, ambas pensadas e criadas por duas missões francesas que formam a elite branca acadêmica ainda predominante nas universidades do país, e que moldaram a forma de construir o conhecimento. Em 1935 foi criada a Universidade do Distrito Federal (UDF), a qual foi integrada à URJ (NEVES; MARTINS, 2016). Apesar de uma origem histórica semelhante com a URJ, a USP apresentava como diferencial a Faculdade de Filosofia, a qual influenciou as demais faculdades do país e era caracterizada pelo modelo de ensino alemão.

É importante contextualizarmos alguns dos eventos políticos que marcaram o Brasil e o Mundo na década de 1930 e que influenciaram na criação de programas políticos direcionados ao ensino superior – os quais serão mencionados adiante. Com a quebra da bolsa de Nova Iorque em 1929, o Brasil sofre uma grave crise econômica, o que somado à uma série de problemas sociais desencadeou a Revolução de 1930 – época do governo de Getúlio Vargas ou Era Vargas.

Dessa conjuntura surgem o Ministério da Educação e Saúde Pública, a Reforma do Ensino Secundário e do Ensino Superior, o Manifesto dos Pioneiros pela Educação Nova e a Constituição Federal de 1934 (COELHO; AMORIM; MELO, 2019).

Com o “boom” da industrialização e após a Segunda Guerra, houve a necessidade de formação universitária para atender ao desenvolvimento econômico, desse modo, foram criadas IES públicas em quase todos os estados do país. Contudo, a oferta de vagas nas IES públicas era insuficiente, o que provocou o aumento no número de IES privadas. Assim, entre 1946 e 1960 foram criadas 18 IES públicas e dez IES privadas. É nesse momento que surge o ES de cunho empresarial. Entre 1970 e 1980, as IES privadas apresentavam em suas faculdades isoladas cursos de baixo custo nas áreas de Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas. Ao contrário das IES públicas, as IES privadas eram voltadas unicamente para o ensino, e não para a pesquisa e extensão, e se dividiam em confessionais, comunitárias, filantrópicas e particulares – tendo as últimas o seu funcionamento autorizado no final do ano de 1999 (NEVES; MARTINS, 2016).

Apesar dos objetos de estudo desta dissertação serem duas IES públicas, devo mencionar que também existem cursos de Arqueologia em instituições privadas no Brasil, sobretudo especializações *lato sensu*, no Sudeste, mas também uma graduação na Universidade Católica de Goiás (doravante, PUCGoiás) (MONTEIRO, 2022). Inclusive, a primeira graduação em Arqueologia do país funcionou em uma instituição privada. As discussões sobre os diferentes caminhos e abordagens que essas instituições vêm trilhando são incipientes, mas necessárias.

Diniz e Goergen (2019) discutem, dentre outras coisas, os aspectos positivos e negativos das IES públicas e privadas no país. Como pontos positivos são consideradas a maior flexibilidade das IES privadas às demandas sociais e de mercado, a melhor infraestrutura, a maior oferta de vagas e a menor burocracia no acesso ao ensino, em relação às IES públicas. A pesquisa de Neves e Martins (2016) mostra que desde 1960 até 2012 o número de matriculados em IES privadas era substancialmente maior do que nas IES públicas.

Apesar dos pontos positivos das IES privadas, as universidades públicas são consideradas, historicamente, de maior prestígio e com melhor qualidade de ensino, mesmo com o constante problema da falta de verba governamental. Ademais, muitas vezes, as IES privadas são dotadas de fundamentos mercantilistas, que as distanciam da lógica da educação como um bem público, responsável pelo desenvolvimento do pensamento crítico. As IES privadas costumam ser voltadas para o fortalecimento de uma formação profissional técnica,

produtivista e utilitária, que não dialoga com a formação social, cultural e política, afastando a academia da sociedade (ZITKOSKI; GENRO; CAREGNATO, 2015).

É interessante observarmos, também, a organização das IES brasileiras em diferentes tipos, para além do público e privado:

As instituições de ensino superior no Brasil distinguem-se em: i) instituições universitárias: as universidades que têm como função o ensino, a pesquisa e a extensão e que devem ter um terço dos professores com título de mestre ou doutor e um terço trabalhando em dedicação exclusiva; e os centros universitários, que se caracterizam pela oferta qualificada do ensino, não precisando manter atividades de pesquisa e gozando de autonomia para criar cursos ou vagas; e ii) as IES não universitárias: compreendem as faculdades e os centros e institutos tecnológicos, voltados basicamente para as atividades de ensino, não gozando de autonomia e que dependem do Conselho Nacional de Educação (CNE) para aprovação de novos cursos e vagas. (NEVES; MARTINS, 2016, p. 100).

Com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública (futuro Ministério da Educação, doravante MEC), em 1930, a figura do professor catedrático, como no modelo humboldtiano de ensino, deixou de existir. Desse momento em diante, o MEC ficou responsável pela regulamentação do ensino em nível nacional, pelo financiamento, estrutura departamental e por reafirmar a necessidade da criação de programas de pós-graduação (doravante, PPG'S). A reforma universitária de 1968, inspirada no modelo estadunidense, levou à criação das pós-graduações *stricto sensu* e estabeleceu uma relação indissociável entre ensino, pesquisa e extensão. Vale lembrar que um dos motivadores da reforma de 1968 foi o movimento estudantil, que pedia a melhoria no sistema de ensino público, sobretudo, com relação à falta de pesquisa no interior das universidades (NEVES; MARTINS, 2016).

Anteriormente à atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (doravante, LDB) (BRASIL, 1996), houve um projeto de LDB que entrou em vigor a partir de 1961, e que foi responsável por ampliar o número de IES no país, sobretudo privadas, e diversificar os cursos para além dos tradicionais: Direito, Medicina e Engenharia. Logo em seguida, em 1962, foi criada a Universidade de Brasília (doravante, UnB), com uma proposta de ensino inovadora que influenciou as demais IES. Algumas das principais mudanças na estrutura das IES foram a extinção do sistema catedrático, a criação dos departamentos no lugar das faculdades isoladas e a maior autonomia dos colegiados (TEIXEIRA, 1989).

Segundo Coelho, Amorim e Melo (2019), a primeira LDB representou um marco histórico para a educação brasileira, pois foi a partir dela que o sistema educacional brasileiro foi definido e regularizado conforme a Constituição de 1934. Também houve uma versão da LDB em 1971, formulada durante a Ditadura Militar, o que representou o retrocesso, a

repressão, a privatização e o tecnicismo do ensino e a exclusão da maioria da população no acesso ao ensino público de qualidade.

Em 1996, foi criada a atual LDB nº 9.394 (BRASIL, 1996), reforçando, mais uma vez, a importância dos PPG's (CAROMANO; TRINDADE; CASCON, 2014). Para além disso, devo mencionar que a atual organização do ES brasileiro em público e privado foi formalizada e normalizada pela Constituição (BRASIL, 1988) e pela LDB (BRASIL, 1996) (NEVES; MARTINS, 2016). Outros benefícios da LDB de 1996 foram: aumento dos níveis de escolarização; redução do analfabetismo; universalização do acesso ao ensino fundamental; aumento das matrículas no ensino médio público; e aumento das oportunidades de acesso à educação infantil e superior (COELHO; AMORIM; MELO, 2019).

A partir dos anos 2000, importantes programas de expansão e democratização do acesso ao ES público foram criados. O Programa de Expansão da Educação Superior Pública (EXPANDIR), em 2003-2006 previa a expansão física e estrutural das IES como ponto fundamental para concretizar a expansão, interiorização e democratização da educação pública superior. Com o EXPANDIR foram criadas dez novas universidades federais e quarenta e nove *campi* universitários, inclusive em regiões interioranas (GENTIL; LACERDA, 2016). O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (doravante, Reuni), criado em 2007, teve por objetivo criar “condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais” (BRASIL, 2007).

No tocante às formas de acesso ao ES, devo mencionar a implementação do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), em 1999, responsável pelo fornecimento de crédito estudantil em IES privadas; do Programa Universidade para Todos (ProUni), em 2004, responsável pela oferta de bolsas de estudo em IES privadas; e do Sisu (doravante, Sistema de Seleção Unificada), criado em 2010, responsável pela oferta de vagas em instituições públicas de ES no país através do Enem (doravante, Exame Nacional do Ensino Médio), criado em 1998.

Em 2007, é instituído o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), com o objetivo de combater as desigualdades sociais e regionais, bem como ampliar e democratizar as condições de acesso e permanência dos estudantes no ES público federal, através da garantia dos seguintes direitos: moradia estudantil; alimentação; transporte; assistência à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; e apoio pedagógico (BRASIL 2007).

Uma política de ação afirmativa importante para a democratização do ES brasileiro é a Lei nº 12.711/2012, a Lei de Cotas (BRASIL, 2012) utilizada pelo Sisu, que prevê a reserva

de no mínimo, 50% das vagas para estudantes que tenham cursado todo o ensino médio em escolas da rede pública, com distribuição proporcional das vagas entre negros, pardos e indígenas. Além do Fies e do ProUni, também há o financiamento através de recursos estaduais e municipais, agências de fomento, como a CAPES, o CNPq e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), além de fundações de pesquisa estaduais e recursos privados (NEVES; MARTINS, 2016).

Todas essas políticas de financiamento estudantil, de acesso e expansão do ES e de ações afirmativas têm aumentado o número de estudantes de origens e classes sociais diversas nas IES públicas e particulares:

As ações afirmativas são estratégicas para combater as desigualdades raciais e o racismo epistêmico, o que envolve um olhar atento tanto para o acesso e a permanência na graduação e na pós-graduação como para a nova contratação de professores e a definição de temas de pesquisa e financiamento. Entende-se que a universidade pública não é somente um microcosmo, mas um cadinho em ebulição, do qual emergem e se propagam concepções de existência e de mundo que podem ser emancipadoras ou opressoras e violentas. O que se passa dentro da universidade espelha a vida cotidiana do país e também inspira o que teremos à frente. Enfrentar o racismo na universidade é um compromisso inadiável com nossos contemporâneos e com as gerações futuras, pois o que está em jogo é nossa concepção de humanidade e, nisto, nossa definição do que seja o propósito da pesquisa científica e do ensino. (BORGES; BERNARDINO-COSTA, 2022, p. 14).

A ideia de um sistema de cotas foi desenvolvida primeiramente na Índia no ano de 1948, país em que a sociedade se divide em castas religiosas. No Brasil, esse sistema só entrou em vigor nas IES a partir de 2012, inspirado, em parte, no modelo estadunidense – de onde surge o termo ação afirmativa, no qual as cotas estão inclusas. Contudo, desde a década de 1940 houveram algumas iniciativas brasileiras de adoção de sistemas de cotas em outros ambientes, para além do universitário. Além disso, as cotas estão previstas na Constituição (BRASIL, 1998), nas leis promulgadas a partir dela, nos órgãos legislativos, no serviço público e nas instituições de ensino do país. Desse modo, mesmo antes da Lei de Cotas (BRASIL, 2012), algumas IES brasileiras já continham políticas de cotas, a primeira delas foi a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (doravante, UERJ), em 2003 (SANTOS, 2012).

Atualmente existem três diferentes tipos de cotas: racial, social e para Pessoa com Deficiência (PCD). Vale lembrar que antes da cota racial ser constitucionalizada, ela foi duramente rejeitada por parte da sociedade brasileira, que afirmava que a mesma evocava a discriminação racial e violava o princípio da igualdade (NEVES; MARTINS, 2016). Todavia, as cotas seguem o princípio da equidade e promovem a igualdade, pois são justamente uma forma de romper com a desigualdade social, seja por etnia, classe social, gênero ou aparência física (FILHO; CUNHA, 2014).

Em 2014 foi promulgada a Lei nº 12.990, que garante uma reserva de 20% das vagas em concursos públicos para pessoas negras (BRASIL, 2014), contudo ainda são poucos os docentes negros lecionando em IES pelo país (MELLO; RESENDE, 2020). Ademais, também se faz necessária para a democratização do ES a implementação de cotas sociais para o ingresso de docentes de classes sociais menos favorecidas nas IES.

A primeira IES nordestina e a segunda do país a utilizar o sistema de cotas foi a Universidade do Estado da Bahia (doravante, Uneb), a maior IES pública da Bahia, distribuída em 24 *campi*. A Uneb se destaca não apenas por ser multicampi, mas também por estimular a participação dos discentes na formação e transformação da instituição (PINHEIRO, 2017). Em um de seus *campi*, em Paulo Afonso, está localizada a única graduação em Arqueologia do estado, criada em 2014 (MONTEIRO, 2022).

A Universidade do Estado da Bahia implantou seu sistema de cotas raciais (que reserva 40% das vagas para afrodescendentes que cursaram o ensino médio em escola pública e 5% para indígenas) em 2002, criando um modelo que passou a ser seguido por outras instituições de ensino superior. Mesclando critérios sociais e raciais no processo seletivo de seu vestibular, a Uneb foi a primeira universidade do Nordeste e a segunda do Brasil a implantar tal modelo de ações afirmativas, atrás apenas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), e foi referência para as leis de cotas sancionadas pela presidente Dilma Rousseff dez anos depois. Além disso, a atual gestão ampliou as políticas de inclusão, com a criação da Pró-Reitoria de Ações Afirmativas (Proaf), a fim de dar condições de permanência dos seus estudantes ingressos por cotas nos seus cursos. (PINHEIRO, 2017, p. 252).

Apesar da reparação histórica que a introdução das cotas raciais e sociais representa, verifica-se, ainda hoje, uma predominância de estudantes brancos nas IES, além da permanência de déficits educacionais históricos no sistema de ensino público básico, o que é reflexo das colonialidades do ser, do saber e do poder:

Constata-se, ainda, uma acentuada diferença étnico-racial entre os estudantes que frequentam o ensino superior. Mais da metade (62,6%) dos estudantes brancos de 18 a 24 anos estão no ensino superior, contrapondo os 28,2% dos estudantes negros, desta faixa etária, que estão neste nível de ensino. Evidencia-se, também, um atraso série-idade da população não branca, em que metade ainda está no ensino médio e um percentual significativo (18,2%) ainda frequenta o ensino fundamental. (NEVES; MARTINS, 2016, p. 108).

Além da desigualdade exposta acima, também há a problemática do ensino transmitido de forma igualitária pelos docentes nas IES, não levando em consideração as trajetórias distintas pelas quais esses discentes passaram. Tendo em vista que um estudante de escola pública teve uma formação distinta do estudante de escola privada (SOUZA; MOLL; ANDRADE 2020).

Outra política substancial para garantir a democratização da educação pública brasileira é o Plano Nacional de Educação (PNE), criado em 2014 e com duração de dez anos, cujas diretrizes são:

- I - Erradicação do analfabetismo;
- II - Universalização do atendimento escolar;
- III - Superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV - Melhoria da qualidade da educação;
- V - Formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI - Promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII - Promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;
- VIII - Estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- IX - Valorização dos (as) profissionais da educação;
- X - Promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental. (BRASIL, 2014).

São iniciativas como as expostas acima que confrontam a trajetória histórica das universidades, que desde a sua fundação, sequer cogitaram a presença de outros saberes, como indígenas, quilombolas, tradicionais, no ensino e nas pesquisas. Contudo, são iniciativas incipientes, pois mesmo após a implementação dessas políticas, essa conjuntura de exclusão permanece fortemente estruturada (BERNARDINO-COSTA; MALDONADO-TORRES; GROSGOUEL, 2019), como mostra o cenário abaixo:

Acompanhamos estarecidos que, todo o “empenho” por massificação da educação, quer Básica, quer do Ensino Superior, por meio de políticas públicas pontualizadas ou outros paliativos, não erradica as desigualdades sociais e nem tão pouco promove horizontalmente o direito de acesso, permanência, humanização e democratização de oportunidades, muito embora o discurso reforce o contrário e ainda quando de sua diminuição, poderia se dizer que é mais representativa do que substantiva. (LIMA, 2013, p. 93).

Desde a criação das primeiras universidades até os dias atuais as IES costumam ser criadas nas capitais ou grandes centros urbanos, contribuindo para esse processo de centralização elitista do conhecimento científico, o que é um reflexo da colonialidade do saber e do poder, e uma repetição do percurso histórico da colonização. Contudo, essa conjuntura começou a mudar após a reforma universitária imposta durante a Ditadura Militar para atender às demandas do mercado internacional e aos interesses das elites regionais, o que levou as IES para longe dos centros urbanos (ZITKOSKI; GENRO; CAREGNATO, 2015).

Nessa perspectiva, a expansão do ES no Brasil, para além do eixo Sul-Sudeste, deve ser sempre analisada considerando o seu propósito disfarçado de esvaziar os centros urbanos de migrantes. Desse modo, a abertura de universidades em regiões interioranas servia ao propósito de permitir o aprofundamento das relações capitalistas sustentadas pela ideia de desenvolvimento, além de reforçar a ideia de um *status* social elitista:

O contexto neoliberal revela-se como determinante e multiplicador das assimetrias educacionais regionais. O enfrentamento dessa questão deveria materializar-se nas leis de planejamento da educação, mas, na prática, tais leis simbolizam instrumentos

de reprodução da lógica capitalista que, ao invés de reparar as desigualdades, as reafirma com a constante privatização da educação superior nas regiões que historicamente foram colocadas às margens. (BRITO; GUIMARÃES, 2017, p. 62).

Percebemos aqui a relação entre o neoliberalismo progressista e o ES, pois no discurso neoliberal a educação deixa de fazer parte do campo social e político para ser um interesse exclusivo do mercado:

O raciocínio neoliberal é tecnicista. Equaciona problemas sociais, políticos, econômicos como problemas de gerência adequada e eficiente ou inadequada e ineficiente. Por exemplo, ao comparar a escola pública de primeiro e segundo graus à escola particular, a retórica neoliberal diz que a qualidade da primeira é inferior à da segunda porque a administração da escola pública é ineficaz, desperdiça recursos, usa métodos atrasados. Não leva em conta a diferença social existente entre ambas, nem a magnitude do capital econômico de cada uma. (MARRACH, 1996, p. 51).

Por outro lado, adicionando complexidade a este quadro, as políticas públicas conduzidas a partir dos anos 2000, voltadas para a democratização do acesso ao ES, estabeleceram um cenário propício para trânsitos e conflitos entre diferentes conhecimentos e expectativas com a formação superior (ZITKOSKI; GENRO; CAREGNATO, 2015; MAGESTE; AMARAL, 2022), como veremos no subcapítulo posterior.

3.1.3 Um retrato do Ensino Superior no Nordeste

O Nordeste, região aonde estão situados os objetos de estudo deste trabalho – Univasf e UFPI –, apresenta características particulares em relação às outras regiões do país, seja com relação às suas tradições culturais (vocabulário, culinária, música, dança, religiosidade, festividade, etc), aos aspectos geográficos (clima e bioma), e, sobretudo, em relação aos aspectos históricos, desde antes da colonização até o presente. Por essa razão, se faz importante nos debruçarmos sobre a história dessa região, com destaque para a introdução das primeiras IES nordestinas.

Antes de partirmos para o contexto da criação das primeiras IES no Nordeste, iremos refletir sobre alguns dos aspectos que simbolizam e singularizam a região. Um dos autores que irá nos guiar nessa reflexão é o Durval Muniz de Albuquerque Júnior, historiador que escreveu “A invenção do Nordeste e outras artes” (2011). Nesse livro, estão presentes muitos dos conceitos que esboçamos aqui, como discurso, modernidade, decolonialidade e afeto, os quais são utilizados pelo autor para retratar um Nordeste mutável, que não se limita ao que costumávamos aprender nas aulas primárias de História e que extrapola o imaginário popular.

Uma das críticas que Albuquerque Júnior (2011) faz é a de como prevalece até hoje o estigma do Nordeste como um local atrasado do ponto de vista social, econômico e político em

comparação com o Sul e Sudeste – algo similar aos conceitos de Norte e Sul Global trabalhados pelas perspectivas decoloniais:

O Sul é o espaço-obstáculo, o espaço-outro contra o qual se pensa a identidade do Nordeste. O Nordeste nasce do reconhecimento de uma derrota, é fruto do fechamento imagético-discursivo de um espaço subalterno na rede de poderes, por aqueles que já não podem aspirar ao domínio do espaço nacional. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 83).

Vale lembrarmos, ainda com o auxílio de Albuquerque Júnior (2011), que até a década de 1920 o Nordeste era considerado como parte do Norte, e ficou marcado como “flagelado” pelo problema da seca. Só a partir dessa década que começa a aparecer nos relatos históricos a separação entre a área amazônica e a área “ocidental” do Norte, provocada pela preocupação com a migração de “nordestinos” para a extração da borracha e como isso afetaria o quantitativo de trabalhadores nas lavouras nordestinas.

Toda essa conjuntura nos leva a enxergar, sob a ótica da crítica decolonial e do pensamento fronteiriço, a ideia de que a Modernidade é oposta à tradição, estando o Nordeste situado no passado e preso às tradições culturais, enquanto o Sudeste e o Sul representam a Modernidade. E tudo isso se reflete nos conhecimentos produzidos nas instituições de ensino dessas regiões:

Devido ao grande potencial industrial e maior concentração da renda nacional, as regiões Sul e Sudeste se destacam como as mais ricas, seguidas pelo Centro-Oeste, e Norte e Nordeste representam as regiões com piores níveis de renda e maior índice de pobreza do país. Tal fato se deve ao processo histórico de formação econômica dessas regiões, que sempre tendeu a reproduzir o elevado grau de desigualdade quando relacionadas às demais. Essas desigualdades não foram compensadas pelo Estado, consequentemente essas regiões sofrem com as diversas formas de exclusão, o que também se manifesta no acesso à educação superior. (BRITO; GUIMARÃES, 2017, p. 55).

Nos voltando para a temática do ensino superior, há relatos históricos de que o primeiro curso de ES brasileiro foi o de Filosofia, criado em 1572 pelos jesuítas da Companhia de Jesus, e que funcionou no Colégio da Bahia, tornando a região Nordeste pioneira na educação superior brasileira. Vale lembrar, contudo, que o ensino seguia o mesmo modelo pedagógico que era aplicado pelos jesuítas na Europa (ARAÚJO; CUSATI, 2021):

Por esta razão, o estudo sobre a origem da universidade no Brasil revela que, mesmo com a existência de cursos de ensino superior já no período colonial de controle jesuítico, o que caracteriza este período é a ausência de uma ação direta do Estado (inicialmente português) no sentido de constituir um sistema de educação superior. Esta ausência, que perdura durante todo o período de permanência dos jesuítas é, portanto, algo constitutivo da própria formação social do Brasil (ARAÚJO; CUSATI, 2021, p. 3630).

A capital de Pernambuco, Recife, no século XIX, era considerada o centro comercial, exportador, médico, cultural e educacional de uma vasta área do “Norte”. Lá foram fundadas

algumas das primeiras IES do país: o Seminário de Olinda, em 1800, e a Faculdade de Direito do Recife, em 1827, ambas frequentadas pela elite rural e considerados locais “privilegiados para a produção de um discurso, regionalista e para a sedimentação de uma visão de mundo comum” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 85).

Na década de 1960, foi criada a Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco (FAMESF), na Bahia. Entre as décadas de 1970 e 1980, foram criadas Autarquias Municipais de Ensino Superior em Pernambuco, que foram as principais formas de acesso ao ES pela população sertaneja do estado até a década de 1990 (ARAÚJO; CUSATI, 2021). Assim, até a década de 1960, a expansão do ES no Nordeste se deu através da transformação de IES pré-existentes em universidades:

Dessa forma, as regiões mais distantes dos centros políticos e capitais, que ainda não possuíam instituições de educação superior ou em que estas possuíam um perfil que não era compatível com o modelo de organização universitária que prevaleceu naquele período, não foram incluídas neste ciclo de criação e expansão das Universidades Federais. A alternativa foi a busca por alternativas que permitissem os governos locais dessem conta da crescente demanda por instituições de educação superior, por meio de autarquias municipais e fundações estaduais responsáveis por manter cursos superiores, principalmente voltados para a formação do magistério. (ARAÚJO; CUSATI, 2021, p. 3639).

Antes do advento das políticas de interiorização do ES no Nordeste, as classes mais abastadas utilizaram o poder e a influência econômica e política para mobilizar recursos para a criação de IES no interior. Mais tarde, no período entre 2003 e 2006, substancial para educação superior na região Nordeste, foram impulsionadas políticas federais para a interiorização das IES (ARAÚJO; CUSATI, 2021), com destaque para a criação da Univasf, como abordaremos no próximo capítulo:

A interiorização do ensino superior no Nordeste teve impactos mais significativos do que no resto do país. Além disso, tais impactos não dizem respeito apenas aos níveis de escolaridade, mas ampliou-se o dinamismo territorial em contextos socioeconômicos desfavoráveis. Antes a população dessas regiões tinha pouca chance de acessar o ensino superior, uma vez que a distância aos grandes centros se constituía em obstáculos praticamente intransponíveis para muitos indivíduos. (FUSCO; OJIMA, 2016, p. 7).

Na primeira década dos anos 2000, o número de matriculados no ES no Nordeste aumentou expressivamente, em razão da iniciativa privada, que em 2009 foi responsável por 57,6% do total de matrículas. Esse cenário de expansão do número de estudantes no ES privado se refletiu também no restante do país. Apesar dessa expansão, o quantitativo de matriculados no ES no Nordeste ainda era considerado baixo em relação ao restante do país, o que era consequência da desigualdade social no acesso ao ES – ainda sustentado por um sistema elitista (SANTOS; SILVA, 2015).

O último Censo da Educação Superior, realizado em 2021 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), mostrou que o Nordeste é a segunda região com o maior número de matriculados no ES, atrás apenas do Sudeste (INEP, 2022). À vista disso, apesar de todo esse contexto histórico marcado por uma série de violências epistêmicas, xenofobia e desigualdades sociais que marcam até hoje a região Nordeste, é importante percebermos os movimentos que vêm ocorrendo para subverter alguns desses cenários, com destaque para a democratização do acesso ao ES na região.

Dito isso, ressaltamos que apesar do Nordeste ser entendido pelos discursos hegemônicos como o lugar da tradição e do modo de vida rural, e o Sudeste ser o local da industrialização e do desenvolvimento, houve um deslocamento nos últimos 20 anos, que tornou o Nordeste o principal alvo de interesses econômicos e políticos. Exemplo disso são as obras de grande porte, como as realizadas pelo Programa de Aceleração do Crescimento (doravante, PAC), sobretudo as voltadas para a geração de energia renovável. Por essa razão, houve a necessidade de expandir as IES no Nordeste, com o objetivo de incorporar a região em uma economia de mercado.

3.2 PROVOCAÇÕES EM DIREÇÃO À DECOLONIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

Com base nas reflexões feitas no tópico anterior, é possível construir a ponte entre o pensamento decolonial e o ES brasileiro. Estermann, Tavares e Gomes (2017) ressaltam o fato de o mundo acadêmico contemporâneo brasileiro ainda ser dotado de pessoas com pensamentos colonialistas, responsáveis por fragmentar, disciplinar e dualizar os saberes. A estrutura universitária é fragmentada por um projeto político de atomização, fundado nos princípios anglo-americanos de forma a impedir articulações e movimentos subversivos. A própria grade curricular dividida em créditos é reflexo disso, além do distanciamento entre faculdades, departamentos e programas de graduação e pós-graduação (RIBEIRO; MELO, 2019).

Por essa razão, Bernardino-Costa, Maldonado-Torres e Grosfoguel (2019) defendem o aprofundamento das discussões sobre os processos de decolonização do ES e citam alguns desses movimentos, como a política de cotas, a prática disciplinar denominada Encontro de Saberes e a implementação do título de Notório Saber.

Vale explicar aqui o que é o movimento Encontro de Saberes citado acima. Trata-se de um projeto-piloto criado em 2010, na UnB, que reúne mestres e mestradas de saberes tradicionais diversos de quase todas as regiões do país para dar aula nas universidades e

incorporar os seus conhecimentos na academia (BERNARDINO-COSTA; MALDONADO-TORRES; GROSGOUEL, 2019). Até o momento, esse projeto vem sendo executado em nove universidades brasileiras, inclusive na pós-graduação, ampliando as possibilidades de ensino e contribuindo para a construção de conhecimentos decolonizantes:

Com o Encontro de Saberes, apostamos na possibilidade de que a base também se mova, uma vez que os mestres não podem ser docentes segundo o modelo institucional historicamente constituído. Começa-se a mover a base – a estrutura de cursos, os currículos, as ementas, os modos de certificação e contratação de docentes, os critérios de compatibilização e equivalência entre sabedores sem diploma, a flexibilização do letramento. (BERNARDINO-COSTA; MALDONADO-TORRES; GROSGOUEL, 2019, p. 116).

Freire (1967) já afirmava que a UnB fugia do modelo de ensino alienado e tecnicista, e buscava um saber autêntico e comprometido com a transformação da realidade nacional. Ele também cita o exemplo do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) como responsável pelo despertar de uma consciência nacional. Segundo Freire (1967), antes dessas instituições, muitos intelectuais brasileiros se sentiam frustrados por consideraram o Brasil um país atrasado e distante das realidades socioeconômicas europeia e estadunidense – característica percebida em boa parte da população até os dias atuais.

Uma das mais conhecidas e importantes contribuições de Freire para a educação foi a chamada educação popular, uma forma de repensar os modos de ensinar das instituições de ensino básica e superior a partir de uma perspectiva progressista. Ou seja, para Freire não bastava ensinar tecnicamente um determinado conhecimento, mas explicá-lo da forma mais crítica e holística possível:

O operário que está aprendendo, por exemplo, o ofício de torneiro, de mecânico, de pedreiro, de marceneiro, tem o direito e a necessidade de aprendê-lo tão melhor quanto possível, mas tem, igualmente, o direito de saber a razão de ser do próprio procedimento técnico. Tem o direito de conhecer as origens históricas da tecnologia, assim como o de tomá-la como objeto de sua curiosidade e refletir sobre o indiscutível avanço que ela implica. (FREIRE, 1992, p. 68).

Na contramão dessa perspectiva de educação popular, está o conceito de educação bancária (FREIRE, 1987), modelo de ensino predominantemente utilizado na educação básica e até mesmo no ES brasileiro até os dias de hoje, no qual o conhecimento, em vez de aprendido criticamente, é memorizado através de repetições, o famoso “decoreba”, o que faz com o que o aluno só retenha aquela informação para realizar uma prova ou uma tarefa e logo em seguida aquele saber é esquecido, pois não foi de fato aprendido. Isso provoca o desestímulo dos alunos em estudar, causando o abandono escolar ou o baixo rendimento até a desistência de adentrar no ES. Além de causar danos psicológicos temporários e permanentes, como baixa autoestima,

ansiedade e depressão – expressão da colonialidade do ser – algo que pude constatar em minha própria vivência tanto na escola quanto na universidade.

Para Freire (1987), a educação só se tornará libertadora quando todos tomarem posse do conhecimento. Com isso, apesar de seu trabalho ter sido voltado especificamente para a educação popular, Freire contribuiu substancialmente para as reflexões sobre a democratização do ES, como mostra a tese de Querubim (2013):

Na visão de Paulo Freire, a democratização do ensino superior implica na construção de um projeto político-pedagógico popular. Essa construção não se dá em um movimento interno à própria universidade, porque, isolada, a universidade tende a permanecer no seu tradicionalismo. O que poderá contribuir com o melhor acolhimento dos grupos populares por parte da universidade é o diálogo entre ciência e saber popular e a vivência da educação como prática da liberdade. (QUERUBIM, 2013, p. 17).

Freire (1986) defendia uma universidade com compromisso de classe. Com isso, Freire queria dizer que não bastavam encontros pontuais com a comunidade para atender às exigências dos estágios obrigatórios que muitos cursos dispõem, mas deveriam ser priorizados os interesses da comunidade para com a academia, de forma a beneficiar ambos os lados. A partir disso, Freire (1992) exemplifica a etnociência como uma das ferramentas possíveis para desfazer essa arraigada dicotomia entre sociedade e ciência ou popular e erudito:

Uma outra preocupação a que jamais poderia ter se recusado a educação popular é a que tem a ver com a pesquisa epistemológica, antes ou concomitante com as práticas docentes, sobretudo em áreas camponesas. Este vem sendo, hoje, entre nós, no Brasil, um que fazer caro à etnociência. Saber como os grupos populares rurais, indígenas ou não, sabem. Como vêm organizando o seu saber, ou sua *ciência agrônoma*, por exemplo, ou a sua *medicina*, para o que desenvolveram uma taxionomia amplamente sistematizada das plantas, das ervas, dos matos, dos cheiros, das raízes. (FREIRE, 1992, p. 69).

Apesar de não estar inserida no nosso contexto latino-americano, bell hooks⁷, intelectual negra e norte-americana, tem muito a contribuir com a discussão sobre o ensino universitário e a prática decolonial. Em seu livro “Ensinando a Transgredir: a educação como prática da liberdade” (2017), hooks traz relatos sensíveis, em primeira pessoa, sobre a sua experiência enquanto professora universitária negra e feminista, à luz dos ensinamentos de Paulo Freire e de uma pedagogia crítica, engajada e resistente. Ademais, muitas de suas experiências em salas de aula nos Estados Unidos se assemelham aos ambientes educacionais brasileiros, atravessados de forma estruturante pelo machismo, racismo e classismo.

⁷ Escrito com as iniciais minúsculas por escolha política da autora, cujo objetivo era o de ressaltar as suas ideias, e não apenas a sua pessoa.

Uma das estratégias que hooks (2017) passa a utilizar em sala de aula é o despertar do entusiasmo nos alunos ao estudar, transgredindo a sala de aula hostil, austera e tediosa em um local aberto aos novos olhares, flexível a respeito dos métodos de ensino e preocupado com as particularidades dos indivíduos. Assim, a sala de aula, tida como um espaço comunitário, passa a ser um local que promove tanto a atividade intelectual quanto o entusiasmo em aprender.

Contudo, hooks (2017) adverte que esse entusiasmo não pode provir de um desejo individual dos alunos pelo aprendizado, mas que deve ser provocado pela experiência coletiva no compartilhamento de ideias, transgredindo também a imagem do professor como o único detentor e difusor do conhecimento. Para isso, o professor precisa reconhecer e valorizar a individualidade e a contribuição dos alunos na dinâmica da sala de aula, tendo em vista que cada sala de aula é diferente, o que faz com que as estratégias de ensino tenham de ser constantemente modificadas e adaptadas aos diferentes contextos. Assim, o entusiasmo só é possível a partir de um esforço coletivo, capaz de transformar as práticas pedagógicas.

Além do substancial papel dos alunos nesse processo de transformação pedagógica, hooks (2017) ressalta que os professores também deveriam compartilhar em sala de aula as suas identidades, os seus interesses pessoais e as suas próprias reflexões a respeito do conhecimento ensinado, a fim de amadurecer intelectualmente e pessoalmente em conjunto com os alunos. Isso também faz parte de uma pedagogia engajada e decolonial, e serve de exemplo para o ensino de Arqueologia.

Zitkoski, Genro e Caregnato (2015) citam o Manifesto de Córdoba, de 1918, como o primeiro movimento latino-americano que buscou romper com os modelos de universidade moderna sustentados pelo colonialismo europeu. Esse movimento político reivindicava por justiça social nas universidades. Nesse sentido, é importante lembrarmos que as universidades latino-americanas passaram por momentos de lutas populares e de repressão pelos regimes militares, o que contribuiu para o surgimento desses movimentos.

A Pluriversidad Amawtay Wasi no Equador é um exemplo de uma ação revolucionária de transformação do ambiente universitário a partir do movimento indígena equatoriano. A Pluriversidade trata-se de uma proposta “antieurocêntrica” e decolonizadora do conhecimento, através do uso da interculturalidade crítica e do diálogo de saberes, diferenciando-se substancialmente dos “ideais do conhecimento ocidental de objetividade, neutralidade, separação mente e corpo, razão e emoção, produzido por um corpo seletivo de especialistas” (RIBEIRO; MELO, 2019, p. 3).

Na perspectiva da Pluriversidade, os grupos que devem estar envolvidos na transformação radical das universidades são os que foram historicamente excluídos dela. Esses

grupos defendem uma democracia horizontal e não apenas formal, que consista em uma ruptura da relação de dominação e subordinação (RIBEIRO; MELO, 2019). Esse conceito deveria ser aderido por todas as universidades brasileiras, onde prevalece esse tipo de relação desigual e arbitrária, tanto entre alunos e docentes, quanto entre os próprios alunos.

A proposta de educação intercultural – conceito explicado no capítulo anterior – diz respeito ao intercâmbio entre saberes localizados, interdependência entre teoria e prática sócio-culturais, interaprendizagem, “negociação entre pessoas de culturas diferentes, baseada no princípio fundamental do diálogo e do respeito” (SOLANO; FÉLIX, 2014, p. 68).

O trabalho de Poso e Monteiro (2021) mostra um levantamento de artigos que se utilizam da pedagogia decolonial em cursos de formação de professores. A partir desse levantamento os autores perceberam como marcador cronológico das produções com essa temática o ano de 2010, e que houve um aumento substancial entre 2017 e 2018. Com relação à distribuição geográfica dos trabalhos, a região Sudeste aparece com um valor exponencial, seguida da região Centro-oeste.

No trabalho de Przybylski (2020) é citado um exemplo de prática decolonial brasileira, produzida no Laboratório Nacional de Materiais Orais da Universidade Nacional Autônoma do México (no qual a autora é a representante brasileira), o projeto de pesquisa e extensão “O Imaginário nas Formas Narrativas Orais da Amazônia Paraense” (IFNOPAP). A autora afirma que práticas decoloniais são aplicadas mesmo sem a teorização sobre o assunto. Assim como o Encontro de Sabres, citado anteriormente, o IFNOPAP também une pesquisadores de dentro e fora do país com o objetivo de aproximar universidade e comunidade.

Ainda com base no texto de Przybylski (2020), a autora cita uma disciplina eletiva ministrada desde 2018 no Departamento de Línguas Modernas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, denominada “Literatura afro-latino-americana”, aberta a todos os alunos da universidade e até de fora dela, através de projeto de extensão. O objetivo da disciplina é de apresentar um panorama sobre os conceitos literários de autoria negra latino-americana, de forma a provocar um exercício tanto de decolonialidade, quanto de representatividade ancestral.

Outra proposta interessante do ponto de vista da educação decolonial são as Licenciaturas Interculturais Indígenas (LII), que vêm se espalhando em várias regiões do país nos últimos anos em mais de 23 IES públicas estaduais e federais (SANCHEZ; LEAL, 2021). Foi a LDB (BRASIL, 1996) que tornou obrigatória a educação escolar bilíngue e intercultural, criando, assim, escolas indígenas e posteriormente LII (SOLANO; FÉLIX, 2014). A importância das LII para os povos indígenas é comentada abaixo:

Nas últimas décadas, os povos indígenas têm reivindicado por uma educação feita pelos índios, e não mais para os índios. Tais populações não admitem mais que o processo educacional siga um modelo transplantado de outro povo, com outras vivências e visões de mundo, que desconsidera/desconsiderava a realidade cultural dos povos indígenas, seus conhecimentos de mundos, ensinamentos e cosmovisões. (SOLANO; FÉLIX, 2014, p. 66).

Na Universidade Federal de Roraima (UFRR) existe desde 2001 o Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena, responsável pela formação de docentes indígenas de nível superior. Foi um dos primeiros cursos de Licenciatura Intercultural em IES pública do país (SANTOS, 2012). No mesmo ano foi criada uma LII na Universidade do Estado do Mato Grosso (Unemat), considerada a pioneira (SOLANO; FÉLIX, 2014).

No trabalho de Zitkoski, Genro e Caregnato (2015) é mencionado o exemplo da Universidade Federal de Integração Latino-americana (UNILA), instalada em Foz do Iguaçu – PR e criada em 2010 com o intuito de integrar universidades de 21 países latino-americanos através da pesquisa em rede, fortalecendo uma educação compartilhada e solidária, e desmercantilizando o conhecimento. O modelo mercantil de universidade é justificado, segundo Ribeiro e Melo (2019) pelos programas de financiamento das pesquisas, que exigem o cumprimento das condições impostas pelas instituições de financiamento. Em um trabalho no qual é feito um mapeamento de artigos brasileiros que utilizam o pensamento decolonial, é afirmado o quanto essa vertente teórica está em período de construção no Brasil, expressando o seu valor analítico, plural e político para várias áreas do conhecimento, não apenas para as Ciências Sociais (CARNIEL *et al*, 2021).

Com base na contextualização das teorias decoloniais e nos exemplos práticos citados nos quais elas foram aplicadas, pudemos visualizar o cenário de uma educação brasileira, ainda que incipiente, preocupada com questões críticas, políticas, sociais e voltadas para o contexto local, algo que pretendemos identificar nos trabalhos finais das graduações em Arqueologia da Univasf e da UFPI. Nesse sentido, acredito na possibilidade de decolonizar os modelos tradicionais de ensino de Arqueologia.

3.3 A TEMÁTICA DO ENSINO DE ARQUEOLOGIA EM EVIDÊNCIA

A partir das reflexões críticas sobre o Ensino Superior, feitas no tópico anterior, abordarei especificamente o ensino de Arqueologia em algumas instituições internacionais e nacionais, com o objetivo de entender como se caracterizam as práticas de ensino da Arqueologia em diferentes regiões do mundo, tendo como horizonte as perspectivas de

colonialidade e decolonialidade. Inicialmente, constatei que existem poucos trabalhos voltados para a discussão sobre ensino de Arqueologia, tanto no contexto nacional quanto internacional.

Dito isso, iniciarei o debate com a exposição de alguns trabalhos internacionais sobre a temática que dialogam de certa forma com o contexto nacional. Contudo, tendo em mente que a realidade do Norte Global é diferente da nossa, sobretudo nos aspectos econômicos, o que influencia diretamente na forma como a Arqueologia é desenvolvida e praticada. Tal crítica é exemplificada abaixo:

A pesquisa arqueológica, como qualquer outro tipo de pesquisa científica no Equador, é feita no contexto da desigualdade social, econômica e política. Isto é, um equatoriano fazendo pesquisa sofre uma série de restrições resultantes das extensas relações norte-sul do sistema mundial moderno. Isso reflete em recursos limitados e poucas agências de financiamentos, recursos bibliográficos escassos, poucas opções de ensino, dificuldade, senão impossibilidade, de comparecer aos encontros internacionais e frequentemente a necessidade de trabalhar em dois ou mais empregos para sobreviver. Este é o conjunto de circunstâncias desvantajosas da pesquisa arqueológica nacional. (BENAVIDES, 2011, p. 171).

No contexto estadunidense do final do século XX, Bender (2000) analisou os currículos da graduação e da pós-graduação (em Antropologia com áreas de concentração em Arqueologia) e percebeu que a formação acadêmica não acompanhou as mudanças que ocorreram nas práticas arqueológicas, fato observado também por Schuldenrein e Altschul (2000), os quais afirmam que as instituições de ensino também não conseguiram acompanhar as mudanças e demandas do mercado de trabalho. Ademais, Bender (2000) afirma que os conceitos tradicionais da Arqueologia dificultaram a incorporação de outros assuntos, métodos e teorias. Exemplo disso é o fato de que toda a Arqueologia é pública, não devendo ter que existir uma subárea voltada para o público – Arqueologia Pública.

Ao contrário dos ensinamentos de Freire, a Arqueologia nesse contexto estadunidense (BENDER, 2000) – é ensinada no modo bancário, ou seja, como uma reprodução acrítica dos pensamentos de outros pesquisadores, modelando as pesquisas conforme os interesses dos professores. Por esse motivo, alunos e professores não conseguem ou têm dificuldades em implementar os conhecimentos acadêmicos fora da academia, o que parece ser mais facilmente executado pelos trabalhos de Arqueologia Preventiva.

Outro fator que contribui para a situação descrita acima é que não aprendemos conteúdos curriculares, métodos de ensino e uma escrita que não seja técnica, e isso faz com que não sejamos tão bem compreendidos por pessoas de fora da área, mesmo de áreas próximas, como a História, a Antropologia e a Museologia – algo que é descrito para o cenário norte-americano, mas que também é refletido no Brasil (SCHULDENREIN; ALTSCHUL, 2000).

Ainda tratando dos Estados Unidos, o trabalho de Schuldenrein e Altschul (2000) também aborda as dificuldades da formação em Arqueologia, sobretudo no que se refere à transição entre a instituição acadêmica e o mercado de trabalho. Os autores ressaltam que a maioria dos cursos não preparam os alunos para o trabalho não acadêmico, sendo nas árduas experiências individuais em que essas habilidades práticas vão sendo angariadas. Ademais, existe também a problemática da dedicação exclusiva que tanto as pós-graduações quanto as graduações exigem dos alunos, dificultando a obtenção e a manutenção de empregos, e reforçando a exclusão da classe trabalhadora. Esses são mais alguns dos problemas que também estão presentes nas instituições brasileiras, e são reflexos de desigualdades sociais (classe, gênero e etnia), como bem pontuou Gonzalez (2020).

O trabalho de Ellick (2016) mostra alguns exemplos de políticas adotadas desde os anos de 1980 por instituições de ensino e órgãos públicos e privados nos Estados Unidos, para reduzir os roubos e vandalismos que acometem os sítios arqueológicos. Uma das medidas utilizadas foi a divulgação do patrimônio arqueológico através de programas de Educação Patrimonial, eventos científicos e publicação de artigos. Toda essa conjuntura fortaleceu o debate sobre o ensino de Arqueologia no país. Contudo, devemos ponderar criticamente o fato de que as políticas de proteção ao patrimônio arqueológico nesses contextos do Norte Global costumam estar vinculadas a um *modus operandi* capitalista, que enxerga a Arqueologia como mercadoria, com seus sítios e vestígios como recursos e não como herança cultural.

Colley (2004) descreve situações que acometem as IES de Arqueologia na Austrália, que se aproximam em alguns aspectos do contexto brasileiro. Como o fato de existirem poucos professores habilitados para o ensino, não havendo a licenciatura em Arqueologia, além dos departamentos contarem com um número escasso de docentes e as grades curriculares serem limitadas e muito específicas, com poucas disciplinas sobre a Arqueologia da Austrália, por exemplo. Também é mencionada a dependência da iniciativa privada para a manutenção desses cursos – geograficamente distantes uns dos outros –, o que também influencia na formação dos alunos, sobretudo na sua relação com a produção de conhecimentos arqueológicos voltados aos interesses do mercado.

Na Grécia, a Arqueologia é ensinada como uma disciplina complementar da História, já que a maior parte dos formados leciona no ensino médio, devido à escassez de empregos na área acadêmica e na Arqueologia Preventiva. Apesar de a maioria dos arqueólogos se tornarem professores de ensino médio, durante a sua formação não há muitas disciplinas voltadas para Pedagogia. Além disso, as grades curriculares são divididas em linhas cronológicas fixas: Arqueologia Pré-histórica, Clássica e Bizantina, a bibliografia é defasada, e os métodos de

ensino são estáticos e enfadonhos. Há pouca ênfase em habilidades específicas para o mercado de trabalho, e uma ampla carga de disciplinas humanísticas (HAMILAKIS, 2000).

Todo esse cenário exposto acima, são exemplos práticos de formas coloniais de operar o ensino de Arqueologia em diferentes partes do mundo. Esses recortes, situados cronologicamente no início dos anos 2000, nos indicam que houve uma renovação de interesse na temática, o que foi catalisado a partir das perspectivas pós-coloniais, decoloniais e pós-processualistas, como veremos adiante.

Um trabalho sobre o ensino de Arqueologia na Suécia trata de uma proposta decolonial de desenvolvimento pedagógico através da Pedagogia da Fronteira e da Pesquisa-Ação, métodos de integração entre aluno e processo de aprendizagem, desfazendo as hierarquias acadêmicas e buscando o envolvimento ativo do aluno. Apesar de existir esse tipo de perspectiva, os autores afirmam que ainda há poucas discussões sobre práticas pedagógicas no ensino de Arqueologia e que só foi possível introduzir essa proposta no departamento de Arqueologia da Universidade de Gotemburgo em razão do financiamento do Conselho Sueco para a Renovação do Ensino Superior (HJØRUNGDAL *et al*, 2008).

A Universidade de Brighton, na Inglaterra, também apresenta um modelo pedagógico de ensino de Arqueologia baseado no conceito de Comunidades de Prática (CoP), que é um modelo para entender como as comunidades de trabalho da Arqueologia criam uma identidade compartilhada por meio da aprendizagem. A aprendizagem, nesse sentido, é tida como um processo de transformação da identidade, e não apenas de aquisição de conhecimento (HANDLEY, 2015).

Zapatero (1998) critica o caráter mecanicista do ensino de Arqueologia na Espanha, por focar em datas e dados excessivamente e não construir uma base teórica suficientemente capaz de corroborar com a formação de pensamento crítico dos alunos. O autor também afirma que não adianta conhecer o conteúdo da disciplina para saber como ensiná-la, de forma que os docentes de Arqueologia devem saber elaborar estratégias de ensino criativas e adaptadas aos interesses dos alunos.

Um exemplo de adaptação dos docentes e também dos discentes ao momento sociopolítico no qual eles estão inseridos ocorreu no curso de Arqueologia da Universidad Mayor de San Andrés (UMSA), na Bolívia (MURILLO, 2003). Vale destacar que a Bolívia se tornou um Estado plurinacional em 2009, ou seja, em sua Constituição é defendida a diversidade étnica e cultural boliviana e reconhecida a autonomia dos povos indígenas o seu direito à terra (ANGELO, 2019).

A Bolívia é, portanto, um exemplo de práticas de ensino de Arqueologia inclusiva, como mostra o trabalho de Murillo (2003), referente ao projeto “Territorialidad en las Regiones Andinas desde una Perspectiva Interna”, executado pela UMSA. Nesse projeto foram implementadas políticas étnicas voltadas para as comunidades da região, como reflexo de uma reformulação acadêmica da UMSA para atender às demandas de comunidades indígenas e povos tradicionais. Essa mudança instaurada na UMSA advém também da adoção de novas perspectivas teóricas, como a Teoria Crítica, que permite o entendimento da Arqueologia como ciência social.

A dissertação de Adolfo Arias (2019) trata especificamente de uma proposta de redesenho da grade curricular de Arqueologia da UMSA, para a sua adequação aos paradigmas teóricos, sociais, metodológicos e trabalhistas atuais. Segundo o autor, a defasagem dessa grade curricular, inalterada desde 1997, prejudicou o estabelecimento dos profissionais no mercado de trabalho – as técnicas de campo mudaram nos últimos anos –, além de impactos negativos na valorização do patrimônio arqueológico e no atendimento às demandas sociais.

Na Argentina, existe desde 2017 o curso de Licenciatura em Arqueologia na Universidad Nacional de Cuyo, que apresenta desde a sua criação uma política de práticas socioeducativas que buscam interligar a disciplina ao seu entorno social. Assim como ocorreu em outras instituições do Brasil e de outros países, lá o curso de Arqueologia também se desvinculou do de História (SALDI *et al*, 2021). Politis (1992) afirma que a Arqueologia argentina também possui fortes heranças da Antropologia e das Ciências Naturais, além de ter sido transformada pelas mudanças políticas pelas quais o país passou: regimes militares, fascistas e democráticos – que representam diferentes formas de colonialidades do poder.

Partindo para o contexto brasileiro, em 2008, Márcia Bezerra discorreu em um artigo sobre a criação dos primeiros cursos de Arqueologia e a formação dos arqueólogos no Brasil; em 2014 a Revista *Habitus*, de Goiás, fez um dossiê voltado para esta temática; em 2021 a Revista de Arqueologia Pública da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) publicou um dossiê sobre os centenário de Paulo Freire e a contribuição dos seus ensinamentos para o ensino de Arqueologia; e em 2022, também na Revista de Arqueologia Pública, foram publicados em uma edição contínua dois artigos sobre o ensino de Arqueologia (MONTEIRO, 2022; GOMES e PASSOS, 2022).

Percebemos, portanto, que nos últimos anos tem havido alguns autores brasileiros preocupados em debater criticamente o ensino de Arqueologia, como a Samia (2021), que em seu artigo faz alusão a uma pedagogia arqueológica, proposta pela autora como uma prática que pretende conectar comunidades e patrimônio arqueológico através da quebra do academicismo

e da desigualdade na valorização dos saberes, retirando dos acadêmicos a posição de únicos detentores de conhecimento:

Esta perspectiva se afasta do discurso vertical do academicismo, concebido como o detentor do conhecimento e como formulador unilateral daquilo que a sociedade deve considerar como patrimônio arqueológico. Também abandona a atuação que legitima o arqueólogo como único ser habilitado a construir conhecimento, lastreado em suposta superioridade intelectual. Tal papel social é uma ficção criada para induzir as pessoas a trilharem o sistema educacional tecnicista vigente, reforçando as relações de poder e desigualdade, inviabilizando ou reduzindo a autonomia dos indivíduos. (SAMIA, 2021, p. 181).

Outra crítica importante que a Samia (2021) faz em seu texto e que vale trazer aqui é a de que a Arqueologia não deveria ser uma disciplina tecnicista, cuja preocupação principal é a descrição dos vestígios e a formulação de hipóteses abstratas, mas que deveria estar inserida de forma obrigatória em sua pedagogia a conexão com as comunidades dos locais onde os vestígios são encontrados. De fato, há linhas teóricas do pensamento arqueológico que já realizam essa prática e que fazem essa crítica, tais como a Arqueologia Pública, Social, Colaborativa, Comunitária, Inclusiva, as práticas da Extroversão Patrimonial, entre outras. Contudo, concordo com o posicionamento da autora, ao defender que a própria forma de ensinar a Arqueologia nas universidades, já seja um exemplo prático dessa inclusão social e crítica.

A partir disso, no ensino da Arqueologia deveriam estar inseridos também os pensamentos de povos não brancos e não europeus, os quais também participaram da história humana, seja ela uma história escrita ou oral – a qual raramente está presente nas grades curriculares dos cursos de Arqueologia. A exclusão da oralidade é outro ponto mencionado por Samia (2021), fato que nos faz desconhecer importantes aspectos e pontos de vista das histórias que aprendemos nos livros, artigos e manuais de Arqueologia.

Desse modo, pensar criticamente a pedagogia arqueológica se faz fundamental não apenas para uma revisão da própria disciplina em seus PPC's e suas bases teórico-metodológicas, mas para corrigir uma série de violências epistêmicas estruturais que ainda se fazem presentes nos ambientes universitários e na mentalidade dos pesquisadores. Corroborando com a discussão, Samia defende uma práxis pedagógica voltada para uma Arqueologia crítica e reflexiva:

Consistindo em práxis educacionais que dão autonomia aos indivíduos e assim associem críticas sociais e arqueologia, deste modo, fomentando o combate ao preconceito, racismo, machismo, xenofobia e questionando as desigualdades sociais. No entanto, pesquisas com comprometimento com social devem dissolver o populismo epistêmico ainda recorrente nas pesquisas atuais. A demagogia também deve ser afastada, pois agrada e manipula os movimentos desmantelando as ações descoloniais. (SAMIA, 2021, p. 187).

Apesar de defendermos aqui uma Arqueologia Social e Indisciplinada, na qual a comunidade participa ativamente das pesquisas, existe a crítica de que a Arqueologia não pode se limitar a essa questão apenas, tendo em vista que o seu objetivo primário é o de revelar o passado humano a partir da materialidade, e de que mesmo com essas práticas indisciplinadas e insurgentes as violências advindas da colonialidade permanecem:

Contudo, ao nos refugiarmos no porto seguro do presente para mantermos a sensação apaziguadora de que os valores e as memórias locais não foram atropelados pela nossa ontologia acadêmica ‘colonialista’, não corremos o risco de nos tornarmos simplesmente cronistas ou memorialistas de pessoas e de lugares, ou em pouco mais do que historiógrafos da oralidade? E conseguimos, de fato, por meio desses estratégias, superar a violência colonial? Não estamos, de uma certa forma, reproduzindo uma relação de exploração ao transformarmos as narrativas e entendimentos locais em textos acadêmicos que capitalizarão a nossa posição social, nos dando prestígio e status no mundo acadêmico? (SYMANSKI, 2023, p. 10).

A partir dos exemplos de contextos de ensino de Arqueologia em diversas partes do mundo, pudemos perceber muitas semelhanças e também inspirações para pensar o nosso ensino de Arqueologia brasileiro, o qual é particular, múltiplo e está em constante mudança nessa sua fase de maturação – o que iremos perceber no capítulo seguinte, através da análise dos contextos sociopolíticos que marcaram a criação dos cursos de Arqueologia no país e como veremos posteriormente, no capítulo de análise das monografias da Univasf e da UFPI.

Com esse capítulo, percebemos que apesar do contexto do ES ser profundamente estruturado nos valores da Modernidade, ele também é atravessado pelas conjunturas históricas específicas nas quais ele é implementado. Nessa perspectiva, observamos como no compasso de transformações globais existem movimentos que começam a questionar essa natureza autoritária da universidade. São movimentos que estão desafiando a estrutura formal da universidade, muitos dos quais, inclusive, transformando o próprio conceito de universidade (Pluriversidade). À vista disso e sob a lente da cumplicidade subversiva, percebemos que nas sombras das colonialidades do poder, do saber e do ser, existem brechas para escapar e subverter o sistema de ensino autoritário, utilizando as suas próprias armas contra ele.

Desse modo, todo esse cenário de violência estrutural que marca a criação e o desenvolvimento do ES, vem sendo questionado tanto pelo desenvolvimento de pesquisas críticas quanto pelas demandas sociais, o que gera um contexto promissor para que nas sombras desses poderes coloniais dominantes, possam florescer alternativas.

4 A HISTÓRIA DA ARQUEOLOGIA NO PIAUÍ: PESQUISA, FORMAÇÃO E ENSINO

Neste capítulo irei percorrer desde a trajetória dos primeiros cursos de Arqueologia no Brasil até as discussões relativas ao ensino, à produção de conhecimento e aos aspectos sociopolíticos dessas instituições. Em seguida, contarei a história da Arqueologia no estado do Piauí, com foco nos objetos de estudo desta pesquisa: a Univasf e a UFPI. Dessa forma, apresentarei os contextos sociopolíticos nos quais os cursos de Arqueologia foram fundados nessas instituições e os dados obtidos nesta pesquisa que nos permitiram recontar essa história, ou seja, os textos que falam sobre a origem e o desenvolvimento desses cursos, bem como sobre a origem e a formação dos docentes e discentes.

4.1 A CRIAÇÃO DOS CURSOS DE ARQUEOLOGIA NO BRASIL

Início este capítulo com a reflexão crítica de que o desenvolvimento da Arqueologia científica na América do Sul foi resultado de constantes interações, em vários aspectos, com o nacionalismo, a economia, e o colonialismo (MORO-ABADÍA, 2006). Como exemplo disso, Murillo (2003) afirma que na Bolívia a Arqueologia começou a ser praticada nas IES na década de 1950 sob os moldes do nacionalismo e da legitimação do colonialismo.

No Brasil, segundo Barreto (1999; 2000), a Arqueologia, diferente das demais ciências sociais, surgiu nas universidades brasileiras em razão de uma preocupação com a destruição dos sítios arqueológicos. Assim, enquanto o campo teórico da Antropologia crescia no Brasil a partir dos anos 1940, com a vinda de pesquisadores como Lévi-Strauss, a Arqueologia ficou estagnada, relegada a compilação descritiva de vestígios arqueológicos. Tudo isso explica um certo caráter tecnicista e a forte influência de pesquisadores estrangeiros na Arqueologia, uma faceta da colonialidade do saber:

Diferentemente das outras ciências sociais no Brasil, a arqueologia surge dentro das universidades, não através de projetos intelectuais específicos, mas a partir de campanhas preservacionistas externas ao mundo acadêmico, promovidas por alguns poucos intelectuais. Portanto a arqueologia surge praticamente à margem dos projetos intelectuais mais amplos do ensino das ciências sociais no Brasil. Ela é incorporada à universidade como uma disciplina à parte, sem projeto curricular específico, sem modelo teórico algum, além de um corpo docente totalmente desprovido de especialistas. (BARRETO, 1999, p. 207).

Vale lembrar que as primeiras pesquisas arqueológicas do país foram desenvolvidas por viajantes, naturalistas, botânicos, geólogos, paleontólogos e antropólogos estrangeiros e brasileiros, como Peter Lund, Emílio Goeldi e Ladislau Netto. Nesse período, meados do século XIX, os relatos sobre a pré-história misturavam dados científicos com mitos e fantasias, o que Martin (1996) denominou como “Arqueologia pré-científica”.

Nas décadas de 1940 e 1950 surgem os primeiros estudos sobre a pré-história brasileira, voltados para a região amazônica e para o Sul e Sudeste do país, onde se iniciam os estudos sobre os Sambaquis. Após a década de 1960 o Nordeste passa a ser objeto de estudos arqueológicos sistemáticos, em razão da sua sumária inserção no Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (doravante, Pronapa), implantado em 1965 com o apoio da Fundação Smithsonian, dos Estados Unidos, e do CNPq. O Pronapa patrocinou vários arqueólogos e instituições do país com o intuito primordial de estabelecer fases e estimular o conhecimento sobre a pré-história do Brasil (MARTIN, 1996).

Nesse sentido, somente na década de 1970, a Arqueologia foi inserida como possibilidade de formação universitária. O primeiro curso de graduação em Arqueologia do país foi em uma IES privada, fundado em 1975, após a reforma das universidades brasileiras implantada pelos militares em 1968. O curso funcionou até os anos 2000 na Faculdade Estácio de Sá – inicialmente funcionou na extinta Faculdade de Arqueologia e Museologia Marechal Rondon (FAMARO) –, no Rio de Janeiro. Contudo, na época de sua fundação não havia tanta demanda por profissionais dessa área quanto no início dos anos 2000, com as políticas governamentais do PAC e do Reuni (BEZERRA, 2008; FUNARI, 1999).

Com o fechamento do curso da Estácio de Sá, os PPG's em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (doravante, PUCRS), da USP e da UFPE passaram a ser os únicos cursos de formação em Arqueologia do país, até o ano de 2004, quando é fundado o bacharelado em Arqueologia e Preservação Patrimonial da Univasf e posteriormente novos cursos de graduação e pós-graduação em Arqueologia (CAROMANO; TRINDADE; CASCON, 2014).

Nessa conjuntura, com exceção da Univasf e da Universidade Federal de Sergipe (doravante, UFS), verificou-se que o “boom” de criação dos cursos de graduação em Arqueologia se deu por duas vias diretamente ligadas às políticas desenvolvimentistas do Governo Federal na década de 2000: o PAC e o Reuni. O primeiro ocasionou na maior demanda de projetos de licenciamento ambiental (Arqueologia Preventiva) e o segundo aumentou as possibilidades de formação de arqueólogos no país, por meio de política pública voltada para a expansão de cursos, vagas e infraestrutura universitária (BEZERRA, 2008; BRASIL, 2007).

Consoante a isso, vale destacar as transformações sociais provocadas pelo Reuni e que se refletiram na Arqueologia:

A Arqueologia vem sendo reorganizada por demandas sociais diversas, muito em virtude da radical transformação do perfil das pessoas que se formaram arqueólogos nos últimos 15 anos, em especial oriundas do aumento expressivo do número de cursos de arqueologia no país, resultado do programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). As políticas públicas de reparação, inclusão e ações afirmativas que regeram também a entrada dessa nova parcela populacional nas universidades acertaram em cheio um campo bem elitizado da academia brasileira. (GOMES; PASSOS, 2022, p. 3).

O trabalho de Gnecco e Dias (2015) traz um panorama crítico e global sobre esse cenário de formação de arqueólogos para atender às demandas do capitalismo, o que torna os arqueólogos coniventes com as violências sociais e ambientais praticadas pelas grandes empresas no âmbito da Arqueologia de Contrato:

A violência explode com frequência quando as comunidades afetadas reagem contra as obras dos projetos de desenvolvimento, com a consequente intervenção das forças policiais para “proteger” o interesse do setor elétrico. Os projetos relacionados ao PAC têm sido marcados pelo conflito e a violência e enquanto algumas disciplinas acadêmicas (como a antropologia e a biologia) tomam partido pela defesa da vida, da solidariedade e do bem estar, a arqueologia não tem feito isto. Seu eloquente silêncio surge, em grande parte, da relação acrítica e instrumental com o desenvolvimento que a AC tem assumido em escala global (GNECCO; DIAS, 2015, p. 13).

Vale pontuar aqui a importância do PAC e, sobretudo, das obras de energias renováveis para o Nordeste, que têm gerado empregos para muitos arqueólogos da região e de outras regiões do país, mas que também vêm causando sérios problemas socioambientais – como exemplo das eólicas, que causam impactos negativos e irreversíveis nas comunidades e no meio ambiente. É em razão desse cenário de desenvolvimento econômico, que o Nordeste se tornou a região com o maior número de graduações em Arqueologia.

Entre 2004 e 2008, nove graduações em Arqueologia ou habilitação em Arqueologia foram criadas: Universidade do Estado do Amazonas (doravante, UEA), Universidade Federal de Rondônia (doravante, UNIR), UFPI, UFS, UFPE, PUCGoiás, UFPel⁸ e Fundação Universidade do Rio Grande (doravante, FURG) (BEZERRA, 2008).

Desde então, novos cursos de graduação e pós-graduação foram sendo criados em um contexto marcado por demanda de profissionais arqueólogos: Universidade Federal do Rio de Janeiro (doravante, UFRJ), em 2006; Universidade Federal de Minas Gerais (doravante,

⁸ A UFPEL apresenta a graduação e a pós-graduação com mestrado e doutorado em Antropologia com área de concentração em Arqueologia (MONTEIRO, 2022).

UFMG)⁹, em 2006; Universidade Federal do Oeste do Pará (doravante, UFOPA), em 2009; Universidade Federal do Pará (doravante, UFPA)¹⁰, em 2010; Uneb, em 2014; UERJ, em 2014; Universidade Federal do Paraná (UFPR), em 2014; Universidade Metropolitana de Santos (Unimes), em 2015; e Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (doravante, UFRB), em 2018 (GASPAR et al, 2020; MONTEIRO, 2022).

Ademais, em investigação anterior (MONTEIRO, 2020), pude perceber que muitas universidades não possuem curso ou habilitação em Arqueologia, mas possuem laboratórios, museus, acervos, reservas técnicas, espaços destinados à salvaguarda e à pesquisa arqueológica, o que amplia o número de instituições voltadas ao patrimônio arqueológico, seu ensino e pesquisa. Exemplo disso é o trabalho de Wichers (2014) sobre a relação entre comunidades e museus de Arqueologia, que mostra a importância desses espaços tanto para a produção de conhecimento quanto para o engajamento social, crítico e político da Arqueologia.

O Nordeste, portanto, é onde há o maior número de cursos de graduação, em razão de ser um polo arqueológico, com números expressivos de sítios e pesquisadores, enquanto no Sudeste há um número maior de especializações *lato sensu* e de programas de mestrado e doutorado. A primeira especialização *lato sensu* do Sudeste data de 2004, na Universidade Santo Amaro (Unisa). No Nordeste, a primeira especialização *lato sensu* foi criada na UFPI, e formou duas turmas, uma em 1978 e outra em 1983. Também houve uma especialização *lato sensu* na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (doravante, UFRN), que formou duas turmas, uma em 2014 e outra em 2017. E em 2017 a Universidade Regional do Cariri (URCA) fundou a especialização *lato sensu* em Arqueologia Social Inclusiva (MONTEIRO, 2022).

Em trabalho desenvolvido anteriormente, sobre os cursos de Arqueologia do Nordeste e Sudeste do país, constatei que as especializações *lato sensu* em Arqueologia, numerosas no Sudeste, possuem um caráter mais profissionalizante do que acadêmico, com disciplinas voltadas ao Licenciamento Ambiental. Além disso, também pude perceber que temáticas sociais nos trabalhos de final de curso são mais numerosas no Nordeste, sobretudo com o uso da História Oral, enquanto no Sudeste as subáreas com viés social predominantes são Arqueologia Amazônica e Etnoarqueologia (MONTEIRO, 2022).

Com relação às linhas de pesquisa dos PPG's em Arqueologia analisados, foram percebidas perspectivas sociais e indisciplinadas em cinco universidades: a USP, com a linha

⁹ A UFMG apresenta a graduação, o mestrado e o doutorado em Antropologia com habilitação em Arqueologia (MONTEIRO, 2022).

¹⁰ A UFPA apresenta o mestrado e o doutorado em Antropologia com área de concentração em Arqueologia (MONTEIRO, 2022).

“Arqueologia e Sociedade”; a UFMG, com a linha “Arqueologia do Mundo Moderno e Contemporâneo”; a Univasf, com a linha “Arqueologia, Comunidades Tradicionais e Gestão do Patrimônio Cultural”; a URCA, com a própria especialização *lato sensu* em Arqueologia Social Inclusiva; e a UFRB, com a área de concentração em Patrimônio Cultural e as linhas de “Patrimônio Cultural e Identidades” e “Patrimônio Cultural e Políticas Públicas” (MONTEIRO, 2022). Vale destacar que as pós-graduações em Arqueologia fazem parte da formação dos futuros professores das graduações em Arqueologia do país.

A partir desses dados e à luz do pensamento decolonial, concluí que as graduações em Arqueologia do Nordeste têm apresentado uma maior preocupação com as temáticas sociais e indisciplinadas. Como tenho buscado demonstrar, isso pode ser explicado pelas diferenças no contexto de criação dos cursos, na formação dos docentes e nas linhas de pesquisa dos cursos – no Sudeste elas aparentam ser menos flexíveis à novas epistemologias do que no Nordeste. Além disso, no Nordeste estão localizados os cursos mais recentes, e que também despertam para questões contemporâneas, o que aparenta ser uma demanda dos discentes, em compasso com as transformações teóricas que caracterizaram a Arqueologia nas últimas décadas (MAGESTE; AMARAL, 2022).

Para além do eixo Nordeste-Sudeste, o trabalho de Mesquita (2015) analisa criticamente o ensino de Arqueologia na região amazônica. A autora constata que as grades curriculares dos cursos de graduação da UEA, UNIR e UFOPA são estritamente voltadas para uma formação teórico-metodológica, deixando a sociedade à margem dessas discussões. Além disso, é mencionado o curso de especialização *lato sensu* em Arqueologia da UFPA, que funcionou entre 2007 e 2009 e formou 17 profissionais. Mesquita afirma que foi essa especialização que incentivou a criação do PPG (mestrado e doutorado) em Antropologia com área de concentração em Arqueologia da UFPA. Também é mencionada a especialização *lato sensu* da Faculdade São Lucas, instituição privada situada em Porto Velho – RO, que também formou muitos arqueólogos no Norte do país.

No trabalho de Caromano, Trindade e Cascon (2014) é observado que a diminuição das especializações *lato sensu* parece ter relação com a expansão dos cursos de graduação e pós-graduação *stricto sensu* em Arqueologia:

O decréscimo dos cursos de especialização (Tabela 02) parece ter relação com a abertura de novos cursos de graduação e pós-graduação na mesma cidade, como é o caso da extinta especialização na Faculdade São Lucas em Porto Velho-RO, que parece ter perdido força com a abertura do curso de graduação em Arqueologia oferecido pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR) desde 2009, ou ainda na mesma instituição, como ocorreu na Universidade Federal do Pará (UFPA) onde a especialização em Arqueologia deu lugar aos cursos de mestrado e doutorado em

Antropologia com concentração em Arqueologia, oferecidos a partir de 2010. (CAROMANO; TRINDADE; CASCON, 2014, p. 208).

É interessante perceber, com base no TCC de Mesquita (2015), que muitos PPG's em outras áreas, sobretudo Ciências Sociais, História e Geografia, permitem a orientação de dissertações e teses em Arqueologia, em razão do caráter interdisciplinar da mesma. Isso ocorre mesmo após a criação de programas específicos para a Arqueologia. Ademais, o trabalho de Gaspar *et al* (2020) menciona que até o momento apenas a região Centro-Oeste não possui um PPG em Arqueologia.

Também é observado no trabalho de Gomes e Passos (2022) e de Caromano, Trindade e Cascon (2014) como a formação docente nos PPG's em Arqueologia é deficiente, já que não há disciplinas específicas para as práticas pedagógicas, tampouco estágios obrigatórios de docência, o que também pode ser refletido no âmbito da graduação, tendo em vista que os cursos de Arqueologia do Brasil são todos bacharelados, não havendo licenciaturas:

Uma consequência desse desequilíbrio foi a escassez de debates, sobre a formação de professores para o ensino superior nas pós-graduações brasileiras que não estejam diretamente vinculadas à Pedagogia. Esse parece ser o caso das pós-graduações em Arqueologia no Brasil. A expansão quantitativa dos bacharelados em Arqueologia e o consequente aumento do número de docentes nestes cursos nos parecem motivos para uma reflexão sobre a formação e o desenvolvimento profissional desses professores universitários. (CAROMANO; TRINDADE; CASCON, 2014, p. 216).

O trabalho de Gomes e Passos (2022) apresenta dados sobre os cursos de graduação e pós-graduação em Arqueologia do país, que nos mostram as relações coloniais, antiéticas e abusivas entre docentes, discentes e instituições, sobretudo no que se refere à desigualdade social que ocorre na contratação dos docentes pelos departamentos. As autoras nos mostram que a maior parte dos docentes que lecionam em universidades públicas do país é formada pela USP, a única exceção é a UFRB, onde não há nenhum docente com formação na USP. Essa conjuntura é explicada pela geopolítica do conhecimento (ESTERMANN; TAVARES; GOMES, 2017) e é um exemplo de colonialidade do saber, tendo em vista a supremacia de uma instituição e de uma região sobre as demais.

Além da USP, os PPG's da UFPE – no qual muitos docentes da Univasf se formaram – e da PUCRS foram responsáveis pela formação de 64% dos docentes das graduações em Arqueologia do país no ano de 2014 (CAROMANO; TRINDADE; CASCON, 2014). Vale destacar que a USP representa o maior núcleo de formação de pós-graduação em Arqueologia do país. Contudo, essa realidade revela a “manutenção da branquitude, da colonialidade e de outros sistemas de opressão sistêmicos por meio da construção de um escopo hegemônico” (GOMES; PASSOS, 2022, p. 14). As autoras destacam, ainda, como todo esse cenário é

constituído por micropolíticas que vêm prejudicando a atuação dos profissionais em Arqueologia nas IES e mesmo fora delas:

É claro que vários fatores podem explicar o sucesso de alguns poucos PPGs dominarem o ranking de colocação de seus egressos em cargos docentes: a antiguidade do programa, tamanho do corpo docente e discente e sua produtividade, localização geopolítica da universidade, entre outros. Mas, isso não muda uma tendência triste e desesperançosa, que se você não se formar em um PPG tradicional ou no exterior, é pouco provável uma chance nos espaços institucionalizados de ensino e pesquisa. (GOMES; PASSOS, 2022, p. 15).

Outros fatores de desigualdade destacados no trabalho acima são as questões raciais, étnicas, socioeconômicas e de gênero: “homens brancos e mulheres brancas das classes média e alta são ainda aqueles que possuem maiores chances de ingressar no espaço institucionalizado da arqueologia brasileira e, em sua maioria, aqueles que efetivamente o fazem com maior êxito” (GOMES; PASSOS, 2022, p. 4). São essas as razões pelas quais as políticas de democratização do acesso e de expansão do ES impactam esses cenários e saberes.

Assim como a realidade da Arqueologia brasileira, uma pesquisa feita pela “*Society for American Archaeology (SAA)*”, dos Estados Unidos, traz um levantamento crítico a respeito da predominância de arqueólogos brancos no país, e propõe a inclusão de grupos minoritários, com destaque para a população negra afro-americana, através do recrutamento e do incentivo à educação. A autora ressalta que a Arqueologia tem o dever de estimular a entrada dessas minorias na academia, tendo em vista o reconhecimento e a valorização das identidades étnicas que a Arqueologia propicia – mas que, muitas vezes, não é divulgado para esses grupos:

Quase todos os arqueólogos americanos são brancos, e alguns agora reconhecem que sua imagem pública (frequentemente autopromovida) como únicas autoridades do passado, seu acesso privilegiado aos recursos culturais e o poder ideológico gerado por suas interpretações do passado condicionadas socio-politicamente podem ter consequências graves para as comunidades descendentes, incluindo os afro-americanos (Bograd & Singleton 1997; Franklin in press; Stone 1997). Uma resposta, proposta e implementada de várias maneiras, é diversificar a prática da arqueologia trazendo membros de grupos minoritários por meio da educação e recrutamento (Honerkamp & Zierden 1997: 142-3; McKee 1994). (FRANKLIN, 1997, p. 799, tradução nossa).

Gomes e Passos (2022) também nos mostram possíveis alternativas que poderiam ser adotadas pelas IES, de forma a possibilitar uma formação em Arqueologia consciente, ativa, plural, democrática, inclusiva e representativa:

Se cada Departamento e PPG, na eventual necessidade de contratação de novos docentes, realizassem consultas públicas entre seus respectivos corpos discentes como o primeiro passo de definição de perfil docente desejado? Se houvesse formas de seleção que estabelecessem cotas étnico-raciais e sociais considerando o corpo docente permanente desses departamentos e programas? Se houvesse critérios que

prezassem pela diversificação de formação e orientação teórica? (GOMES; PASSOS, 2022, p. 17).

Contribuindo com a discussão acima, o levantamento estatístico sobre a comunidade arqueológica brasileira feito por Gaspar et al (2020), nos mostra que 98% das pessoas são brasileiras; há 1.112 mulheres, 1.002 homens e três pessoas trans; e há pelo menos sete pessoas que se identificam como indígenas, formadas nas graduações em Arqueologia da região Norte a partir de 2012. A formação em Arqueologia como primeira graduação só passa a ser predominante nos últimos dez anos, quando se formam as primeiras turmas dos cursos criados após 2004. A partir dos anos 2000, existe um protagonismo dos cursos da região Nordeste na formação de pessoas na Arqueologia. No geral, são formadas mais mulheres do que homens, com exceção do período entre 2000 e 2009. As pessoas trans começaram a se formar no curso a partir de 2010.

Segundo dados estatísticos levantados por Caromano, Trindade e Cascon (2014) relativos aos egressos dos PPG's da UFPE, UFS, USP, UFRJ, UFPA, UFMG e PUCRS entre 2009 e 2014, foi observada uma distribuição desses egressos nas seguintes atividades de trabalho na Arqueologia:

Entre os alunos egressos dessas instituições, há um aparente equilíbrio entre as atividades atualmente desempenhadas; 23% voltam a ser alunos em outros níveis de pós-graduação (doutorado ou pós-doutorado), 23% direcionam-se para a iniciativa privada (como consultores em projetos de Arqueologia de contrato) e 22% ingressam na atividade docente. Uma parcela menor de egressos dirige-se à pesquisa (7%), exercendo funções variadas em instituições como museus e centros de pesquisa, e 4% empregam-se no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), atuando como reguladores. (CAROMANO; TRINDADE; CASCON, 2014, p. 211).

Como mencionado anteriormente, apesar de boa parte dos formados em Arqueologia se inserirem no mercado de trabalho da Arqueologia Preventiva e outra parte seguir a carreira acadêmica, ainda pouco se discute nas disciplinas das graduações e dos PPG's sobre a prática trabalhista e pedagógica:

Tendo em vista o perfil dos egressos desses cursos chama a nossa atenção a ausência de disciplinas obrigatórias sobre a prática da Arqueologia no âmbito empresarial bem como sobre o ensino de Arqueologia. Isso é intrigante já que a Arqueologia de contrato não está fora dos muros da academia, ela inclusive vem sendo praticada não apenas pelos alunos, mas também por muitos professores das instituições de ensino superior. Ao mesmo tempo, a expectativa de tornar-se professor universitário em programas de Arqueologia é uma constante entre os alunos que ingressam na pós-graduação. (CAROMANO; TRINDADE; CASCON, 2014, p. 214).

O trabalho de Zanettini e Wichers (2014) discute o reflexo do ensino de Arqueologia na Arqueologia Preventiva, considerada pelos autores como um ensino não formal, tendo em vista que é executado fora da academia, nas obras de licenciamento ambiental. Outros exemplos de

instituições não formais de ensino de Arqueologia citados pelos autores, são os órgãos de fomento e gestão das pesquisas. Pensando nisso, os autores criticam a defasagem do ensino de Arqueologia em contraponto ao aumento exponencial da Arqueologia empresarial, o que é consequência de um antigo abismo entre a teoria e a práxis arqueológica, mas que não deve ser resolvido com o controle do mercado sobre a IES.

Ademais, apesar da expansão da Arqueologia Preventiva beneficiar, sobretudo financeiramente, as IES, também ocorrem problemas nas relações entre docentes e discentes, quando os mesmos passam a se comportar como empregador e empregado e isso pode desencadear conflitos éticos. Caromano, Trindade e Cascon (2014) nos mostram essa realidade, bem como nos convidam a fazer essa autorreflexão crítica.

Também não podemos esquecer que os bacharelados em Arqueologia são recentes e que ainda não há um currículo mínimo unificado no Brasil, nem formas de avaliação da qualidade desses cursos. O mesmo ocorre para a pós-graduação, cujos critérios de avaliação das pesquisas científicas utilizados pela CAPES seguem um padrão linear. Todos esses fatores, segundo Caromano, Trindade e Cascon (2014), acabam por causar o desinteresse pelo debate sobre o ensino de Arqueologia no Brasil. Outro possível causador desse desinteresse, segundo esses autores, é o fato de que as políticas públicas de estímulo à pesquisa dentro das universidades acabaram hipervalorizando o perfil do pesquisador em detrimento do professor.

Por fim, conseguimos perceber com este tópico que há uma onda de reflexões críticas sobre ensino de Arqueologia ocorrendo no contexto brasileiro. No contexto do Piauí, como veremos adiante, iremos vislumbrar um cenário mais esperançoso, já que temos alguns discentes, docentes e profissionais da área empenhados na construção de novos alicerces que irão sustentar as instituições arqueológicas em um futuro não muito distante.

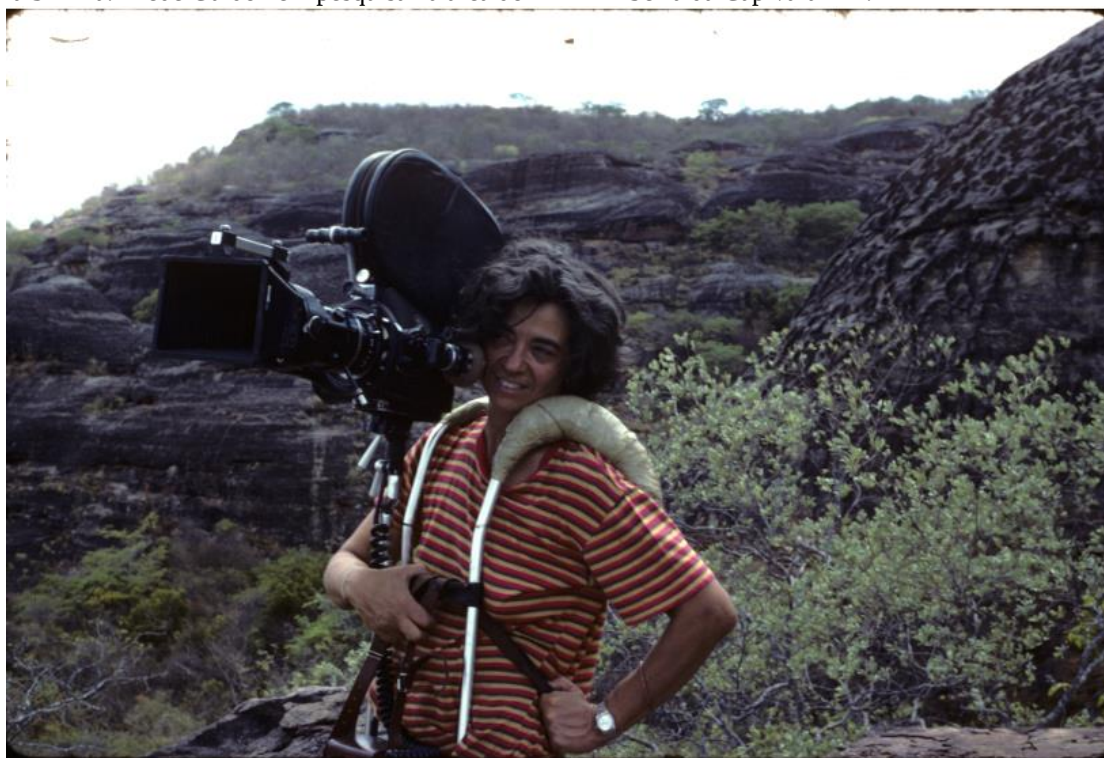
4.2 OS PRIMEIROS ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS NO PIAUÍ

Antes da Antropologia e da Arqueologia se tornarem disciplinas acadêmicas no Piauí, o conhecimento sobre as nossas culturas ancestrais era advindo de viajantes, missionários, curiosos, amadores, historiadores e administradores coloniais, e tinha um aspecto fantasioso, errôneo e até preconceituoso, pois se buscavam por “civilizações avançadas”, como os fenícios, desconsiderando as culturas que fizeram parte de nossa trajetória (GONTIJO, 2015).

Na região sudeste do Piauí, os primeiros estudos arqueológicos foram coordenados pela Missão Franco-Brasileira, na década de 1970 (ROCHA, 2019). O projeto da Missão

Franco-Brasileira no Piauí começou a ser executado pela UFPI, com a colaboração do Museu Paulista da Universidade de São Paulo (USP) e da École des Hautes Études em Sciences Sociales (EHESS), de Paris, instituições as quais Niède Guidon (Figura 3) e demais pesquisadores da Missão eram vinculados. Na época, a equipe de arqueólogos criou na UFPI a primeira especialização voltada para Arqueologia no país, em Antropologia Pré-histórica, criada em 1978, e que continha estágio prático em São Raimundo Nonato (OLIVEIRA, 2014), iniciando, assim, as pesquisas arqueológicas na área onde seria o Parna Serra da Capivara.

Figura 3 - Dra. Niède Guidon em pesquisa na área do PARNA Serra da Capivara - PI.



Fonte: <http://fumdam.org.br/midias/midias-fotos/>.

A criação do Parna Serra da Capivara foi requerida pela equipe da Missão Franco-Brasileira. Assim, o Parque foi criado em 1979 pelo Decreto Federal nº 83.548, sendo o segundo parque nacional do estado, e considerado o marco mais importante da trajetória de pesquisas arqueológicas do Piauí (MAGALHÃES, 2011). Também na região de São Raimundo Nonato está o Parna Serra das Confusões, criado em 1998 pelo Decreto Federal nº 98.346. O Piauí apresenta, ainda, o Parna Sete Cidades, localizado no município de Piracuruca, criado em 1961 pelo Decreto Federal nº 50.744. O parque mais recente é o Parque das Nascentes do Rio Parnaíba, criado em 2002, que atualmente corta municípios dos estados do Piauí, Maranhão, Bahia e Tocantins.

Vale salientar que apesar da sua fundamental contribuição científica, principalmente para a Arqueologia, o contexto de criação do Parque Serra da Capivara foi caracterizado por conflitos sociais, pois haviam pessoas vivendo na área onde o Parque foi demarcado, sendo a população da comunidade do Zabelê (hoje, Novo Zabelê) a mais impactada. Dentro da legislação da época, a constituição de um território arqueológico dedicado à preservação só poderia acontecer com a expulsão das populações (ROCHA, 2019).

A comunidade do Novo Zabelê não sofreu impactos apenas de ordem financeira, com a precária ou nula indenização pela sua desapropriação, mas sobretudo em relação à memória afetiva dos laços criados com os lugares onde hoje se situa o Parque. Boa parte da comunidade se mudou para as periferias de São Raimundo Nonato, sendo obrigados a abandonar suas terras e deixando de praticar a caça, a agricultura de subsistência e o modo de vida coletivo (OLIVEIRA, 2014).

Em razão desse caráter de certo modo autoritário que atravessa a criação do Parque, ocorreu todo um investimento em programas sociais e uma tentativa de desenvolvimento da região por meio do turismo e da ciência. Em 1991, a região ganha o título de Patrimônio Mundial da Humanidade, consagrando-se como área de interesse internacional, sinalizando para a potencialidade arqueológica do estado, que vai estimular a criação das graduações da Univasf e da UFPI.

Antes da criação da Fundação Museu do Homem Americano (doravante, FUMDHAM), existiu um Centro de Pesquisa Interdisciplinar da UFPI (Figura 4) em São Raimundo Nonato, destinado a armazenar o acervo arqueológico oriundo das pesquisas no Parna. Conforme esse acervo foi aumentando, houve a necessidade de encontrar um local maior e com melhor infraestrutura para o seu devido armazenamento (OLIVEIRA, 2014).

Figura 4 - Centro de pesquisas precursor da FUMDHAM, São Raimundo Nonato - PI.



Fonte: <http://fumdham.org.br/midias/midias-fotos/>.

A FUMDHAM foi criada em 1986 pelos pesquisadores da Missão Franco-Brasileira com o objetivo de manter na região do Parque os vestígios arqueológicos encontrados nas escavações ocorridas na década de 1970, bem como difundir o conhecimento advindo desses trabalhos. A Fundação é formada por um museu (Figura 5), bibliotecas e laboratórios (Figura 6) e possui vínculo com diversas universidades e instituições do país (GUIDON, 1989).

Figura 5 - Museu do Homem Americano da FUMDHAM, São Raimundo Nonato - PI.



Fonte: <http://fumdham.org.br/midias/midias-fotos/>.

Figura 6 - Laboratório da FUMDHAM, São Raimundo Nonato - PI.



Fonte: <http://fumdham.org.br/midias/midias-fotos/>.

Na década de 1980 foi então criado, por Niède Guidon, o Núcleo de Antropologia Pré-Histórica (doravante, NAP) na UFPI, voltado para as pesquisas arqueológicas no sudeste do Piauí e que sediou em 1983¹¹ a segunda especialização em Arqueologia da UFPI. Com isso, os

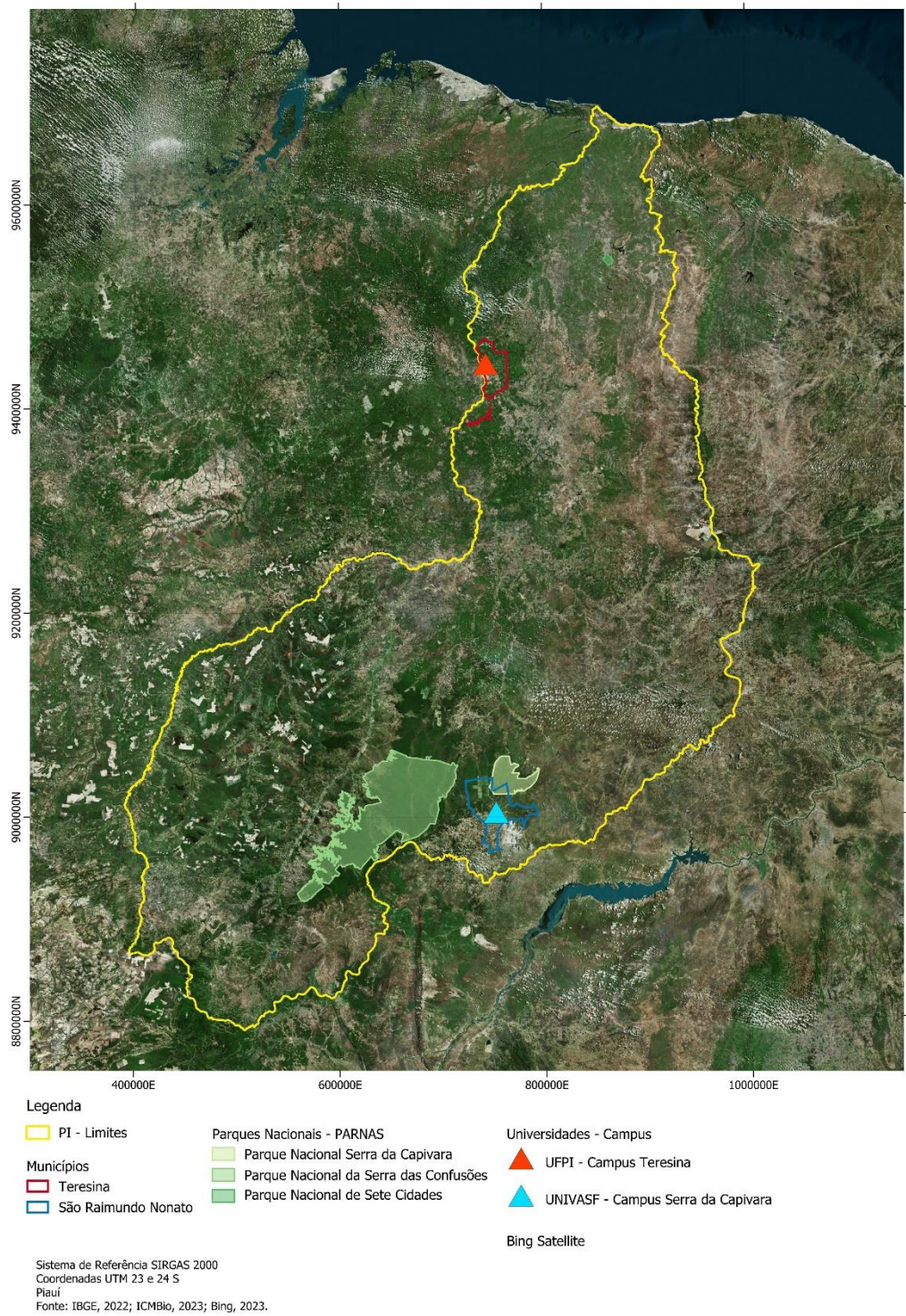
¹¹ Em entrevista concedida pela professora Conceição Lage, em maio de 2023 (Apêndice B), a mesma menciona que ela e as professoras que lecionaram ou lecionam no curso de Arqueologia da UFPI Sônia Campelo, Ana Clélia Barradas Correia e Jacionira Coelho Silva foram alunas dessa especialização.

pesquisadores da Missão Franco-Brasileira se tornaram também professores da UFPI, porém, Niède se desligou da UFPI após a criação da FUMDHAM, quando se fixou em São Raimundo Nonato (UFPI, 2011a). Em 1985 o NAP inicia um extenso projeto de levantamento e cadastramento dos sítios arqueológicos de todo o estado do Piauí (MAGALHÃES, 2011).

Na década de 1990, são iniciadas as pesquisas arqueológicas no litoral do Piauí pelo extinto Núcleo de Estudos Históricos-Geográficos (NEHG), vinculado ao Departamento de Geografia e História (DGH) do Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL) da UFPI. O primeiro projeto, intitulado “Projeto de pesquisas arqueológicas no litoral Piauí-Maranhão”, teve como objetivo o mapeamento e a caracterização dos sítios costeiros do Piauí. Já nos anos 2000 as pesquisas “tiveram como objetivo fazer uma busca identitária, pautada em estudos sobre memória e história oral, na tentativa de abordar os sítios arqueológicos como fontes históricas, repletas de histórias esquecidas pela ação do tempo” (SILVA; COUTINHO, 2017, p. 21). Essa citação nos mostra um pontapé inicial na construção das arqueologias insurgentes. Com isso, a partir de 2008 há um aumento no número de produções sobre o litoral do Piauí.

Em uma primeira vista, percebemos que os cursos de Arqueologia da Univasf e da UFPI (Figura 8), criados em diferentes momentos históricos de ampliação das políticas de expansão do ensino superior, conectam-se, em um primeiro momento, pelos interesses que atraíram pesquisadores e estudantes em torno do Parque Nacional Serra da Capivara. Além disso, inserem-se em diferentes compartimentos regionais, interior e capital (Figura 7), tendo, portanto, potencial para atração de docentes e discentes com diferentes perfis de atuação e interesse.

Figura 7 - Mapa de localização dos cursos de Arqueologia do Piauí.



Fonte: Dayse Carvalho, 2023.

Figura 8 - À esquerda escavação do Sítio Toca da Invenção, no Parna Serra da Capivara, pelos estudantes do curso da Univasf, à direita aula prática de campo no curso da UFPI.



Fonte: À esquerda Mauro Fontes e Daniela Cisneiros, 2006, à direita, WLAGÉ Arqueologia, 2010.

A criação dos cursos de graduação em Arqueologia tanto da Univasf, quanto da UFPI se deu porque até os anos 2000 não existiam graduações em Arqueologia no Brasil, só cursos de pós-graduação. A UFPI, como a instituição que tinha iniciado as pesquisas em SRN e oferecido as duas primeiras especializações em Arqueologia do país, tinha interesse em criar tal graduação e elaborou o projeto que foi apresentado em 2002, mas infelizmente o país vivia momentos difíceis para as IES, e foi então negada a sua criação. Na época a Univasf foi a única IES criada pelo governo neoliberal, e como o projeto estava pronto, ele foi adaptado, renomeado e apresentado como proposta de criação de um *campus* avançado em SRN para abrigar o curso de Arqueologia.

Em 2003 houve muita mudança sociopolítica no país, quando um governo social-democrata assumiu e mudou completamente o tratamento com as IES, inclusive a situação de desmonte que acontecia se transformou em investimentos. Como ainda eram poucas as graduações em Arqueologia que existiam no país, juntamente com o legado dos trabalhos iniciais da UFPI, e principalmente, pelo sucesso que foi a terceira especialização em Conservação de Arte Rupestre, se deu continuidade ao projeto de instalação da graduação em Arqueologia. Ressalta-se que inicialmente o Reitor da UFPI da época tentou uma parceria com a Univasf, mas não obteve bom retorno, então foi decidida a criação da nova graduação voltada para a Conservação de Arte Rupestre na UFPI.

À vista disso, refletirei neste capítulo a respeito das possibilidades de transformações do pensamento arqueológico, observando se a mudança na estrutura socioeconômica das

universidades contribui para a consolidação de uma pluralidade de opções teóricas e temáticas de Arqueologia (FUNARI; CARVALHO, 2012).

4.3 A GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA DA UNIVASF

4.3.1 O histórico e o Projeto Pedagógico do Curso

A Univasf representa no Brasil a primeira instituição de ensino superior localizada no sertão nordestino no período entre 2003 e 2007, quando o Governo Federal implementou ações para a interiorização das instituições públicas. Esse fato marcou a história da educação pública no Nordeste, pois até o período demarcado acima não havia investimentos nas regiões mais afastadas dos grandes centros urbanos:

Pelo fato de ter significado o rompimento com a política de educação superior hegemônica até então, segundo a qual as instituições eram criadas por meio de desmembramento e extensão, para atender demandas pontuais e não para cumprir um papel mais estratégico e de longo prazo, a UNIVASF também conseguiu obter seus resultados de forma quase que imediata, permitindo não só que a região do submédio São Francisco tivesse uma Universidade Federal como também que os principais beneficiados pelo acesso à educação superior fossem justamente os estudantes da região. (ARAÚJO; CUSATI, 2021, p. 3647).

Em entrevista com a professora Conceição Lage da UFPI (Apêndice B), a mesma menciona que desde 2001 existia a ideia de implantar um curso de Arqueologia, que inicialmente seria em Teresina. Na entrevista com o professor Mauro (Apêndice A), da Univasf, em que é descrito o cenário da criação do curso da Univasf, também é mencionado o desejo de Conceição Lage pela criação de uma graduação em Arqueologia no Piauí.

Em 2004, mesmo ano em que é fundado o *campus* Serra da Capivara (LEAL, 2021), a FUMDHAM, em parceria com o Programa de Pós-graduação em Arqueologia da UFPE, criou o primeiro curso da Univasf, a graduação em Arqueologia e Preservação Patrimonial da Univasf, com o propósito de aprofundar o projeto político do Parna Serra da Capivara. Em 2008 é criado o Projeto Político-Pedagógico de Curso¹², no qual consta o objetivo da formação em Arqueologia:

O profissional egresso será capaz de atuar em ensino, pesquisa e extensão, podendo prosseguir seus estudos de pós-graduação. Sua formação o habilitará a trabalhar em

¹² Em entrevista concedida pelo professor Mauro Fontes, em março de 2023 (Apêndice A), para a elaboração deste trabalho, o mesmo relembrou que a publicação dos PPC's de todos os cursos da Univasf só ocorreu em 2008, posterior ao início do curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial. Contudo, em 2004 foi elaborada a matriz curricular do curso.

assessorias e consultorias para as entidades públicas e privadas inerentes ao patrimônio cultural e natural, em proceder à coleta de objetos arqueológicos em áreas onde serão realizadas grandes obras, como estradas e hidrelétricas. Poderão atuar como profissionais liberais em empresas prestadoras de serviços especializadas em elaboração, manutenção e supervisão de projetos arqueológicos, culturais ou de preservação de recursos patrimoniais. Os arqueólogos estão habilitados também para realizar vistorias arqueológicas, estudos de impacto ambiental e relatórios de impacto ao meio ambiente. (UNIVASF, 2008, p. 7).

O curso de Arqueologia da Univasf funcionou, em seus primeiros anos, nas dependências da FUMDHAM (Figura 10), onde continham laboratórios, bibliotecas e reservas técnicas. Os componentes curriculares eram e continuam voltados para as atividades de campo e laboratório, com foco na Pré-História, na Arqueologia Histórica e na Preservação Patrimonial (Figura 9), além de abordar a relação estreita entre o Parna e as comunidades do entorno. Recentemente o PPC foi atualizado no tocante as ementas e bibliografias (UNIVASF, 2021), conforme a entrada de docentes e discentes com experiências diversas (MAGESTE; AMARAL, 2022), algo que pretendemos evidenciar nesta pesquisa.

Figura 9 - Matriz Curricular do curso de Arqueologia da Univasf em 2021.

Matriz Curricular do Curso Arqueologia e Preservação Patrimonial – Univasf															
1º Período		2º Período		3º Período		4º Período		5º Período		6º Período		7º Período		8º Período	
Disciplina	C.H.	Disciplina	C.H.	Disciplina	C.H.	Disciplina	C.H.	Disciplina	C.H.	Disciplina	C.H.	Disciplina	C.H.	Disciplina	C.H.
Introdução à Arqueologia	60	Desenho Arqueológico I	60	Informática I	60	Preservação Patrimonial II	60	Preservação Patrimonial III	60	História do Brasil Colonial	60	História Indígena II	60	Antropologia Física	60
Preservação Patrimonial I	60	Elaboração de Texto Científico	60	Evolução Humana	60	Pré-História do Velho Mundo	60	História Indígena I	60	Preservação Patrimonial IV	60	Bioarqueologia	60	Seminário de Pesquisa	60
Geologia Geral	60	Introdução à Antropologia I	60	Pré-História da África	60	Pré-História do Novo Mundo	60	Pré-História do Brasil	60	Arqueologia Histórica I	60	Arqueologia Histórica II	60	Monografia	90
Teoria e Metodologia da Pesquisa Científica	60	Teoria Arqueológica I	60	Métodos e Técnicas Arqueológicas I	90	Métodos e Técnicas Arqueológicas II	120	Teoria Arqueológica II	60	Métodos e Técnicas Arqueológicas III	90	Métodos e Técnicas Arqueológicas IV	120	Laboratório II	90
Educação Ambiental	60	Geoarqueologia I	60	Geoarqueologia II	60	Topografia I	60	Laboratório I	90	Registro Rupestre	60	História da Arte	60	Eletiva I	60
												Núcleo Temático	120	Eletiva II	60
		Optativa I	60	Optativa II	60	Optativa III	60	Optativa IV	60	Optativa V	60				
Total C.H.	300		360		390		420		390		390		480		420
														Carga horária total do curso	
														3.150	

Fonte: <https://portais.univasf.edu.br/arqueologia/ensino/matriz-curricular/matriz-arqueologia-2.pdf/view>.

Figura 10 - Em sentido horário, auditório, sala de aula, construção da primeira sala de aula e sala dos professores, nas dependências da FUMDHAM.



Fonte: Imagens capturadas pelos professores Mauro Fontes e Daniela Cisneiros, 2004 e 2005.

Nesse período, entre 2008-2009, a Univasf inaugurou em seu *campus* um prédio próprio e logo em seguida, através do Reuni, foi criado o curso de licenciatura em Ciências da Natureza. Em 2010, é criado o Programa de Educação Tutorial em Arqueologia (doravante, PET-Arqueologia) – o único no Brasil voltado para ações de Educação Patrimonial –, responsável por estimular o vínculo entre Arqueologia e comunidades, o que está refletido nas monografias (MAGESTE; AMARAL, 2022), como veremos adiante:

O PET - Arqueologia nasceu na Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) em 2011. Devido ao centenário da cidade de São Raimundo Nonato - PI, onde está sediado o campus Serra da Capivara e o curso de graduação em Arqueologia e Preservação Patrimonial desta mesma instituição, lançou-se o tema/eixo norteador "Escavando história: São Raimundo Nonato para além dos 100 anos". Este tema buscava resgatar a história das populações locais, e seus ancestrais "recentes", uma vez que a arqueologia tem contemplado de modo bastante satisfatório os povos muito mais antigos. Dessa forma, desenvolveram-se desde então diversos subprojetos, sempre pautados na interdisciplinaridade e dialogando com o tema principal. Temas como a exploração da Maniçoba no SE do Piauí; patrimônio edificado em São Raimundo Nonato e arredores; história, memória e territorialidade de remanescentes quilombolas e indígenas; e colonização do Piauí, têm sido ricamente abordados, sempre contemplando o tripé ensino-pesquisa-extensão, característica fundamental da filosofia petiana. (UNIVASF, 2018).

No curso de mestrado, criado em 2018, também são feitos projetos de extensão. Vinculados ao Laboratório de Arqueologia e Preservação Patrimonial (LAPA), os projetos consistem em ações comunitárias apoiadas pela Semana de Museus e pelo projeto Casas do Patrimônio do IPHAN, nas cidades de São Raimundo, São Braz do Piauí, comunidades Novo Zabelê e São Vitor. O Laboratório de Arqueologia Histórica também atua em ações promovidas junto à comunidade de Caldeirãozinho e Jurema, no âmbito do Projeto Sítio Escola Terras de Caldeirãozinho (UNIVASF, 2022).

Em entrevista com o professor Mauro, o mesmo menciona as dificuldades enfrentadas no início do curso para lecionar outras disciplinas que não fossem relacionadas com a Pré-História, pois a maioria dos docentes tinha tido formação primária em Pré-História – que era a única área de formação em Arqueologia da época, sobretudo na UFPE. Além disso, esses docentes não tiveram outras referências na prática de ensino de graduação em Arqueologia, apenas em História, de forma que não se sabia ao certo qual seria o objetivo da formação desses estudantes e como seria o seu ingresso no mercado de trabalho.

Mauro também relatou outras dificuldades, como a falta de uma infraestrutura mínima para a execução das aulas, as quais eram feitas no auditório da FUMDHAM (Figura 11), de forma improvisada e sem os equipamentos necessários. Também havia a dificuldade da distância entre o *campus* Serra da Capivara e o campus de Petrolina, que era onde estavam localizadas as pró reitorias, secretarias e a prefeitura universitária.

Figura 11 - Aulas ocorrendo de forma improvisada no auditório e nas dependências da FUMDHAM, à esquerda professor Celito Kesting e à direita professora Daniela Cisneiros lecionando.



Fonte: Imagens capturadas pelos professores Mauro Fontes e Daniela Cisneiros, 2004.

Em 2009 foram publicadas duas matérias em um portal *online* de notícias do Piauí sobre um abaixo assinado feito pelos professores da Univasf a respeito das dificuldades enfrentadas no *campus*, sobretudo com relação aos problemas de infraestrutura e à dificuldade de acesso pela estrada entre Petrolina e São Raimundo Nonato. O professor Dr. Celito Kesting afirmou

na matéria que cerca de 50% dos professores pediram transferência ou demissão, por não se adaptarem à região. Em razão dessas dificuldades, o abaixo assinado pedia a transferência do curso para Petrolina, contudo a Dra. Niède Guidón lutou incisivamente contra, pois era um desejo dela que houvesse um curso de Arqueologia situado próximo à Serra da Capivara. O deputado Paes Landim, a vereadora Elizete e o Padre Herculano também se posicionaram contra a transferência do curso¹³.

Em 2015, foram inaugurados os prédios dos laboratórios de Arqueologia Pré-histórica, Arqueologia Histórica, Preservação Patrimonial e Bioarqueologia, além de uma biblioteca e um auditório. Em 2016, são criados os cursos de bacharelado em Antropologia e a Licenciatura em Química. Logo os cursos de Arqueologia e Antropologia se aproximam, estimulando o diálogo da Arqueologia com o presente. E em 2018, é criado o mestrado em Arqueologia, cujas linhas de pesquisa permitem abordagens transversais (MAGESTE; AMARAL, 2022).

Todo esse processo de fundação da Univasf culmina na alteração das dinâmicas econômicas, culturais e políticas dos pequenos municípios brasileiros, como nos mostra Leal (2021), docente do curso de bacharelado em Antropologia da Univasf, criado em 2016 e situado no *campus* Serra da Capivara, em São Raimundo Nonato – PI, onde também estão localizados os cursos de Arqueologia (graduação e mestrado), Ciências da Natureza e Química:

Assim, estudantes dessas universidades públicas passam a gozar de um lugar, senão de prestígio, ao menos de destaque. Debates sobre gênero, questões raciais, políticas culturais e saúde mental, por exemplo, tornam-se latentes, gerando efeitos, inclusive, nas maneiras como as próprias prefeituras passam a lidar com parte de seus munícipes agora vindos de outros lugares, sem redes familiares e com outras percepções e experiências sobre o papel do poder público. E aqueles nascidos e criados nestas pequenas cidades, decididamente eleitores, quando entram na universidade, paulatinamente, se tornam cada vez mais críticos. (LEAL, 2021, p. 40).

A Univasf apresenta, ainda, outras particularidades e pioneirismos. Foi a primeira universidade federal a distribuir os *campi* em mais de um estado: Piauí, Pernambuco e Bahia, e em municípios do semiárido nordestino. No primeiro ano do vestibular, em 2004, entraram na Univasf candidatos dos estados do Piauí, Pernambuco e Bahia, para cursar um dos 11 cursos ofertados: Arqueologia, Engenharias de Produção, Elétrica, Agrícola, Civil e Mecânica; Zootecnia, Administração, Enfermagem, Medicina e Psicologia (PEREIRA; BARROS, 2022).

Corroborando com essa discussão, o trabalho de Mageste e Amaral (2022) nos mostra evidências práticas das mudanças socioculturais trazidas pelos discentes com a implementação do *campus* da Univasf em São Raimundo Nonato:

¹³ <https://cidadeverde.com/noticias/45149/leia-na-integra-os-documentos-enviados-por-niede-guidon>.
<https://cidadeverde.com/noticias/45002/curso-de-arqueologia-pode-ser-transferido-de-sao-raimundo-nonato>.

Em São Raimundo Nonato, as políticas fomentaram uma entrada maior de discentes oriundos da região, desde então sempre prevalentes em relação a estudantes provenientes de outras localidades: descendentes das comunidades expulsas do Parque, ex-participantes dos projetos sociais da FUMDHAM, do IPHAN e da UNIVASF, membros de comunidades quilombolas e camponesas, entre outras(os) estudantes acostumadas(os) a esbarrar com arqueólogas(os) e sítios arqueológicos ao longo de suas trajetórias de vida na ‘capital da Arqueologia no Piauí’. (MAGESTE; AMARAL, 2022, p. 13).

A introdução desses diferentes grupos sociais citados acima na Univasf, muitos dos quais nascidos em São Raimundo Nonato, se refletiu nas práticas acadêmicas, especificamente nos trabalhos de final de curso em Arqueologia, o que analisei nos próximos subcapítulos:

Sem dúvidas, a adoção de metodologias colaborativas e de arcabouços teóricos atinentes aos fatores sócio-políticos do fazer científico tem levado as(os) pesquisadoras(es) que se formam na UNIVASF a não apenas buscarem uma aproximação com as comunidades locais, das quais muitas(os) delas(es) fazem parte, como também a assumirem o envolvimento pessoal e a responsabilidade social da pesquisa. Narrativas em primeira pessoa, bem como memórias, objetos e colaboração de familiares e amigos tornam-se recorrentes. (MAGESTE; AMARAL, 2022, p. 28).

Na entrevista com Mauro, o mesmo relembra que no primeiro ano do vestibular, entraram no curso de Arqueologia estudantes de diversas localidades do país, e apenas três de São Raimundo, pois ainda não existiam as graduações da UFPI, da UFPE e da UFS. Além disso, segundo Mauro, os estudantes de fora tinham melhores condições financeiras para adentrar no vestibular e cursar um curso na Univasf. Após a criação das demais graduações em Arqueologia do Nordeste, é que começa a predominar nas turmas da Univasf discentes oriundos de São Raimundo e dos municípios vizinhos, os quais passaram a ter mais oportunidades, com a expansão das políticas de bolsas para permanência desses estudantes na universidade.

Mauro ressalta, ainda, como o *campus* Serra da Capivara possibilitou que estudantes de baixa renda, que não teriam condições de cursar um curso superior fora da sua cidade, pudessem se formar no ES. Esses estudantes locais adicionaram conhecimentos diversos sobre os patrimônios culturais e arqueológicos da região até então desconhecidos para os docentes.

Outros aspectos que distinguem a Univasf das demais instituições acadêmicas é o fato dela não apresentar a divisão hierárquica entre centros, faculdades e departamentos. No lugar desses três domínios estão os colegiados de cada curso e o conselho superior, o qual é composto pelos representantes dos colegiados, técnicos, corpo discente e membros da comunidade externa. Ou seja, nessa composição, as relações acadêmicas ocorrem de forma mais horizontal, contudo, o trabalho dos docentes se torna mais intenso, tendo em vista que os mesmos passam a ser responsáveis pelas atividades administrativas, além das de ensino, pesquisa e extensão (LEAL, 2021).

4.3.2 Os docentes

Neste subtópico trabalharei os dados sobre os docentes efetivos egressos e vigentes do curso de Arqueologia da Univasf. Tais informações foram obtidas em parte pelo contato com a coordenação do curso, a qual disponibilizou a planilha com os nomes dos docentes, e através dos currículos disponíveis na plataforma Lattes. A reunião desses dados nos permitirá entender um dos aspectos que influenciam no ensino e na formação dos discentes, bem como os vieses teórico-metodológicos que o curso apresenta.

Para iniciar essa análise, começo com a exposição de alguns dados sobre os docentes fundadores e egressos do curso de Arqueologia que compuseram o corpo docente da Univasf e tiveram um papel importante na formação dos discentes e do próprio curso:

Tabela 1 - Dados coletados sobre os docentes fundadores (em destaque) e egresso da Univasf.

PERFIL DOS DOCENTES			
NOME	FORMAÇÃO	PERÍODO	ÁREAS DE PESQUISA
Carlos Fabiano Marques de Lima	Bacharel e mestre em História (UFPE)	2004-2009	Arqueologia da Paisagem, Arqueologia de Contrato, Arqueologia Pré-histórica e Histórica, Preservação do Patrimônio e Estruturas Arqueológicas
Celito Kestering	Licenciado em Filosofia (UNISUL); bacharel em Agronomia (Famesf); mestre em História e doutor em Arqueologia (UFPE)	2004-2017	Pintura Rupestre, Identidade e Arqueologia
Daniela Cisneiros Silva	Graduada e mestre em História e doutora em Arqueologia (UFPE)	2004-2009	Grafismo Rupestre, Arqueologia Pré-histórica, Arqueometria, Conservação e Escavação Arqueológica
Demétrio da Silva Mützenber	Graduado em História, mestre e doutor em Arqueologia (UFPE)	2008-2010	Arqueologia pré-histórica, Análise Espacial em Arqueologia e Geoarqueologia
Elaine Ignácio	Graduada em Arquitetura e Urbanismo (IEMIL); mestre em Pré-história e Arte Rupestre (UTAD)	2004-2010	Arqueologia Pré-histórica e Arte Rupestre
Mauro Alexandre Farias Fontes	Graduado e mestre em História e doutor em Arqueologia (UFPE)	2004-atual	Pré-história do Nordeste do Brasil, Arqueologia Pré-histórica e Preservação Patrimonial
Guilherme De Souza Medeiros	Bacharel e mestre em História (UFPE); doutor em História (UCA)	2004-2016	Etno-história, História da Cultura, História Indígena e relações interétnicas
Maria de Betânia Uchôa	Graduada em Arquitetura (UFPE); doutora em	2004-2005	Teoria e Prática da Restauração, Inserção da Nova Arquitetura na Preexistência Patrimonial, Intervenção e Proteção de Sítios Arqueológicos, Teoria e História da

Cavalcanti Brendle	Arquitetura (Oxford Brookes University)		Arquitetura e do Urbanismo e Educação Patrimonial
Pedro Luís Machado Sanches	Bacharel em Filosofia, mestre e doutor em Arqueologia (USP)	2005-2008	Arqueologias da Imagem e da Arquitetura, Musealização da Arqueologia, Peritagem de arte figurativa, Ceramologia e Iconografia

Fonte: Univasf, 2023.

A partir das informações apresentadas na tabela acima, pudemos perceber algumas recorrências. A maior parte dos primeiros docentes que lecionaram na Univasf eram pesquisadores da FUMDHAM, e fizeram a sua graduação na UFPE, majoritariamente no curso de História com foco em Pré-história – como é comentado pelo professor Mauro, em entrevista fornecida para esta dissertação. Quatro dos docentes acima possuem áreas de pesquisas relacionadas ao período histórico, e dois se utilizam de conceitos que podem ser utilizados pra tratar de comunidades vivas: História Indígena e Identidade.

Percebemos, portanto, que houve um predomínio da Arqueologia Pré-histórica com foco nas pesquisas relacionadas ao Parna Serra da Capivara durante a formação das primeiras turmas de Arqueologia da Univasf. Contudo, segundo o relato de Mauro, apesar dos currículos desses docentes não apontarem explicitamente para um caráter crítico, político ou social em seus temas de pesquisas, muitos desses docentes se engajavam com aspectos do presente, ao trabalharem com as comunidades que viviam nos arredores do *campus* da Univasf.

Observa-se, ainda, que o professor Mauro é o único que fez parte do quadro dos primeiros docentes e que ainda permanece – o que pode ser justificado pelas dificuldades enfrentadas pelos docentes no início do curso, como mencionamos anteriormente. Outros que também foram pioneiros, mas que atualmente não lecionam mais no curso de Arqueologia da Univasf são: Carlos Fabiano, Celito Kesting, Daniela Cisneiros, Elaine Ignácio, Guilherme Medeiros, Maria de Betânia e Pedro Sanches (Figura 12).

Figura 12 - Em sentido horário, professores Guilherme Medeiros, Celito Kesting e Mauro Fontes na sala dos professores improvisada nas dependências da FUMDHAM.





Fonte: Imagens capturadas pelos professores Mauro Fontes e Daniela Cisneiros, 2004.

Após a apresentação e análise dos dados sobre os docentes pioneiros e egressos, na tabela abaixo apresento os dados sobre os atuais e efetivos docentes da Univasf:

Tabela 2 - Dados coletados sobre os atuais docentes da Univasf.

PERFIL DOS DOCENTES			
NOME	FORMAÇÃO	INÍCIO	ÁREAS DE PESQUISA
Alencar de Miranda Amaral	Graduado em História e mestre em Ciência da Religião (UFJF); doutor em Arqueologia (UFPE)	2015	Arqueologia Pré-colonial, Arqueologia Histórica, História do Brasil Colonial, Preservação Patrimonial, História Indígena, Etnologia indígena, Etno-história e Antropologia da Religião
Gisele Daltrini Felice	Licenciada em Geografia (FURG); mestre e doutora em História (UFPE)	2011	Arqueologia Pré-histórica, Geoarqueologia, Estratigrafia, Geomorfologia e Arqueologia Experimental
Gustavo Neves de Souza	Graduado em História (UFMG); mestre e doutor em Arqueologia (USP)	2018	Material lítico, experimentação, artefatos de pedra polida, pré-história e arqueologia brasileira
Jaciara Andrade Silva	Bacharel, mestre e doutora em Arqueologia (UFS)	2018	Bioarqueologia, Arqueotematologia e Arqueologia Funerária
Janaina Carla dos Santos	Licenciada em Geografia (UFPI); mestre em Geografia (UFSC); doutora em Geociências (UFPE)	2007	Geologia e Geomorfologia do Quaternário
Leandro Elias Canaan Mageste	Licenciado e bacharel em História (UFJF); mestre e doutor em Arqueologia (USP)	2014	Arqueologia Brasileira (Pré-colonial, Histórica e Contemporânea), Teorias e Métodos Arqueológicos, História Indígena, Museologia, Patrimônio Cultural e Educação
Leandro Surya Carvalho de Oliveira Silva	Graduado em História (UFJF); mestre em Arqueologia (UFPE); doutor em Arqueologia (U.Porto)	2009	Teoria e Método em Arqueologia
Maria Fátima Barbosa Souza	Graduada em Ciências Biológicas e mestre em Zoologia (PUCRS); doutora em Arqueologia (UFPE)	2006	Bioarqueologia
Marcus Vinicius Santana Lima	Graduado em História (URCA); mestre em História Social	2016	Noções de cultura, representações, práticas, apropriações, memória, narrativas, subjetividades, identidades e patrimônio

	(USS); doutor em História (UFPE)		
Mauro Alexandre Farias Fontes	Graduado e mestre em História e doutor em Arqueologia (UFPE)	2004	Pré-história do Nordeste do Brasil, Arqueologia Pré-histórica e Preservação Patrimonial
Nívia Paula Dias de Assis	Licenciada em História (Uespi); mestre em História (UFRN); doutora em História (PUCRS)	2010	Informática aplicada a Arqueologia
Rodrigo Lessa Costa	Licenciado em História (Ufal); mestre em Arqueologia (UFPE); doutor em Arqueologia (UFRJ)	2009	Cultura material, pré-história brasileira, tecnologias indígenas, tecnologias perecíveis (cestaria), grupos ceramistas, história da arqueologia, história e memória e educação patrimonial
Vanessa Linke Salvio	Bacharel em Geografia e Meio Ambiente (Newton Paiva); mestre em Geografia (UFMG); doutora em Arqueologia (USP)	2017	Arqueologia Pré-Colonial, análises de grafismos Rupestres, Arqueologia do Passado Contemporâneo e Arqueologia do Presente, ambas em contextos do semiárido Piauiense
Vivian Karla de Sena	Licenciada em História, mestre e doutora em Arqueologia (UFPE)	2008	Arqueologia Histórica, Teoria Arqueológica, Arqueologia do Contato e Interação Social, Métodos e Técnicas Arqueológicas, Análises de Artefatos Arqueológicos Históricos e Gênero e Feminismo na Arqueologia Histórica
Waldimir Maia Leite Neto	Licenciado em História (Unicap); mestre e doutor em Arqueologia (UFPE)	2009	Arqueologia Histórica

Fonte: Univasf, 2023.

A partir da tabela acima conseguimos perceber algumas situações que qualificam os atuais docentes de Arqueologia da Univasf. Com relação à primeira graduação, foi constatado que dos 15 professores, apenas uma tem a formação primeira em Arqueologia e a maioria, dez, são formados em História, o que é comum nos cursos de Arqueologia do Brasil, como mostra o histórico das pesquisas, pois as graduações são recentes. Os demais professores são formados em Geografia (três) e uma em Biologia. Dez tiveram formação na UFPE, sobretudo como mestre e/ou doutor(a) em Arqueologia.

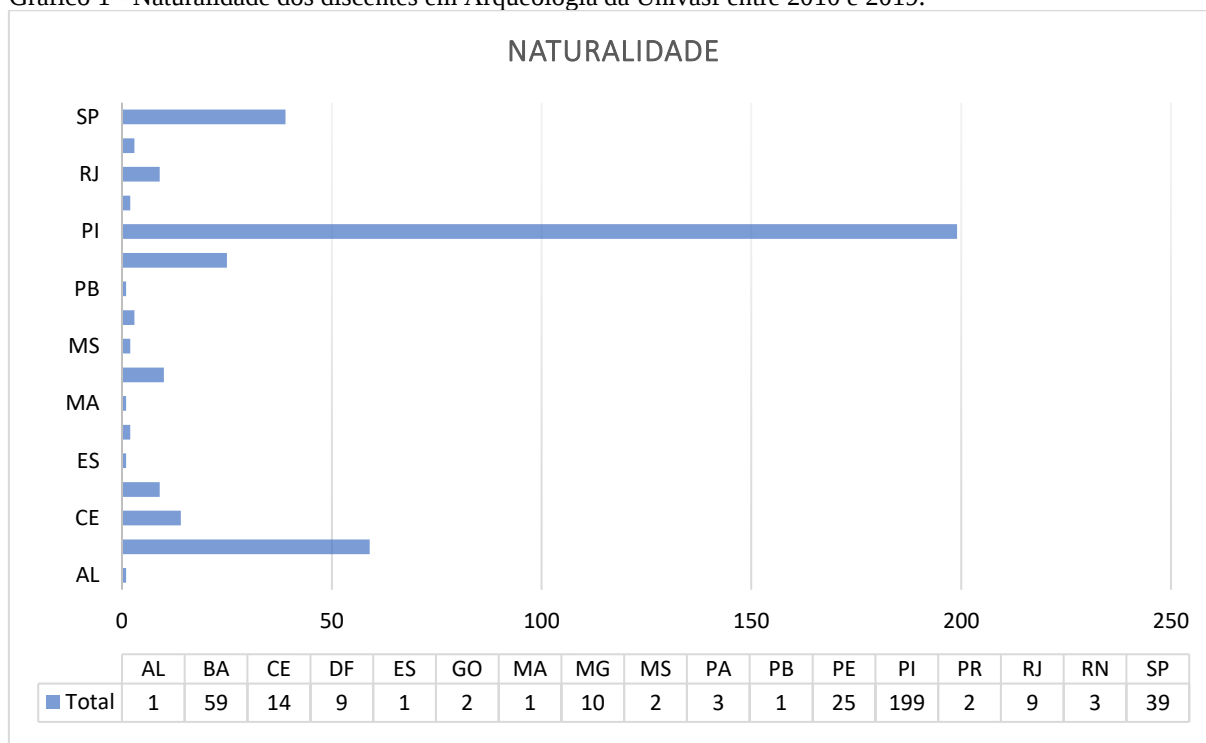
Em relação ao local de formação de sua primeira graduação, apenas duas docentes se formaram no Piauí, três em Pernambuco, um no Ceará, uma em Sergipe, um em Alagoas, duas no Rio Grande do Sul e cinco em Minas Gerais, ou seja, oito docentes são graduados na região aonde o curso se localiza: Nordeste, enquanto os demais estão em dois estados do Sul e Sudeste do país. Além disso, diferentemente da maioria das instituições com curso de Arqueologia no país, a Univasf apresenta apenas três docentes com formação na USP.

Por fim, sobre as suas respectivas linhas de pesquisa, verificamos que há uma diversidade de temáticas e de objetos de estudo, do passado remoto e do presente. Percebemos que cinco docentes possuem áreas de pesquisa voltadas para sociedades atuais, com destaque para quatro temáticas presentes no currículo de quatro docentes: Patrimônio Cultural e Educação; Identidades e Patrimônio; Educação Patrimonial; Arqueologia do Presente.

4.3.3 Os discentes

Partindo para a análise dos dados sobre os discentes em Arqueologia da Univasf, analisaremos abaixo as informações disponíveis no próprio site da instituição, as quais datam desde 2004 até 2019. Contudo, os dados que nos interessam para realizar a análise proposta datam de 2010¹⁴ até 2019, começando com a naturalidade dos ingressantes em Arqueologia, apresentada no gráfico abaixo:

Gráfico 1 - Naturalidade dos discentes em Arqueologia da Univasf entre 2010 e 2019.



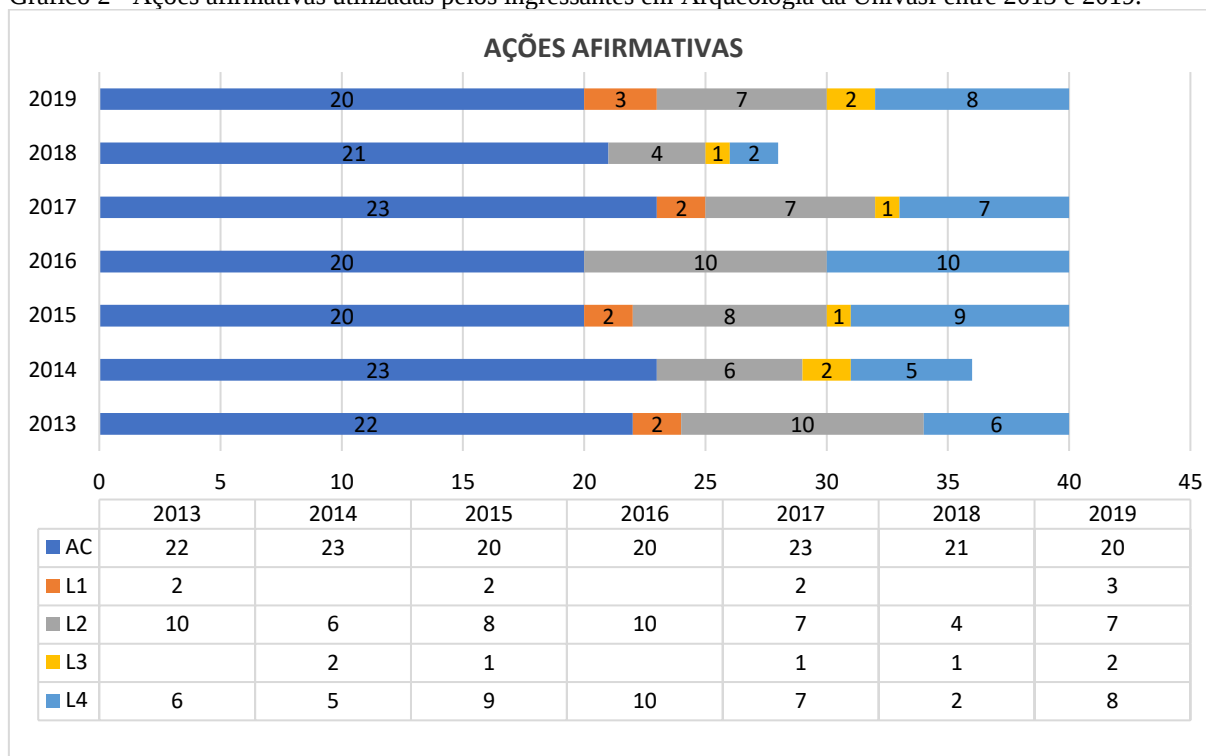
Fonte: Univasf, 2022.

Com base no gráfico, observamos que mais da metade dos ingressantes do curso de Arqueologia da Univasf, entre 2010 e 2019, são naturais do estado do Piauí. Em segundo lugar está a Bahia, seguida de São Paulo e Pernambuco. Em menor percentual estão os estudantes dos estados do Ceará, Minas Gerais, Distrito Federal e Rio de Janeiro. Ou seja, percebemos que o curso de graduação em Arqueologia da Univasf abriga ao longo dos anos estudantes de diversas partes do Brasil, tendo em vista a sua notoriedade enquanto a graduação mais antiga atualmente em vigor no país e sobretudo a sua localização no maior parque arqueológico pré-colonial das Américas, o Parna Serra da Capivara.

¹⁴ Apesar do início das defesas das monografias da Univasf ter sido em 2009, só a partir de 2010 esses dados estatísticos começam a ser sistematizados.

Outra informação substancial para analisarmos o perfil dos discentes de Arqueologia da Univasf são as ações afirmativas utilizadas pelos discentes, as quais estavam disponíveis para verificação no site a partir do ano de 2013 até 2019.

Gráfico 2 - Ações afirmativas utilizadas pelos ingressantes em Arqueologia da Univasf entre 2013 e 2019.



Fonte: Estatísticas – Univasf, 2022.

Legenda: **AC**: Ampla concorrência;

L1: vagas reservadas para candidatos com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas;

L2: vagas reservadas para candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas;

L3 ou **L5**: vagas reservadas para candidatos que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas;

L4 ou **L6**: vagas reservadas para candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (BRASIL, 2013 e 2021).

Com base no gráfico acima constatamos que desde 2013 tem havido um aumento no número de estudantes utilizando as cotas L2 e L4, as quais são destinadas, respectivamente, aos candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas; e aos candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

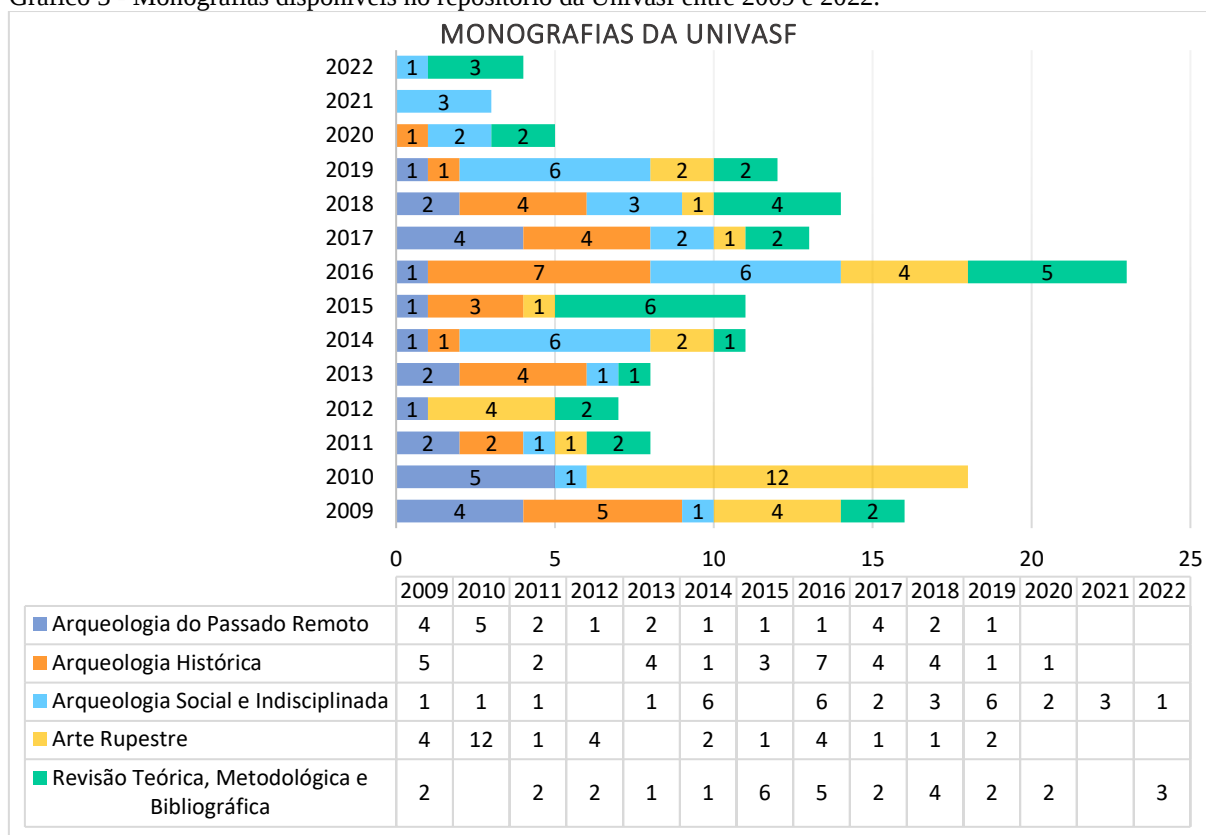
As cotas L1 e L3, direcionadas, respectivamente, aos candidatos com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas; e aos candidatos que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, não têm sido tão utilizadas quanto

as cotas raciais. Isso nos mostra que tem havido um crescimento no número de estudantes pretos, pardos e indígenas no curso de Arqueologia da Univasf.

4.3.4 As Monografias

Foram coletadas no repositório da Univasf 153 monografias da graduação em Arqueologia disponíveis para *download*¹⁵, as quais datam de 2009 a 2022:

Gráfico 3 - Monografias disponíveis no repositório da Univasf entre 2009 e 2022.



Fonte: Autora, 2022.

Como podemos perceber no gráfico acima, houve um “boom” na categoria Arte Rupestre no ano de 2010, contudo esta temática foi decaindo nos anos seguintes. A categoria Arqueologia Social e Indisciplinada começou a ser mais frequente a partir de 2014, apesar de no ano seguinte a temática não ter aparecido em nenhuma monografia, ela tem sido recorrente desde então. Todos esses fatores corroboram com a hipótese levantada nesta pesquisa de modificação nos padrões temáticos da Arqueologia após as políticas de democratização do ensino superior, em 2010, como também é atestado em:

¹⁵ No trabalho de Mageste, Amaral e Santos (2021) foram coletadas 205 monografias, datadas de 2009 a 2020.

Esses dados fazem mais sentido se levarmos em consideração as mudanças nas formas de acesso à universidade pública federal, com o incentivo maior para inserção de alunos fora dos grandes centros urbanos de produção de conhecimento. Até 2013, as monografias defendidas foram produzidas em um campus sensivelmente diferente da atualidade, com uma presença mais expressiva nas primeiras turmas de estudantes de outras regiões, revelando o papel central do Parque Nacional Serra da Capivara e da ideia de “pré-história” na organização da Arqueologia. Os discentes que defenderam a partir de 2014, na maioria dos casos participaram dos desdobramentos que redimensionaram o curso no ano de 2010: ingressaram pelo o ENEM – SISU; envolveram-se nas ações do PET Arqueologia; participaram de projetos de extensão colaborativos; sentiram-se oprimidos ou motivados, frente a uma diversidade de conflitos e parcerias que compõem a paisagem acadêmica local e emergem no envolvimento com outras instituições. Os discentes que defenderam os seus trabalhos no ano de 2019, ingressam em um campus em ebulição, em uma conjuntura de disponibilidade incipiente de bolsas que assegurou a formação acadêmica e alimentou esperanças de ascensão social. São conectados de formas específicas com a Arqueologia em suas biografias. São filhos e netos pertencentes às comunidades expropriadas dos seus territórios para a criação do Parque Nacional Serra da Capivara; participantes diretos ou indiretos das ações sociais desenvolvidas pela FUMDHAM; ou mesmo interessados que foram seduzidos por “observar de longe” o trabalho dos arqueólogos, que passavam por suas casas e nas suas escolas a tantos anos. (MAGESTE; AMARAL; SANTOS, 2021, p. 136).

Devemos salientar, ainda, que esses dados não se limitam aos trabalhos entregues nas bibliotecas, pois conforme discutido por Mageste *et al* (2020) e Mageste e Amaral (2022), existe uma parte significativa das monografias que circulam fora do repositório institucional e que representam predominantemente os trabalhos da perspectiva da Arqueologia Social e Indisciplinada.

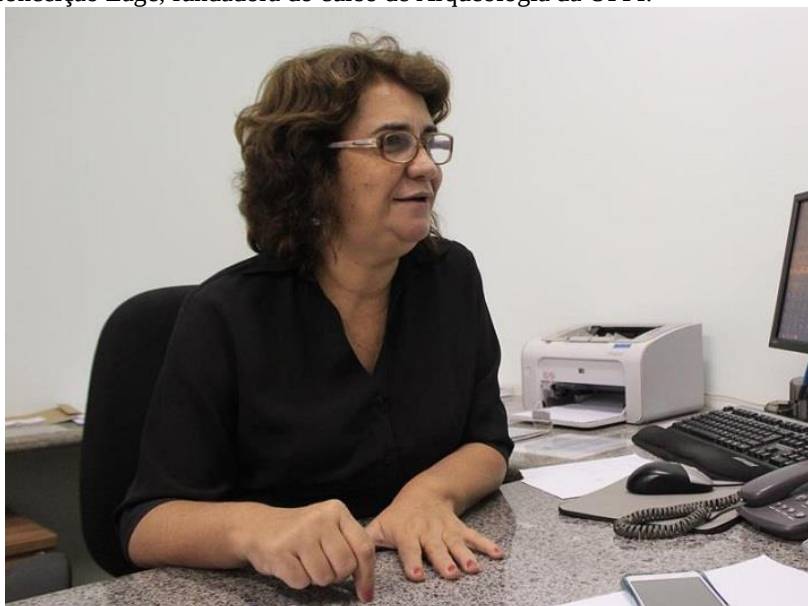
4.4 A GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA DA UFPI

4.4.1 O histórico e o Projeto Pedagógico do Curso

Os primeiros estudos arqueológicos e científicos no Piauí são mencionados no artigo de Negreiros (2016), no qual é destacada a trajetória do professor pioneiro da UFPI (implantada em 1971) Noé Mendes de Oliveira e a sua contribuição para os estudos arqueológicos que ocorreram na década de 1970, com a Missão Franco-Brasileira e a parceria com o Museu Paulista. Noé propôs a criação de um convênio entre a UFPI e a USP, o que permitiu a criação, em 1978, do Curso de Especialização em Arqueologia: Iniciação a Pré-História e Técnicas Arqueológicas, do qual participaram alunos dos cursos de Geografia, História e Biologia da UFPI, além do próprio Noé. Esse curso representou, na época, os primeiros passos para a formação e divulgação da Arqueologia no Piauí.

A trajetória de criação do curso de Arqueologia se mistura com a formação da professora e ex-coordenadora da graduação em Arqueologia da UFPI, Dra. Conceição Lage (Figura 13). Em entrevista, Conceição menciona a criação, em 1978, da primeira especialização em Arqueologia, encabeçada por Dra. Niède Guidon. Em 1983, Niède abriu a segunda especialização, com o objetivo de criar uma equipe local de especialistas em Arqueologia. Foi nessa especialização, em 1983, que Conceição começou a sua trajetória na UFPI. As pesquisadoras Dras. Sônia Campelo, Ana Clélia Barradas Correia e Jacionira Coelho Silva também fizeram essa especialização, em 1983, e se tornaram docentes do curso de Arqueologia da UFPI. Vale destacar aqui o protagonismo feminino do curso da UFPI, e da própria Arqueologia do Nordeste, cujas principais pesquisadoras foram e são mulheres.

Figura 13 - Dra. Conceição Lage, fundadora do curso de Arqueologia da UFPI.



Fonte: <https://ufpi.br/ultimas-noticias-ufpi/17526-professores-da-ufpi-tomam-posse-como-membros-da-acipi>.

Em 1986, quando Conceição vai cursar o doutorado na Sorbonne, em Paris 1, ela se encanta pela temática da Conservação de Arte Rupestre, tendo acompanhado Jacques Brunet, que era o chefe do setor de Conservação, inclusive da Gruta de Lascaux, em vários trabalhos na França. Na década de 1990, Conceição volta para o Brasil e junto com Niède começa a idealizar um curso de Arqueologia voltado para a Conservação. Quando Niède viajava para universidades internacionais, ela levava para Conceição informações sobre o histórico dos cursos, disciplinas, ementas e grades curriculares, estimulando a criação de uma especialização mais tarde.

Entre 1990 e 2010, Conceição foi responsável pela coordenação de cursos técnicos de capacitação e especialização promovidos pela FUMDHAM com o intuito de garantir a salvaguarda e a extroversão do patrimônio arqueológico da Serra da Capivara e entorno. Em

2001, o NAP criou a primeira especialização em Conservação de Arte Rupestre, a qual recebeu estudantes de outros estados (UFPI, 2011a).

Na entrevista com a professora Conceição, a mesma menciona a sua trajetória acadêmica e o seu forte interesse pelos estudos de Conservação de Arte Rupestre, que a fez criar, com o apoio de Niède, a primeira especialização em Conservação de Arte Rupestre da América Latina, reconhecida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), que contou com a participação de professores estrangeiros e recebeu alunos do Brasil todo e da Argentina. Após o sucesso dessa especialização, Conceição percebeu a necessidade de criação de uma graduação no estado.

Além de Niède e de Conceição, também participaram da criação do curso de graduação em Arqueologia da UFPI, as futuras professoras do curso, Sônia Campelo e Gisele Daltrini e o antropólogo Fabiano Gontijo, do Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia da UFPI (doravante, PPGAARq) – com quem Conceição ajudou a criar o PPGAARq, em 2009.

Em 2008, a trajetória histórica de pesquisas no Piauí culminou na criação da graduação em Arqueologia e Conservação de Arte Rupestre da UFPI (Figura 14), um dos cursos mais concorridos da instituição (UFPI, 2011a), e que busca ampliar o conhecimento arqueológico disponível no estado por meio da oferta do curso de graduação, abrangendo compartimentos para além do eixo sul/sudeste/sudoeste do Piauí, e promovendo o turismo arqueológico:

Tendo início no ano de 2008 e com a primeira turma de concluintes em 2011.2, os dados comprovam que o curso de graduação em Arqueologia da UFPI tem sido bastante aproveitado por aqueles que o fizeram, por exemplo: Formaram-se, pela Universidade Federal do Piauí, 118 bacharéis em Arqueologia, sendo que 62% (sessenta e dois por cento) estão inseridos no mercado de trabalho, em instituições e/ou empresas públicas ou privadas. Mais de 35% (trinta e cinco por cento) dos egressos continuaram sua formação acadêmica, em nível de pós-graduação, em programas da UFPI e de outras Instituições de Ensino Superior, seja no Piauí ou em outros estados brasileiros. Do total de alunos que concluíram o Curso de Arqueologia da UFPI, somente 20% (vinte por cento) ainda não foram integrados a programas de pós-graduação, ou não ingressaram no mercado de trabalho exercendo a profissão de Arqueólogo. Além disso, as taxas de inserção no mercado de trabalho e a de continuidade da formação acadêmica evidenciam o fato de que a taxa de permanência do egresso em atividades ligadas ao patrimônio arqueológico, pesquisa, ensino e gestão é muito elevada. Tal fato evidencia também que a criação do Curso de Arqueologia tem contribuído substancialmente para a formação de quadros na Arqueologia Brasileira. (CENTRO, 2022).

Figura 14 - Primeira turma de graduação em Arqueologia da UFPI.



Fonte: À esquerda WLAGÉ Arqueologia, 2009, à direita Igor Linhares, 2010

Assim como na Univasf, na UFPI também não havia uma estrutura adequada para as aulas no início, pois ainda estava sendo construído um espaço físico, como foi relatado em entrevista com a professora Conceição. Posteriormente, foi construído o Museu de Arqueologia e Paleontologia (doravante, MAP), e instalados os laboratórios de Química, Informática, lítico, cerâmica, Arqueometria e Paleontologia.

No ano seguinte à criação da graduação da UFPI, foi instalada a pós-graduação em Antropologia e Arqueologia, contudo, com um viés muito mais antropológico do que arqueológico, o que motivou a criação de um novo programa em 2011, o qual contém até o momento o mestrado com área de concentração única em Arqueologia. O Aplicativo para Propostas de Cursos Novos (APCN) da UFPI ressalta a importância da criação da pós-graduação no Piauí:

Outro fato importante a considerar é a especificidade do Estado do Piauí quanto à riqueza arqueológica, posto que apresenta sítios em praticamente cada um de seus mais de duzentos municípios e conta com duas graduações de Arqueologia (UFPI-Teresina e UNIVASF-São Raimundo Nonato), formando a cada ano dezenas de graduados em Arqueologia, porém a maioria não dará continuidade a seus estudos e qualificações por não ter condições de se deslocar para outros centros. (UFPI, 2011a, p. 24).

No documento citado acima são apresentadas, também, as várias coligações entre a UFPI e outras instituições, nacionais e internacionais, o que é percebido em eventos científicos, trabalhos acadêmicos e na formação dos discentes da graduação e do mestrado. É destacado também o caráter plural do ensino de Arqueologia na UFPI, mas sobretudo um forte interesse pela análise e conservação de arte rupestre através de técnicas físico-químicas, tendo em vista que o curso está localizado no Centro de Ciências na Natureza (doravante, CCN) e possui uma relação estreita com o departamento de Química, como mostra a atual grade curricular (Quadro 3), e o PPC do curso:

O curso ora proposto deverá ser inclusive mais abrangente, em virtude de compreender áreas das ciências naturais e humanas, permitindo ao estudante uma formação diversificada, o que poderá atrair um público maior, proveniente de outras regiões do país, que também apresentem significativo potencial arqueológico. [...] O projeto contemplará inicialmente a habilitação em arqueologia, por considerar-se prioritário e urgente empreender ações de conhecimento e conservação do patrimônio arqueológico pré-histórico. Daí a necessidade de formar tais especialistas no país (UFPI, 2011b, p. 10).

Quadro 3 - Matriz Curricular da UFPI em 2020.

PERÍODO			
1°	2°	3°	4°
Introdução ao Pensamento Arqueológico	Técnicas de Laboratório em Arqueologia I	Anatomia de Vertebrados Para Arqueologia	Ecossistemas
Arqueologia e Ciências Sociais	Arqueologia e Ciências Humanas	Técnicas de Laboratório em Arqueologia II	Zooarqueologia
Origem e Evolução Humana	Arqueologia das Américas	Técnicas de Trabalho de Campo I	Geoarqueologia
Arqueologia e História das Primeiras Sociedades	Arte Rupestre I	Arqueologia Latino-Americana	História da América Portuguesa
Arqueologia e Ciências Naturais	Geologia Geral do Quaternário	Teoria da Conservação	Arqueologia Brasileira
Iniciação e Pesquisa Científica e Arqueológica	Amostragem e Tratamento de Dados Arqueológicos	Arqueometria	Arte Rupestre II
Patrimônio Cultural e Legislação	Teorias e Métodos em Arqueologia	Geomorfologia	Arqueologia Histórica
Seminário de Introdução ao Curso			
Eletivas			
PERÍODO			
5°	6°	7°	8°
História dos Povos Indígenas no Brasil	Paleontologia Geral	Estágio Supervisionado	Monografia II Trabalho de Conclusão de Curso
Técnicas de Trabalho de Campo II	Desenho Técnico do Material Arqueológico		Arqueologia Pública
Práticas de Conservação	Arqueologia em Museus		
Arqueologia e Ética	História do Piauí		
Mapeamento Arqueológico	Monografia I		
Introdução à Bioarqueologia	Eletivas		
Eletivas			

Fonte: <https://sigaa.ufpi.br/sigaa/public/curso/curriculo.jsf>.

Conforme mostra a grade curricular acima, Paleontologia Geral é uma das disciplinas obrigatórios do curso, o que é justificado pela presença de um docente com formação na área: Juan Carlos Cisneros Martinez. Além de também estar inserido um Museu de Arqueologia e Paleontologia na UFPI. Observa-se ainda, a presença de outras disciplinas obrigatórias, que costumam ser eletivas em outros cursos de Arqueologia, como Zooarqueologia. Não foram percebidas alterações significativas entre as grades curriculares dos PPC's de 2011b e de 2019a.

Com a Missão Franco-Brasileira, a atuação de Niède Guidon e da etnóloga Vilma Chiara e a criação do NAP, a Arqueologia e a Antropologia se institucionalizam no Piauí, o que forneceu a essas disciplinas uma origem em comum (GONTIJO, 2015). Com isso, nasce em 2009, o PPGAARq, vinculado ao Departamento de Ciências Sociais e ao Centro de Ciências

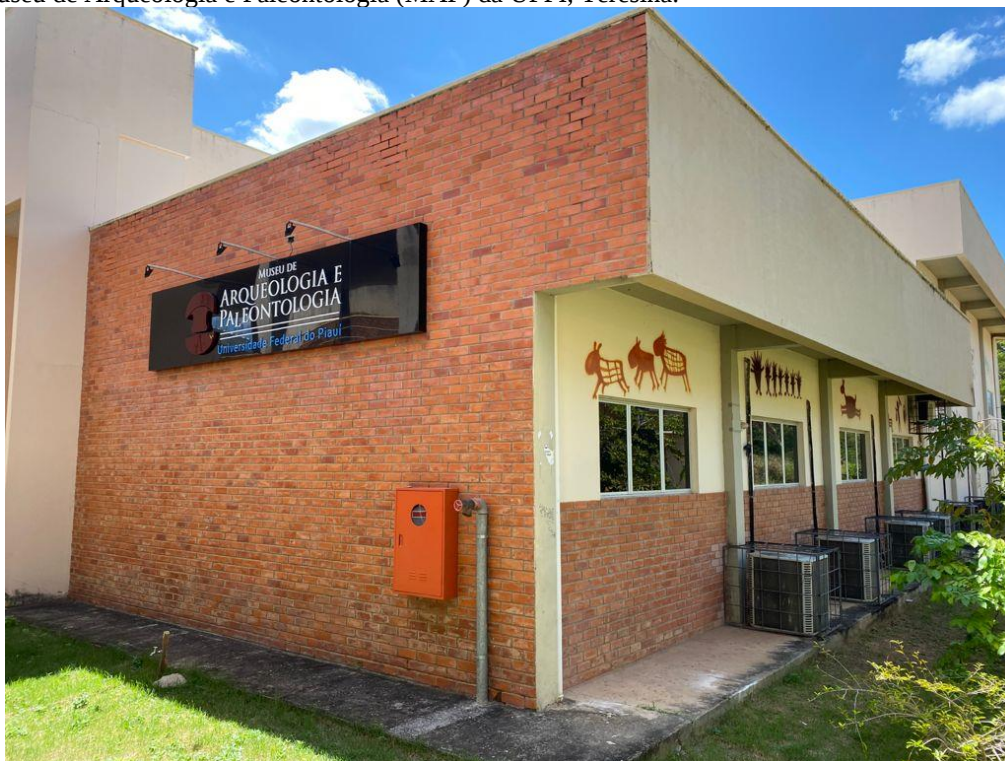
Humanas e Letras. O desmembramento dos cursos só ocorreu em 2012 (LEAL, 2021), por razões teóricas e metodológicas (GONTIJO; PESSOA, 2020).

Apesar da origem em comum, as disciplinas de Antropologia e Arqueologia tiveram momentos de divergência nas décadas de 1980 e 1990, em razão de a primeira estar mais focada nas inspirações estruturalistas próprias da disciplina, enquanto a segunda se voltava para as Ciências Naturais – fato que mais tarde fez com que o curso de Arqueologia se aproximasse do de Química e até se inserisse no CCN da UFPI, tendo alguns dos seus docentes formação em Ciências da Natureza (GONTIJO, 2015). Com esses caminhos divergentes, as disciplinas se afastaram, o que possivelmente se refletiu em suas respectivas grades curriculares e trabalhos acadêmicos.

Os primeiros anos de atividades do PPGAARq foram marcados por importantes acontecimentos, dentre os quais a parceria com o IPHAN, o que “proporcionou o desenvolvimento de importantes pesquisas envolvendo docentes e discentes, tais como aquelas referentes ao registro de bens imateriais (a arte santeira piauiense; a cajuína; o tambor de crioula; etc)” (GONTIJO; PESSOA, 2020, p. 169).

Em 2012 é criado o MAP (Figura 15), órgão complementar da UFPI, caracterizado pela interdisciplinaridade, e onde são executados cursos, palestras e oficinas. O MAP foi idealizado por Niède e Conceição desde a década de 1986, com o objetivo de ser um espaço para exposição dos materiais oriundos do NAP. Além de trabalhar com ensino e extensão, o MAP possui parcerias com o Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, o Museu Nacional do Rio de Janeiro e a Université Paris X Nanterre, na França (SILVA, 2018).

Figura 15 - Museu de Arqueologia e Paleontologia (MAP) da UFPI, Teresina.



Fonte: <https://www.ufpi.br/map>.

Também em 2012 nasce, inicialmente como projeto de extensão, o EPA (Grupo de Educação para o Patrimônio), do qual é originado o atual GEPAR (Grupo de Educação para o Patrimônio e Arqueologia), que tem como objetivos a socialização do conhecimento histórico, artístico e científico, estimular uma reflexão crítica em relação à cultura material e imaterial pretérita e atual, e contribuir para o fortalecimento das identidades (GEPAR, 2023). Em 2023 o GEPAR efetuou visitas guiadas em sítios arqueológicos situados na zona rural de cidades como Piripiri, Buriti dos Lopes e Pedro II, e encontros com comunidades quilombolas e escolas públicas do interior do estado (UFPI, 2023).

4.4.2 Os docentes

Neste subtópico analisei os dados sobre os docentes pioneiros, egressos e vigentes no curso de Arqueologia da UFPI, com o objetivo de entender as modificações na formação dos discentes a partir das áreas de pesquisa dos docentes. Para iniciar, apresento abaixo a tabela com as informações sobre os docentes pioneiros e/ou egressos:

Tabela 3 - Dados coletados sobre os docentes pioneiros (em destaque) e egressos da UFPI.

PERFIL DOS DOCENTES			
NOME	FORMAÇÃO	PERÍODO	ÁREAS DE PESQUISA
Abrahão Sanderson Nunes Fernandes da Silva	Graduado em História (UFRN); mestre e doutor em Arqueologia (USP)	2009-2016	Arqueologia histórica, arqueologia pré-histórica, educação patrimonial, musealização da arqueologia, história indígena, gestão de bens culturais e patrimonialização e, antropologia da tecnologia
Ana Clélia Barradas Correia	Licenciada em História (UFPI); mestre em História (UFPE); doutora em Arqueologia Pré-histórica (Newcastle University)	2008-2019	Práticas mortuárias, cultura material, Arqueologia da Paisagem, e patrimônio histórico-cultural
Andréa Lourdes Monteiro Scabello	Graduada em Geografia, mestre em Arqueologia e doutora em Geografia (USP)	2009-2018	Educação patrimonial e educação ambiental, ensino de geografia, educação geográfica inclusiva, cartografia afetiva, patrimônio cultural
Antônio Fonseca dos Santos Neto	Graduado em História e Direito (UFPI); mestre em Gestão Universitária (UFPI); e doutor em Políticas Públicas (UFMA)	2008-2010	História do Brasil, do Piauí e Moderna
Fabiano de Souza Gontijo	Graduado em Ciências Sociais (UFRJ); mestre em Sociologia, História e Antropologia e doutor em Antropologia Social (EHESS)	2009-2012	Sexualidade, Rituais Contemporâneos, Culturas Urbanas, AIDS, Saúde Pública e Sociedade, Patrimônio Cultural, e Grafismos Rupestres.
Francisca Verônica Cavalcante	Graduada em Ciências Sociais (UFPI); mestra e doutora em Ciências Sociais com ênfase em Antropologia (PUC-SP)	2009-atual	Religiões, espiritualidades, gênero, emoções e suicídio
Gisele Daltrini Felice	Licenciada em Geografia (FURG); mestre e doutora em História (UFPE)	2008-2011	Arqueologia Pré-histórica, Geoarqueologia, Estratigrafia, Geomorfologia e Arqueologia Experimental
Jacionira Coêlho Silva	Licenciada em História (UFPI); mestre e doutora em História (UFPE)	2008-2015	Arqueologia Histórica, sobretudo do período de contato, Antropologia física/Arqueologia mortuária e Arqueo-etnologia, com viés nas comunidades tradicionais
Jóina Freitas Borges	Licenciada e mestre em História (UFPI); doutora em História Social (UFF)	2008-atual	Arqueologia colaborativa, história, memória, patrimônio cultural, educação diferenciada indígena
Luís Carlos Duarte Cavalcante	Bacharel e mestre em Química (UFPI); doutor em Química (UFMG)	2008-atual	Arqueometria, Química, Arqueologia
Maria Conceição Soares Meneses Lage	Graduada em Química (Fiocruz); mestre e doutora em Arqueologia (Panthéon-Sorbonne)	2008-atual	Arqueometria e Conservação de Arte Rupestre
Sônia Maria Campelo Magalhães	Licenciada em Letras (UFPI); mestre em Pré-história, Etnologia e Antropologia (Panthéon-Sorbonne); doutora em História (UFF)	2009-atual	Arte rupestre, conservação de registro rupestre e Arqueologia Histórica

Fonte: UFPI, 2023.

Com base na tabela acima, é possível perceber que no curso de Arqueologia da UFPI os primeiros docentes tinham formações variadas: Ciências Sociais, Letras, História, Geografia, Arqueologia e Química, mas a maior parte se formou em História como primeira graduação, assim como na Univasf. Diferentemente dos primeiros docentes da Univasf, os da UFPI não estavam conectados com uma instituição de pesquisa específica, como a FUMDHAM.

Os locais de formação desses docentes foram em diferentes estados do Nordeste, Sudeste e Sul do país, e também fora do país, com destaque para seis docentes com formação na própria UFPI. Esses docentes estavam preocupados com questões diversas, desde o foco na cultura material, especificamente nos estudos da Arqueometria aplicada à Conservação da Arte Rupestre, até aos estudos com comunidades vivas, patrimônio e educação.

Destacamos como docentes pioneiros e que ainda lecionam no curso de Arqueologia da UFPI: Conceição Lage, Jóina Borges, Luís Carlos Duarte Cavalcante e Sônia Campelo. Os docentes que não lecionam mais, mas que também foram os primeiros: a falecida professora Ana Clélia Barradas Correia; a professora aposentada Jacionira Coelho Silva; a professora Gisele Daltrini Felice, que atualmente leciona na Univasf; o professor Fabiano Gontijo, da Antropologia; e o professor Fonseca Neto.

Na tabela abaixo eu mostro as informações colhidas sobre os atuais docentes do curso de Arqueologia da UFPI:

Tabela 4 - Dados coletados sobre os atuais docentes da UFPI.

PERFIL DOS DOCENTES			
NOME	FORMAÇÃO	INÍCIO	ÁREAS DE PESQUISA
Ana Luisa Meneses Lage do Nascimento	Graduada em Turismo (AESPI) e em Ciências Sociais e mestre em Antropologia e Arqueologia (UFPI); doutora em Arqueologia (UFRJ)	2015	Arte Rupestre, Arqueologia da Paisagem, Etnoarqueologia, Turismo Arqueológico, Arqueologia e patrimônio, multivocalidade
Ângelo Alves Corrêa	Graduado em História (UFJF); mestre e doutor em Arqueologia (USP)	2015	Arqueologia Brasileira, Arqueologia Tupi, Arqueologia como História de longa duração, análise cerâmica, análise lítica
Benedito Batista Farias Filho	Graduado e mestre em Química (UFPI); doutor em Química (Unicamp)	2016	Arqueometria, instrumentação analítica, desenvolvimento de método analítico, análise direta de amostra, LIBS (espectroscopia de emissão óptica em plasma induzido por laser) e espectrometria por Fluorescência de Raios X
Claudia Minervina Souza Cunha	Graduada em Letras (UEFS); mestre em Arqueologia Pré-histórica e Arte Rupestre (UTAD); doutora em Antropologia Biológica (UC)	2018	Arqueologia Pré-Histórica e Antropologia Biológica (com ênfase em Paleobiologia e Antropologia Dentária)
Elaine Ignácio	Graduada em Arquitetura e Urbanismo (IEML); mestre em	2010	Arqueologia da Arquitetura, Arqueologia Pré-histórica e Arte Rupestre

	Pré-história e Arte Rupestre (UTAD)		
Fernanda Codevilla Soares	Licenciada em História e mestre em Integração Latino-Americana (UFSM); doutora em Quaternário, Materiais e Cultura (UTAD)	2022	Arqueologia Histórica, Arqueologia Pública, Análise de Materiais, Tecnologia 3D e Gestão
Flávio Rizzi Calippo	Bacharel em Oceanologia (FURG); mestre e doutor em Arqueologia (USP)	2011	Arqueologia Subaquática, Arqueologia de Sambaquis, Arqueologia Marítima e Costeira, Arqueologia de Naufrágios, Pré-História, Processos de Formativos, Paleoambientes, Geoarqueologia e Zooarqueologia
Francisca Verônica Cavalcante	Graduada em Ciências Sociais (UFPI); mestra e doutora em Ciências Sociais com ênfase em Antropologia (PUC-SP)	2009	Religiões, espiritualidades, gênero, emoções e suicídio
Grégoire Andre Henri Marie Ghislain Van Havre	Graduado em História (l'ULB); mestre em Relações Internacionais (UCLouvain); doutor em Arqueologia (UFPE)	2016	Arqueologia, análise das redes, cartografia
Jóina Freitas Borges	Licenciada e mestre em História (UFPI); doutora em História Social (UFF)	2008	Arqueologia colaborativa, história, memória, patrimônio cultural, educação diferenciada indígena
Juan Carlos Cisneros Martinez	Licenciado em Ciências Biológicas (UFMS); mestre em Geociências (UFRGS); doutor em Geociências (WITS)	2010	Paleontologia de vertebrados, Tetrápodes permo-triássicos, Evolução, Sistemática filogenética
Luís Carlos Duarte Cavalcante	Bacharel e mestre em Química (UFPI); doutor em Química (UFMG)	2008	Arqueometria, Química, Arqueologia
Márcia Ferreira Netto	Graduada em Museologia (UNIRIO); mestre em História (USS)	2012	Museologia, patrimônio imaterial, etnografia
Maria Conceição Soares Meneses Lage	Graduada em Química (Fiocruz); mestre e doutora em Arqueologia (Panthéon-Sorbonne)	2008	Arqueometria e Conservação de Arte Rupestre
Maria do Amparo Alves de Carvalho	Licenciada e mestre em História (UFPI); doutora em História (PUCRS)	2014	Arqueologia Histórica, Arqueologia em Campos de Batalha, memória, estudos de Fazendas Históricas, cemitérios, caminhos antigos, patrimônio
Sônia Maria Campelo Magalhães	Licenciada em Letras (UFPI); mestre em Pré-história, Etnologia e Antropologia (Panthéon-Sorbonne); doutora em História (UFF)	2009	Arte rupestre, conservação de registro rupestre e Arqueologia Histórica

Fonte: UFPI, 2023.

Os atuais docentes de Arqueologia da UFPI possuem formações bem variadas, há uma recorrência maior no curso de História, contudo os demais docentes são formados em Letras, Arquitetura, Turismo, Museologia, Ciências Sociais, Oceanologia, Química e Biologia. Toda essa variedade de áreas de formação deve influenciar nos conteúdos ministrados pelas disciplinas, bem como na dinâmica pedagógica das aulas. Os locais de formação desses docentes também são diversos, havendo um docente com formação primeira no exterior e os

demais em diferentes partes do Brasil, mas a maior recorrência é no estado do Piauí e na própria UFPI. Além disso, apenas dois dos docentes possuem formação na USP, desfazendo, assim como na Univasf, o padrão de formação na USP da maioria dos docentes das IES brasileiras (GOMES; PASSOS, 2022).

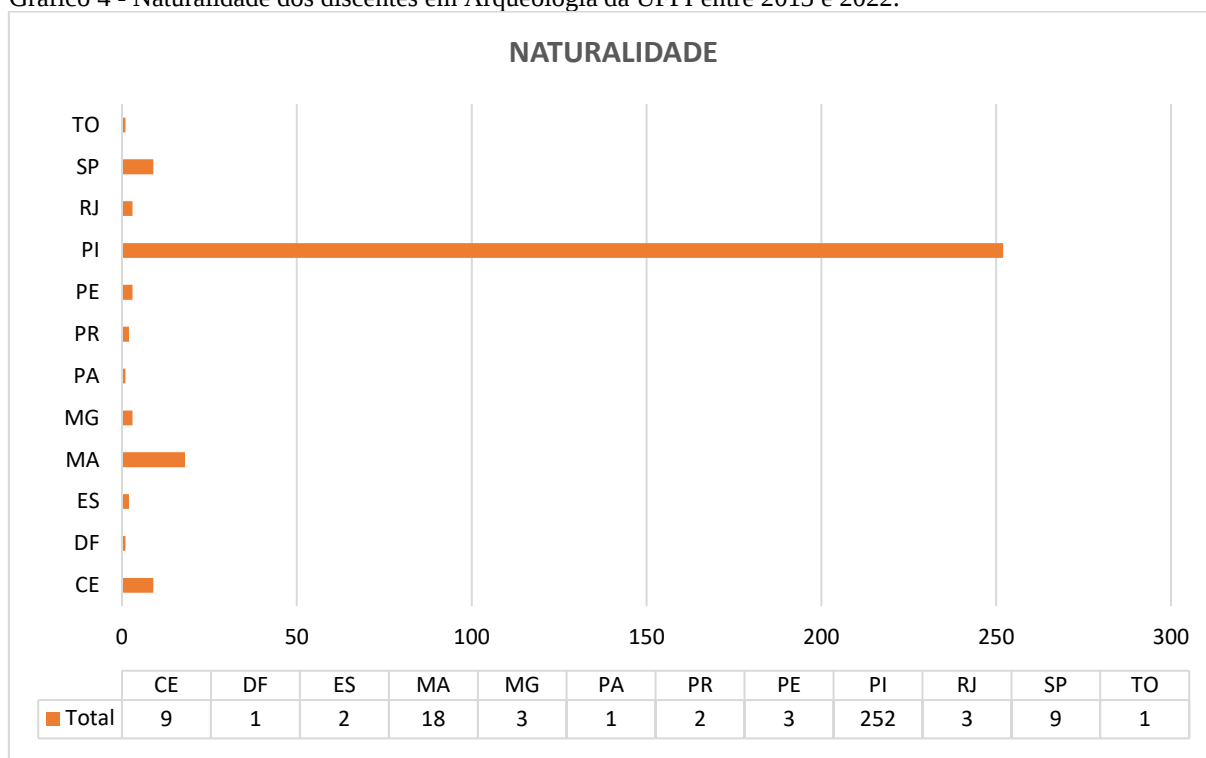
Com relação às áreas de pesquisa desses docentes, também há uma diversidade de temáticas e metodologias voltadas para materialidades provenientes de um passado remoto, até as provenientes do passado recente e do presente. Destaco aqui as linhas de pesquisa presentes no currículo de quatro docentes, e que estão mais próximas de uma Arqueologia Indisciplinada: Arqueologia Colaborativa; Educação Diferenciada Indígena; Arqueologia Pública; Etnografia; e Etnoarqueologia, temáticas que podem ser indisciplinadas, a depender da postura política de quem realiza a pesquisa.

4.4.3 Os discentes

Neste subtópico pretendo trazer informações sobre os ingressantes e ex ingressantes do curso de Arqueologia da UFPI desde 2013 até 2022, totalizando 310 pessoas, dados estes disponibilizados pela Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG) da UFPI através da abertura do processo nº 23111.023186/2022-73 de solicitação de informações. De posse desses dados acredito ser possível traçar os perfis dos discentes que veem construindo e reformulando o curso de Arqueologia nos últimos anos.

Para iniciar, apresento no gráfico abaixo os dados sobre a naturalidade dos discentes egressos e atuais do curso de Arqueologia da UFPI:

Gráfico 4 - Naturalidade dos discentes em Arqueologia da UFPI entre 2013 e 2022.

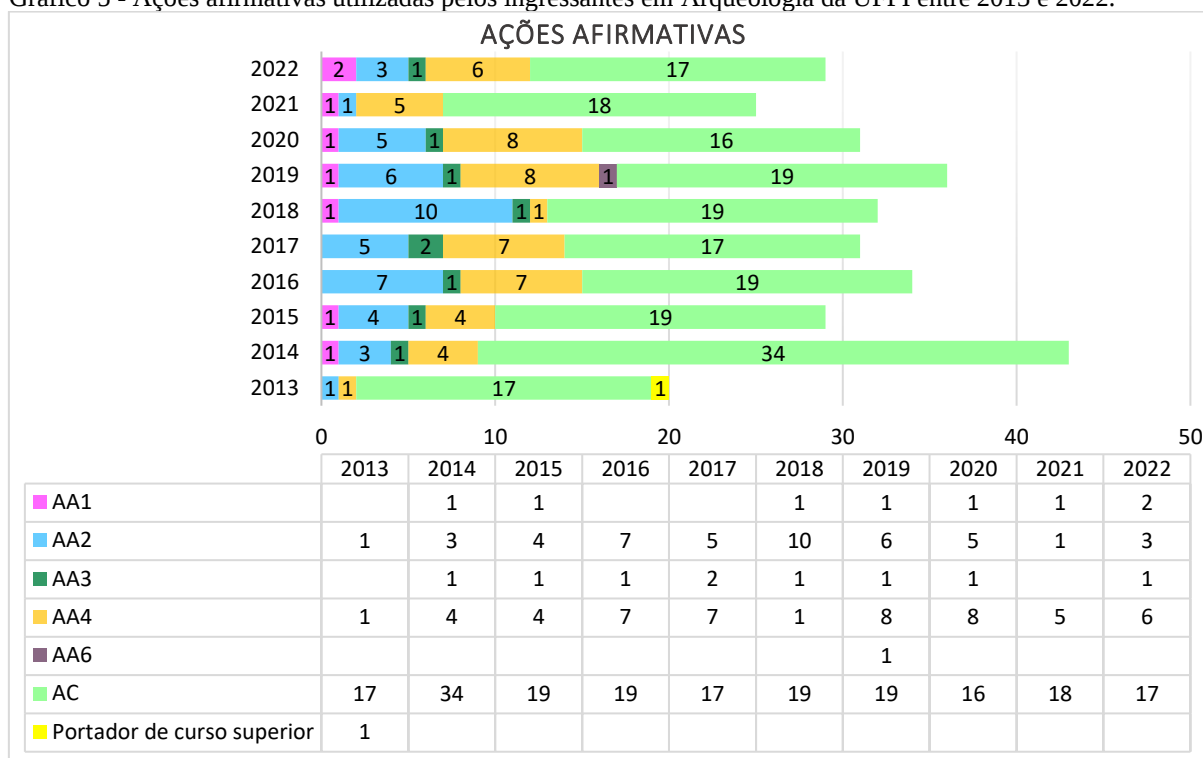


Fonte: UFPI, 2022.

Com base no gráfico acima, percebemos um maior quantitativo de estudantes de Arqueologia do próprio Piauí, e em menor proporção estudantes dos estados do Maranhão, São Paulo e Ceará. Apesar de não contar com a mesma variedade de estados, como vimos no Gráfico 01, sobre os discentes da Univasf, o curso de Arqueologia da UFPI também abriga estudantes de outros estados do país, sendo a maior parte oriunda do Nordeste. Isso se justifica pois quando o curso da UFPI é inaugurado já existia a graduação da Univasf, e no mesmo ano, em 2007, é criado o curso da UFS, ou seja, haviam mais opções de ingresso em uma graduação em Arqueologia, diminuindo, assim, a predominância de estudantes de outros estados no curso da UFPI.

O gráfico abaixo nos mostra as informações sobre os anos de ingresso e as respectivas ações afirmativas utilizadas em cada ano pelos discentes de Arqueologia da UFPI:

Gráfico 5 - Ações afirmativas utilizadas pelos ingressantes em Arqueologia da UFPI entre 2013 e 2022.



Fonte: Estatísticas – UFPI, 2022.

Legenda: **AC**: Ampla concorrência;

AA-1: Candidatos com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o Ensino Médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012);

AA-2: Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o Ensino Médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012);

AA-3: Candidatos que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o Ensino Médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012);

AA-4: Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o Ensino Médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012);

AA-6: Candidatos com deficiência, autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, que tenham renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integral e exclusivamente o Ensino Médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012) (BRASIL, 2022).

Como podemos observar no gráfico acima, desde 2013 as cotas AA2 e AA4 são as mais utilizadas pelos ingressantes em Arqueologia da UFPI, as quais são destinadas, respectivamente, aos estudantes autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o Ensino Médio em escolas públicas; e aos estudantes autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o Ensino Médio em escolas públicas.

Em menor proporção, estão as cotas AA1 e AA3, que se referem, respectivamente, aos estudantes com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o Ensino Médio em escolas públicas; e aos estudantes que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o Ensino Médio em escolas

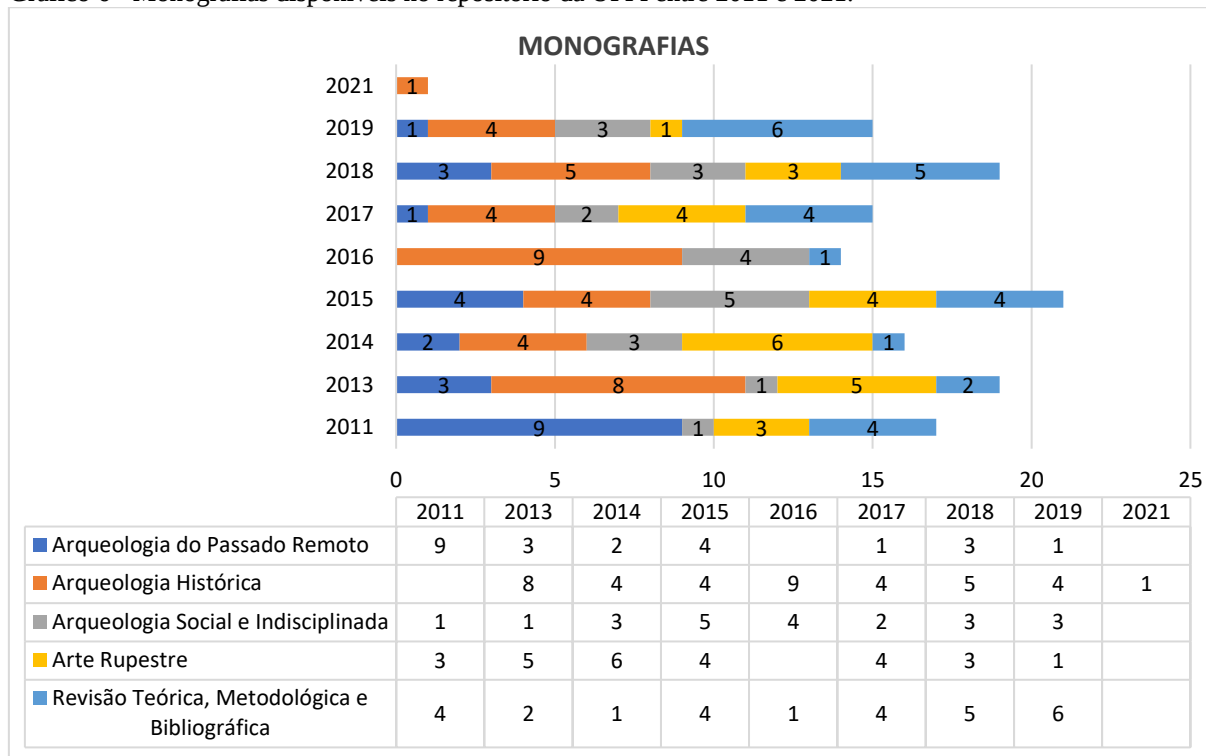
públicas. Enquanto as categorias: portador de curso superior e a cota AA6 só foram utilizadas uma vez durante os últimos dez anos, sendo a AA6 direcionada aos estudantes com deficiência, autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, que tenham renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integral e exclusivamente o Ensino Médio em escolas públicas.

À vista disso, pudemos perceber que, assim como na Univasf, a maior parte das cotas utilizadas pelos discentes de Arqueologia é direcionada às pessoas pretas, pardas e indígenas. O que nos mostra, mais uma vez, a importância desse tipo de ação afirmativa para a inserção desses grupos étnicos nas universidades, que juntos, representam mais da metade da população brasileira, segundo o IBGE (2022).

4.4.4 As monografias

No repositório da UFPI foram coletadas 137 monografias da graduação em Arqueologia, datadas de 2011 a 2021:

Gráfico 6 - Monografias disponíveis no repositório da UFPI entre 2011 e 2021.



Fonte: Autora, 2023.

O gráfico acima nos mostra que as categorias Arqueologia do Passado Remoto e Arqueologia Histórica se destacaram nos anos de 2011 e 2016, respectivamente, enquanto a

categoria de Arte Rupestre não teve uma frequência tão expressiva, apesar do curso ser voltado para essa temática, o que nos mostra uma mudança na trajetória do curso de Arqueologia da UFPI. Em entrevista, Conceição Lage confirmou esse maior foco em Arqueologia Histórica, tanto na graduação quanto no mestrado, que segundo ela, é explicado pelas inúmeras fazendas coloniais em bom estado de conservação que existem no norte do Piauí. A categoria Arqueologia Social e Indisciplinada tem aparecido em todos os anos desde 2011, e com maior frequência a partir de 2014 – o que corrobora com a hipótese deste trabalho de que as políticas de democratização do acesso ao ES estão modificando as formas de fazer ciência.

4.5 ENCONTROS E DESENCONTROS ENTRE UNIVASF E UFPI

Após a análise prévia dos dados sobre os cursos, os PPC's, os docentes, os discentes e as monografias dos cursos de Arqueologia da Univasf e da UFPI, farei agora a reunião e a reflexão conjunta sobre ambas as instituições, expondo as suas semelhanças e diferenças e revelando outras perspectivas sobre o ensino de Arqueologia no Piauí, com base nos conceitos e teorias trabalhados anteriormente.

Os PPC's da Univasf (2008; 2021) e da UFPI (2011b; 2019a) apresentam objetivos de formação distintos, mas a mesma preocupação científica, que é a de aprofundar o conhecimento sobre o contexto arqueológico regional, respondendo de formas diferentes às demandas de cada contexto. Enquanto o curso da Univasf, criado no contexto do PAC, tinha o objetivo de formar mão de obra específica para atuar nas obras de infraestrutura, o da UFPI, criado logo após o Reuni, objetivava a conservação do patrimônio arqueológico pré-histórico – o que está refletido nas disciplinas. Ademais, o curso da Univasf nasceu também pela demanda das pesquisas arqueológicas na área da Serra da Capivara, enquanto o da UFPI pretendia aprofundar os estudos sobre a arte rupestre da região se associando às Ciências da Natureza.

Curiosamente, apesar de em ambas as grades curriculares predominarem disciplinas relativas ao período do passado remoto, as monografias não condizem com essa realidade. O que nos mostra que os interesses de pesquisa dos discentes divergem do que lhes é majoritariamente oferecido, e talvez, haja a necessidade de incorporar esses novos interesses nos PPC's, adicionando um maior número de disciplinas voltadas para o presente e para o papel social e político da Arqueologia.

Percebemos no levantamento histórico, uma forte semelhança entre os cursos de Arqueologia da Univasf e da UFPI que vem desde as suas respectivas fundações, que é o vínculo institucional

com a região da Serra da Capivara, apesar da distância geográfica entre os *campi*. Esse vínculo com a Serra está refletido em 32 monografias da Univasf, mas não foi identificada nenhuma monografia da UFPI com esse recorte, como podemos verificar nas tabelas inseridas nos apêndices C e D deste trabalho. Essa ausência de monografias da UFPI com o recorte centrado na Serra da Capivara foi justificada em entrevista com a professora Conceição Lage, que afirma que há um maior interesse dos discentes nos estudos do período histórico na região de Teresina.

Sobre a categoria Arqueologia Social e Indisciplinada, que será o foco da ADC a ser feita no próximo capítulo, ela apareceu em maior número na Univasf: 33 monografias, sendo o maior quantitativo em relação às outras categorias – apesar de ainda ser dominante na grade curricular os estudos voltados para um passado remoto. Já na UFPI, essa temática apareceu em 22 trabalhos, sendo a categoria mais utilizada a de Arqueologia Histórica, aparecendo em 39 monografias. É importante lembrarmos que em razão da maior antiguidade do curso da Univasf, o seu quantitativo de monografias é maior em relação à UFPI.

Vale salientar que na Univasf houve um equilíbrio no quantitativo de trabalhos de cada categoria, tendo em vista que Arqueologia Histórica, Arte Rupestre e Revisão Teórica, Metodológica e Bibliográfica tiveram o mesmo número: 32 trabalhos, enquanto a categoria Arqueologia do Passado Remoto foi a menos utilizada, aparecendo em 24 monografias. Na UFPI os quantitativos também foram semelhantes, exceptuando-se a categoria de Arqueologia Histórica: Arqueologia do Passado Remoto (23), Arte Rupestre (26) e Revisão Teórica, Metodológica e Bibliográfica (27).

Com relação aos primeiros/egressos docentes que lecionaram em cada instituição, na Univasf a maior parte dos docentes têm como foco principal os estudos sobre os períodos pré-históricos, apenas quatro possuem pesquisas voltadas para períodos presentes, e dois pesquisam temáticas voltadas para comunidades vivas. Enquanto na UFPI, as temáticas das pesquisas dos primeiros/egressos docentes são mais diversificadas, tendo em vista as formações diversas dos mesmos, dos quais cinco pesquisam com grupos humanos atuais.

Já nos perfis dos docentes atuais, tanto na Univasf quanto na UFPI há cinco docentes com pesquisas focadas em comunidades atuais, com destaque para uma docente da UFPI que pesquisa na área de Educação Diferenciada Indígena, temática ainda pouco explorada dentro das Arqueologias Sociais e Indisciplinadas, e que dialoga com o pensamento decolonial, por ter como foco um grupo social minoritário e que sofre diretamente e historicamente os danos dos processos de colonizações atuais e remotos. Exposto isso, entendemos que esses docentes têm um papel crucial na formação de arqueólogos engajados socialmente e politicamente.

Por fim, a análise das ações afirmativas utilizadas pelos ingressantes em Arqueologia de ambas as instituições nos mostrou o predomínio do uso das cotas raciais, o que evidencia a diversificação étnica propiciada pela política de cotas, o que vem acontecendo não apenas nos cursos de Arqueologia, mas em todas as instituições de ensino público brasileiras, e que é um reflexo do ainda recente processo de democratização do ensino superior.

Para finalizar este capítulo, ressalto que os dados apresentados aqui serão revisitados e reanalisados na próxima etapa, a ADC, com o intuito de realizarmos uma análise mais apurada, com um olhar mais crítico e mais conectado com a proposta decolonial. De posse desses dados, acredito ser possível visualizarmos mais claramente as mudanças que veem acontecendo no ensino de Arqueologia no Piauí, e no estabelecimento dos limites e abrangências teóricas, metodológicas e sociais dessa disciplina.

5 AS ARQUEOLOGIAS SOCIAIS E INDISCIPLINADAS NO PIAUÍ: UMA ANÁLISE DO DISCURSO CRÍTICA

Após a contextualização teórico-metodológica e historiográfica dos capítulos anteriores, neste capítulo iremos analisar detalhadamente, a partir da ADC, as monografias da Univasf e da UFPI cuja temática principal foi classificada na etapa anterior como Arqueologia Social e Indisciplinada. Serão analisadas ao todo 52 monografias, sendo 33 da Univasf e 19 da UFPI. Através dessa análise crítica e detalhada, pretendemos identificar formas de fazer uma Arqueologia socialmente engajada, desobediente e indisciplinada, em que a inserção social e afetiva se sobrepõe ao cientificismo colonial.

5.1 ARQUEOLOGIAS SOCIAIS E INDISCIPLINADAS NA UNIVASF

5.1.1 Prática textual

Apresento no Apêndice E a tabela com a análise das 33 monografias da Univasf, datadas de 2009 até 2022, que estavam disponíveis para *download* no repositório digital, e que apresentaram um viés social e indisciplinado em seus objetos de estudo, conceitos e aportes teórico-metodológicos.

Dando início à análise da prática textual, observou-se que duas das monografias da Univasf trabalharam com uma abordagem descolonial: Da (Des)Obediência Patrimonial à Colonialidade Cultural: Identidades Inventadas e Memórias Fragmentadas na Capital do Vale do Paraíba, de Taiguara Silva (2014) e “O Lugar das Coisas” Arqueologia Pública e Descolonização do Conhecimento: Um Estudo de Caso em Lagoa de São Vitor – PI, de Mariana Otaviano (2017). Contudo, apesar da primeira ter utilizado dos conceitos que remetem à uma prática arqueológica decolonial, não houve a participação de uma comunidade na pesquisa. Enquanto a segunda, além de se utilizar dos conceitos, também exerceu na prática uma pesquisa arqueológica pública, social, indisciplinada e decolonial.

Com relação aos conceitos que remetem ao viés social, os mais recorrentes nas 33 monografias foram: Comunidade (33), Social (33), Memória (33), Sociedade (32), Entrevista (26), Identidade (25), História Oral (14), Arqueologia Pública (13) e Pertencimento (dez). Assim, percebemos que os aportes teórico-metodológicos da História Oral e da Arqueologia Pública têm sido os mais utilizados nessas monografias, pois são ferramentas que facilitam o contato com as comunidades vivas, e que também podem servir ao propósito decolonial.

Sete monografias não apresentaram ou apresentaram poucas vezes o termo Arqueologia no corpo do texto, o que pode ser explicado pela maior ênfase em outras áreas do conhecimento que não exclusivamente a Arqueologia, em razão do enfoque do curso na Preservação Patrimonial e nos estudos da cultura imaterial. Mas também pode ser uma forma de desobediência epistêmica e de cumplicidade subversiva, pois deixa de haver a necessidade constante que as pessoas da Arqueologia têm de reforçarem que seus trabalhos são de fato científicos e arqueológicos:

Tabela 5 - Monografias da Univasf com predominância de outras áreas do conhecimento.

TÍTULO	AUTORIA	ANO
MISTICISMO E SIMBOLISMO NA “COVA DA TIA”: Um olhar sobre o Patrimônio Cultural Imaterial da região de São Raimundo Nonato e entorno	Crisvanete Aquino	2009
OS RITUAIS DO MORRO DO CRUZEIRO COMO ATRIBUTOS DA IDENTIDADE SANRAIMUNDENSE: um patrimônio modificado	Maria de Fátima Neta	2011
EX-VOTOS DA TOCA DO CRUZEIRO: Uma análise da memória religiosa e da materialidade da fé na comunidade Sítio do Mocó - Coronel José Dias – Piauí	Marisa Sousa	2019
MEMÓRIAS E NARRATIVAS SOBRE AS POPULAÇÕES INDÍGENAS EM SÃO RAIMUNDO NONATO-PI E MICRORREGIÃO: Uma descrição sobre as produções históricas antecedentes, abordagens precursoras e relatos orais	Pablo Santos	2019
O PATRIMÔNIO VERNACULAR DA CASA DE FARINHA: Arquitetura, Cultura Material e o Saber Fazer Artesanal Território Serra da Capivara - Bonfim do Piauí	Raquel Santos	2016
DA (DES)OBEDIÊNCIA PATRIMONIAL À COLONIALIDADE CULTURAL: Identidades Inventadas e Memórias Fragmentadas na Capital do Vale do Paraíba	Taiguara Silva	2014
MARCOS PAISAGÍSTICOS DA CIDADE DE SÃO RAIMUNDO NONATO – PI	Wuendell Ribeiro	2016

Fonte: Autora, 2023.

5.1.2 Prática discursiva

Analisando conjuntamente as práticas discursivas, percebemos algumas recorrências que caracterizam as monografias com viés social e indisciplinado da Univasf. Inicialmente percebemos que o recorte geográfico é predominantemente o próprio município de São Raimundo Nonato, sede do curso de Arqueologia, aparecendo 18 vezes nas monografias. O estado do Piauí aparece em 27 das 33 monografias, o que nos mostra uma preferência, por vezes de ordem afetiva em se estudar a sua própria localidade, além do reconhecimento e valorização da história local, para além do PNSC.

Percebemos que essas monografias são comumente citadas entre si e em outros trabalhos acadêmicos e bastante divulgadas em eventos científicos, em sua maioria locais. Apenas duas monografias não foram publicadas em outros formatos, apresentadas ou citadas, pois são recentes: “Interfaces entre Arqueologia Pública e Memória Social: Os Processos de

Patrimonialização da Sanfona em Dom Inocêncio – PI”, de Lorena Passos (2021); e “Essa água não via pesinho”: Estruturas Materiais e Narrativas Sobre Coleta de Água em Lagoa de Fora, São Raimundo Nonato, Piauí, de Samara Paes (2022).

Por fim, muitos desses trabalhos são derivados do PET-Arqueologia, mostrando a importância de projetos de extensão e ensino para propiciar uma Arqueologia inclusiva. Tudo isso é essencial para a difusão e consolidação de uma Arqueologia Social e Indisciplinada no contexto piauiense. As monografias abaixo citam ou foram produzidas a partir do PET-Arqueologia:

Tabela 6 - Monografias da Univasf que mencionam o PET-Arqueologia.

TÍTULO	AUTORIA	ANO
COMUNIDADE QUILOMBOLA LAGOA DAS EMAS: Educação e Patrimônio no Território de Lagoas	Alexandre Moura	2020
A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA ARQUEOLOGIA BRASILEIRA: um estudo de caso no entorno do Parque Nacional Serra da Capivara	Claudio Siqueira	2014
MAPEAMENTO ARQUEOLÓGICO DOS SÍTIOS ASSOCIADOS À DIÁSPORA AFRICANA NO MUNICÍPIO DE SÃO RAIMUNDO NONATO-PI	Gracilene Coelho	2018
A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO ESTRATÉGIA DE ARQUEOLOGIA PÚBLICA NA ÁREA DO PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA	Jaime Oliveira	2014
O MUSEU DO ANTIGO ZABELÊ NA PERSPECTIVA DA ARQUEOLOGIA PÚBLICA E MUSEOLOGIA SOCIAL	Maria Alda Braga	2021
“O LUGAR DAS COISAS” ARQUEOLOGIA PÚBLICA E DESCOLONIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: Um Estudo de Caso em Lagoa de São Vitor – PI	Mariana Otaviano	2017
ARQUEOLOGIA PÚBLICA, MEMÓRIA E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EM UM TERRITÓRIO QUILOMBOLA: Estudo de Caso da Roda de São Gonçalo na Comunidade Lagoa das Emas, São Raimundo Nonato – PI	Vanderleia Silva	2017

Fonte: Autora, 2023.

5.1.3 Prática social e ideologia: as desobediências epistêmicas da Arqueologia

Com relação à prática social e à ideologia trazida pelos trabalhos da Univasf, quatro monografias se utilizaram de conceitos próprios de uma Arqueologia Social e Indisciplinada, contudo não exerceram na prática uma contribuição ou interação com uma comunidade viva, mas contribuíram com as discussões sobre o tema: Da (Des)Obediência Patrimonial à Colonialidade Cultural: Identidades Inventadas e Memórias Fragmentadas na Capital do Vale do Paraíba, de Taiguara Silva (2014); Mulheres que foram além das práticas cotidianas: Estudo de caso de proprietárias de terras, residentes rurais e agricultoras na região de São Raimundo Nonato – PI, de Izabel Daniel (2014); “Eram Todos Homens?”: Por uma arqueologia feminista das mulheres do contexto maniçobeiro, de Dhara Lima (2019); e Os Lugares de Memórias e a

Carta Arqueológica do Município de Brejo Santo, Estado do Ceará, Brasil, de Daline Oliveira (2018), que recebeu em 2019 o Prêmio Luiz de Castro Faria (7ª edição).

Oito monografias foram declaradamente feitas por pessoas pertencentes às próprias comunidades estudadas em seus trabalhos, o que representa uma prática afetiva, de desobediência epistêmica e de cumplicidade subversiva, à medida que trazem à tona o protagonismo dos saberes subalternizados, simetrizando as relações entre pesquisador/academia e pesquisado/comunidade. São monografias recentes, a mais antiga é de 2018, o que nos mostra que esse processo de decolonização do conhecimento arqueológico na Univasf está em fase inicial, e que esse quantitativo tende a aumentar, tendo em vista que a preocupação social e decolonial nas pesquisas científicas brasileiras é algo crescente:

Tabela 7 - Monografias da Univasf produzidas por pessoas pertencentes às comunidades estudadas.

TÍTULO	AUTORIA	ANO
HISTÓRIAS, CAUSOS E LUGARES: Um olhar da arqueologia para as narrativas de “alivusias” e dos lugares de memória de Caldeirãozinho, Jurema, Piauí	Fábio Isídio dos Santos	2019
A LIDA DO VAQUEIRO DA COMUNIDADE BOQUEIRÃO/BURITI DO REI, OEIRAS-PI: Cultura material, espaços, memórias e saberes	Janaina Martins	2018
“AQUI, ONDE CAVAR ACHA POTE”: Patrimônio Arqueológico nos quintais dos moradores de São Braz do Piauí-PI e seus usos e significados no presente	Géssika Macêdo	2019
FONTES DE VIDA, SOCIABILIDADE E MEMÓRIA: Narrativas sobre os caldeirões do Sítio do Mocó, Coronel José Dias-PI	Marildes Sousa	2021
EX-VOTOS DA TOCA DO CRUZEIRO: Uma análise da memória religiosa e da materialidade da fé na comunidade Sítio do Mocó - Coronel José Dias – Piauí	Marisa Sousa	2019
Registro de Práticas Alimentares na Comunidade Lagoa do Canto: Saberes e fazeres a partir da memória social”	Rafael Magalhães	2020
“ESSA ÁGUA NÃO VIA PESINHO”: Estruturas Materiais e Narrativas Sobre Coleta de Água em Lagoa de Fora, São Raimundo Nonato, Piauí	Samara Paes	2022
ARQUEOLOGIA, PATRIMÔNIO CULTURAL E MEMÓRIA SOCIAL: A Indumentária Junina da Quadrilha Arraiá Brilho do Sol, São Raimundo Nonato- PI	Wélter Silva	2021

Fonte: Autora, 2023.

Vale observar que esse quantitativo apresentado na tabela acima deve ser ainda maior, tendo em vista que nem todos os autores se autodeclararam em seus trabalhos como pertencentes às comunidades estudadas, o que pode ser justificado pela ótica da colonialidade do ser.

Cabe destacar que o trabalho de Marildes Sousa (2021), inserido na tabela acima, ganhou em 2022 o Prêmio Luiz de Castro Faria/IPHAN (10ª edição) de melhor monografia. Na edição anterior, foi premiado o trabalho “Registro de Práticas Alimentares na Comunidade Lagoa do Canto: Saberes e fazeres a partir da memória social”, de Rafael Magalhães (2020), no qual há a contribuição para a valorização dos saberes ancestrais relacionados à alimentação.

Também devemos mencionar as cinco monografias que tiveram contribuição para o reconhecimento de uma determinada comunidade, indígena ou quilombola, ao relacionar o

patrimônio cultural material ou imaterial, paisagístico ou arqueológico como pertencentes à essas comunidades:

Tabela 8 - Monografias com contribuição para o reconhecimento de uma determinada comunidade.

TÍTULO	AUTORIA	ANO
COMUNIDADE QUILOMBOLA LAGOA DAS EMAS: Educação e Patrimônio no Território de Lagoas	Alexandre Moura	2020
A SENZALA E A ESCOLA: Memórias Sobre Ruínas	Ana Assis	2016
MAPEAMENTO ARQUEOLÓGICO DOS SÍTIOS ASSOCIADOS À DIÁSPORA AFRICANA NO MUNICÍPIO DE SÃO RAIMUNDO NONATO-PI	Gracilene Coelho	2018
MEMÓRIAS E NARRATIVAS SOBRE AS POPULAÇÕES INDÍGENAS EM SÃO RAIMUNDO NONATO-PI E MICRORREGIÃO: Uma descrição sobre as produções históricas antecedentes, abordagens precursoras e relatos orais	Pablo Santos	2019
ARQUEOLOGIA PÚBLICA, MEMÓRIA E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EM UM TERRITÓRIO QUILOMBOLA: Estudo de Caso da Roda de São Gonçalo na Comunidade Lagoa das Emas, São Raimundo Nonato – PI	Vanderleia Silva	2017

Fonte: Autora, 2023.

Para além das monografias direcionadas ao social, também há uma forma de desobediência epistêmica nas defesas desses trabalhos. A defesa de Vanderleia Silva (2017) foi feita na própria comunidade estudada, assim como a de Marisa Sousa (2019); e a de Thor Martins (2019) contou com a participação da colaboradora e coautora da pesquisa na banca de defesa (MAGESTE; AMARAL; SANTOS, 2021). Esses são exemplos de práticas decoloniais de inclusão social na academia.

5.2 ARQUEOLOGIAS SOCIAIS E INDISCIPLINADAS NA UFPI

5.2.1 Prática textual

Apresento no Apêndice F a tabela com a análise das 19 monografias da UFPI, datadas de 2013 até 2019, disponibilizadas pela instituição para a execução da pesquisa, e que apresentaram um viés social e indisciplinado em seus objetos de estudo, conceitos e aportes teórico-metodológicos.

O termo Arqueologia não aparece ou aparece parcamente em três monografias, o que pode ser explicado pela ênfase maior em outras áreas do conhecimento que não necessariamente a Arqueologia, como o Turismo: Proposta de Elaboração de uma Rota Turística para Cana Brava, Buriti dos Montes – Piauí Brasil, de Ana Carvalho (2019).

Os conceitos e abordagens teórico-metodológicas mais utilizados nessas 19 monografias foram: Comunidade (19), Sociedade (18), Social (17), Identidade (15), Memória (15), Entrevista (nove), Educação Patrimonial e Extroversão (sete) e Arqueologia Pública (seis).

Três monografias apresentaram conceitos próprios das teorias decoloniais: “Patrimônio como instrumento de luta: Museu Comunitário da Boa Esperança”, de Andressa Mata (2019); “Refletindo Arqueologia: Em busca de uma relação descolonizante com a Comunidade Indígena Tremembé de Almofala (CE)”, de Tailine Silva (2016); e “Canhungá Madurecê: O Mocaroró como parte da tradição e identidade dos Tremembés de Almofala – Ceará”, de Susany Gomes (2017). A primeira utilizou os termos Decolonial e Arqueologia Comunitária e Colaborativa apenas uma vez, no resumo do trabalho, mas no corpo do texto o termo Colonialidade aparece com maior frequência. A segunda fez uso dos conceitos Descolonial, Simetria, Violência Epistêmica e Indisciplina para fazer a crítica ao papel social e à interferência da Arqueologia nas comunidades. E a terceira abordou o conceito de Indisciplina em sua prática de Arqueologia Colaborativa.

5.2.2 Prática discursiva

Pudemos constatar uma recorrência relacionada à orientação da docente Jóina Borges em 11 das 19 monografias. O que pode ser justificado pelas áreas de pesquisa da docente que são relacionadas às Arqueologias Sociais e Indisciplinadas: Arqueologia Colaborativa, Memória e Educação Diferenciada Indígena. Vale ressaltar que Jóina leciona no curso da UFPI desde 2008, sendo uma das docentes pioneiras. Outra recorrência diz respeito a um objeto de estudo: sete monografias versam sobre a Comunidade Indígena Tremembé de Almofala, do Ceará, e todas foram orientadas pela docente Jóina Borges.

As seguintes monografias foram baseadas ou citaram os projetos de extensão do curso:

Tabela 9 - Monografias da UFPI que citam projetos de extensão.

TÍTULO	AUTORIA	ANO
VENTURAS E DESVENTURAS: Proposta de Sítio Escola no Parque Nacional de Sete Cidades (Piauí – Brasil)	Alírio Neto	2017
PATRIMÔNIO COMO INSTRUMENTO DE LUTA: Museu Comunitário da Boa Esperança	Andressa Mata	2019
MUSEU DE ARQUEOLOGIA E PALEONTOLOGIA MAP- UFPI COMO LUGAR DE EDUCAÇÃO CULTURAL	Luis Silva	2018
A ESPACIALIDADE DO MUSEU DE ARQUEOLOGIA E PALEONTOLOGIA DA UFPI E SUA IMPORTÂNCIA PARA CONSTRUÇÃO DO SABER ARQUEOLÓGICO	Rafaela Silva	2018

Fonte: Autora, 2023.

O município de Teresina, sede do curso da UFPI, aparece em três das monografias, uma retrata o Piauí de maneira geral e sete retratam outros municípios do estado. Sete monografias têm como recorte geográfico o município de Itarema, no Ceará, pois é onde está localizada a Comunidade Indígena Tremembé de Almofala, que foi estudada nesses trabalhos. Apenas uma não apresentou um recorte geográfico, por se tratar de pesquisa teórica e abrangente.

Diferentemente das monografias da Univasf, as da UFPI tiveram poucas citações em outros trabalhos e foram pouco divulgadas em eventos e revistas científicas. Apenas cinco apresentaram citações e divulgações em eventos científicos:

Tabela 10 - Monografias da UFPI que foram citadas e/ou divulgadas em eventos científicos.

TÍTULO	AUTORIA	ANO
ARQUEOLOGIA, HISTÓRIA E LUTA: Os Tremembés, seus sítios arqueológicos, seus antepassados e sua terra	Francisca Passos	2013
“DO TEMPO DOS ANTIGOS” AOS TREMEMBÉS DE ALMOFALA: Territorialização indígena e patrimônio arqueológico Tremembé – Almofala – Ceará	Ludiane Vilela	2016
IGREJA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE ALMOFALA – CE: Uma abordagem política sobre o patrimônio Tremembé	Shirley Martins	2015
REFLETINDO ARQUEOLOGIA: Em busca de uma relação descolonizante com a Comunidade Indígena Tremembé de Almofala (CE)	Tailine Silva	2016
A SOCIALIZAÇÃO DO CONHECIMENTO ARQUEOLÓGICO COMO FERRAMENTA DIDÁTICA NOS NÍVEIS FUNDAMENTAL E MÉDIO: Uma Análise das Ações Educativas do Projeto Planalto Piauí	Virginia Neta	2014

Fonte: Autora, 2023.

Outra divergência com relação à Univasf diz respeito ao formato das monografias da UFPI, que também podem ser feitas como artigo científico. Observamos que todas as seis são datadas de 2014, algo que vale a pena ser investigado posteriormente:

Tabela 11 - Monografias da UFPI em formato de artigo científico.

TÍTULO	AUTORIA	ANO
SOCIALIZAÇÃO DO TRABALHO ARQUEOLÓGICO ATRAVÉS DE AÇÕES DA ARQUEOLOGIA PÚBLICA NA LAGOA DO PORTINHO-PIAUÍ	Héverton Sousa	2014
UMA ARQUEOLOGIA NOSSA: A informação oral na construção da memória e do patrimônio cultural – uma visão do Seu Estevão e os sítios da Tapera (Itarema – Ceará)	Isadora Gallas	2014
REPATRIAMENTO DE BENS ARQUEOLÓGICOS	Jeane Sousa	2014
CONTEÚDOS DE ARQUEOLOGIA PÚBLICA OU EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM PROJETOS ARQUEOLÓGICOS NO ESTADO DO PIAUÍ (2008 – 2014): uma perspectiva sobre a interação social e a preservação de recursos arqueológicos	Laize Sousa	2014
A PRÁTICA DO TORÉM E SUA RELAÇÃO COM OS ESPAÇOS ANCESTRAIS ENTRE OS TREMEMBÉS DE ALMOFALA – CE	Pedro Carvalho	2014
EXTROVERSÃO DOS SABERES: Sítio Histórico Curral Queimado	Samara Nascimento	2014

Fonte: Autora, 2023.

5.2.3 Prática social e ideologia: as desobediências epistêmicas da Arqueologia

Apenas duas monografias não apresentaram na prática uma contribuição social ou a inserção de uma comunidade viva na pesquisa, foram elas: “Conteúdos de Arqueologia Pública ou Educação Patrimonial em Projetos Arqueológicos no Estado do Piauí (2008 – 2014): uma perspectiva sobre a interação social e a preservação de recursos arqueológicos”, de Laize Sousa (2014); e “A espacialidade do Museu de Arqueologia e Paleontologia da UFPI e sua importância para construção do saber arqueológico”, de Rafaela Silva (2018). Apesar disso, são trabalhos importantes para a socialização e musealização do patrimônio arqueológico e que trazem conceitos próprios de uma prática arqueológica social e indisciplinada.

As monografias abaixo tiveram uma contribuição para o reconhecimento e valorização da cultura de uma determinada comunidade, com destaque para a Comunidade Indígena Tremembé de Almofala:

Tabela 12 - Monografias da UFPI com contribuição social.

TÍTULO	AUTORIA	ANO
VENTURAS E DESVENTURAS: Proposta de Sítio Escola no Parque Nacional de Sete Cidades (Piauí – Brasil)	Alírio Neto	2017
PROPOSTA DE ELABORAÇÃO DE UMA ROTA TURÍSTICA PARA CANA BRAVA, BURITI DOS MONTES – PIAUÍ BRASIL	Ana Carvalho	2019
PATRIMÔNIO COMO INSTRUMENTO DE LUTA: Museu Comunitário da Boa Esperança	Andressa Mata	2019
MEMÓRIAS MATERIALIZADAS NO REISADO DE CARETAS, NA CIDADE DE BOA HORA – PI	Caio Rocha	2019
ARQUEOLOGIA, HISTÓRIA E LUTA: Os Tremembés, seus sítios arqueológicos, seus antepassados e sua terra	Francisca Passos	2013
SOCIALIZAÇÃO DO TRABALHO ARQUEOLÓGICO ATRAVÉS DE AÇÕES DA ARQUEOLOGIA PÚBLICA NA LAGOA DO PORTINHO-PIAUÍ	Héverton Sousa	2014
UMA ARQUEOLOGIA NOSSA: A informação oral na construção da memória e do patrimônio cultural – uma visão do Seu Estevão e os sítios da Tapera (Itarema – Ceará)	Isadora Gallas	2014
REPATRIAMENTO DE BENS ARQUEOLÓGICOS	Jeane Sousa	2014
“DO TEMPO DOS ANTIGOS” AOS TREMEMBÉS DE ALMOFALA: Territorialização indígena e patrimônio arqueológico Tremembé – Almofala – Ceará	Ludiane Vilela	2016
MUSEU DE ARQUEOLOGIA E PALEONTOLOGIA MAP- UFPI COMO LUGAR DE EDUCAÇÃO CULTURAL	Luis Silva	2018
A PRÁTICA DO TORÉM E SUA RELAÇÃO COM OS ESPAÇOS ANCESTRAIS ENTRE OS TREMEMBÉS DE ALMOFALA – CE	Pedro Carvalho	2014
PATRIMÔNIO CULTURAL E MUSEU NA COMUNIDADE INDÍGENA NAZARÉ DE LAGOA DE SÃO FRANCISCO – PI	Pedro Queiroz	2018
EXTROVERSÃO DOS SABERES: Sítio Histórico Curral Queimado	Samara Nascimento	2014
IGREJA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE ALMOFALA – CE: Uma abordagem política sobre o patrimônio Tremembé	Shirley Martins	2015
CANHUNGÁ MADURECÊ: O Mocaroró como parte da tradição e identidade dos Tremembés de Almofala – Ceará	Susany Gomes	2017

REFLETINDO ARQUEOLOGIA: Em busca de uma relação descolonizante com a Comunidade Indígena Tremembé de Almofala (CE)	Tailine Silva	2016
A SOCIALIZAÇÃO DO CONHECIMENTO ARQUEOLÓGICO COMO FERRAMENTA DIDÁTICA NOS NÍVEIS FUNDAMENTAL E MÉDIO: Uma Análise das Ações Educativas do Projeto Planalto Piauí	Virginia Neta	2014

Fonte: Autora, 2023.

Vale destacar o trabalho de Tailine Silva (2016), presente na tabela acima, no qual a autora se utilizou de uma autocrítica descolonial para refletir sobre a própria pesquisa e sobre a prática arqueológica em comunidades, algo que de certo modo também me propus a fazer neste trabalho. É mais um exemplo de uma Arqueologia crítica, autorreflexiva, indisciplinada e decolonial (HABER, 2011).

5.3 UMA ANÁLISE CONJUNTA SOBRE OS CURSOS DE ARQUEOLOGIA DO PIAUÍ

Neste subcapítulo, irei reunir as informações levantadas durante todo o trabalho a respeito dos cursos de Arqueologia da Univasf e da UFPI, destacando e refletindo sobre as recorrências, divergências e similaridades que existem entre os cursos. A partir disso, poderemos alcançar um panorama sobre as transformações do ensino de Arqueologia no Piauí.

De início, devo justificar que ao longo do trabalho houve um foco maior na Univasf, e isso se deu em razão de ser o local de onde as discussões decoloniais sobre a prática e o ensino de Arqueologia encontram-se mais fervorosas, com docentes e discentes dedicados a esse debate, além de ter sido a instituição da minha formação no mestrado, o que facilitou a obtenção de diversos dados, algo que não ocorreu de maneira igualitária para os dados sobre a UFPI. Contudo, saliento que em etapas futuras, poderei corrigir esse desequilíbrio, me aproximando mais do contexto acadêmico da UFPI, e, assim, complementando o conhecimento adquirido nesta etapa da pesquisa.

Partindo para a discussão dos resultados, comparando os atuais docentes que lecionam nos cursos da Univasf e da UFPI, como mostrado anteriormente, o quantitativo de docentes com pesquisas sobre temáticas sociais e indisciplinadas é igual, cinco em cada. Em ambas as instituições predomina o curso de História como formação primeira dos docentes. Na Univasf há uma predominância de formação na UFPE, em razão de ser a pós-graduação em Arqueologia mais antiga (2002) da região Nordeste, além de boa parte dos primeiros docentes terem sido os próprios pesquisadores da FUMDHAM, que possui vínculo com a UFPE. Já na UFPI, muitos dos docentes tiveram formação na própria UFPI, sobretudo no curso de História.

Observamos também que houve mais mudanças no quadro docente da Univasf ao longo dos anos do que na UFPI, o que pode ser explicado pelos problemas de infraestrutura e logística que houveram no início do curso da Univasf e que dificultaram a permanência desses docentes.

Os estudos sobre o passado remoto foram a base da formação desses docentes, e continuam inseridos em suas áreas de pesquisa, o que se reflete nas grades curriculares, contudo não se refletiu nos trabalhos acadêmicos desenvolvidos em ambas as instituições, desde a fundação dos cursos. Na UFPI predominam os estudos sobre o período histórico enquanto na Univasf os estudos com comunidades vivas são predominantes nas monografias da graduação.

Observa-se ainda, que diferentemente do que ocorre em outras graduações de Arqueologia e até em outros cursos, de maneira geral, na Univasf e na UFPI são poucos os docentes, tanto os pioneiros quanto os atuais, que tiveram formação na USP, tendo a maioria se formado no Nordeste. Isso representa uma ruptura a um modelo acadêmico hegemônico que preponderou no início do desenvolvimento do ES no país, e que teve como consequência a colonialidade do saber e do poder. O Nordeste, portanto, se tornou alvo da Modernidade, e isso trouxe consequências boas e ruins, como vimos anteriormente.

Com relação à naturalidade dos discentes que ingressaram nos cursos de Arqueologia da Univasf e da UFPI ao longo dos anos, predomina o estado do Piauí, contudo, a Univasf apresentou uma maior diversidade de estudantes de outros estados em comparação com a UFPI. Isso se dá pois quando o curso da UFPI é inaugurado já existia a graduação da Univasf e o recém criado curso da UFS, diminuindo, assim, o quantitativo de estudantes de outros estados.

Com relação às ações afirmativas utilizadas nos últimos anos pelos ingressantes em Arqueologia de ambas as instituições, há um predomínio do uso das cotas raciais. Vale salientar que durante a pesquisa não foi possível acessar os nomes dos discentes que utilizaram ações afirmativas e que produziram as monografias Sociais e Indisciplinadas, algo que pode ser feito em etapas futuras. Apesar disso, é perceptível que a adoção das políticas de cotas e de manutenção dos discentes nas IES brasileiras têm modificado as formas de fazer ciência, pois outras perspectivas têm sido adicionadas ao modelo de ensino hegemônico, abalando, aos poucos, as colonialidades do ser, do saber e do poder. Contudo, também devemos levar em consideração a influência das IES no modo de ser e pensar desses discentes (SOUZA; MOLL; ANDRADE, 2020).

Observamos que na Univasf, as monografias sociais e indisciplinadas foram orientadas por docentes variados, não havendo a predominância de um, como ocorreu na UFPI, cujas maioria das monografias com esse viés foi orientada pela professora Jóina.

Além disso, na UFPI percebemos uma recorrência de trabalhos com uma comunidade específica, os Tremembés de Almofala, enquanto na Univasf os trabalhos são com comunidades variadas. Isso pode ser justificado pois a professora Jóina tem se dedicado aos estudos com esse grupo indígena desde a sua graduação em História, o que deu origem ao projeto de extensão "Arqueologia (N)ativa: Patrimônio Arqueológico Tremembé – com eles, por eles, para eles", coordenado pela Jóina, do qual participam estudantes da graduação e do mestrado (UFPI, 2019b).

Vale destacar aqui a relevância dos projetos de extensão nos cursos de Arqueologia, pois os mesmos atuam como molas propulsoras para a extroversão do conhecimento arqueológico, e a partir desses projetos surgem pesquisas voltadas para as comunidades.

Os termos mais recorrentes na prática textual da Univasf foram: Comunidade (33), Social (33), Memória (33), Sociedade (32), Entrevista (26), Identidade (25), História Oral (14), Arqueologia Pública (13) e Pertencimento (dez). Similarmente, na UFPI os termos foram: Comunidade (19), Sociedade (18), Social (17), Identidade (15), Memória (15), Entrevista (nove), Educação Patrimonial e Extroversão (sete) e Arqueologia Pública (seis). Comunidade e Sociedade foram, portanto, os termos mais utilizados pelas monografias de ambas as instituições, o que é pertinente tendo em vista se tratar de pesquisas voltadas para o social.

Com relação às vertentes da Arqueologia mais utilizadas para tratar das comunidades vivas, tanto a Univasf quanto a UFPI apresentaram um destaque na Arqueologia Pública. Na UFPI além da Arqueologia Pública também há um foco na Educação Patrimonial. A História Oral foi a abordagem teórico-metodológica mais utilizada nas monografias da Univasf, enquanto na UFPI ela só apareceu em um trabalho. O uso de entrevistas, em grande parte dessas pesquisas, caracteriza-se pela participação ativa dos entrevistados, retirando o protagonismo do entrevistador/pesquisador e desfazendo essa relação hierárquica e desigual. Os entrevistados, por vezes, atuam como coautores do texto.

A Univasf se destacou com relação à prática social, pois houve um maior quantitativo de monografias que tiveram uma contribuição social, e muitas delas foram produzidas por pessoas declaradamente pertencentes a comunidades tradicionais, e até apresentadas dentro das comunidades e incluindo membros das comunidades nas bancas de defesa. O que nos mostra um cenário onde a desobediência epistêmica é mais atuante em relação à UFPI.

Vale observar, que, diferentemente da UFPI, nos arredores da Univasf estão presentes comunidades tradicionais, as quais possuem uma relação com a Arqueologia muito anterior ao curso e que vai além das fronteiras acadêmicas. Apesar dos conflitos que houveram com a construção do Parna Serra da Capivara e do *campus* da Univasf em São Raimundo Nonato,

membros dessas comunidades estão cursando e participando de projetos de pesquisa arqueológicos, simbolizando, talvez, uma reparação histórica.

Ademais, também podemos explicar esse maior enfoque da Univasf em pesquisas sociais e inclusivas em comparação à UFPI pela ótica da geopolítica do poder e do saber e do pensamento fronteiro (MIGNOLO, 2017). Na Univasf, por estar situada em uma região sertaneja, as estruturas de poder da Modernidade ainda não se fazem tão enraizadas quanto em um curso localizado em uma capital. E isso se reflete nas estruturas de ensino e na produção de conhecimento dessas IES.

Vale observar, ainda, que alguns desses trabalhos não tiveram na prática uma contribuição social para uma determinada comunidade, mas contribuíram epistemologicamente para as reflexões sobre as Arqueologias Sociais e Indisciplinadas ao utilizarem conceitos e abordagens próprios dessa vertente.

Por outro lado, apesar de defendermos a desobediência epistêmica como uma forma de subverter as estruturas da colonialidade, devemos ter em mente que as IES precisam adotar uma postura cientificista e ocidentalizada para se manter nesse contexto da Modernidade. Desse modo, ressaltamos a importância, também, das pesquisas arqueológicas com maior enfoque científico do que social para a sobrevivência dos cursos de Arqueologia nas IES.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esse trabalho, tive o intuito de apresentar e vislumbrar uma Arqueologia mais socialmente e politicamente ativa, preocupada com questões sociais e com a inclusão de pessoas nos trabalhos arqueológicos, para além de um estudo centrado unicamente na materialidade. Para auxiliar nesse objetivo, me utilizei da crítica decolonial voltada para o ES, especificamente para o ensino de Arqueologia no Piauí, destacando a influência da Modernidade e da Colonialidade no processo de criação das IES e no modo de ensinar e propagar o conhecimento produzido nessas instituições.

No primeiro capítulo abordei desde o surgimento das teorias decoloniais até a sua inserção na Arqueologia, e expliquei como a metodologia da ADC seria utilizada no trabalho. Nesse primeiro momento, foram selecionados os conceitos decoloniais e as vertentes arqueológicas que evocam para um aspecto decolonial.

No segundo capítulo tratei do tema do ES brasileiro, desde a implantação das primeiras universidades, sob os moldes eurocêntrico e norte-americano, até as principais políticas de democratização, que abriram as portas para a decolonialidade. Trouxe exemplos de práticas decoloniais no ES brasileiro, bem como discussões sobre o ensino de Arqueologia em outras partes do mundo. Com isso, pude perceber um movimento de crítica e desobediência aos dogmas acadêmicos, algo que vem emergindo na Arqueologia brasileira.

No terceiro capítulo abordei a trajetória sociopolítica dos primeiros cursos de Arqueologia do país, trouxe exemplos de pesquisas brasileiras focadas em discutir criticamente o ensino de Arqueologia. Pude perceber, previamente, um destaque na região Nordeste, onde estão situados os cursos de Arqueologia mais recentes, e que instigam práticas arqueológicas afetivas e indisciplinadas. Também retratei o início das pesquisas arqueológicas no Piauí e a criação dos cursos da Univasf e da UFPI. Para tal, analisei os seguintes documentos: PPC's; grades curriculares; currículos de docentes; naturalidade e ações afirmativas utilizadas pelos discentes; e monografias de graduação, as quais foram selecionadas para serem reanalisadas no capítulo quatro, voltado para a ADC.

Levando em conta os contextos específicos dos cursos de Arqueologia da Univasf e da UFPI, pude constatar que nos últimos dez anos tem havido um impulso nas pesquisas com comunidades vivas – o que denominei ao longo do trabalho de Arqueologia Social e Indisciplinada, tendo em vista que trazer a sociedade para um contexto excludente e epistemicida como a universidade é por si só um ato decolonial e desobediente.

Algumas pesquisas são mais engajadas politicamente do que outras, mas todas focadas, ao seu modo, em aproximar as pessoas ao patrimônio arqueológico. Essa aproximação muitas vezes é benéfica não somente para a disciplina em si, através da troca de saberes, como para a própria comunidade estudada, ao reivindicar a sua identidade e fortalecer as suas raízes ancestrais para obter os direitos que lhe são próprios, como a questão da demarcação e do reconhecimento dos territórios indígenas e quilombolas, por exemplo.

Ademais, pude perceber que o processo de autorreflexão crítica sobre o fazer arqueológico da Univasf é algo recente, mas que já tem se descortinado em trabalhos e artigos científicos. Isso se dá em razão da trajetória pela qual a Univasf passou desde a sua fundação, de acordos e violências – com a criação do *campus* e do Parna –, emergindo daí movimentos afetivos e de reparação histórica que ligam a Arqueologia e a sociedade de uma maneira distinta das demais graduações do país.

A partir dos trabalhos analisados através da ADC, verifiquei que novos discursos arqueológicos estão sendo engendrados. A definição de um recorte cronológico, espacial e tipológico (cerâmica, lítico, rupestre, etc) deixa de ser tão essencial para uma pesquisa arqueológica, tomando lugar as discussões sobre/com comunidades, memória, identidade e patrimônio material e imaterial, com foco no social. Ou seja, o próprio conceito de Arqueologia como o estudo de um passado feito a partir dos vestígios materiais é ampliado e ressignificado.

Contudo, esse processo de enaltecer o social em detrimento do cientificismo positivista vem sendo criticado na Arqueologia, sobretudo em razão dos contextos políticos de países como os Estados Unidos e o Brasil, onde até recentemente as universidades, e sobretudo, as Ciências Humanas, estiveram sendo ameaçadas por governos de extrema direita, nos quais o hiper-relativismo e a pós-verdade ganharam espaço. À vista disso, é nefasto o uso de Arqueologias sociais a partir o pensamento neoliberal progressista, que trata as comunidades como um ser mitológico, desconsiderando as suas idiossincrasias, e com o intuito de se autopromover, sem gerar uma contrapartida social eficaz e sem respeitar as demandas e anseios da comunidade (GONZÁLEZ-RUIBAL; GONZÁLEZ; CRIADO-BOADO, 2019; SYMANSKI, 2023).

Com base no exposto acima, vale recordarmos o conceito de saber localizado de Haraway (1995), segundo o qual todo saber é situado e parcial, ou seja, tanto uma Arqueologia mais técnica quanto uma Arqueologia mais social têm a sua relevância e as suas limitações, e podem ser utilizadas para servir a qualquer propósito político. Nosso objetivo aqui foi o de justamente evidenciar como essas duas realidades têm se comportado na Arqueologia do Piauí.

Por fim, gostaria de enfatizar que esse trabalho não se concluiu totalmente aqui nesta dissertação. Os dados podem ser revisitados, aprofundados e ampliados, como a realização da

ADC dos PPC's e dos currículos dos docentes; a inclusão de entrevistas com discentes e outros docentes; a comparação das graduações com os programas de pós-graduação; e a inclusão de outras instituições. Reforço, também, que ainda há muito o que se refletir e indagar sobre a temática do Ensino de Arqueologia, tanto no Piauí quanto no restante do Nordeste e em todo o Brasil. Acredito que toda essa reflexão possa resultar no aprimoramento da própria disciplina e da formação profissional.

REFERÊNCIAS

- AGOSTINI, C.; THOMAZ, L.; MARTINS, C. **Arqueologia Social Latino Americana e Arqueologia Crítica**: a possibilidade de um diálogo. In: Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira, 9., 1997. Anais [...]. Rio de Janeiro: 2000. CD-ROOM. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/261403456_arqueologia_social_latino_americana_e_arqueologia_critica_a_possibilidade_de_um_dialogo. Acesso em: 2 jul. 2020.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- ALVARENGA, L. Bibliometria e arqueologia do saber de Michel Foucault - traços de identidade teórico-metodológica. **Ciência da Informação**, [S. l.], v. 27, n. 3, 1999. DOI: 10.18225/ci.inf.v27i3.778. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/778>. Acesso em: 14 maio. 2022.
- ANGELO, T. Referendo constitucional que refundou Bolívia como Estado plurinacional faz 10 anos. **Brasil de Fato**, São Paulo, 25 janeiro 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/01/25/referendo-constitucional-que-refundou-bolivia-como-estado-plurinacional-faz-10-anos>. Acesso em: 15 abr. 2023.
- ARAÚJO, P.; CUSATI, I. História da educação superior pública no Brasil: interiorização e expansão da universidade federal no submédio São Francisco (2003-2006). **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.7, n.1, p.3621-3650, jan. 2021. DOI: <https://doi.org/10.34117/bjdv7n1-245>. Disponível em: <https://brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/22939>. Acesso em: 22 mar. 2022.
- ARIAS, A. **Rediseño de la malla curricular de la carrera de arqueología de la UMSA**: nuevos paradigmas y nuevas necesidades. Tesis (Maestría en Educación Superior) – Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Universidad Mayor de San Andrés, La Paz, 2019.
- BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília, n. 11, p. 89-117, ago. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522013000200004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 22 mai. 2021.
- _____. Colonialidade e Democracia. **Revista Estudos Políticos**, Niterói, v. 5 n. 9: 2014/01, p. 192-209, nov. 2019. DOI: <https://doi.org/10.22409/rep.v5i9.38830>. Disponível em: https://periodicos.uff.br/revista_estudos_politicos/article/view/38830. Acesso em: 2 out. 2021.
- BARRETO, C. A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da Arqueologia no Brasil. **Revista USP**, [S. l.], n. 44, p. 32-51, 2000. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i44p32-51. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/30093>. Acesso em: 15 mar. 2022.
- _____. Arqueologia brasileira: uma perspectiva histórica e comparada. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, supl. 3, p. 201-212, 07 nov. 1999. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2594-5939.revmaesupl.1999.113468>. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revmaesupl/article/view/113468/111423>. Acesso em: 9 ago. 2021.

BENAVIDES, H. Tradução de Sérgio Loiola, Maria Lemke e Alecsandro Ratts. Retornando à origem: arqueologia social como filosofia latino-americana. **Revista Terceiro Incluído**, Goiânia, v. 1, n. 2, p. 164-192, 30 dez. 2011. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/teri/article/view/17779>. Acesso em: 9 ago. 2021.

BENDER S. J. **Historical background**: Thinking About How We Teach Archaeology. In: BENDER S. J. & SMITH G. S. *Teaching Archaeology in the Twenty-First Century*. Washington: SAA – Society for American Archaeology, p. 3-5, 2000.

BERNARDINO-COSTA, J. A prece de Frantz Fanon: Oh, meu corpo, faça sempre de mim um homem que questiona! **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 16, n. 3, p. 504-521, 2016. DOI: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2016.3.22915>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/civitas/a/Gy3hNTtTpgyKWttsz4L674C/?lang=pt>. Acesso em: 15 out. 2022.

BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSGOUEL, R. (Org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2019.

BEZERRA, M. Bicho de Nove Cabeças: Os cursos de graduação e a formação de arqueólogos no Brasil. **Revista de Arqueologia**, [S.l.], v. 21, n. 2, 139-154, 30 dez. 2008. ISSN: 1982-1999. DOI: <https://doi.org/10.24885/sab.v21i2.255>. Disponível em: <https://www.revista.sabnet.org/index.php/SAB/article/view/255>. Acesso em: 25 mai. 2021.

BEZERRA, M. O machado que vaza ou algumas notas sobre as pessoas e as superfícies do passado presente na Amazônia. **Vestígios - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 51–58, 2018. DOI: 10.31239/vtg.v12i2.12198. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/vestigios/article/view/12198>. Acesso em: 13 set. 2022.

BORGES, A.; BERNARDINO-COSTA, J. Dessenhizar a universidade: 10 anos da lei 12.711, ação afirmativa e outras experiências. **Mana [online]**, v. 28, n. 3, 19 dez. 2022. e2830400. DOI: <https://doi.org/10.1590/1678-49442022v28n3a0400>. ISSN 1678-4944. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/gw4mf35VqwXcnVLqZRmBL3H/?lang=pt>. Acesso em: 2 jan. 2023.

BORGES, J. **A História Negada**: Em busca de novos caminhos. Teresina: FUNDAPI, 2004.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. 496 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 9 jan. 2023.

_____. Decreto nº 6.096, de 24 de Abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. **Diário Oficial da União, Brasília**, 24 abr. 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 11 fev. 2023.

_____. Edital nº 55, de 23 de dezembro de 2013 – Processo seletivo para ingresso nos cursos de graduação da Univasf PS-ICG Univasf 2014. **Diário Oficial da União**: seção 3, Brasília, DF, p. 32, 24 dez. 2013. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/64474069/dou-secao-3-24-12-2013-pg-32>. Acesso em: 10 set. 2022.

_____. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 29 ago. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 9 jan. 2023.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 20 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 9 jan. 2023.

_____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 25 jun. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 10 jun. 2023.

_____. Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014. Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. **Diário Oficial da União**, Brasília, 10 jun. 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12990.htm. Acesso em: 26 ago. 2023.

_____. Ministério da Educação. **Universidade Federal do Vale do São Francisco** (UNIVASF). Brasília, DF: Ministério da Educação, Edital nº 05, de 05 de abril de 2021 – Processo seletivo para Ingresso nos cursos de graduação presenciais da Univasf 2021 - PS-ICG 2021. Disponível em: https://portais.univasf.edu.br/noticias/univasf-divulga-selecionados-na-chamada-regular-do-sisu-2021-e-convoca-para-pre-matricula-de-20-a-23-de-abril/edital_no-05_ps_icg_2021-proen-_2_.pdf. Acesso em: 10 set. 2022.

_____. Ministério da Educação. **Universidade Federal do Delta do Parnaíba** (UFDPar). Brasília, DF: Ministério da Educação, Edital nº 09, de 25 de julho de 2022 – Procedimentos e cronograma referente à utilização da lista de espera do sistema de seleção unificada-SISU para ingresso nos cursos de graduação na modalidade presencial 2º semestre de 2022. Disponível em: <https://sis.ufpi.br/matriculagraduacao/download/edital/ODU=.pdf?014907>. Acesso em: 12 set. 2022.

_____. Portaria normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. **Diário Oficial da União**, Brasília, 12 dez. 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf. Acesso em: 10 jun. 2023.

_____. Portaria nº 137, de 28 de abril de 2016. Estabelece diretrizes de Educação Patrimonial no âmbito do Iphan e das Casas do Patrimônio. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, nº 81, p. 6, 29 abr. 2016. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21512179/do1-2016-04-29-portaria-n-137-de-28-de-abril-de-2016-21512121. Acesso em: 29 ago. 2023.

_____. Instrução Normativa nº 1 de 25 de março de 2015. Estabelece procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

nos processos de licenciamento ambiental dos quais participe. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, nº 58, p. 11-17, 26 mar. 2015. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/INSTRUCAO_NORMATIVA_001_DE_25_DE_MARCO_DE_2015.pdf. Acesso em: 29 ago. 2023.

_____. Portaria nº 230, de 17 de dezembro de 2002. Define o escopo das ações a serem desenvolvidas nas fases de licenciamento ambiental. **IPHAN**, 2002. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_230_de_17_de_dezembro_de_2002.pdf. Acesso em: 29 ago. 2023.

BRITO, C.; GUIMARÃES, A. A Expansão da Educação Superior e a Desigualdade Regional Brasileira: Uma Análise nos Marcos dos Planos Nacionais de Educação. **EccoS – Rev. Cient.**, São Paulo, n. 44, p. 43-66, set./dez. 2017. DOI: 10.5585/EccoS.n44.7898. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=71553908003>. Acesso em: 9 jun. 2023.

CABRAL, M. **No tempo das pedras moles**: arqueologia e simetria na floresta. 2014. Tese (Doutorado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014. Disponível em: https://leiaufsc.files.wordpress.com/2017/03/no_tempo_das_pedras_moles_-_tese_de_dout.pdf. Acesso em: 19 set. 2020.

CALDERÓN, P. Abordagem metodológica em estudos decoloniais: possível diálogo entre a análise crítica do discurso e as epistemologias do sul. In: XX SEMEAD – Seminários em Administração, 2017. ISSN: 2177-3866. **Anais eletrônicos** [...]. São Paulo: FEA/USP, 2017. p. 1-11. DOI: <https://doi.org/10.4000/aa.1269>. Disponível em: <https://login.semead.com.br/20semead/anais/arquivos/2018.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2022.

CARNIEL, F.; LACRUZ, A.; AMÉRICO, B.; MATHIAS, M. Projetos globais e o estranho: estudos decoloniais na produção acadêmica brasileira. **SciELO Preprints**, 2021. DOI: 10.1590/SciELOPreprints.1955. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/1955>. Acesso em: 12 abr. 2022.

CAROMANO, C.; TRINDADE, T.; CASCON, L. O Ensino da Arqueologia Visto dos Bancos da Pós-Graduação. **Revista Habitus**, Goiânia, v. 12, n. 2, p. 205-220, 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.18224/hab.v12.2.2014.205-220>. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/4077>. Acesso em: 3 ago. 2022.

CASTRO, A.; ZUBIMENDI, M.; GRASSI, L.; AMBRÚSTOLO, P.; MAZZITELLI, L. Sitio arqueológico Carsa (Puerto Deseado, Patagonia Argentina): reflexiones sobre la práctica de una arqueología social y pública. **Revista Arqueología Pública**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 7-21, 12 jun. 2007. DOI: <https://doi.org/10.20396/rap.v2i1.8635807>. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8635807/3511>. Acesso em: 17 mar. 2022.

CASTRO, C. A. O processo de urbanização da sociedade e o surgimento das primeiras universidades. **Geografia Ensino & Pesquisa**, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 39-54, 2014. DOI: 10.5902/223649949067. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/9067>. Acesso em: 9 abr. 2023.

CENTRO de Ciências da Natureza (CCN) – Arqueologia e Conservação de Arte Rupestre. **Apresentação**. Teresina: SIGAA – Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas da Universidade Federal do Piauí. Disponível em: https://sigaa.ufpi.br/sigaa/public/curso/portal.jsf?id=74257&lc=pt_BR. Acesso em: 11 set. 2022.

COELHO, I.; AMORIM, J.; MELO, C. Uma análise do sistema educacional pelo viés do pensamento decolonial. **Revista Humanidades & Inovação**, Palmas, v. 6 n. 7, 2019: Sociedade Contemporânea: debates entre educação e violência. ISSN: 2358-8322. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/1341>. Acesso em: 8 abr. 2023.

COELHO, R. **Como descolonizar a arqueologia portuguesa?** In: José Morais Arnaud, César Neves, & Andrea Martins (Eds.), *Arqueologia em Portugal 2020 - Estado da Questão*, p. 25-39, Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses/CITCEM, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/45002>. Acesso em: 22 mai. 2021.

COLLEY, S. University-Based Archaeology Teaching and Learning and Professionalism in Australia. **World Archaeology**, 36, n. 2, 189–202, 2004. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/4128325>. Acesso em: 16 set. 2021.

COSTA, M. O mapa de ponta-cabeça. In: *Proceedings of World Congress of Communications and Arts*, 2011. **Anais eletrônicos** [...]. São Paulo: Repositório Institucional UNESP. 2011, v. 1, n. 1, p. 193-197. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/134669>. Acesso em: 25 jan. 2023.

CUNHA, L. Ensino superior e Universidade no Brasil. In: LOPES, Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, p. 151-204, 2011. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1176223/mod_resource/content/1/Cunha_Ensi_no_superior_e_Universidade_no_Brasil.pdf. Acesso em: 16 abr. 2023.

DIAS, A. de S.; ABREU, W. F. de. Didáticas decoloniais no Brasil: uma análise genealógica. **Educação**, [S. l.], v. 45, n. 1, p. e91/ 1–24, 2020. DOI: 10.5902/1984644441328. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/41328>. Acesso em: 12 abr. 2022.

DINIZ, R.; GOERGEN, P. Educação Superior no Brasil: panorama da contemporaneidade. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 24, n. 03, p. 573-593, nov. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-40772019000300002>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/KWJWLBPjHPFjBKbzSXw7TStb/?lang=pt>. Acesso em: 3 jan. 2023.

ELLICK, C. A Cultural History of Archaeological Education. **Advances in Archaeological Practice**, Cambridge, v. 4, n. 4, p. 425-440, 2016. DOI: 10.7183/2326-3768.4.4.425. Disponível em: https://www.cambridge.org/core/services/aop-cambridge-core/content/view/8B41E7928A07A24156D7FEEAEC15C4DF/S2326376800001029a.pdf/cultural_history_of_archaeological_education.pdf. Acesso em: 26 jul. 2022.

ESTERMANN, J.; TAVARES, M.; GOMES, S. Interculturalidade crítica e decolonialidade da educação superior: para uma nova geopolítica do conhecimento. **Laplage em Revista**, Sorocaba, v. 3, n. 3, p.17-29, 2017. DOI: <https://doi.org/10.24115/S2446-6220201733375p.17-29>. Disponível em: <https://laplageemrevista.editorialaar.com/index.php/lpg1/article/view/324>. Acesso em: 22 mai. 2021.

FAIRCLOUGH, N. **Discourse and social change**. Cambridge: Polity Press, 1992.

_____. **Analyzing Discourse: textual analysis for social research**. London: Routledge, 2003.

_____. Tradução de Maycon Silva Aguiar. Análise crítica do discurso como raciocínio dialético: crítica, explanação e ação. **Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som - Policromias**, v. 4, n. 2, p. 31-50, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/129571>. Acesso em: 18 mai. 2022.

FANON, F. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2010.

FILHO, P.; CUNHA, E. Políticas de Ações Afirmativas na Educação Superior do Brasil: Reflexões na Perspectiva dos Direitos Humanos. In: IV Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação, 2014. **Anais eletrônicos [...]**. Porto: Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto, p. 1-14. Disponível em: https://www.anpae.org.br/IBERO_AMERICANO_IV/GT2/GT2_Comunicacao/PenildonSilvaFilho_GT2_Integral.pdf. Acesso em: 8 jun. 2023.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FRANKLIN, M. Why are there so few black American archaeologists? **Antiquity**, Cambridge, v. 71, n. 274, p. 799-801, 1997. DOI:10.1017/S0003598X00085732. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/antiquity/article/abs/why-are-there-so-few-black-american-archaeologists/19435F5208DFF9D441CF3239F00A1ED4>. Acesso em: 4 set. 2023.

FREIRE, P. **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

_____. **Universidade e Compromisso Popular**. Transcrição do seminário coordenado pelo prof. Paulo Freire com a colaboração dos professores Adriano Nogueira e Débora Mazza. Campinas: Puccamp, 1986. Disponível em: <http://acervo.paulofreire.org:8080/xmlui/handle/7891/1030>. Acesso em: 17 jul. 2022.

_____. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FUNARI, P. P. A.; CARVALHO, A. V. Universidades, Arqueologia e Paulo Duarte. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, [S. l.]**, n. 22, p. 89-96, 2012. DOI: 10.11606/issn.2448-1750.revmae.2012.106849. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revmae/article/view/106849>. Acesso em: 2 jun. 2021.

FUNARI, P. P. Como se tornar arqueólogo no Brasil. 74 **Revista USP**, São Paulo, n.44, p. 74-85, dezembro/fevereiro 1999-2000. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/revusp/article/download/30095/31980/34934>. Acesso em: 15 mar. 2022.

FUSCO, W.; OJIMA, R. Nordeste do Brasil: interiorização do ensino superior e mobilidade pendular. In: VII Congreso de la Asociación LatinoAmericana de Población e XX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2016. **Anais eletrônicos** [...]. Foz do Iguaçu: Associação Brasileira de Estudos Populacionais. 2016, p. 1-8. Disponível em: <https://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/2576/2506>. Acesso em: 10 jun. 2023.

GASPAR, M.; CAROMANO, C.; PEREIRA E.; BRANDÃO, K.; BELLETTI, J.; FREITAS, A.; PASSOS, L.; LIMA, M.; TAMANAHA, E.; CASCON, L.; BIANCHINI, G.; CABRAL, M.; WICHES, C.; BEZERRA, M. Quem somos nós? Ou perfis da comunidade profissional arqueológica no Brasil: primeiras aproximações. **Revista Habitus**, Goiânia, v. 18, n. 1, p. 146-178, jun. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.18224/hab.v18i1.8104>. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/8104>. Acesso em: 21 dez. 2020.

GENTIL, V. K.; LACERDA, M. P. C. de. Expansão do ensino superior do sistema federal brasileiro no período 2003-2006. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, [S. l.], v. 32, n. 3, p. 829-849, 2016. DOI: 10.21573/vol32n32016.64399. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/64399>. Acesso em: 11 fev. 2023.

GEPAR. **Grupo de Educação Patrimonial e Arqueologia**. Teresina, 2023. Disponível em: <https://unidospelopatrimoniocultural.com/quem-somos/>. Acesso em: 30 ago. 2023.

GNECCO, C.; DIAS, A. Sobre Arqueologia de Contrato. **Revista de Arqueologia**, [S. l.], v. 28, n. 2, p. 03-19, 2015. Disponível em: <https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/425>. Acesso em: 29 ago. 2023.

GNECCO, C. "Escavando" arqueologias alternativas. **Revista de Arqueologia**, [S. l.], v. 25, n. 2, p. 8-22, 2012. DOI: 10.24885/sab.v25i2.352. Disponível em: <https://www.revista.sabnet.org/index.php/sab/article/view/352>. Acesso em: 9 jun. 2021.

_____. Caminos de la Arqueología: de la violencia epistémica a la relacionalidad. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum.**, Belém, v. 4, n. 1, p. 15-26, abr. 2009. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1981-81222009000100003>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-81222009000100003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 1 abr. 2022.

GOMES, J.; PASSOS, L. de P. Arqueologia entre o jogo acadêmico e a desesperança. **Revista de Arqueologia Pública**, São Paulo, v. 18, 2022. DOI: 10.20396/rap.v17i2.8664052. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8663907>. Acesso em: 14 mar. 2022.

GONTIJO, F. Antropologia fora dos Eixos? Algumas Considerações sobre as particularidades da formação de um campo de pesquisas no Piauí, Brasil. **Revista FSA** (Faculdade Santo Agostinho), v. 12, n. 5, p. 49-62, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.12819/2015.12.5.3>. Disponível em: <http://www4.unifsa.com.br/revista/index.php/fsa/article/view/962>. Acesso em: 5 ago. 2022.

GONTIJO, F.; PESSOA, M. L. Cursos, percursos e transcurros da antropologia no Piauí. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, [S. l.], v. 40, n. 2, p. 159–174, 2020. DOI: 10.37370/raizes.2020.v40.651. Disponível em: <http://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/651>. Acesso em: 6 ago. 2022.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Organização: Flavia Rios; Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZÁLEZ-RUIBAL, A. Hacia otra arqueología: diez propuestas. **Complutum**, Madrid, v. 23, n. 2, p. 103-116, 2012. DOI: https://doi.org/10.5209/rev_CMPL.2012.v23.n2.40878. Disponível em: <https://revistas.ucm.es/index.php/CMPL/article/view/40878>. Acesso em: 18 mai. 2022.

GONZÁLEZ-RUIBAL, A.; GONZÁLEZ, P.; CRIADO-BOADO, F. En contra del populismo reaccionario: hacia una nueva arqueología pública. **Chungara**, Chile, 2019, p. 1-7. DOI: <https://doi.org/10.15184/aqy.2017.227>. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10261/164142>. Acesso em: 4 set. 2023.

GROSFOGUEL, R. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Sociedade e Estado**, [S. l.], v. 31, n. 1, p. 25–49, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/6078>. Acesso em: 16 mar. 2022.

_____. Descolonizar as esquerdas ocidentalizadas: para além das esquerdas eurocêntricas rumo a uma esquerda transmoderna descolonial. **Contemporânea**, São Carlos, v. 2, n. 2, 2012. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/86>. Acesso em: 17 mai. 2022.

_____. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, [online], n. 80, p. 115-147, 2008. DOI: <https://doi.org/10.4000/rccs.697>. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/697>. Acesso em: 5 jul. 2022.

GUIDON, N. Fundação Museu do Homem Americano – FUMDHAM. **Revista Clio Arqueológica**, Recife, n. 5, p. 135-139, 1989. ISSN: 2448-2331. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/clioarqueologica/article/view/247227>. Acesso em: 8 jun. 2021.

HABER, A. Decolonizing Archaeological Thought in South America. **Annual Review of Anthropology**, v. 45, p. 469-485, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1146/annurev-anthro-102215-095906>. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4624856/mod_resource/content/1/29.HABER.pdf. Acesso em: 9 jun. 2022.

_____. Arqueologia, Fronteira e Indisciplina. **Revista Habitus**, Goiânia, v. 9, n. 1, p. 5-16, 2011. DOI: <http://dx.doi.org/10.18224/hab.v9.1.2011.5-16>. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/2203>. Acesso em: 9 jun. 2022.

HAMILAKIS, Y. Archaeology in Greek higher education. **Antiquity**, Cambridge, v. 74, n. 283, p. 177-181, 2000. DOI: 10.1017/S0003598X00066321. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/services/aop-cambridge->

core/content/view/68BAA5DA4BCCC9B38703E4A2B23DB039/S0003598X00066321a.pdf/archaeology-in-greek-higher-education.pdf. Acesso em: 26 jul. 2022.

HANDLEY, F. Developing Archaeological Pedagogies in Higher Education: Addressing Changes in the Community of Practice of Archaeology. **The Historic Environment Policy & Practice**, Brighton, v. 6, n. 2, p. 156-166, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1179/1756750515Z.000000000080>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1179/1756750515Z.000000000080>. Acesso em: 28 jul. 2022.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, p. 7-41, 1995. Disponível em: https://www.copene2018.eventos.dype.com.br/resources/anais/8/1524482904_ARQUIVO_DonnaHarawaysaberessituados.pdf. Acesso em: 31 jan. 2023.

HJØRUNGDAL, T.; CORNELL, P.; GILLBERG, A.; GUSTAVO, A.; KARLSSON, H.; NYQVIST, R. Learning field Archaeology - Student Integrating Methods in Tertiary Education. **Gupea**, Gotemburgo, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/2077/18074>. Acesso em: 27 jul. 2022.

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir**: A educação como prática da liberdade. Tradução: Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2017.

IBGE. IBGE Educa Jovens. **Conheça o Brasil – População COR OU RAÇA**. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html#:~:text=De%20acordo%20com%20dados%20da,1%25%20como%20amarelos%20ou%20ind%C3%ADgenas>. Acesso em: 12 set. 2022.

INEP. **Censo da Educação Superior 2021 – Divulgação dos Resultados**. Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Diretoria de Estatísticas Educacionais. Brasília, 04 de novembro de 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em: 14 jun. 2023.

JACKSON, D.; TRONCOSO, A.; SALAZAR, D. **Hacia una crítica de la práctica de la Arqueología Social Latinoamericana**. Separata de: TANTALEÁN, H., AGUILAR, M. y OLIVO, O. La Arqueología Social Latinoamericana: de la teoría a la praxis. Santiago: Universidad de Los Andes, 2012. p. 49-62. Disponível em: <http://repositorio.uchile.cl/handle/2250/122644>. Acesso em: 17 mar. 2022.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KOPENAWA, D.; ALBERT, B. **A queda do céu**: palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, 729 p.

LEAL, N. Por uma Antropologia na Caatinga: um breve ensaio sobre o bacharelado em Antropologia na Univasf e a interiorização do ensino superior no Brasil. **Anuário Antropológico [online]**, v. 46 n. 1, p. 39-57, 2021. DOI: <https://doi.org/10.4000/aa.7657>. Disponível em: <http://journals.openedition.org/aa/7657>. Acesso em: 5 ago. 2022.

LEDA, M. C. Teorias pós-coloniais e decoloniais: para repensar a sociologia da modernidade. **Temáticas**, Campinas, SP, v. 23, n. 45, p. 101–126, 2015. DOI: 10.20396/tematicas.v23i45/46.11103. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/11103>. Acesso em: 10 abr. 2022.

LILACS. Nota técnica n. 01/17: Leitura técnica e extração de conceitos na indexação de documentos segundo a Metodologia LILACS. **BIREME**, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://docs.bvsalud.org/biblioref/2020/07/1103131/1701-nota-tecnica-lectura-tecnica.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2023.

LIMA, P. Políticas de educação superior no Brasil na primeira década do século XXI: alguns cenários e leituras. **Avaliação** (Campinas), Sorocaba, v. 18, n. 01, p. 85-105, março de 2013. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772013000100006&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 8 jan. 2023.

LIMAVERDE, R. **Arqueologia social inclusiva: A Fundação Casa Grande e a gestão do patrimônio cultural da Chapada do Araripe, Nova Olinda, CE, Brasil**. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Faculdade de Letras – Universidade de Coimbra, Coimbra, 2015.

MACÊDO, G.S.; MAGESTE, L.E.C. “Aqui, Onde Cavar Acha Pote”: Patrimônio Arqueológico nos Quintais dos Moradores de São Braz do Piauí-PI e seus Usos e Significados no Presente. **Revista Fumdhamentos**, vol. 17, n. 2, p. 129-156, 2020. Disponível em: http://fumdham.org.br/wp-content/uploads/2021/04/fumdham-fumdhamentos-xvii-2020-_684845.pdf. Acesso em: 18 mai. 2022.

MAGALHÃES, S. **A Arte Rupestre do Centro-norte do Piauí: indícios de narrativas icônicas**. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

MAGESTE, L.; AMARAL, A.; SANTOS, M. Reflexões iniciais sobre as Arqueologias da Universidade Federal do Vale do São Francisco. In: Arqueologia e Patrimônio - Volume III: Transdisciplinaridades, Patrimônios e Problemas Contemporâneos. 1ed. **Anais eletrônicos [...]**. São Raimundo Nonato: UNIVASF, 2021, v. 3, p. 133-160. Disponível em: <https://portais.univasf.edu.br/pparque/publicacoes/arquivos-1/arqueologia-e-patrimonio-volume-3.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2023.

MAGESTE, L. AMARAL, A. As Arqueologias Afetivas na produção discente da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF): desdobramentos históricos e interfaces teóricas na construção da Arqueologia no Sudeste e Sudoeste do Piauí. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum.**, Belém, v. 17, n. 2, p. 1-46, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2020-0115>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/FnyCNmj8yhJgzJL9fhH5bhM/>. Acesso em: 7 ago. 2023.

MAGESTE, L.; MACÊDO, G.; PAES, E.; SANTOS, C. As arqueologias de São Braz do Piauí: apontamentos iniciais sobre as narrativas e usos dos bens arqueológicos no presente. **Cadernos do Lepaarq**, Pelotas, v. XVII, n. 34, p. 164-182, 2020. DOI: <https://doi.org/10.15210/lepaarq.v17i34.19412>. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/lepaarq/article/view/19412/0>. Acesso em: 14 jul. 2022.

MALDONADO-TORRES, N. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. El giro decolonial. **Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**, p. 127-167, 2007.

MARRACH, S. **Neoliberalismo e Educação**. São Paulo: Cortez, 1996.

MARCON, M.; ALVES, T. Modelos instituidores do ensino superior brasileiro alemão e francês: uma revisão crítica da literatura sob a ótica da empregabilidade. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 27, n. 1, 2022. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/avaliacao/article/view/4920>. Acesso em: 18 nov. 2022.

MARTIN, Gabriela. **Pré-história do Nordeste do Brasil**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1996. ISBN: 85-7315-055-6.

MELO, I. Análise do Discurso e Análise Crítica do Discurso: desdobramentos e intersecções. **Revista Letra Magna**, São Paulo, v. 6, n. 11, p. 2-18, 2009. ISSN: 1807-5193. Disponível em: http://www2.eca.usp.br/Ciencias.Linguagem/Melo_ADeACD.pdf. Acesso em: 26 jun. 2022.

MELLO, L.; RESENDE, U. P. de. Concursos públicos federais para docentes e ações afirmativas para candidatos negros. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 50, n. 175, p. 8–28, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/198053146788>. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/6788>. Acesso em: 26 ago. 2023.

MENDOZA, B.; SILVA, L.; FILHO, S. A colonialidade do gênero e poder: da pós-colonialidade à decolonialidade. **Revista X**, Paraná, v. 16, n. 1, p. 290-318, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/rvx.v16i1.78777>. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/revistax/article/view/78777/43073>. Acesso em: 10 abr. 2022.

MESQUITA, L. C. A. **A Formação do Arqueólogo na Amazônia: das Confusões à Graduação**. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências Sociais – Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

MIGNOLO, W. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 32, n. 94, 2017a: e329402. DOI: <http://dx.doi.org/10.17666/329402/2017>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPrx5Zr3yrMjh7tCZVk/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 mai. 2022.

_____. Desafios decoloniais hoje. **Revista Epistemologias do Sul**, Foz do Iguaçu, n. 1 v. 1, pp. 12-32, 2017b. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/view/772>. Acesso em: 3 mai. 2021.

_____. Desobediência epistêmica: A opção descolonial e o significado de Identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade**, n. 34, p. 287-324, 2008. Disponível em: http://professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/desobediencia_epistemica_mignolo.pdf. Acesso em: 11 jun. 2022.

MONTEIRO, G. de A. **Escavando Assimetrias na Arqueologia do Nordeste do Brasil: a dicotomia material x social em destaque**. Monografia (Graduação em Arqueologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.

_____. Os Cursos de Arqueologia nas regiões Nordeste e Sudeste do Brasil e seu viés Social e Material. **Revista de Arqueologia Pública**, São Paulo, v. 18, 2022. DOI: 10.20396/rap.v17i2.8664052. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8664052>. Acesso em: 14 mar. 2022.

MORAES, I.; COSTA, L.; JESUS, L. Arqueologia, lugar de fala e conexões afrodiáspóricas: experiências no território quilombola dos Povos do Aproaga - Amazônia Paraense. **Cadernos do Lepaarq**, Pelotas, v. 19, n. 38, p. 57-74, 2022. DOI: <https://doi.org/10.15210/LEPAARQ.V19I37.22762>. Disponível em: <https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/Leparq/article/view/2180>. Acesso em: 4 fev. 2023.

MORO-ABADÍA, O. The History of Archaeology as a 'Colonial Discourse'. **Bulletin of the History of Archaeology**, 16 (2), p. 4-17, 2006. DOI: <http://doi.org/10.5334/bha.16202>. Disponível em: <https://www.archaeologybulletin.org/articles/abstract/10.5334/bha.16202/>. Acesso em: 24 mai. 2022.

MURILLO, M. Comunidades locais y la enseñanza de la arqueología: una experiencia em Bolivia. **Chungara**, Chile, v. 35, n. 2, p. 355-359, 2003. ISSN: 0716-1182. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=32635216>. Acesso em: 25 jul. 2022.

NEGREIROS, V. Noé Mendes de Oliveira e a Universidade Federal do Piauí em defesa dos bens de natureza arqueológica como patrimônio. **Contraponto**: Revista do departamento de história do programa de Pós-Graduação em história do Brasil da UFPI, Teresina, v. 05, n. 1, 2016. Disponível em: <https://comunicata.ufpi.br/index.php/contraponto/article/view/5310/3103>. Acesso em: 7 ago. 2022.

NEVES, C.; MARTINS, C. **Ensino Superior no Brasil**: uma visão abrangente. In: DWYER, T.; ZEN, E.; WELLER, W.; SHUGUANG, J.; KAIYUAN, G. *Jovens universitários em um mundo em transformação: uma pesquisa sino-brasileira*. Brasília: Ipea; Pequim: SSAP, 2016. 311 p., il. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9061/1/Ensino%20superior%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em: 8 jan. 2023.

NEVES, E. O velho e o novo na Arqueologia Amazônica. **Revista USP**, São Paulo, n. 44, p. 86-111, 28 fev. 2000. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i44p86-111>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/30096/>. Acesso em: 18 jul. 2021.

NOVAES, M.; MEDEIROS, J.; SILVA, A. O acesso à educação superior no Brasil (1500-1996). **Revista Eletrônica Arma da Crítica**, Fortaleza (CE), ano 8, n. 10, p. 88-105, out. 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/39682>. Acesso em: 7 abr. 2023.

OLIVEIRA, E. de S.; LUCINI, M. O Pensamento Decolonial: Conceitos para Pensar uma Prática de Pesquisa de Resistência. **Revista Boletim Historiar**, Aracaju, v. 08, n. 01, 2021, p. 97-115. ISSN: 2357-9145. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/historiar/article/view/15456>. Acesso em: 9 abr. 2022.

OLIVEIRA, I. **As representações sociais nos discursos científicos sobre os registros rupestres do Parque Nacional Serra da Capivara/PI**: Análise do Discurso Crítica,

Feminismo Decolonial e Teoria Queer na perspectiva das Ecologias dos Saberes. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade Federal do Vale do São Francisco, Campus Serra da Capivara, São Raimundo Nonato, 2022.

OLIVEIRA, J. de S. **A Educação Patrimonial como estratégia de Arqueologia Pública na área do Parque Nacional Serra da Capivara**. Monografia (Graduação em Arqueologia e Preservação Patrimonial) – Universidade Federal do Vale do São Francisco, Campus Serra da Capivara, São Raimundo Nonato, 2014.

OLIVEIRA, J. **Por Uma Arqueologia Socialmente Engajada: Arqueologia Pública, Universidade Pública e Cidadania**. In: FUNARI, Pedro Paulo Abreu; ORSER JÚNIOR, Charles; SCHIAVETTO, Solange N. de O. (Org.). *Identidades, Discurso e Poder: Estudos da Arqueologia Contemporânea*. São Paulo: Annablume/ FAPESP, 2005. p. 118.

OLIVEIRA, N.; FUNARI, P.; CHAMORRO, L. Arqueologia participativa: uma experiência com indígenas Guaranis. **Revista Arqueologia Pública**, São Paulo, v. 4, n. 1[4], p. 13-19, 10 jun. 2015. DOI: <https://doi.org/10.20396/rap.v4i1.8635776>. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8635776>. Acesso em: 26 jun. 2021.

PASSOS, G. O surgimento da universidade no Brasil: superando o lamento. **Linguagens, Educação e Sociedade**, [S. l.], n. 2, 1997. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/lingedusoc/article/view/2699>. Acesso em: 9 abr. 2023.

PENNA, C. Paulo Freire no pensamento decolonial: um olhar pedagógico sobre a teoria pós-colonial latino-americana. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 164–180, 2014. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/16133>. Acesso em: 16 maio. 2022.

PEREIRA, E. M. de A. Universidade no contexto da América Latina: 90 anos da reforma de Córdoba e 40 anos da reforma universitária brasileira. *Políticas Educativas – PoEd*, [S. l.], v. 2, n. 1, 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Poled/article/view/18352>. Acesso em: 29 out. 2023.

PEREIRA, M.; BARROS, L. Expansão das Universidades Federais na região Nordeste a partir dos anos 2000: Um olhar para os pequenos e médios municípios. In: VIII EPEPE, 2022. **Anais eletrônicos** [...]. Campina Grande: Realize Editora. 2022, p. 4608-4625. ISSN: 2176-8153. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/83464>. Acesso em: 10 jun. 2023.

PINHEIRO, L. S. de L. O dispositivo de enunciação da primeira universidade com sistema de cotas do Nordeste. **Organicom**, [S. l.], v. 14, n. 26, p. 245-256, 2017. DOI: 10.11606/issn.2238-2593.organicom.2017.139371. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/139371>. Acesso em: 10 jun. 2023.

POLITIS, G. **Política nacional, Arqueologia y universidad en Argentina**. In: POLITIS, G. *Arqueología en América latina hoy*. Colección Textos Universitarios. Biblioteca Banco Popular, Santafé de Bogotá, p. 71-87, 1992.

POLITIS, G. Acerca de la Etnoarqueología en América del Sur. **Horiz. antropol.**, Porto Alegre, v. 8, n. 18, p. 61-91, dez. 2002. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832002000200003>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/CrSzhXHLrdt48Zncf6ZQYfk/?lang=es>. Acesso em: 29 ago. 2023.

POLONI, R. A Etnoarqueologia no Brasil: ciência e sociedade no contexto da redemocratização. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n. 19, p. 87-102, 17 dez. 2009. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2448-1750.revmae.2009.89878>. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revmae/article/view/89878>. Acesso em: 26 jun. 2020.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Apresentação da edição em português**. In: Edgardo Lander (Org.), A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais Perspectivas latino-americanas, p. 3-5, Colección Sur Sur, Buenos Aires: CLASCO, set. 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/>. Acesso em: 24 mai. 2021.

POSO, F.; MONTEIRO, B. A perspectiva decolonial nos cursos de formação de professores: uma revisão de literatura. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 23, p. 1-18, 2021. DOI: <https://doi.org/10.22196/rp.v22i0.5358>. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/5358#:~:text=Ele%20apresenta%20um%20panorama%20descritivo,e%20de%20estarem%20comprometidos%20com>. Acesso em: 18 abr. 2022.

PRZYBYLSKI, M. O lugar do Brasil nos estudos decoloniais pelo viés da oralidade. **Grau Zero – Revista de Crítica Cultural**, Alagoinhas, v. 8, n. 2, p. 39-63, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/grauzero/article/view/12208>. Acesso em: 12 abr. 2022.

QUERUBIM, V. **Paulo Freire e o ensino superior**: referenciais freirianos para pensar a universidade brasileira. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

QUIJANO, A. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: Edgardo Lander (Org.), A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais Perspectivas latino-americanas, p. 107-126, Colección Sur Sur, Buenos Aires: CLASCO, set. 2005. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 24 mai. 2021.

QUINTERO, P.; FIGUEIRA, P.; ELIZALDE, P. Uma breve história dos estudos decoloniais. **MASP Afterall**, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://masp.org.br/uploads/temp/temp-QE1LhobgtE4MbKZhc8Jv.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2022.

REIS, J. Análise do discurso e arqueologia: ... é possível transitar por entremeios?... **Métis**: história & cultura, Caxias do Sul, v. 2, n. 2, p. 209-228, jul./dez. 2002. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/1112>. Acesso em: 18 mai. 2022.

RESENDE, V. Decolonizar os Estudos Críticos do Discurso: por perspectivas latino-americanas. In: XII Congresso Internacional da ALED, 2017. **Anais eletrônicos** [...]. Santiago do Chile: Universidade Católica. 2017, 18:1, p. 10-25. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/17405904.2020.1754869>. Acesso em: 26 jun. 2022.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, Justificando, 2017.

RIBEIRO, D.; MELO, A. Construção do conhecimento e eurocentrismo nas universidades: apontamentos para uma Pluriversidade. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 57, n. 51, p.

1-24, 2019. DOI: <https://doi.org/10.21680/1981-1802.2019v57n51ID15551>. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/15551>. Acesso em: 17 abr. 2022.

ROCHA, J. C. **Breve História da Arqueologia no Sertão do Piauí (1970-1993)**. Dissertação (Mestrado em Ensino, Filosofia e História das Ciências) – Universidade Federal da Bahia e Universidade Estadual de Feira de Santana, Salvador, 2019.

SAID, E. **Orientalism**. New York: Vintage Books, 1978.

SALDI, L, MAFERRA, L., TERRAZA V. y CASTAÑAR, K. Las prácticas socioeducativas y sus desafíos en la formación arqueológica-universitaria regional, Mendoza, Argentina. **Ciencias Sociales y Educación**, v. 10, n. 19, p. 189-217, 2021. DOI: <https://doi.org/10.22395/csye.v10n19a8>. Disponível em: https://revistas.udem.edu.co/index.php/Ciencias_Sociales/article/view/3495. Acesso em: 26 jul. 2022.

SALERNO, V. M. Pensar la arqueología desde el sur. **Complutum**, Madrid, v. 23, n. 2, p. 191-203, 2012. DOI: https://doi.org/10.5209/rev_CMPL.2012.v23.n2.40885. Disponível em: <https://revistas.ucm.es/index.php/CMPL/article/view/40885>. Acesso em: 9 jun. 2022.

SAMIA, D. G. Arqueologia pedagógica: reflexões teóricas e conceituais. **Revista Arqueologia Pública**, São Paulo, n. 17 (2), 179-195, 2021. DOI: 10.20396/rap.v17i2.8666241. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8666241>. Acesso em: 14 mar. 2022.

SANCHEZ, L.; LEAL, F. "Licenciatura em Educação Básica Intercultural": avanços, desafios e potencialidades na formação superior de professores indígenas. **Rev. Bras. Estud. Pedagóg.**, Brasília, v. 102 n. 261, 2021. DOI: <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.102i261.4446>. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/4446>. Acesso em: 8 jan. 2023.

SANTHIAGO, R.; MAGALHÃES, V. Rompendo o isolamento: Reflexões sobre história oral e entrevistas à distância. **Anos 90**, [S. l.], v. 27, p. 1–18, 2020. DOI: 10.22456/1983-201X.102266. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/102266>. Acesso em: 25 ago. 2023.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, Quilombos, Modos e Significações**. Brasília: INCTI/UnB, 2015.

SANTOS, I. D. dos; SILVA, J. D. da. Educação superior no Nordeste e qualificação para o mercado de trabalho. **Interfaces Científicas - Humanas e Sociais**, [S. l.], v. 3, n. 3, p. 63–74, 2015. DOI: 10.17564/2316-3801.2015v3n3p63-74. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/humanas/article/view/2223>. Acesso em: 14 jun. 2023.

SANTOS, J. Ações afirmativas e educação superior no Brasil: um balanço crítico da produção. **R. bras. Est. pedag.**, Brasília, v. 93, n. 234, [número especial], p. 401-422, maio/ago. 2012. DOI: <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.93i234.447>. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/3570>. Acesso em: 7 jan. 2023.

SANTOS, V. M. dos. Notas desobedientes: decolonialidade e a contribuição para a crítica feminista à ciência. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 30, ePUB, 03 dez. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2018v30200112>. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822018000100242&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 21 jul. 2020.

SCHULDENREIN, J.; ALTSCHUL, J. **Archaeological education and private sector employment**. In: BENDER S. J. & SMITH G. S. Teaching Archaeology in the Twenty-First Century. Washington: SAA – Society for American Archaeology, p. 59-65, 2000.

SILVA, B. Colonização, quilombos, modos e significações. **Argumentos - Revista do Departamento de Ciências Sociais da Unimontes**, [S. l.], v. 15, n. 2, p. 250–258, 2018. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/argumentos/article/view/269>. Acesso em: 16 out. 2022.

SILVA, A.; COUTINHO, H. Entre fatores ambientais e culturais: arqueologia no litoral do Piauí desde os anos 1990. **Revista Especiaria - Cadernos de Ciências Humanas**, Ilhéus, v. 17, n. 30, p. 15-37, 2017. Disponível em: <https://periodicos.uesc.br/index.php/especiaria/article/view/1759>. Acesso em: 13 jun. 2022.

SILVA, F.; SILVA, R. História da educação superior: das primeiras universidades à criação da Universidade Federal de Rondônia. **Revista Humanidades & Inovação**, Palmas, v. 5 n. 8, 2018: Escritos sobre Universidade I. ISSN: 2358-8322. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/912>. Acesso em: 9 abr. 2023.

SILVA, L. **Museu de Arqueologia e Paleontologia MAP- UFPI como lugar de Educação Cultural**. Monografia (Graduação em Arqueologia e Conservação de Arte Rupestre) – Centro de Ciências da Natureza – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2018.

SILVA, T. R. V. da. **Refletindo Arqueologia: em busca de uma relação descolonizante com a Comunidade Indígena Tremembé de Almofala (CE)**. Monografia (Graduação em Arqueologia e Conservação de Arte Rupestre) – Centro de Ciências da Natureza – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2016.

SYMANSKI, L. Teoria, empiria e a questão da interpretação na prática arqueológica brasileira. **Vestígios - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 3–20, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/vestigios/article/view/41730>. Acesso em: 4 set. 2023.

SOLANO, E.; FÉLIX, M. Licenciatura Intercultural Indígena: metodologias e práticas diferenciadas. **A Palavrada**, Bragança – PA, n. 6, p. 66-73, julho-dezembro/2014. ISSN-2358-0526. Disponível em: https://revistaapalavrada.files.wordpress.com/2014/11/04_elietedejesusbararuasolano_mariaivanetedesantanafelix_artigo.pdf. Acesso em: 8 jan. 2023.

SOUZA, R.; MOLL, J.; F. ANDRADE. Habitus e Decolonialidade: Políticas de Cotas no acesso ao Ensino Superior para Desconstrução do Imaginário Colonial. **Educação em Revista**, [S. l.], v. 36, n. 1, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-4698225572>. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/edrevista/article/view/37500>. Acesso em: 2 set. 2023.

TEGA, G. Arqueologia no Brasil e o panorama atual: os números de 11 anos de divulgação na Folha de S. Paulo. **Revista Arqueologia Pública**, Campinas, SP, v. 5, n. 1[5], p. 14–27, 2015. DOI: 10.20396/rap.v5i1.8635746. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8635746>. Acesso em: 29 jul. 2022.

TEIXEIRA, A. **Ensino superior no Brasil**: análise e interpretação de sua evolução até 1969. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989. 212p.

TÍLIO, R. Revisitando a Análise Crítica do Discurso: um instrumental teórico-metodológico. **E-scrita**, Revista do Curso de Letras da UNIABEU, Nilópolis, v. 1, n. 2, p. 86-102, 2010. ISSN 2177-6288. Disponível em: <https://revista.uniabeu.edu.br/index.php/RE/article/view/21>. Acesso em: 23 mai. 2022.

TIRADO, G. Violencia Epistémica y Descolonización del Conocimiento. **Sociocriticism**, v. XXIV, 1 e 2, 2009. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4637301.pdf>. Acesso em: 22 mai. 2021.

Universidade Federal do Piauí (UFPI). **Proposta de Curso Novo** - Programa de Pós-graduação em Arqueologia - PGArq. Teresina, 2011a. Disponível em: <https://sigaa.ufpi.br/sigaa/verProducao?idProducao=3091181&key=5c669324fc8c76108ac417df80d22bf7>. Acesso em: 5 dez. 2021.

Universidade Federal do Piauí (UFPI). Ministério da Educação: Teresina, 2011b. **Projeto Político-Pedagógico do Curso de Bacharelado em Arqueologia e Conservação de Arte Rupestre**. Disponível em: https://www.ufpi.br/arquivos_download/arquivos/cc/files/Arqueologia%202011.pdf. Acesso em: 30 ago. 2023.

Universidade Federal do Piauí (UFPI). Ministério da Educação: Teresina, 2019a. **Projeto Pedagógico do Curso de Arqueologia**. Projeto Pedagógico do Curso de Arqueologia apresentado à Pró-Reitora de Ensino de Graduação para fins de alteração curricular.

Universidade Federal do Piauí (UFPI). Ministério da Educação: Teresina, 2023. **Projeto de extensão da UFPI** promove preservação cultural em comunidades do interior do Piauí. Disponível em: <https://ufpi.br/ultimas-noticias-ufpi/50894-projeto-de-extensao-da-ufpi-promove-preservacao-cultural-em-comunidades-do-interior-do-piaui>. Acesso em: 30 ago. 2023.

Universidade Federal do Piauí (UFPI). Ministério da Educação: Teresina, 2019b. **Professora da UFPI desenvolve pesquisa sobre os índios Tremembés**. Disponível em: <https://www.ufpi.br/ultimas-noticias-ufpi/9136-professora-da-ufpi-desenvolve-pesquisa-sobre-os-%C3%ADndios-trememb%C3%A9s>. Acesso em: 31 ago. 2023.

Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf). **Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Arqueologia e Preservação Patrimonial**. São Raimundo Nonato, 2008.

Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf). **Projeto Político Pedagógico do Curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial**. São Raimundo Nonato, 2021. Disponível em: https://portais.univasf.edu.br/arqueologia/ensino/matriz-curricular/ppc_arq_2021-enviar-p-proen.pdf. Acesso em: 11 fev. 2023.

Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf). Ministério da Educação: São Raimundo Nonato, 04 dez. 2018. Apresentação – **O que é o PET?** Disponível em:

<https://portais.univasf.edu.br/pet-arqueologia/pet-arqueologia/apresentacao>. Acesso em: 30 ago. 2023.

Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf). Ministério da Educação: São Raimundo Nonato, 29 ago. 2022. **Ações de Extensão e Difusão**. Disponível em: <https://portais.univasf.edu.br/pparque/extensao/programas-e-acoes-de-extensao>. Acesso em: 30 ago. 2023.

WICHES, C. Dois enquadramentos, um mesmo problema: os desafios da relação entre museus, sociedade e patrimônio arqueológico. **Revista de Arqueologia**, Pelotas, v. 26/27, n. 2/1, p. 16-39, 2013/2014. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/handle/ri/18570>. Acesso em: 11 fev. 2023.

ZANETTINI, P.; WICHES, C. Arqueologia Preventiva e o Ensino de Arqueologia no Brasil. **Revista Habitus**, Goiânia, v. 12, n. 2, p. 239-256, 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.18224/hab.v12.2.2014.239-256>. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/4079>. Acesso em: 21 jul. 2022.

ZAPATERO, G. Enseñando Arqueología... ¿Hay algo que decir? **Arqueoweb**: Revista sobre Arqueología en Internet, ISSN-e 1139-9201, nº 0, 1998. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/autor?codigo=230280>. Acesso em: 16 set. 2021.

ZITKOSKI, J. J.; GENRO, M. E. H.; CAREGNATO, C. E. Democratização da Educação Superior: Apontamentos Para a Valorização de Experiências Alternativas no Contexto Latino-Americano. **Revista de Ciências Humanas – Educação**, Frederico Westphalen, v. 16, n. 27, p. 56-71, dez. 2015. ISSN 1981-9250. Disponível em: <http://revistas.fw.uri.br/index.php/revistadech/article/view/1519>. Acesso em: 2 jun. 2021.

ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) DE MAURO FONTES

Concordo em participar, como voluntário(a), do estudo que tem como pesquisadora responsável a aluna de pós-graduação Gabriela de Andrade Monteiro, do curso de mestrado em Arqueologia da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), campus Serra da Capivara, que pode ser contatada pelo e-mail gabrieladeandrademonteiro@gmail.com e pelo telefone (81) 99704-6121. Tenho ciência de que o estudo tem em vista realizar entrevistas com alguns dos professores e fundadores dos cursos de Arqueologia da Univasf e da Universidade Federal do Piauí (UFPI), visando, por parte da referida aluna a realização de um trabalho de dissertação intitulado “FRAGMENTOS DE UMA ARQUEOLOGIA DOS SABERES: Interfaces decoloniais entre histórias, teorias e métodos no ensino superior em Arqueologia no Piauí”. Minha participação consistirá em conceder uma entrevista que será gravada e transcrita. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica, que os dados obtidos só deverão ser divulgados mediante autorização prévia. A aluna providenciará uma cópia da transcrição da entrevista para meu conhecimento. Além disso, sei que posso abandonar minha participação na pesquisa quando quiser e que não receberei nenhum pagamento por esta participação.

Documento assinado digitalmente
 MAURO ALEXANDRE FARIAS FONTES
Data: 27/06/2023 09:32:57-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura

São Raimundo Nonato, 26 de junho de 2023

ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) DE CONCEIÇÃO LAGE

Concordo em participar, como voluntário(a), do estudo que tem como pesquisadora responsável a aluna de pós-graduação Gabriela de Andrade Monteiro, do curso de mestrado em Arqueologia da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), campus Serra da Capivara, que pode ser contatada pelo e-mail gabrieladeandrademonteiro@gmail.com e pelo telefone (81) 99704-6121. Tenho ciência de que o estudo tem em vista realizar entrevistas com alguns dos professores e fundadores dos cursos de Arqueologia da Univasf e da Universidade Federal do Piauí (UFPI), visando, por parte da referida aluna a realização de um trabalho de dissertação intitulado “FRAGMENTOS DE UMA ARQUEOLOGIA DOS SABERES: Interfaces decoloniais entre histórias, teorias e métodos no ensino superior em Arqueologia no Piauí”. Minha participação consistirá em conceder uma entrevista que será gravada e transcrita. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica, que os dados obtidos só deverão ser divulgados mediante autorização prévia. A aluna providenciará uma cópia da transcrição da entrevista para meu conhecimento. Além disso, sei que posso abandonar minha participação na pesquisa quando quiser e que não receberei nenhum pagamento por esta participação.

Documento assinado digitalmente
 MARIA CONCEICAO SOARES MENESES LAG
Data: 27/06/2023 20:33:02-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Assinatura

São Raimundo Nonato, 26 de junho de 2023

APÊNDICE A – ENTREVISTA COM O PROFESSOR MAURO FONTES

Gabriela: Aí, sim, vamos lá. Eu sei que você já me ajudou bastante na qualificação, você trouxe muita informação, mas muito do que tu me trouxe eu não consigo ainda registrar no meu trabalho, porque eu precisava fazer realmente essa entrevista, né? São dados que você disse que não estão nos documentos, são dados da sua experiência enquanto um dos primeiros professores aí da Univasf. E aí eu realmente precisava te entrevistar. Eu também vou fazer essa entrevista com a Conceição Lage, e dessa mesma forma, assim, para tentar fechar essas lacunas que ficaram no meu trabalho. E também para ouvir vocês, o relato de vocês sobre a experiência de docência, a experiência na fundação dos cursos, né? Nesses primeiros anos de universidade.

Mauro: Eu sei que tem muita coisa que falta documentação escrita mesmo. Porque a história do curso aqui foi meio que na tora, como diz a história. Então tem muita coisa que foi se perdendo da documentação, na própria história do curso.

Gabriela: Aí eu lembro, assim, na qualificação, uma das coisas que tu observou foi naquela minha tabela dos docentes, em que estão misturados os docentes egressos e os que foram os primeiros docentes, além dos docentes substitutos, que não ficaram muito tempo no curso.

Mauro: É, porque, Gabriela, você tem que ter uma ideia de duas coisas. A primeira leva de professores que entraram foram oito. Depois que o curso é implantado com esses oito, e aí você tem o caminhar das disciplinas e dos semestres, há necessidade de novos professores. E aí a chegada desses novos professores. Então, assim, você tem um primeiro momento que é quem são esses fundadores, vamos dizer assim? Quem está no dia 18 de outubro de 2004, o primeiro dia de aula, na Univasf no curso de Arqueologia? São esses professores. Quem são aqueles professores que, ao caminhar do curso, foram sendo incorporados? Por quê? No final das contas, é a própria dinâmica do curso. Então, desses oito, por exemplo, tem uma professora que é a Betânia Brendle, que faz parte desses fundadores, que ela, logo depois, acho que com um ano ou dois anos de curso ela já pede a exoneração, entendeu?

Mauro: Então, assim, aí tem esse primeiro momento dos fundadores, e depois, com um ano ou dois anos, tem Betânia que desiste, a chegada de novos professores, porque precisa de outras disciplinas. Por exemplo, Arqueologia Histórica. Não tinha ninguém no curso, na formação desses oito, que tivesse formação em Arqueologia Histórica.

Mauro: E aí, o engraçado é que, por conta disso a matriz curricular da gente, não sei se você consegue perceber isso, ficou bem marcado que, do primeiro ao quarto período, são todas disciplinas de pré-história, vamos dizer assim. E do quarto para frente, ficaram as de Arqueologia Histórica. Justamente porque a gente foi empurrando essas disciplinas para trás, porque a gente não tinha professor. Então foi nessa primeira leva. Por exemplo, Geoarqueologia. Tinha lá Português Instrumental. Ninguém aqui era formado em Letras. Tinha Geoarqueologia. Ninguém aqui era formado, nesses oito, em Geoarqueologia ou em Geologia, em Geografia ou qualquer área próxima. Era tudo historiador.

Mauro: E aí o que acontece? A gente deu essa disciplina modular, dividindo entre os professores, mas a gente precisava desse professor. E aí foi um concurso que aconteceu logo depois, com dois anos, três anos do curso. Então, assim, você tem que dividir na tua dissertação esse primeiro momento desses oito e depois a chegada e a saída de outros professores.

Gabriela: É verdade.

Mauro: Por isso que aquela tua tabela estava equivocada, porque da forma como você colocou, parecia que Demétrio, se não me engano, estava ali, tinha nome de outros professores, que não são dessa primeira leva. E aí tu coloca lá como se fosse sendo. Demétrio, acho que chega com quatro anos depois do curso.

Gabriela: E ele não ficou tanto tempo, né? Se não me engano, ele era substituto, né?

Mauro: Não, Demétrio não. Demétrio era efetivo.

Gabriela: Demétrio era efetivo? Pois é. Os dados estão sempre estranhos, então. Porque o que eu tenho lá é uma planilha que o pessoal da Univasf me enviou, quando eu pedi as informações via SIC, no sistema de informação, né? Eles me enviaram uma planilha com os dados de todos os professores que já passaram, mas nem tem todos assim, né? Essa professora que você citou agora não tem lá. E aí não diz se era efetivo, se era temporário. Aí eu fui atrás dos currículos dos professores para ver se realmente era efetivo ou temporário, mas às vezes essa informação não está clara lá nos currículos. Eu tenho que saber realmente quanto tempo os professores ficaram, o período que eles ficaram, porque senão a informação vai continuar lá errada, equivocada. E esse é um dado bem importante que eu vou precisar.

Gabriela: Outra questão que tu falou também na minha qualificação, foi sobre o fato do curso ter sido fundado, não pelo Reuni, por aquele contexto político, como foi o da UFPI. Que, acho que no momento do texto, ficou parecendo que eu estava dizendo que o curso da Univasf foi fundado a partir das políticas do Reuni. Eu queria que tu falasse mais um pouquinho sobre isso, sobre essa questão da fundação do curso mesmo, do que é que estava envolvido por trás, o que é que tinha de interesse político, social.

Mauro: Exato. Tá, vê só o que acontece. Ainda na época de Fernando Henrique Cardoso, um grupo de políticos de Petrolina, liderados pelos Bezerra Coelho, queriam, porque queriam, criar uma Universidade Federal de Petrolina. O que acontece? Fernando Henrique, já no final do governo dele, estabelece, cria a Universidade Federal de Petrolina, tem essa portaria de criação da Universidade Federal de Petrolina. Só que Fernando Henrique não implanta. Quando chega no momento do governo Lula, os pernambucanos, os deputados pernambucanos ligados à Petrolina, vão bater na porta de Lula e dizem já está criado, vamos implantar. E aí os deputados baianos, ligados à Juazeiro, desconfiaram e disseram não, vocês não vão criar a Universidade Federal somente em Petrolina, tem que criar uma em Juazeiro também. Nessa história de criar uma universidade em Juazeiro, que seria separada de Petrolina, o que é que eles disseram? Vamos criar uma só, que abarque tanto Petrolina quanto Juazeiro. E aí ficaram naquela discussão de qual nome dar, porque não poderia ser a Universidade Federal de Petrolina, estando em Juazeiro. E aí eles fecharam um acordo, esses dois grupos de deputados, para criar a Universidade Federal do Vale do São Francisco, porque aí abarcava as duas cidades. Nesse momento de discussão, desses dois grupos políticos, quem estava participando e quem escutou de orelha essa história toda, foi um deputado chamado Paes Landim, que é daqui do Piauí. Paes Landim, ao descobrir essa história de criação de universidade, conversa com Niède Guidon, com Anne-Marie e com Gabriela, até porque as três já tinham escutado de Conceição Lage uma ideia de criação de uma graduação em Arqueologia.

Gabriela: Entendi.

Mauro: Agora, não se sabia aonde, se na Federal do Piauí ou se na Federal do Pernambuco, mas era um desejo de Conceição Lage, que já tinha surgido com essa ideia. E aí, quando Paes Landim vê essa discussão entre os deputados, tanto baianos quanto pernambucanos, e que fala para Anne-Marie, para Niède, para Gabriela Martin, Anne-Marie principalmente, encampa essa ideia. Vamos, portanto, criar um curso de Arqueologia na Serra da Capivara, em São Raimundo Nonato. E ali o deputado Paes Landim conversa com o reitor nosso, que era o gestor na época da Univasf, que veio do Espírito Santo para ser o gestor de implantação da Univasf em Petrolina, em Juazeiro. Ele tinha uma história, porque ele é de São Paulo, de Jaú, e foi aluno de Niède quando ele era guri na escola pública que tem lá, e depois descobriu e fez: Então, vamos criar o curso lá em São Raimundo. Com a infraestrutura, e o engraçado é isso, em Petrolina, a Univasf começa a funcionar dentro do Instituto Federal que tem lá. Não tinha prédio próprio, não tinha absolutamente nada. Enquanto Juazeiro começa na faculdade que tem lá, que é uma antiga faculdade particular que estava desativada, foi a falência, que só tava o prédio lá, que era a FACJU, que chamava. E a gente começou por conta da ideia de Anna-Marie, de Gabriela e Niède, dentro da Fundação Museu do Homem Americano. Então, no final das contas, e engraçado que no regimento de fundação da Univasf, o CNPJ da Univasf é de Pernambuco. Se você pegar a Constituição da Universidade, ela é de Pernambuco. E aí o que acontece? Você tem um campus em Juazeiro e um campus em São Raimundo. Só que na Constituição, campus Petrolina, campus Juazeiro, em vez de ser campus São Raimundo, ficou campus Serra da Capivara, porque elas disseram que tinha que ter uma relação, não com a cidade, mas com o Parque. E aí ficaram esses três campi formados inicialmente pela Univasf, com o único curso que era Arqueologia aqui.

Gabriela: Entendi.

Mauro: Era isso que você queria?

Gabriela: Sim, exatamente. Muita coisa que você falou, você já tinha até falado na qualificação, mas aí é bom estar aqui registrado, porque aí já fica o seu depoimento, que eu posso depois tentar transcrever também para usar na dissertação. Deixa eu pensar aqui em outras perguntas para te fazer. Eu queria que você falasse também, depois da criação, até nesse momento mesmo, se você sabe das dificuldades, obstáculos que tiveram para a criação do curso.

Mauro: Meu Deus do céu! Milhares, milhares.

Gabriela: Mas assim, se você puder relatar um pouco sobre isso.

Mauro: Tá. O que acontece, logo que a gente fez o concurso, eu não lembro agora qual foi o mês, se foi março, se foi maio, de 2004. Eu não lembro que período foi isso. Mas a ideia que a gente já tinha, que foi falado por Anne-Marie, era que as aulas iriam iniciar no final do ano, só que a gente não tinha uma ideia. Então a gente esperou de março a maio, até chegar em setembro, foi quando a gente tomou posse lá em Petrolina. E aí os caras disseram, vocês têm 45 dias para entrar em exercício. Nesse período, vocês vão ter que ir lá, que as aulas começam no dia 18 de outubro. Então assim, no dia 8 de outubro, a gente veio para cá. Quando chegou aqui, para recepcionar os calouros e tudo, para ver a estrutura, não tinha absolutamente nada. Não tinha um livro, a gente não tinha um computador, a gente não tinha internet, não tinha infraestrutura nenhuma. Até porque a Fundação, diferente, por exemplo, de Petrolina e de Juazeiro, olha o que eu estou te falando, a estrutura de Petrolina era onde? No Instituto Federal. Ou seja, lá já tinha uma estrutura mínima de sala de aula, uma estrutura mínima de biblioteca,

de cantina. Quando eu estou falando de Juzeiro, a FACJU, que era a antiga faculdade lá, que foi desativada, já tinha uma estrutura predial de sala de aula, de cantina e tudo mais. E a gente aqui? Nada. Absolutamente nada. Então foi adaptado o museu. Não tem um auditório ali? Tem umas salas ali do lado do auditório. Pronto, eram as nossas salas de professores, era ali. E a única sala de aula era o auditório. Era o auditório que não tinha aquele braço para o cara escrever. A gente não tinha um quadro negro pendurado, até porque não podia pendurar, porque é auditório, tinha que ter eventos que aconteciam ali. Então a gente colocava... Depois eu te mando até uma foto, Gabriela. Me lembra disso, eu tenho uma foto.

Mauro: Aí tem, por exemplo, um quadro que é atrás de uma mesa, porque a gente colocava o quadro negro em cima da mesa, num batente, para ficar um pouco mais alto para os estudantes. Então, assim, e aí outra coisa. Além dessa dificuldade de infra inicial, tinha uma outra dificuldade nossa, que era uma questão muito mais pedagógica. A gente veio de um curso, esses oito, um curso que não era de Arqueologia, de graduação. A gente sabia fazer Arqueologia, quer dizer, os oito não, mas os sete, tirando Betânia e tirando a Lai (Elaine).

Gabriela: Vocês eram a maioria de Pernambuco ou era variado? Tinha gente de vários estados?

Mauro: Tudo de Pernambuco. Betânia eu não sei de onde ela veio, onde ela nasceu, mas a formação dela... Eita, agora você me pegou, não sei onde foi a formação dela.

Gabriela: Mas é só procurar, já tendo o nome dela, já fica mais fácil, porque um dado que eu estou coletando também é sobre a origem de vocês, os cursos que vocês fizeram, a graduação, o mestrado, o doutorado, vendo as áreas dos professores todos.

Mauro: Pois é, aí tem uma coisa interessante para você saber, que é o seguinte, teve uma área do concurso que era a teoria arqueológica. Era somente uma única vaga para a área de teoria arqueológica. Para a área de pré-história eram quatro vagas. Na área de teoria arqueológica, quem passou foi Celito Kesting. E quem ficou em segundo lugar foi Pedro Sanches, que hoje está lá na Universidade de Pelotas, eu acho. O segundo colocado que ficou na área de pré-história foi Onésimo Santos, que na época estava fazendo doutorado na França. Então ele veio da França para fazer a graduação em história, o mestrado em história, tudo na UFPE, e aí depois foi fazer o doutorado na França. Então ele veio da França para fazer o concurso. Só que quando foi na época de assumir, tomar posse, ele não quis. E aí o que aconteceu? Pegaram essa vaga de Onésimo e colocaram para a teoria arqueológica, transferiram para a teoria arqueológica, onde Pedro Sanchez, que foi o segundo colocado da vaga, assumiu. E por isso que Pedro é um desses fundadores.

Gabriela: Ah, interessante.

Mauro: E aí, Pedro, qual a formação do Pedro? História. De Celito, filosofia. Os três lá de pré-história, tudo de história. A dificuldade nossa da gente era... Ninguém sabia o que era o curso de Arqueologia. Qual era a necessidade? A gente tinha uma pergunta na cabeça que martelava muita gente, que é qual é o perfil do nosso egresso? O que esse cara tem que saber no final do curso de quatro anos de graduação? Esse cara tem que saber laboratório? Esse cara tem que saber escavar? Esse cara vai trabalhar onde? Arqueologia de contrato ele tem que saber a legislação. Como era esse esquema? E aí, naquela época, a Arqueologia de contrato não é o que é hoje. A gente está falando de 2004. O campo ainda era muito pequeno de Arqueologia de contrato, era uma outra obra. Eu acho que até a própria legislação para ser seguida de obras não era essa intensidade que tem hoje. Onde qualquer, por exemplo, loteamento, precisa do

arqueólogo. Naquela época não tinha isso. E a gente, quando eu digo a gente, eu digo a nossa história, era da Arqueologia acadêmica, porque a gente era tudo bolsista de iniciação científica de quem? Gabriela Martin. Principalmente os três historiadores, que era eu, Daniela, e Carlos Fabiano. E Onésimo também foi bolsista de graduação de Gabriela Martin. Celito entrou no mestrado e foi ser orientado por Anne-Marie. Mas a nossa formação enquanto graduados era muito mais na questão da iniciação científica e na academia. E a gente ficava nesse dilema. E agora, como é que é para ser um arqueólogo? A gente está formando arqueólogo para quê? Para trabalhar onde? Qual é o mínimo que esses caras têm que saber para ser formado em arqueólogo? E a gente não tinha referencial. E não tinha no Brasil nem em canto nenhum.

Mauro: Então, a gente tinha uma matriz, que eu acho que o Mageste te passou, não é? A gente tinha aquilo ali, que foi a Anne-Marie que basicamente fez aquilo ali, aquela matriz curricular. E a gente começou a seguir, só que, ao longo do tempo, a gente foi alterando. Alterando por quê? Primeiro, pela questão de que a gente não tinha professor que desse determinadas disciplinas. Por exemplo, português instrumental. A gente até chamou professores de Petrolina e de Juazeiro para vir para cá, mas depois viu a dificuldade. Não, vamos mudar a matriz. Não dá certo português e instrumental aqui não. Antropologia física, por exemplo. Não tinha professor desses oito que desse. Não, vai empurrando essa disciplina para o final. Geoarqueologia, vamos botar no começo, porque é importante, mas vamos quebrar o galho entre a gente aqui, mas a gente precisa desse cara. Então, assim, a gente foi, na verdade, construindo, mas a grande dificuldade nossa era saber o que danado era ser arqueólogo no país. Sabe que a gente não tinha essa noção. E aí foi muito da experiência, da história mesmo, da graduação de história, do mestrado de história, pelo feeling nosso também, pelas nossas experiências de campo, porque, no final das contas, tanto eu, Daniela, Fabiano, Onésimo, que mesmo não ficando, mas os três tinham muita experiência de campo, porque a gente ia muito para a escavação com a Gabriela. Para você ter uma ideia, todos os três escavaram. Aqueles sítios todos que estão lá no livro de Gabriela, o Alexandre a gente escavou, o Alcobaça a gente escavou, o Toca de não sei o quê das quantas, a gente escavou. E, assim, veio para cá para escavar na Fundação vários anos. Vinha para cá para ter aula com a Niède, aparecia um pesquisador francês que precisava dar um curso de material lítico. Aí ele leva a gente, eu mesmo, na graduação. Ah, bicho, vamos para lá, vamos aprender. Ia na tora, vinha para cá para aprender. Mas a aula era para o mestrado e para o doutorado, sabe? Mas a gente estava aqui na graduação. Então a gente já tinha muito dessa experiência, os três, principalmente eu, Fabiano e Daniela, e Onésimo, apesar de que Onésimo não ficou, mas os três já tinham muita experiência de Arqueologia. Guilherme, que foi um dos primeiros também, ele também tinha experiência em Arqueologia, porque ele foi bolsista de iniciação científica de Marcos Albuquerque, do laboratório que tinha aí de Marcos Albuquerque. Então, muito dos trabalhos de Marcos Albuquerque, Guilherme acompanhou. Então Guilherme queria fazer o mestrado, teve que sair do laboratório, sair da orientação de Marcos Albuquerque, e ir para Marcos Carvalho, que é outro professor que tinha na UFPE, que até tem hoje. E aí Guilherme fez o mestrado na UFPE, tanto é que quando Guilherme chega aqui, ele vai fazer o doutorado na França. Então Guilherme também tinha outra experiência em Arqueologia.

Então, além dessa dificuldade de infraestrutura mesmo, a gente tinha outra dificuldade, que era a questão de saber o que era Arqueologia. E outra coisa, a distância de São Raimundo para Petrolina. Porque, veja só, em todo o caso, dois campi, Petrolina e Juazeiro, a administração da Univasf toda estava concentrada em Petrolina. Então todas as pró reitorias, todas as secretarias, toda a questão de prefeitura universitária, estava tudo em Petrolina. Então, o professor de

Juazeiro, que precisava, sei lá, de um apagador, de uma caneta, ele atravessava a porta e batia na porta do reitor. E a gente aqui? A gente estava distante, a gente estava muito isolado.

Mauro: Então, para você ter uma ideia, acho que fevereiro para março de 2005, eu e Daniela pegamos um ônibus aqui para ir para Petrolina para colocar as notas e as faltas dos estudantes no Siga, porque a internet daqui não funcionava. Só ir para Petrolina, pegar um ônibus, da Gontijo, e em 2004 teve uma chuva desgraçada em Petrolina que destruiu tudo, principalmente essa estrada. Então levava seis horas de ônibus daqui para Petrolina. Então, para a gente ficar lá, para a gente digitar a nota de disciplina de todos os professores no Siga, porque aqui não tinha internet, a internet era péssima, que não conseguia carregar o Siga. E muito da parte administrativa da Univasf, foi a gente que teve que desenrolar aqui, foi a gente que teve que fazer. Porque não adiantava a gente pegar o telefone e ligar para o reitor, porque ele não ia resolver, porque ele estava a 300 quilômetros daqui. E a Univasf, por outro lado, estava engatinhando na sua infraestrutura. Então, por exemplo, um carro só veio chegar aqui um ano depois, um carro que ficasse à disposição da gente para a gente poder, em uma emergência, atender um estudante, ou ir para as reuniões em Petrolina. Para você ter uma ideia, a gente carregava a caixa, eu, Daniela, o Fabiano, o Celito, a gente carregava as caixas com papel, resma, com caneta, com clipe, com as coisas, dentro do ônibus da Gontijo, porque não tinha carro. Então, a coisa foi muito na tora, sabe?

Gabriela: E vocês moravam em São Raimundo mesmo, a maioria de vocês?

Mauro: A gente veio para morar. Quando, no dia 8 de outubro de 2004, a gente chegou aqui, a gente já foi todo mundo para o hotel, morar num hotel. Depois do hotel, a gente passou para uma casa. E aí foi morar os quatro professores.

Gabriela: Era uma república, não é? Que engraçado! E vocês tinham experiência de docência já na história? Ou vocês só tiveram a primeira experiência de docência no curso de Arqueologia?

Mauro: Não, eu já era professor. Quando eu fiz o concurso, eu já tinha terminado o mestrado e já estava dando aula em escolas particulares e públicas de Recife. Então, assim, eu já estava dando aula. Fabiano já dava aula em escola pública e privada, em Recife também, mas ele dava aula em uma faculdade particular que tem lá em Belém de São Francisco, que eu esqueci o nome dela agora. Mas é uma faculdade que tem um curso de história lá, a graduação, mas é uma autarquia municipal, lá em Belém de São Francisco. Daniela, quando fazia mestrado, ela foi professora substituta da professora Alice Aguiar. Onésimo foi professor substituto no curso de história lá na UPE, agora não lembro se era em Vitória de Santo Antão, era no interior, não era UPE de Recife. Então, assim, eles três, pelo menos. Betânia já era professora substituta na UFPE, professora convidada, até porque ela era a única que tinha doutorado já, quando entrou. Elaine Ignácio só tinha a graduação. Celito tinha dado aula em escola pública e privada, e Pedro também dando aula em escola pública e privada. Então, assim, era basicamente metade do corpo docente dava aula já de história ou filosofia na rede pública e privada, e a outra metade dos professores já dava aula na universidade, mas como professor substituto. Tinha uma experiência já.

Gabriela: Mas em Arqueologia estava todo mundo ainda verde né?

Mauro: Não tinha onde a gente dar aula em Arqueologia, porque não existia, ou era história ou não era. Então, assim, não tinha onde dar aula de Arqueologia. E Daniela, por exemplo, com o

Onésimo e Celito, estavam no doutorado em história. Então, assim, eles estavam dando aula. Eu e Fabiano, a gente estava fora, mas tinha feito mestrado, Fabiano estava no mestrado ainda, mas aí perdeu, mas eu que tinha terminado o mestrado e que ia depois fazer o doutorado, já aqui dentro. Mas não tinha onde dar aula de Arqueologia.

Gabriela: Entendi. Vocês tiveram participação na escrita do primeiro PPC?

Mauro: Aí é que está. É uma coisa que a tua pesquisa foi até importante. Eu fui atrás disso, desse documento, que até mandei para o Mageste para te ajudar.

Gabriela: Foi, porque eu não tinha... E não tinha como ter sido em 2008, porque se funcionou em 2004, o PPC ia ser depois do curso, não ia ter como.

Mauro: Mas aí é que está, Gabriela, que é importante para você, que eu descobri isso também. Os cursos da Univasf, e não só de Arqueologia, todos aqueles, são 11, que são os primeiros cursos, todos os PPC's foram aprovados e criados em 2008. O que a gente tinha era uma matriz curricular básica que todos esses cursos seguiam. Então, aquele documento que eu te mandei, não é o PPC, é uma matriz curricular, como todos os outros cursos de Engenharia, por exemplo, Medicina, que todos eles usavam. E de 2004 a 2008 não existe na Univasf um PPC. Os primeiros PPC's da Univasf geral é o de 2008. Por isso que se você chegar e pedir na PROEN e no SSA, eles vão te mandar de 2008, porque não existia antes. Na minha cabeça tinha o PPC de 2004 também, como você. Só que é essa coisa, a gente tinha uma matriz, e essa matriz a gente preenchia o SIGA, alimentava o SIGA, para que os alunos pudessem fazer a matrícula e tudo mais. Só que esse PPC não existia. Era algo que a gente alimentava o SIGA. Os PPC's da Univasf são todos de 2008, inclusive o de Arqueologia. Entendeu?

Gabriela: Entendi. Era bem importante esse dado. Eu ia analisar a matriz curricular, tanto da Univasf quanto da UFPI, mas foi um dado que a gente optou por tirar, porque e já vou trabalhar com as monografias da graduação, com esses dados sobre os docentes, aí fica muita coisa para analisar. Aí no começo das orientações a gente acabou optando por tirar a parte da matriz curricular. Mas você trouxe uma informação interessante, que foi essa questão do foco na pré-história maior nas primeiras disciplinas, essa questão da dificuldade de achar os professores das áreas que tinham constando nas matrizes curriculares, e talvez eu fale alguma coisa nesse sentido. Mesmo que eu não vá analisar mesmo as grades curriculares, mas pelo menos citar essa questão aí.

Mauro: Gabriela, uma coisa importante para você, que eu acho, que é o seguinte, é contextualizar isso, é que quem é que se formava em Arqueologia no Brasil? A gente tem a USP, tem a UFPE. Qual era a vocação da UFPE na formação de arqueólogos lá? Era pré-história. Ou você tinha dissertação de mestrado com temas ligados à pré-história daqui da Serra da Capivara, ou do Seridó. Você não tinha, por exemplo, como é que eu poderia chamar um arqueólogo histórico formado na UFPE, se não era a vocação da UFPE a formação deles? Como é que eu poderia alguém chegar com um projeto de Arqueologia histórica na UFPE para fazer mestrado ou doutorado, se lá não tinha nenhum arqueólogo histórico? Quando eu digo arqueólogo histórico, é formação, experiência e tudo mais. Então, todos os alunos que saíram de lá eram tudo pré-historiador. Tudo pré-historiador, não tem para onde.

Gabriela: É verdade.

Mauro: Então, foi muito nessa... Não adianta chegar somente e dizer que a vocação era em pré-história. Não, mas a formação nossa era em pré-história. Porque os centros de formação eram voltados para a pré-história.

Gabriela: Não era a opção de vocês irem para a área de pré-história, era o que tinha para oferecer. E aí você tinha que ir para essa área, porque era o que tinha.

Mauro: Era o que tinha. Pronto, a expressão é essa mesmo.

Gabriela: Pronto. Aí... Deixa eu ver o que falta te perguntar. Sim, tem uma questão que eu vi também no levantamento sobre o histórico do curso, que desde o começo tinha uma ligação forte com comunidade. Muitas pessoas das comunidades de lá eram os primeiros estudantes de Arqueologia. Você pode falar um pouquinho sobre isso, sobre essa questão da ligação do curso com as comunidades, que até hoje muitos alunos fazem trabalho com o pessoal de lá.

Mauro: Olha, a primeira turma de Arqueologia, a maioria, que são 31 estudantes, a maioria é a galera de fora. A galera de Salvador, de Petrolina, a galera de Recife. Deixa eu ver mais. A galera de São Paulo.

Gabriela: Deixa eu te interromper rapidinho. Abriu quantas vagas inicialmente? Eram 40?

Mauro: Trinta. Mas aí o que aconteceu? Teve um estudante que é de Salvador, ele nem se formou, João Vitor. Até hoje eu converso com ele, troco ideia com ele, tudo mais. Ele, João Vitor, foi aquele estudante que ia terminar o terceiro ano no final do ano para fazer o vestibular, porque naquela época era vestibular. Bom, para ter uma ideia, Petrolina usou a estrutura da Covest, que era do vestibular da UFPE. Então era a Covest, era da UFPE, que era responsável pelo vestibular, e os primeiros vestibulares, da Univasf, quem realizou foi a Covest. Então era usando muito a estrutura da UFPE. Então assim, ele era aquele aluno do terceiro ano, que só ia completar os estudos em dezembro, só que quando chegou em outubro, que era o período da matrícula, ele não tinha o certificado de conclusão do ensino médio, porque ele estava no terceiro ano ainda. Então ele entrou com um mandado judicial, já que não aceitaram a documentação, e ganhou. Então ficaram 31 estudantes, e não 30 que era o oficial.

Gabriela: Foi inédito, então, essa situação. Legal.

Mauro: Foi, por isso que são 31 estudantes. Tu perguntou o quê, mesmo Gabriela?

Gabriela: Sobre essa questão de comunidade, porque eu já vi o pessoal dizendo que tem muitos estudantes que são de São Raimundo mesmo, às vezes de comunidades tradicionais, às vezes de comunidade quilombola, ou os estudantes fazendo pesquisas com essas comunidades, e que isso vinha desde o começo do curso. Eu queria saber se é isso mesmo, sua opinião sobre isso.

Mauro: É porque, vê só, essa turma de 31 estudantes é formada basicamente, a sua grande maioria, se tu tem ideia, eu só estou lembrando de dois que são realmente de São Raimundo, que é a Luzia e a Crisvanete. Eu não lembro mais de outro estudante que seja... Ah, tem Rômulo, três.

Mauro: Pronto. E aí o que acontece? A Crisvanete, o Rômulo e a Luzia, os três, que são de São Raimundo mesmo. Então o que acontece? A gente, os professores, a gente já conhecia São Raimundo porque a gente já vinha para cá para trabalhar no campo. A gente já conhecia o pessoal do sítio do Mocó, que a gente já ficava lá. Então a gente basicamente já conhecia muita galera. E aí a gente aproveitou o pessoal que estava aqui, quando a gente ia escavar no Sítio da

Invenção, a gente aproveitava os estudantes daqui e a galera de fora para enturmar todo mundo com a comunidade. Então, para fazer como se fosse hoje o que se chama de Arqueologia da Educação Patrimonial.

Gabriela: Só que no caso era uma coisa natural, não era a intenção de vocês fazer a Educação Patrimonial, era só agregar.

Mauro: Na integração, e se situar. Por outro lado, nas disciplinas de preservação, aí sim tinha esse contato com a comunidade. A outra disciplina do primeiro período, da Educação Ambiental, a gente colocou ela como vocação, por exemplo, para entender a questão do lixo de São Raimundo, para coletar... Não o lixo como cultura material do presente, mas a Educação Ambiental, justamente para ver a questão do lixo, do impacto do lixo na questão do meio ambiente, a questão dos resíduos como eram descartados, como é que a gente poderia pensar uma forma diferente de descartar os resíduos, já com a questão da preservação com o Parque. Então tinha muita essa relação com o Parque Nacional. E aí a gente aproveitava que a gente já estava inserido dentro do museu, e quando chegavam escolas, a gente terminava contando o que era o curso de Arqueologia. Então, olha, aqui tem um curso. Porque para muita gente de São Raimundo, ainda hoje, Gabriela, para você ter uma ideia, eles pensam que a Univasf é privada.

Gabriela: Nossa!

Mauro: É uma instituição privada. Para muita galera de São Raimundo. E olha que a gente hoje já tem quatro cursos, 18 anos, muita gente acredita. Imagina naquela época! Aí é que eles achavam que a gente era rico, né? Então...

Gabriela: Muito distante da realidade deles, né?

Mauro: Completamente. Para você ter uma ideia, você conhece ali a casa de Sandrinho do Acordeom?

Gabriela: Não, não cheguei a conhecer.

Mauro: Aqui junto do museu, na estrada mesmo, tem três casas. Naquela época, em 2004, aquelas três casas não tinham nem energia elétrica. Era no candeeiro ainda. Então, tinha um centro cultural, tinha um museu e tinha uma universidade. E do lado, vizinho, três casas sem energia elétrica. Aquilo ali me doía muito, sabe? Então, a gente aproveitava muito a questão das escolas que vinham visitar o museu e a gente terminava abrindo. Quando vinham grupos de estudantes de universidades como de História, de Geografia, dessa galera de fora, eles sempre pediam palestras com a gente no auditório para falar sobre o curso, mas muito mais sobre Arqueologia. A gente aproveitava e falava da Arqueologia. Então, era muito mais a comunidade, as escolas, e a questão do sítio do Mocó, quando a gente ia escavar na Invenção lá, que era o primeiro sítio escola, vamos dizer assim, nosso. Agora, essa coisa da Arqueologia pública e tudo mais, se for falar em 2004, é conversa mole, minha.

Gabriela: Agora, Mauro, uma dúvida que fiquei, porque acho que li num artigo de uma professora de Antropologia da Univasf, que fala que foi feita uma consulta pública com a comunidade de São Raimundo para ver quais cursos as pessoas queriam que tivesse na Univasf. E aí, a Arqueologia foi um dos cursos.

Mauro: Não, isso não procede. Veja só, isso eu já estava aqui. Existia uma audiência pública, sim, que foi feita, mas isso na época já do segundo Reuni. Porque o que acontece? Quando foi em 2009, o governo Lula queria melhorar qualidade de formação dos professores dos ensinos iniciais, porque estava uma galera que era formada no ensino médio, eu não lembro agora qual a formação dos caras, no ensino médio, que no final das contas iam dar aula pra guri das primeiras séries. Então, o Lula queria melhorar essa qualidade do ensino. Só que esses caras precisam ter diploma, e aí precisa ter um período, eu não lembro agora, cinco, dez anos, para esse pessoal que dá aula já, que são de setores públicos ou privados, para que esses caras tenham uma formação superior. E aí vem aquela história da criação dos cursos de licenciatura em Ciências da Natureza. E aí por isso que aqui foi implantado o curso de Ciências da Natureza em 2009, dentro dessa política nacional. Aí em 2009 é criado o curso de licenciatura em Ciências da Natureza, justamente para a formação desses professores, prioritariamente, mas aí depois para outros. E aí, quando foi no governo Dilma, o MEC baixou uma regra dizendo o seguinte, que para ter o status de campi, teria que ter no mínimo cinco cursos, senão vai virar um centro universitário. E isso significava menos recursos. E aí é que a Univasf decide abrir novos cursos. E aí a gente corre atrás. E aí teve audiência pública. Nessa audiência pública, alguns cursos foram citados pela comunidade.

Gabriela: Entendi.

Mauro: Antropologia nunca tinha sido citado. Mas aí uma decisão interna nossa, terminou escolhendo por Antropologia, Química e o outro curso era Biologia, só que aí não deu certo, não foi implantado, e agora vai ser implantado Gestão Ambiental. Inclusive já teve concurso para professor e tudo mais. E aí daqui a um ano, eu acho, deve sair aí a questão da formação no curso. Então foi a partir desse momento, dessas novas vagas e dessa audiência pública para os cursos novos. Não foi dessa época, não. Se você está buscando 2004, 2009, não teve audiência pública coisíssima nenhuma.

Gabriela: Entendi. Então vou até rever essa informação, porque acho que escrevi de uma forma como se o curso fosse uma solicitação da comunidade. É até meio estranho. A comunidade, às vezes, nem sabe o que é Arqueologia e eles vão pedir para ter um curso de Arqueologia. Mesmo que tenha uma relação forte com a Serra....

Mauro: Mas você tem que entender uma coisa. O curso de Arqueologia surge de uma oportunidade que surgiu daquela história da formação do curso, que eu te contei antes. Ou seja, o deputado Paes Landim, que já sabia do interesse de Anne-Marie e tudo mais, da formação de novos arqueólogos. E aí achou que a Univasf poderia, sim, ajudar na manutenção e no... Aquilo que Niède sempre conta. Olha, eu estou formando o Parque, um centro cultural, para vocês, não é para mim, é para vocês. Então ela quer a continuidade das pesquisas, ela quer a continuidade dos trabalhos aqui. E a universidade cai no colo como uma oportunidade para a realização dessa vontade dela. Entendeu? Então foi muito mais nisso do que o povão de São Raimundo que estava a fim de Arqueologia.

Mauro: E nesses cursos novos, como Antropologia, como Química, foi uma audiência pública, mas não tiveram a vontade do povo. Os caras queriam outra coisa, queriam Direito, queriam Medicina.

Gabriela: Ô Mauro, deixa eu te perguntar também, se desde o começo existia uma concorrência alta no vestibular para a entrada dos estudantes?

Mauro: Olha, Gabriela, no início a gente tinha realmente concorrências altas, mas também não chegava a uma concorrência do Direito, da Medicina. Mas comparativamente, podemos falar que a gente tinha uma concorrência dos cursos de História e Geografia lá da UFPE. Então, até a quarta turma de Arqueologia, a gente tinha uma concorrência gigantesca no vestibular, mas nunca nível Direito, Engenharia, Medicina. Mas a gente tinha uma concorrência e uma galera de fora, muita gente de fora. Os estudantes da região aqui eram um ou dois gatos pingados mesmo.

Mauro: Agora, com a criação da Federal do Piauí e depois com a Federal de Pernambuco, aí foi que caiu por terra essa história. Aí começou a aparecer, vamos dizer assim, a fauna mudou. Agora, a fauna era muito mais próxima da gente. Era a galera do Piauí, era a galera de Petrolina ali, de Juazeiro, das cidades próximas a Juazeiro, das cidades próximas a Petrolina, das cidades das redondezas daqui de São Raimundo. E aí aparecia um ou outro gato pingado de fora. Então, até a quarta turma com a Federal do Piauí, depois com a Federal de Pernambuco, e aí Sergipe também está nesse bolo, né? Com a Federal de Sergipe. Aí foi que caiu realmente... A concorrência da gente ficou pequena no vestibular e a fauna da gente muda, ou seja, muito mais estudantes da região do que de fora.

Gabriela: E você acha que acabou mudando o perfil do curso, as demandas desses novos estudantes da região mesmo acabaram mudando os trabalhos, as temáticas que o pessoal estava pesquisando? O perfil do curso foi sendo direcionado para outras áreas? Você acha que mudou ou ficou com a mesma pegada?

Mauro: Acho que não. Ficou a mesma pegada. Não foram os estudantes, a mudança dos estudantes que mudaram as pesquisas, não. Mas acho que, claro, por exemplo, temas que antes nós, professores, que somos de fora... Por exemplo, tem um sítio arqueológico que foi descoberto agora recentemente que é basicamente um lugar que, pela memória das pessoas, é um lugar que descartavam recém-nascidos de aborto. Então, uma mulher estava com cinco meses, seis meses, ia numa fulana que morava perto desse terreno e ela simplesmente abortava, e jogava nesse terreno. Então, foram encontrados vários desses. A gente de fora não tinha essa noção, não tinha conhecimento dessa história. Mas os estudantes nossos que já são da região chegavam e falavam que o pai, a mãe, a tia falavam dessa coisa, que tem lá, não sei o quê. Vamos atrás? A gente ia atrás e, opa! Então, mudou, porque a gente começou a descobrir novas oportunidades, novas histórias, novos contextos. Agora, não mudou a perspectiva da coisa não. O que a gente estava dando agora muito mais oportunidade era, o que eu achava injusto e acho injusto, que no primeiro momento a galera de fora tinha muito mais oportunidades de ter uma nota muito maior do que os estudantes daqui. E os estudantes daqui ficavam de fora e não podiam ter acesso à universidade. Agora, os estudantes estão tendo a oportunidade de vir para cá, morar aqui perto, porque eles não têm condições financeiras de estudar fora. Então, estudar dentro de casa e tudo mais. E a galera que é de fora, que fique fora mesmo.

Mauro: Mas, assim, muitos arqueólogos mesmo, a partir da quarta turma em diante, a formação dos arqueólogos é dos locais, vamos dizer assim, são os nativos de São Raimundo, da região, ou a galera de Petrolina, de Juazeiro, daqui perto, que vieram estudar aqui. E também a visibilidade que começou, porque aquela coisa que eu falei, até hoje muita gente acredita que a Univasf é privada. E a gente começou a divulgar o curso da gente também para outros estados, para outras coisas, chamando estudantes nessa época para vir para cá.

Gabriela: Bacana. Beleza, Mauro. Deixa eu fazer uma pergunta só para finalizar mesmo. Como é que você vê o futuro do curso? Você acha que o curso tem alguma coisa que possa melhorar? Há alguma sugestão que você queira dar para o meu trabalho também, se puder?

Mauro: Gabriela, acho que está faltando aqui uma reserva técnica grande, com acervo. Com acervo, não adianta só a carcaça, o prédio. Acho que a gente precisa ter um acervo nosso maior, para que os estudantes possam fazer pesquisa. Acho que a gente precisa ter um olhar diferenciado no sentido do mestrado, porque, por exemplo, fazer mestrado em Petrolina e Juazeiro é diferente de fazer mestrado aqui. Por que eu digo isso? Porque o cara que faz mestrado em Petrolina e Juazeiro, até em Recife, por exemplo, o cara tem a oportunidade de trabalhar, nem que seja na boutique da esquina do shopping. Aqui em São Raimundo você não tem essas oportunidades. Então, precisa financiar e financiar alto, porque aluguel é caro, alimentação é cara, a distância...

Mauro: A questão das bolsas, acho que a gente tem que ter o privilégio das bolsas. Isso não só para graduação, mas para o mestrado. Porque, por exemplo, verificando o índice socioeconômico dos estudantes da Univasf, os mais precarizados são de São Raimundo Nonato, entre todos. Então, por exemplo, é um estudante que está aqui, mas é o pai que recebe o bolsa da família. Então, ele recebe a bolsa permanência. Por exemplo, tem uma estudante que é ótima da graduação, ótima, pensa numa menina maravilhosa. Ela chegou para mim e disse, ela está no quarto período, Mauro, estou largando o curso. Eu, por quê? O que aconteceu? Eu não recebi a bolsa. E ela é de uma cidade aqui perto, São Braz. A mãe recebe pensão por morte do INSS, de 1.200 reais. E ela, para se manter aqui em São Raimundo, precisa pagar um aluguel de 400 pau. E aí, no perfil socioeconômico dela, diz que como a mãe recebe do INSS 1.200, e são para duas pessoas, é uma renda familiar per capita de 600 reais. Mas o pior de tudo, tem gente que só recebe o bolsa família. Então, é pior do que ela e contempla a bolsa.

Mauro: Então, assim, essa questão de bolsa permanência para os nossos estudantes da graduação precisa ser melhorada, precisa ser ampliada. A questão da bolsa permanência, tanto para graduação e a bolsa do mestrado, para vocês do mestrado. Porque, por exemplo, vocês do mestrado, tá não recebi bolsa, mas, cara, dá para trabalhar aqui em São Raimundo. Mas não tem a oportunidade de trabalhar em São Raimundo. Então, a evasão da gente está sendo muito grande, sabe?

Gabriela: Imagino.

Mauro: Então, a gente sempre teve uma evasão pequena, mas a crise econômica de 2014, a crise de 2016, aí foi que derrubou mesmo. Então, a gente teve uma alta evasão. E agora, os reflexos da pandemia, a gente não está tendo nem evasão, porque não está tendo nem inscrição. Na última turma que entraram foram oito estudantes na graduação. Arqueologia, oito. Antropologia, seis estudantes. Química, 13. Ciências da Natureza, 12. Para você ter uma ideia, na Univasf, como um todo, não foram preenchidas 365 vagas! Então, a gente está vendo que é reflexo justamente da pandemia, porque os estudantes ficaram sem aula, não se formaram, abandonaram aquela coisa toda, e agora não estão querendo estudar. E aí, para mim, um reflexo também da crise econômica. Por exemplo, eu tenho um estudante aqui, ele já está no sétimo período, oitavo período. Ele disse, Mauro, em vez de eu estar na internet, eu estava produzindo mel para vender, eu estava trabalhando para construir casa. Em vez de eu ficar na frente do computador, porque minha mãe ia encher minha paciência, porque eu não estava fazendo nada,

eu fui trabalhar. E aí o que aconteceu? A retenção dele. Está aqui desesperado para se formar. E não é só ele, tem outro.

Mauro: Então, acho que assim, Gabriela, como a gente está no interior do Piauí, distante das capitais, dos grandes centros, com essa questão de uma cidade, de um estado, que é pobre, a gente tem que dar as melhores condições para esses estudantes permanecerem na universidade. Está certo que a bolsa permanência ajuda, mas acho que deve ser ampliada. A questão do mestrado também, a gente tem que ter mais bolsa para vocês, porque, de novo, é o único mestrado fora do eixo Petrolina-Juazeiro. Hoje a gente tem cinco campi na Univasf, os mestrados se concentram em Petrolina e Juazeiro. O único mestrado fora desse eixo é a gente. Os caras têm que olhar direitinho para a gente, senão a gente vai fechar.

Gabriela: Exatamente, o perigo é esse. Toda essa luta para ter os cursos, e o mestrado principalmente, que é bem recente, está no caminhar ainda, se desenvolvendo. É muito triste.

Mauro: E acho que a gente, enquanto professor, tem um papel duplo, não somente na formação dos estudantes, mas também na questão social. A gente está aqui formando estudantes porque esses caras vão ter uma renda melhor do que os pais, vão ter uma renda melhor do que os avós que eles tiveram. Então, por exemplo, eu tenho uma estudante, não sei se você conhece a Sara, que é da primeira turma de Arqueologia. Mas Sara, por exemplo, está trabalhando na Arqueologia de Contrato desde que formou na graduação. Ela tem um salário melhor do que a mãe dela. O pai dela é aposentado do INSS por invalidez, recebe um salário mínimo. A mãe é serviço geral de uma escola pública municipal. Eu acho que não recebe nem um salário mínimo. Ela tem um salário hoje, tá certo que vocês não estão ganhando mil maravilhas, mas eu sei que o salário é melhor do que está dando. Ela está oferecendo oportunidades para o filho dela agora que ela não teve, por exemplo, uma escola privada, que ela não teve, nunca teve, graças à Arqueologia. Então, o meu olhar muito para os estudantes é que eu tenho que formar esse cara, formar bem, mas também ajudar esse cara nas condições que ele vive. Porque as condições que eles estão inseridos é de muita dificuldade. Eu não tenho que transformar a vida desse cara dentro da universidade em um inferno. Eu tenho que dar outras condições. Então, por exemplo, eu sou muito do tipo, Mauro, eu faltei tua prova porque eu estive doente, minha mãe estava doente, não sei o quê. Em vez de eu reprovar esse cara, eu falo, tá, daqui a uma semana tu vai fazer minha prova de novo, velho. Se lasque de estudar, mas você vai fazer minha prova. Em vez de eu ser o moralista, que vai seguir a regra nua e crua, eu prefiro dizer, tá, eu entendo tuas condições sociais, eu entendo tuas dificuldades sociais, mas eu vou te dar uma oportunidade para tu estudar, velho. Tu não vai passar aqui porque eu quero, não, mas tu vai estudar. Então, eu sou muito mais nessa linha, sabe? E é engraçado, Gabriela, que quando você tem na colação de grau dos estudantes aqui, antes no presencial e agora que voltou, depois da pandemia, você olha para a cara dos pais, sabe? E das mães que estão ali, que é um orgulho dessa galera. Esses caras nunca tiveram essa oportunidade de ter uma formação superior. E estão vendo o filho ali, sabe? Então, assim, eu quando tenho oportunidade de falar algumas vezes, eu peço, eu agradeço muito a essa galera. Porque se não forem eles, o filho dele não entrava na universidade. Porra de faculdade, menino. Vai trabalhar na enxada, vai trabalhar no mel, vai trabalhar no comércio aqui de São Raimundo.

Mauro: A gente tem muito, além da questão educacional, a questão social, sabe? A Univasf, a Arqueologia, estar aqui, tem que ter esses dois vínculos. E professor que chega aqui no curso

de Arqueologia e não entende essa realidade, está no lugar errado. Tem que cair fora, tem que ir para outro lugar, porque não dá certo não.

APÊNDICE B – ENTREVISTA COM A PROFESSORA CONCEIÇÃO LAGE

Conceição: Então, a história da criação do curso, da graduação, é muito antiga. Você sabe que os trabalhos da Serra da Capivara começaram com a doutora Niède Guidon como professora da Federal do Piauí. Ela foi contratada aqui como visitante. Ela e os demais membros da Missão Franco-Brasileira também. Então, em 1978, ela criou a primeira especialização em Arqueologia. E depois, em 1983, ela criou a segunda, porque o objetivo dela era criar uma equipe local de especialistas em Arqueologia. E a gente foi... Eu entrei na universidade em 1984. Eu fiz essa especialização em 1983. Eu e algumas colegas que viraram professoras. A professora Sônia Campelo, a professora Ana Clélia Barradas Correia, a professora Jacionira Coelho Silva. Todas viramos professoras e fizemos essas especializações. Aí, quando foi em 1986, eu fui para a França fazer doutorado. Daí, eu fiz meu doutorado na Sorbonne, em Paris 1. E depois, as análises, eu fiz em um laboratório, que é especializado em Conservação. Aí, eu fiquei apaixonada por essa questão da Conservação. E lá eu tive a oportunidade de acompanhar Jacques Brunet, que era o chefe do setor de Conservação, inclusive da Gruta de Lascaux. E acompanhei ele em vários trabalhos na França, de Conservação. Voltei para o Brasil, eu só pensava em Conservação. E aí, voltei nos anos 90. E aí, já comecei. Falei com a Niède, vamos montar um curso agora voltado para a Conservação. E aí, daquela época, a gente começou. E cada viagem que ela fazia para fora do Brasil, para as universidades, ela me trazia um histórico de cursos, das disciplinas, de ementas, grades curriculares. E ela me trouxe de vários países. E eu juntava tudo isso, até que um dia falei, vou montar um curso, uma especialização, agora a terceira, só voltada para a Conservação. E assim aconteceu. E foi uma especialização que deu muito sucesso, porque foi a primeira da América Latina. E aí, a Unesco reconheceu e deu, inclusive, bolsa para um aluno da Argentina vir fazer o curso aqui com a gente. E também tivemos alunos do Brasil todinho. Todos os estados brasileiros tinham alunos. Então, as vagas foram 100% preenchidas e dessa forma. Tivemos aulas com professores que a gente trouxe da França, desse laboratório que eu lhe falei, especialista, foi o Jacques Brunet, foi o Jean Vuvet, que trabalhavam em Lascaux. E trouxemos também uma italiana, que trabalha com Conservação Patrimonial, mas estrutural, sabe? E o curso realmente foi bem interessante. Quando terminou, todo mundo dizia, e o próximo? Queremos continuar. Sobretudo o pessoal de fora, o pessoal da Argentina. Teve gente da Colômbia querendo fazer também, perguntando quando é que ia ter a próxima turma. E aí, a gente ficou bem interessado. Mas foi na época que também... A gente ficou assim, tipo... É melhor fazer uma especialização ou uma graduação? Aí achamos melhor fazer a graduação. E fizemos o projeto. Aí mostrei para a doutora Niède, o projeto ela achou super maravilhoso. Isso foi nos anos 2001, sabe?

Gabriela: Antes do curso da Univasf, não é?

Conceição: Antes, sim. Aí fomos até a universidade, falar com o reitor e mostrar o projeto. Naquela época, acho que ficou pronto mesmo em 2002, as universidades estavam completamente acabadas. Foi no governo... Não queria nem dar nomes, mas é o jeito. Fernando Henrique Cardoso, que realmente houve uma desconstrução nas universidades públicas. E aí a gente não conseguiu aprovar o curso por conta dessa situação difícil em 2002. Mesmo assim, eu falei, não, mas a gente continua, vai mudar o governo, vai ter eleição. Aí continuamos com a proposta do projeto. Na realidade, quem trabalhava com o projeto mesmo éramos quatro professores, trabalhando, e esse foi o que tínhamos da Niède. Mas aí, no final, a Univasf estava sendo criada. Foi na época que ela foi criada. E aí teve essa oportunidade de levar para São

Raimundo Nonato o curso de Arqueologia. E aí, não sei quem, mas colocou o nosso projeto lá e fez adaptações, por exemplo, em vez de ser Conservação de Arte Rupestre, virou Conservação Patrimonial, e foi criado lá. Na época, a gente até ficou surpreso, porque a gente não sabia que ia ser criado. Mas é isso.

Gabriela: Deixa eu te interromper, só uma dúvida. Quem eram esses primeiros pesquisadores que estavam pensando nesse curso da UFPI, no curso de Arqueologia?

Conceição: Na realidade, era mais a Niède mesmo, ela que me deu um apoio muito forte no começo. Daqui quem me ajudou muito foi o Fabiano Gontijo, que é antropólogo. Inclusive, a gente criou juntos a Pós-graduação em Antropologia e Arqueologia depois. A professora Gisele, na época, ela era professora daqui, da Federal do Piauí e a Professora Sônia Campelo. Ela também me ajudou. Foi mais esse pessoal mesmo.

Gabriela: O ponto de partida realmente foi você com a Niède.

Conceição: Foi. Quando teve mudança de governo, aquela coisa toda, o programa REUNI. Eu até tinha sido candidata à vice-reitora, pela oposição, mas o candidato que venceu me convidou logo no dia seguinte do resultado, disse assim, cadê Conceição? Gostaria de ir na Serra da Capivara com você. E leve o seu projeto de curso. Vamos ver se a gente consegue montar junto. A ideia era a gente juntar com a Univasf para ter um único curso.

Gabriela: Legal, não sabia disso.

Conceição: Na época, a ideia foi essa. Mas a gente, quando chegou em São Raimundo, a ideia não foi bem acatada, não foi bem recebida, Sabe? Inclusive, até, assim, não foi muito simpática a recepção ao reitor da UFPI, sabe? Aí nós voltamos para Teresina, aí ele falou assim, você acha que dá para a gente criar ainda esse curso? Eu disse, dá. Porque a abordagem que a gente quer dar é de Conservação de Arte Rupestre, eu ainda completamente apaixonada, idealizando trazer os professores da França também. E aí ele falou, nós vamos criar. Aí, bom, foi que a gente criou. Foi em 2007 que ele foi criado já. E aí, a primeira turma entrou em 2008.

Gabriela: Entendi. E o curso já estava, assim, vinculado com o Departamento de Química nessa época ou foi depois que teve esse vínculo?

Conceição: Não, nunca teve.

Gabriela: Eu tinha visto no site, no SIGA, alguma coisa assim, quando eu estava coletando as informações para a minha monografia, que o curso de Arqueologia daí era do Departamento de Química, alguma coisa assim.

Conceição: Não, nunca foi. Na realidade, é o seguinte, nós temos o Centro de Ciências da Natureza, e aí tem o Centro de Ciências Humanas, na época ficou essa dúvida, onde colocar? Mas o Centro, eu era professora do Departamento de Química, que a minha graduação é em Química. Acho que a confusão pode ter sido essa.

Gabriela: Pode ser.

Conceição: E aí, como o meu centro era de Ciências da Natureza, nas reuniões com o reitor, eu falei, eu digo, olha, Arqueologia é Ciências Humanas. Na realidade, eu acho que até que deveria ter uma área... O Centro de Ciências Humanas aqui é bem complicadinho, sabe? Muito! Na época, tinha uma questão política. O reitor e o diretor do centro eram de lado opostos. Então, o

reitor falou, se eu colocar lá, eu não sei, eu não tenho segurança que as coisas vão funcionar direito, normal. E aí, por isso que ficou até hoje no Centro de Ciências da Natureza. E é bem mais tranquilo, vou ser bem sincera.

Gabriela: Então, não tem tanta interferência no fato de o curso estar no Centro de Ciências da Natureza e o curso ter um viés mais para esse lado da Física, da Química?

Conceição: Não. Foi por isso que ficou lá. É porque ele tem um viés forte nas Ciências Exatas.

Gabriela: Ah, entendi.

Conceição: Ele tem um viés forte. Senão, ele teria ido para outro centro, né? Tinham outras opções, também, de outros centros.

Gabriela: Mas, desde o início, ele tem esse viés, o curso, ele foi mudando?

Conceição: Não, ele foi criado assim, com esse viés mesmo.

Gabriela: Eu queria que tu me falasse agora, o que tu ia falar sobre o fato de não ser mais Arqueologia e Conservação de Arte Rupestre, agora é só Arqueologia. Se você puder falar um pouquinho sobre essa nova decisão.

Conceição: Na realidade, a gente descobriu que o próprio MEC, ele, em momento nenhum, nenhum curso, ele aprovou esse nome com tanta especialidade. Ele sempre aprovou Arqueologia. E, localmente, a gente continuou com essa terminologia dada, assim, por exemplo, a disciplina de Prática de Conservação, ela tem uma carga horária enorme. Tem, inclusive, uma parte que é só Prática de Campo. A primeira delas a gente fez na Serra da Capivara, nos sítios. Depois, por conta mesmo de complicações, dificuldade de alojamento, aquelas coisas todas, a gente fez no Parque de Sete Cidades. E, a cada período, a gente vai mudando um pouco os municípios. Castelo do Piauí, Buriti dos Montes, Inhumas, onde tem muitos sítios de Arte Rupestre. E que as prefeituras também dão apoio, né? Aí a gente tem feito assim. Mas continua a carga horária muito grande nessa área, sabe?

Gabriela: E a grade curricular, teve mudança do início do curso pra cá? Sofreu alguma alteração nas disciplinas?

Conceição: Sim, sim, sobretudo na ementa. Por exemplo, nós temos uma disciplina que é Tópicos em Ciências Exatas para Arqueologia. É a primeira, antes de Arqueometria, tá? E essa disciplina, ela era muito assim, ela tinha muita matemática. Faltava outras, vamos dizer assim, bases das Ciências Exatas mesmo, e que são fundamentais para Arqueologia, como você entender o que é radioatividade, como é que funciona a questão dos ciclos de carbono, dos elementos químicos, né? Super importantes. Da radiação também, do espectro de radiação, essas coisas todas faltavam. E tinha muita matemática, então essas disciplinas, elas sofreram mudanças. Várias disciplinas foram, vamos dizer, alteradas de acordo com a experiência mesmo, que a gente começava a sentir. Até aquelas disciplinas que eram ministradas por outros departamentos, que eram problemas para a gente, como por exemplo, Anatomia, que era administrada por médicos. Aí a gente fez toda uma revisão no PPC para justamente ela ser voltada de fato para Arqueologia. E ser ministrada por arqueólogos, bioarqueólogos. No caso da Antropologia Física, que antigamente chamava Antropologia Física, e também da Bioarqueologia, da Zooarqueologia, a gente conseguiu criar as nossas ossadas de referência e trazer para a Arqueologia mesmo, para serem ministradas por nós. A gente tem no nosso quadro

uma variedade muito grande de especialidades, de pessoas com muita experiência em determinadas áreas. Por exemplo, nós temos uma bioarqueóloga que trabalha já há muito tempo com grupos humanos mesmo. Nós temos um paleontólogo, o professor Juan Carlos Cisneros, ele que criou essa coleção de referência dos animais para a gente poder ter as aulas ministradas lá. Outra aula que a gente tinha muita dificuldade com o departamento que ministrava era Estatística. E aí também nós conseguimos trazer para Arqueologia e ser ministrada por nós mesmos.

Gabriela: Conceição, teve um concurso recente que teve a entrada de mais alguns professores?

Conceição: Por exemplo, quando eu aposentei teve um concurso, eu aposentei no final de 2019. Aí então teve o concurso para a minha vaga. Entrou a professora Fernanda Codevilla, não sei se você conhece. Ela é excelente, maravilhosa!

Gabriela: Ah, sim, eu conheço só o nome, que eu estou pesquisando os nomes e as áreas de pesquisa dos professores e colocando lá na minha tabelinha.

Conceição: Ela cadastrou um projeto de Arqueologia da Antártida, naquele projeto lá do professor Andres Zarankin, da UFMG E aí ela trouxe para cá, inclusive, o projeto de extensão. Muito interessante!

Gabriela: Deixa eu te fazer outra pergunta, sobre os alunos, assim, por ano quantos alunos entram normalmente na graduação?

Conceição: Olha, o projeto, a gente gostaria que entrasse só 20. Porque a gente sabe muito bem que Arqueologia precisa de muito campo, de muito laboratório. Então, foi uma briga enorme nossa lá no início do curso. Mas a gente não conseguiu. E eles colocaram, acho que, 40. Eu digo sempre, né? Pra mim, eu não fico preocupada quando entram, por exemplo, 30 alunos, 35. Eu já acho que entrou demais.

Gabriela: É, na UFPE eram 30, mas raramente ocupavam todas as vagas. E tinha muita desistência também. Eu queria até te perguntar se acontece isso aí também

Conceição: É, acontece. Olha, teve um ano que dos... Eu não sei, agora você falou 30, eu fiquei na dúvida se é 30 ou 40. Desculpa, eu estou por fora mesmo.

Gabriela: Não, tranquilo.

Conceição: Eu acho que é a Jóina que vai tirar essa dúvida.

Gabriela: Pronto, eu vou até voltar a falar com ela também.

Conceição: O professor Ângelo Correa também. Que ele é o subchefe, né? Então, mas, sobre essa questão da entrada. Teve ano aqui que dessas 40 vagas, só tiveram duas pessoas do Piauí. 38 de fora.

Gabriela: Caramba!

Conceição: Tivemos alunos do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do Paraná, de São Paulo todo período tem.

Gabriela: Isso sendo presencial, né?

Conceição: É no presencial. Inclusive, no início que o curso foi criado, a Arqueologia foi o terceiro curso mais procurado.

Gabriela: Caramba!

Conceição: Mais concorrido. Chegou a ter cinco candidatos por vaga. No começo foi assim. As primeiras turmas sofreram um bocado, porque era realmente uma procura muito grande. Mas agora, tem alunos de fora. Por exemplo, hoje eu dei aula pra calouros, né? Tem muito aluno do Maranhão, tem bastante, do Ceará, tem aluno do Espírito Santo, inclusive, o rapaz que ta no IPHAN lá, é ex-aluno nosso. Tem aluno do Pará também.

Gabriela: Ah, bacana! E assim, você sabe dizer sobre as temáticas das monografias que vêm sendo feitas nos últimos anos. Se tem um percentual maior de temáticas na Arte Rupestre, ou se é muito variado, ou se tem algum foco?

Conceição: Sem sombra de dúvida, a temática mais procurada é Arqueologia Histórica, por incrível que pareça.

Gabriela: Ah, que interessante!

Conceição: Foi uma surpresa, até. Porque o curso era de Conservação de Arte Rupestre. Muito estranho, né? Mas acho que isso também tem uma justificativa. O Piauí tem uma quantidade muito grande de fazendas coloniais, fazendas do século XIX, muito bem preservadas, sobretudo aqui para o norte do Piauí, sabe? E daí, isso acho que tem realmente sido um chama para esses trabalhos. Mas eu, sem sombra de dúvida, não tenho dúvida que a maior quantidade de monografias tem sido nessa área. E de dissertação de mestrado também.

Conceição: Se você quiser anotar... Olha, agora, atualmente, quem são os professores? Vou falar dos mais antigos para os mais recentes. A professora Sônia Campelo Magalhães, que é de Arte Rupestre. Ela é da minha época, né? Mas ela não aposentou. Eu me sinto dentro ainda, porque eu estou dando aula na graduação e na pós. E como sênior, tenho posição. Aí tem a professora Amparo, que trabalha com Arqueologia histórica. Tem o professor Luiz Carlos Duarte Cavalcante, que é da área de Arqueometria. O professor Juan Carlos Cisneros, que é paleontólogo. E a professora Jóina, que, apesar de ser de Arqueologia Histórica, ela trabalha bem mais com Arqueologia Pública e decolonização, toda essa temática ela defende. O professor Ângelo Correa, que trabalha com cerâmica. Tem o professor Grégoire, que ele está mais voltado para a área da Arqueologia Digital. O professor Flávio Calippo, que trabalha com Arqueologia Subaquática. Mas ele trabalha muito também com a temática voltada para a Arqueologia Histórica dessas populações ribeirinhas. Quem mais? As professoras Elaine e Ana Luísa, que é minha filha, trabalha com Arte Rupestre, mas também com Arqueologia Pública e decolonização.

Gabriela: Que bacana!

Conceição: Aí, agora, de novatos que entraram, os últimos foram a professora Fernanda Codevilla e o professor Vinícius Melquiades, eu não sei se você conhece.

Gabriela: Todos esses nomes que você falou já estão lá no meu banco de dados. Eu acho que não faltou nenhum, não. Eu só fiquei na dúvida de quem foram os primeiros que deram aula no curso. Além de você. Mas quem eram os que começaram?

Conceição: Os primeiros? Pronto. Sônia Campelo, Luís Carlos Duarte Cavalcante. Tem duas que não estão mais. Infelizmente, uma faleceu, que foi a Ana Clélia Barradas Correia. E a Jacionira Coelho Silva, que aposentou. Tinha a Professora Gisele Daltrini Felice, o Professor Fabiano Gontijo da Antropologia, o professor Fonseca Neto. Eu esqueci também de falar na professora Cláudia Cunha, que é a bioarqueóloga, ela é uma das que entrou tem pouco tempo. Acho que atualmente são 12 ou 13 professores. Agora tem professores de outros departamentos que são muito próximos da gente, que dão aula na graduação. Por exemplo, o professor Benedito Batista Farias Filho, que é da Arqueometria e da Estatística, que ministra sempre essas disciplinas, ele e o professor Luís Carlos. E tem também a professora Verônica Cavalcante, que é da Antropologia, que também ministra muita disciplina no nosso departamento.

Conceição: Na realidade, nós tivemos dificuldades no início com relação a ter um espaço físico. O primeiro ano foi difícil. A primeira turma que entrou, apesar de ter sido uma turma excelente, que, aliás, a maioria está, vamos dizer assim, está empregada, passou em concursos, muitos concursos do IPHAN. E também, só em Brasília, acho que tem uns quatro. Inclusive, o Zafenathy, que hoje é chefe... Qual é a sessão que ele coordena? Não lembro agora. Mas, era uma dificuldade muito grande no início, porque a gente não tinha espaço, estava sendo construído. Mas, depois que foi construído, que a gente mudou, aí ficou bem tranquilo. Porque aí tem, inclusive, o Museu, o Museu de Arqueologia e Paleontologia, que é bem ativo, bem mesmo, que recebe alunos, que recebe para fazer esses projetos também. Tem os laboratórios, tem laboratório para Química, tem laboratório de Informática, tem laboratório de lítico, de cerâmica, de Arqueometria, de Paleontologia. E o projeto do professor Juan, de paleontologia também, que ele tem um convênio, uma parceria, ele tem auxílio da *National Geographic*. Ele traz pesquisadores de Londres, da Alemanha, da Argentina, dos Estados Unidos. Tem um grupo, aí pega alunos também, tanto que ele já conseguiu levar para a área de Paleontologia alguns alunos de Arqueologia. Mas ele é realmente um excelente professor. E aí tem sido isso. Agora é uma luta, a gente a cada dia, e agora o pós-pandemia, o que eu ouço mais é essa questão da depressão de muitos alunos.

APÊNDICE C – TABELA DAS MONOGRAFIAS DA UNIVASF

UNIVASF		
TÍTULO	ANO	CATEGORIA
Caracterização das cenas de guerra da Subtradição Várzea Grande na área arqueológica da Serra da capivara-PI	2009	Arte Rupestre
O uso e transformação do espaço urbano: um estudo de arqueológico da cidade de Remanso Velho, BA	2009	Arqueologia Histórica
A casa rural no Sudeste do Piauí: o sítio arqueológico histórico casa do avô do Sr. Nivaldo	2009	Arqueologia Histórica
Caracterização dos antropomorfos da tradição agreste na área arqueológica Serra da Capivara-PI	2009	Arte Rupestre
Urnas funerárias do parque nacional serra da capivara: morfologia e decoração	2010	Arqueologia do Passado Remoto
Oficina lítica do cacique: funcionalidade e tecnotipologia de um sítio a céu aberto	2010	Arqueologia do Passado Remoto
Identificação da técnica de execução das gravuras rupestres do sítio toca dos oitentas, Parque Nacional Serra da Capivara/PI	2010	Arte Rupestre
Pinturas rupestres do sítio arqueológico toca da gamela do parque nacional serra da capivara-PI	2010	Arte Rupestre
Temática dominante nas pinturas rupestres do boqueirão do riacho das traíras, no município de Sento Sé - Ba	2010	Arte Rupestre
Os registros rupestres da região de Jaguarari, Bahia	2010	Arte Rupestre
A tradição nordestina na área arqueológica de sobradinho - BA	2010	Arte Rupestre
Diagnóstico do estado de preservação de sítios com pinturas rupestres do Parque Nacional Serra da Capivara: análise das atividades de conservação	2010	Arte Rupestre
Caracterização do registro emblemático da 'cena da árvore' da subtradição Várzea Grande	2010	Arte Rupestre
Padrões fitomorfos nas cenas da árvore do Parque Nacional Serra da Capivara	2011	Arte Rupestre
Uma revisão da legislação do patrimônio arqueológico subaquático no Brasil: Considerações sobre o galeão São Paulo - PE	2011	Arqueologia Histórica
Os sítios ceramistas Aldeia da Queimada Nova, Barreirinho e Baixão da Serra Nova: uma delimitação dos depósitos de argila	2009	Arqueologia do Passado Remoto
Estruturas de fogueira dos sítios arqueológicos do Parque Nacional Serra da Capivara e entorno	2010	Arqueologia do Passado Remoto
Identificação do patrimônio edificado da cidade de Coronel José Dias - Piauí	2011	Arqueologia Histórica
O perfil técnico cerâmico do sítio arqueológico Toca do Serrote do Tenente Luiz	2010	Arqueologia do Passado Remoto
Representações sexuais na pré-história, Parque Nacional Serra da Capivara: padrões cenográficos	2010	Arte Rupestre
Padrão de reconhecimento nas pinturas rupestres do Serrote do Caldeirão da Tiririca no município de Sento Sé - BA	2012	Arte Rupestre

Caracterização dos grafismos puros pintados no vale do Rio Carnaúba, área arqueológica do Seridó, RN	2009	Arte Rupestre
Ceramistas do sudeste do Piauí: o perfil técnico cerâmico do Sítio Aldeia da Baixa dos Carvoeiros	2009	Arqueologia do Passado Remoto
Sítio Arqueológico do Brejo do São João: um estudo de caso sobre a Companhia de Jesus no Piauí - séc. XVIII	2009	Arqueologia Histórica
Aspectos do cotidiano doméstico sertanejo: um estudo de caso do sítio Casa do avô do Sr. Nivaldo - Serra da Capivara - Coronel José Dias - PI, Brasil	2013	Arqueologia Histórica
As representações do falo nos antropomorfos em cena de guerra da subtradição Várzea Grande	2010	Arte Rupestre
A função das edificações religiosas no processo de colonização da capitania de Pernambuco de 1535-1654: um estudo arqueológico da Ermida de São Gonçalo do Paiva (Cabo de Santo Agostinho - PE	2013	Arqueologia Histórica
Tecno-tipologia lítica do holoceno inicial (9.450-8.100 anos BP) do setor 2 do Sítio do Meio - Parque Nacional Serra da Capivara - PI	2010	Arqueologia do Passado Remoto
Queimaram ossos na toca do alto do capim! contribuições aos estudos de práticas funerárias pré-históricas no Parque Nacional Serra das Confusões	2013	Arqueologia do Passado Remoto
Padrão de reconhecimento e temática dominante nas pinturas rupestres do Boqueirão do Riacho do Bonsucesso, no município de Sento Sé - BA	2012	Arte Rupestre
Análise tipológica das lápides do Cemitério Nossa Senhora de Lourdes da cidade de São Raimundo Nonato - PI	2009	Arqueologia Histórica
Registros rupestres do Boqueirão do Riacho do Mocambo, em Jaguarari - BA: temática dominante e o processo de mestiçagem da cultura	2014	Arte Rupestre
Ceramistas Tupiguarani do Sudeste do Piauí: questões de cronologia e variabilidade	2015	Arqueologia do Passado Remoto
Registros rupestres da toca do gado, município de São Gabriel- BA	2016	Arte Rupestre
Correlação entre a indústria lítica das dunas fósseis de Casa Nova- BA e o paleoambiente do submédio São Francisco	2016	Arqueologia do Passado Remoto
A Casa da Fazenda Boa Esperança: um olhar sobre o passado através da sintaxe do espaço	2016	Arqueologia Histórica
Atributos conservados e modificados nos cemitérios de Remanso- Ba	2016	Arqueologia Histórica
Registros rupestres do submédio São Francisco: da metonímia à metáfora	2016	Arte Rupestre
Registros rupestres do boqueirão do olho D'água da laranjeira, município de Juazeiro- BA	2016	Arte Rupestre
CASA DO MAJOR JOSÉ DESIDÉRIO: um estudo de caso sobre os espaços domésticos de uma casa rural em Remanso- BA	2015	Revisão Teórica, Metodológica e Bibliográfica
O Registro Rupestre no Sítio Toca do Martília no na Região do Parque Nacional Serra da Capivara- PI, Brasil	2018	Arte Rupestre
Igreja Matriz de São Raimundo Nonato-PI: uma análise a partir da Arqueologia da Arquitetura	2018	Arqueologia Histórica
Análise dos motivos gráficos do Sítio Cachoeirinha I	2017	Arte Rupestre

Caçadores da pré-história: recorrências temáticas nas pinturas rupestres do Parque Nacional Serra Da Capivara- PI	2019	Arte Rupestre
Caracterização das práticas funerárias dos sítios arqueológicos Toca do Serrote da Bastiana e Toca do Barrigudo, na área arqueológica Serra da Capivara - PI	2009	Arqueologia do Passado Remoto
Cenas de Caça da subtradição Várzea Grande: Parque Nacional Serra da Capivara	2009	Arte Rupestre
Espacialidade dos sítios arqueológicos de grupos ceramistas pré-históricos da micro bacia Riacho da Lagoinha, Sudeste do Piauí	2011	Arqueologia do Passado Remoto
Estudos de reconstituição das formas cerâmicas do Sítio Cachoeirinha I- Caldeirão Grande do Piauí- PI	2017	Arqueologia do Passado Remoto
Os motivos gráficos cerâmicos dos sítios arqueológicos Brite I e Cachoeirinha I. Caldeirão Grande do Piauí - PI	2019	Arte Rupestre
O patrimônio edificado de Campo Formoso- BA	2016	Arqueologia Histórica
Perfil cerâmico do Sítio Arqueológico Brite I	2017	Arqueologia do Passado Remoto
Perfil Cerâmico do Sítio Arqueológico Canteiro da Sucesso	2018	Arqueologia do Passado Remoto
Perfil técnico cerâmico do Sítio Arqueológico Cachoeirinha I	2017	Arqueologia do Passado Remoto
Pinturas rupestres do Serrote do Morrinho, em Sento Sé - BA: tradição São Francisco e subtradição incógnita	2014	Arte Rupestre
Pinturas rupestres do Sítio Salina 1, Município de Remanso- BA	2016	Arte Rupestre
Pinturas rupestres no município de São Braz do Piauí: padrão de reconhecimento e temática dominante	2010	Arte Rupestre
Práticas funerárias dos grupos ceramistas do Município de São Braz do Piauí	2018	Arqueologia do Passado Remoto
Práticas funerárias dos Sambaquis Jabuticabeira II e Piaçaguera: relação de idade e sexo para identificação do status social	2012	Arqueologia do Passado Remoto
Os registros rupestres do município de São Braz-PI: identificação do perfil gráfico das pinturas e gravuras	2012	Arte Rupestre
Sítio arqueológico Fazenda Água Verde - PI: retalhos históricos e detalhes arquitetônicos	2013	Arqueologia Histórica
Sítio Monumental Pedra Branca do Marco: um inselberg e uma referência cultural na paisagem arqueológica no município de Remanso-BA	2019	Revisão Teórica, Metodológica e Bibliográfica
A trajetória de um patrimônio: ações preservacionistas na Capela Franciscana do Bom Jesus da Glória, Jacobina-BA	2013	Arqueologia Histórica
A ocupação maniçoba dos abrigos sob rocha no Parque Nacional Serra da Capivara: uma abordagem arqueológica	2009	Revisão Teórica, Metodológica e Bibliográfica
História, Memória e Cultura Material dos Tropeiros de São Lourenço do Piauí (1920-1980)	2015	Arqueologia Histórica

Rabiscando Celas: arqueologia cognitiva aplicada na interpretação dos registros gráficos da Penitenciária Tenente Zéca Rúbem em São Raimundo Nonato	2015	Arqueologia Histórica
Produção de cal: um estudo de arqueologia histórica no município de Coronel José Dias - PI	2017	Arqueologia Histórica
Depois da guerra, nos resquícios das cinzas, eis que existe 'VIDA': guerra do pau de colher sob a ótica da Arqueologia Histórica	2016	Arqueologia Histórica
"Os anos de chumbo" e a arqueologia dos espaços escolares de São Raimundo Nonato- Piauí	2018	Arqueologia Histórica
Arqueologia da paisagem: negociações sociais na construção da Cidade de Sobradinho- BA	2018	Arqueologia Histórica
Eram todos homens?': por uma arqueologia feminista das mulheres no contexto maníobreiro	2019	Arqueologia Social e Indisciplinada
Contribuições para arqueologia industrial de São Raimundo Nonato-PI: a Fábrica de Cerâmica Castanheiro e o desenvolvimento do Bairro Santa	2019	Arqueologia Histórica
Memória e patrimônio histórico edificado da cidade de Petrolina-PE: uma análise da dissonância entre desenvolvimento e preservação patrimonial nas cidades médias	2014	Arqueologia Histórica
Resistência cultural da nação Sento Sé no Serrote da Gameleirinha, Fazenda São Romão - BA	2015	Arqueologia Histórica
São Raimundo de belas paisagens, muitas histórias: um diagnóstico sobre o patrimônio edificado de São Raimundo Nonato - PI	2009	Arqueologia Histórica
Misticismo e simbolismo na 'Cova da Tia': um olhar sobre o patrimônio cultural imaterial da região de São Raimundo Nonato e entorno	2009	Arqueologia Social e Indisciplinada
Guerra da telha: memória, história, arqueologia e patrimônio	2010	Arqueologia Social e Indisciplinada
Uma arqueologia dos maníobreiros: reflexões acerca das vivências na Serra Branca - Parque Nacional Serra da Capivara	2013	Arqueologia Social e Indisciplinada
A educação patrimonial como estratégia de arqueologia pública na área do Parque Nacional Serra da Capivara	2014	Arqueologia Social e Indisciplinada
Arqueologia pública, patrimônio e museologia: o acervo do 'Museu da Cidade' e a prática da educação patrimonial em Bom Despacho - MG	2014	Arqueologia Social e Indisciplinada
Residência do senhor Antônio: habitação de taipa e barro, lugares de memória e memórias do lugar	2014	Arqueologia Social e Indisciplinada
Fragmentos da história de Pilão Arcado- Ba	2016	Arqueologia Social e Indisciplinada
As casas de farinha de Remanso- BA: patrimônio cultural sertanejo	2016	Arqueologia Social e Indisciplinada
Os Causos, memórias e história dos engenhos do Estuário Paraense: uma interface entre Arqueologia da Paisagem e Arqueologia Sensorial	2016	Arqueologia Histórica

'O Lugar das Coisas' Arqueologia Pública e descolonização do conhecimento: um estudo de caso em Lagoa de São Vitor- PI	2017	Arqueologia Social e Indisciplinada
Arqueologia pública, memória e valorização do patrimônio cultural em um território quilombola: estudo de caso da rosa de São Gonçalo na Comunidade Lagoa das Emas São Raimundo Nonato	2017	Arqueologia Social e Indisciplinada
Modelismo e Arqueologia	2017	Arqueologia Histórica
Umbuzeiro e jurema: possibilidades do processo de interação social na análise do vidro lascado no contexto do sítio arqueológico terras de maninho, Jurema-PI	2018	Arqueologia Histórica
Casa de farinha: o saber tradicional como patrimônio imaterial	2016	Arqueologia Histórica
Comunidade Quilombola Lagoa das Emas: educação e patrimônio no território de Lagoas	2020	Arqueologia Social e Indisciplinada
Costurando memórias: saberes patrimoniais e artefatos relacionados à arte da costura na comunidade Capim do Zé Macário	2016	Arqueologia Social e Indisciplinada
De hospital a quartel: memórias e histórias da cidade de São Raimundo Nonato- PI / Kelly Patrícia Nunes de Aquino	2016	Arqueologia Histórica
A educação patrimonial na arqueologia brasileira: um estudo de caso no entorno do Parque Nacional Serra da Capivara	2014	Arqueologia Social e Indisciplinada
Ex-votos da toca do cruzeiro: uma análise da memória religiosa e da materialidade da fé na comunidade Sítio do Mocó- Coronel José Dias - Piauí	2019	Arqueologia Social e Indisciplinada
Histórias, causos e lugares: um olhar da Arqueologia para as narrativas de "alivusias" e dos Lugares de Memória de Caldeirãozinho, Jurema, Piauí	2019	Arqueologia Social e Indisciplinada
A lida do vaqueiro da comunidade Boqueirão/Buriti do Rei, Oeiras-PI: Cultura material, espaços, memórias e saberes	2018	Arqueologia Social e Indisciplinada
Os lugares de memória e a carta arqueológica de Brejo Santo, Estado do Ceará, Brasil	2018	Arqueologia Social e Indisciplinada
Mapeamento Arqueológico Dos Sítios Associados À Diáspora Africana No Município De São Raimundo Nonato-Pi	2018	Arqueologia Social e Indisciplinada
Marcos paisagístico da cidade de São Raimundo Nonato - PI	2016	Arqueologia Social e Indisciplinada
A materialidade Tupiguarani associada a rituais antropofágicos e sua possibilidade de correlação com os contextos arqueológicos	2019	Arqueologia do Passado Remoto
Memórias e narrativas sobre as populações indígenas em São Raimundo Nonato - PI e microrregião: uma descrição sobre as produções históricas antecedentes, abordagens precursoras e relatos orais	2019	Arqueologia Social e Indisciplinada
Mulheres que foram além das práticas cotidianas: Estudo de caso de proprietárias de terras, residentes rurais e agricultoras na região de São Raimundo Nonato - PI/	2014	Arqueologia Social e Indisciplinada

Objetos de memória: análise da coleção da "Dona Vani" e "Seu Valdomiro" através da perspectiva da Arqueologia Pública	2019	Arqueologia Social e Indisciplinada
Os rituais do morro do cruzeiro como atributos da identidade sanraimundense: um patrimônio modificado	2011	Arqueologia Social e Indisciplinada
O patrimônio vernacular da casa de farinha: arquitetura, cultura material e o saber fazer artesanal - Território Serra da Capivara - Bonfim do Piauí	2016	Arqueologia Social e Indisciplinada
A senzala e a escola: memórias sobre ruínas/	2016	Arqueologia Social e Indisciplinada
Agentes intempéricos atuantes em sítios rupestres na área do parque nacional da Serra da Capivara - PI	2010	Arte Rupestre
Zooarqueologia da Toca da Janela da Barra do Antonião, Coronel José Dias - PI: proposta de análise	2011	Arqueologia do Passado Remoto
Análise espacial em arqueologia: um enfoque intra-sítio dos artefatos líticos do sítio Ponte Velha, sudeste do Piauí	2013	Arqueologia do Passado Remoto
A materialidade dos mitos: estudo das relações entre mito e cultura material e uma brevíssima introdução à arquiometologia	2012	Revisão Teórica, Metodológica e Bibliográfica
Hueyatlaco: um breve estudo de caso sobre a censura institucional na arqueologia moderna	2011	Revisão Teórica, Metodológica e Bibliográfica
Vestígios humanos e megafauna da zona cárstica da áreaa arqueológica Serra da Capivara - PI	2009	Arqueologia do Passado Remoto
O desenho como reflexo de modelos explicativos arqueológicos na serra da Capivara (1973-2007)	2011	Revisão Teórica, Metodológica e Bibliográfica
Sistemas computacionais em arqueologia: SOLArque Linux, uma distribuição linux para a arqueologia	2013	Revisão Teórica, Metodológica e Bibliográfica
Arqueofauna do Sítio Toca da Janela da Barra do Antonião: um estudo sobre paleoecologia humana na Serra da Capivara	2012	Revisão Teórica, Metodológica e Bibliográfica
Análise zooarqueológica do Sítio Toca do Baixão do Perna I	2014	Revisão Teórica, Metodológica e Bibliográfica
O Sítio 'Lagoa de São Vitor' sob a ótica da arqueologia da paisagem: cultura material e marcos paisagísticos (sudeste do piauí)	2015	Revisão Teórica, Metodológica e Bibliográfica
Complexo Arqueológico do Açude das Pedras: a dinâmica de ocupação de um contexto singular no Riacho do Pontal	2015	Revisão Teórica, Metodológica e Bibliográfica
A fotografia nas pesquisas arqueológicas	2015	Revisão Teórica, Metodológica e Bibliográfica

Abordagem etnozoológica como subsídio para o conhecimento do patrimônio imaterial no nordeste do Brasil: um estudo de caso na região do entorno do Parque Nacional Serra da Capivara	2015	Revisão Teórica, Metodológica e Bibliográfica
Análise sobre o impacto do discurso cronológico para a construção da história de Tiwanaku	2016	Revisão Teórica, Metodológica e Bibliográfica
Modelos virtuais georreferenciados para o curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial/Univasf: SIG e fotogrametria aplicados ao Sítio Escola Toca da Invenção	2016	Revisão Teórica, Metodológica e Bibliográfica
Análise espacial do Sítio Arqueológico Juazeiro: ocupação Tupiguarani na chapada do Araripe- Caldeirão Grande do Piauí	2017	Arqueologia do Passado Remoto
Preservação de Sítios Sambaquieiros no Brasil e no Mundo	2014	Arqueologia do Passado Remoto
Caracterização da matriz arqueológica do sítio paleontológico/arqueológico Toca de Cima dos Pilão, área arqueológica Serra da Capivara, PI.	2018	Revisão Teórica, Metodológica e Bibliográfica
Análise dos métodos de datação por luminescência e sua aplicação nos sítios ceramistas do Parque Nacional Serra da Capivara, Piauí	2009	Revisão Teórica, Metodológica e Bibliográfica
O clima no cânion: monitoramento e processamento de dados climáticos em sítios do Desfiladeiro da Capivara	2018	Revisão Teórica, Metodológica e Bibliográfica
Conhecimentos arqueológicos aplicados nos programas de pesquisas SETI: explorando os potenciais e os limites interdisciplinares	2016	Revisão Teórica, Metodológica e Bibliográfica
O desenvolvimento dos métodos e técnicas arqueológicas de 1850 à 1950	2017	Revisão Teórica, Metodológica e Bibliográfica
Da (Des)Obediência Patrimonial à Colonialidades Cultural: identidades inventadas e memórias fragmentadas na capital do paraíba	2014	Arqueologia Social e Indisciplinada
A dieta das comunidades pretéritas e atuais, na região do Parque Nacional Serra da Capivara-PI: os roedores	2017	Revisão Teórica, Metodológica e Bibliográfica
Evolução Cultural: críticas a Teoria dos Memes e ensaios para uma Teoria da Transmissão Cultural não darwinista	2018	Revisão Teórica, Metodológica e Bibliográfica
Gestão e preservação do patrimônio histórico: Viçosa do Ceará- CE	2017	Arqueologia Histórica
Paisagens em quadrinhos: uma análise arqueológica da representação de Hiroshima a partir do mangá Gen Pés Descalços	2019	Revisão Teórica, Metodológica e Bibliográfica
A paleofauna no contexto das pinturas rupestres da área arqueológica Serra da Capivara	2016	Revisão Teórica, Metodológica e Bibliográfica
Paleopatologia nos remanescentes ósseos humanos na área arqueológica Serra da Capivara -PI: estudo de caso no sítio arqueológico Toca da Baixa dos Caboclos	2016	Revisão Teórica, Metodológica e Bibliográfica

Preservação da cultura Imaterial da cidade de Remanso- BA	2017	Arqueologia Histórica
Utilização da fotografia nos procedimentos de arte rupestre	2015	Revisão Teórica, Metodológica e Bibliográfica
O Museu do Antigo Zabelê na Perspectiva da Arqueologia Pública e Museologia Social	2021	Arqueologia Social e Indisciplinada
Interfaces entre Arqueologia Pública e Memória Social: os processos de patrimonialização da sanfona em Dom Inocêncio? PI	2021	Arqueologia Social e Indisciplinada
Arqueologia, patrimônio cultural e memória social: a indumentária junina da quadrilha Arraiá Brilho do Sol, São Raimundo Nonato - PI	2021	Arqueologia Social e Indisciplinada
AQUI, ONDE CAVAR ACHA POTE? Patrimônio Arqueológico nos quintais dos moradores de São Braz do Piauí-PI e seus usos e significados no presente	2019	Arqueologia Social e Indisciplinada
O uso da Fotogrametria em contexto arqueológico: elaboração de modelos 3D em material ósseo humano	2022	Revisão Teórica, Metodológica e Bibliográfica
As Contribuições dos Estudos dos Fitólitos para a Pesquisa Arqueológica	2020	Revisão Teórica, Metodológica e Bibliográfica
O clima do cânion: monitoramento e processamento de dados climáticos em sítios do Desfiladeiro da Capivara	2018	Revisão Teórica, Metodológica e Bibliográfica
Padrão de Reconhecimento e Temática Dominante nas Pinturas Rupestres do Boqueirão do Riacho de São Pedro e do Boqueirão da Residência, no Município de Sento Sé - BA	2012	Arte Rupestre
IN ARTICULO MORTIS: Arqueologia experimental em ambiente mortuário com <i>Sus domesticus</i>	2020	Revisão Teórica, Metodológica e Bibliográfica
Pinturas Rupestres do Boqueirão do Riacho dos Oliveiras, em Jaguarari-BA	2015	Arte Rupestre
A Tradição Nordeste na área arqueológica de Sobradinho, BA	2010	Arte Rupestre
Os Anjos dormem: O cemitério dos Anjos de São Braz do Piauí sob a ótica da Arqueologia Funerária	2020	Arqueologia Histórica
Registro de práticas alimentares na comunidade Lagoa do Canto, São Raimundo Nonato - PI: saberes e fazeres a partir da memória social	2020	Arqueologia Social e Indisciplinada
Arqueologia e geofísica no semiárido brasileiro: um experimento em resistividade elétrica	2022	Revisão Teórica, Metodológica e Bibliográfica
'Essa água não via pesinho': Estruturas materiais e narrativas sobre coleta de água em Lagoa de Fora, São Raimundo Nonato-PI	2022	Arqueologia Social e Indisciplinada
Quando os ossos contam histórias: patologias traumáticas utilizadas para entender comportamento social	2022	Revisão Teórica, Metodológica e Bibliográfica

APÊNDICE D – TABELA DAS MONOGRAFIAS DA UFPI

UFPI		
TÍTULO	ANO	CATEGORIA
Proposta de Elaboração de uma Rota Turística para Cana Brava, Buriti dos Montes – Piauí Brasil	2019	Arqueologia Social e Indisciplinada
"Análise do contexto Arqueológico e Arquitetônico da Fazenda Trabalhado e, Campo Maior (PI)"	2016	Arqueologia Histórica
"Batalha de São Gonçalo: um Estudo Arqueológico no Município de Batalha-PI a partir de Antigas Fazendas de Gado"	2017	Arqueologia Histórica
"Fazenda Serra Negra: uma arqueologia de Histórias e estórias"	2015	Arqueologia Histórica
"Lagoa Cercada: uma arqueologia da paisagem, Piauí, Brasil"	2015	Revisão Teórica, Metodológica e Bibliográfica
"Logística Aplicada ao Trabalho de Campo Arqueológico"	2017	Revisão Teórica, Metodológica e Bibliográfica
"Naufrágio no rio Parnaíba e o desenvolvimento do comércio piauiense"	2016	Arqueologia Histórica
"O espetáculo da dor: Tecnologia da punição de escravos nas fazendas coloniais do Piauí"	2017	Arqueologia Histórica
A arte rupestre dos sítios Tamboril e Tanques, Barras - PI	2015	Arte Rupestre
A Balaia no Maranhão e no Piauí: aspectos arqueológicos, históricos e sociais	2014	Arqueologia Histórica
A Bilheira: Objeto de Representação Social e Cultura na Casa do Piauí	2016	Arqueologia Histórica
A canhungá madurecê: o mocroró como parte da tradição e identidade dos Tremembés de Almofala-Ceará	2017	Arqueologia Social e Indisciplinada
A Casa Grande da Fazenda Ininga, José de Freitas - PI	2015	Arqueologia Histórica
A Coleção Simplício Dias da Silva do Museu do Piauí: Perspectivas sobre o tratamento da cultura material	2013	Revisão Teórica, Metodológica e Bibliográfica
A espacialidade do Museu de Arqueologia e Paleontologia da UFPI e sua importância para construção do saber arqueológico Teresina	2018	Arqueologia Social e Indisciplinada
A Fauna Arqueomalacológica dos Sítios Seu Bode e Sambaqui da Baía: Uma Abordagem Zooarqueológica dos sítios conchíferos do Litoral do Piauí (NE, Brasil)	2011	Revisão Teórica, Metodológica e Bibliográfica
A Igreja da Frecheira: Um superartefato no interior do Piauí (Cocal - PI)	2013	Arqueologia Histórica
A Prática do Torém e sua relação com os espaços ancestrais entre os Tremembés de Almofala - CE	2014	Arqueologia Social e Indisciplinada

A socialização do conhecimento arqueológico como ferramenta didática nos níveis fundamental e médio: Uma análise das ações educativas do projeto planalto Piauí	2014	Arqueologia Social e Indisciplinada
Abordagens preliminares do Sítio Covão da Jaburu, Juazeiro do Piauí	2014	Arte Rupestre
Abrigo das Moendas - Ipiranga do Piauí: levantamento e descrição dos registros rupestres e pré-diagnóstico do estado geral de conservação	2013	Arte Rupestre
Análise arqueométrica como estratégia para prospectar indicadores de atividade humana antiga do sítio arqueológico Entrada do Caminho da Caiçara	2019	Revisão Teórica, Metodológica e Bibliográfica
Análise arqueométrica de pinturas rupestres e eflorescências salinas do sítio Pedra do Atlas, Piripiri, Piauí	2014	Arte Rupestre
Análise arqueométrica de sedimentos do Sítio Sambaqui da Baía, Cajueiro da Praia, Piauí, Brasil	2014	Revisão Teórica, Metodológica e Bibliográfica
Análise de pinturas rupestres da Pedra do Cantagalo I com espectrômetro Mössbauer miniaturizado MIMOS II	2015	Arte Rupestre
Análise de pinturas rupestres do Letreiro da Pedra Riscada por espectroscopia Raman	2013	Arte Rupestre
Análise de sedimentos do sítio Pedra do Cantagalo I: uma busca por indicadores arqueométricos de atividade humana pré-histórica.	2015	Revisão Teórica, Metodológica e Bibliográfica
Análise de vasilhas cerâmicas que possivelmente foram utilizadas como urnas funerárias ou como acompanhamento funerário	2019	Arqueologia do Passado Remoto
Análise tipológica preliminar da cultura material do sítio Pedra do Cantagalo I e seu entorno	2013	Arqueologia do Passado Remoto
Arqueologia como urnas funerárias	2018	Arqueologia do Passado Remoto
Arqueologia e Poder: o uso do avião como armamento militar no contexto da Primeira e Segunda Guerra Mundial	2016	Arqueologia Histórica
Arqueologia e Projetos de Educação Patrimonial no Piauí - uma avaliação	2016	Arqueologia Social e Indisciplinada
Arqueologia experimental na construção do saber arqueológico das ferramentas Líticas	2018	Revisão Teórica, Metodológica e Bibliográfica
Arqueologia Urbana: Teresina e o Mercado São José - Piauí	2019	Arqueologia Histórica
Arqueologia, História e Luta: Os tremembés, seus sítios arqueológicos, seus antepassados e sua terra	2013	Arqueologia Social e Indisciplinada
Arqueometria aplicada ao estudo de pinturas rupestres e eflorescências salinas do sítio Pedra do Dicionário, Piripiri, Piauí	2014	Arte Rupestre
As estratégias de caça em cenas da Tradição Nordeste de pinturas rupestres	2017	Arte Rupestre
As louças históricas do sítio arqueológico Morro do Gemedor	2013	Arqueologia Histórica
CARTA ARQUEOLÓGICA DE TERESINA: primeiros apontamentos	2018	Arqueologia Histórica

Cemitério do Batalhão do Jenipapo: Pensando na tradição antes da intervenção	2013	Arqueologia Histórica
Conjuntos Cerâmicos do Sítio Nova Fátima e Acervo do Museu do Ceará: Contribuições para Compreensão da Ocupação dos Povos Tupi na Serra da Ibiapaba (CE)	2018	Arqueologia do Passado Remoto
Conteúdos de Arqueologia Pública ou Educação Patrimonial em projetos arqueológicos no Estado do Piauí (2008-2014): Uma perspectiva sobre interação social e preservação de recursos arqueológicos	2015	Arqueologia Social e Indisciplinada
Contribuições Arqueológicas para uma área pouco conhecida: estudo de caso da Pedra Lavrada do Ingá - PB - Brasil	2013	Arte Rupestre
De Residência a Memorial os espaços se transformam: Arqueologia da Arquitetura no Memorial Tertuliano Brandão Filho, Pedro II (PI)	2016	Arqueologia Histórica
Do Barro ao Pote: do Pote à Multiplicidade das Peças Cerâmicas	2019	Revisão Teórica, Metodológica e Bibliográfica
Do tempo dos antigos ao Tremembés de Almofala: territorialização indígena e patrimônio arqueológico Tremembé - Almofala - Ceará	2016	Arqueologia Social e Indisciplinada
Documentação dos grafismos e problemas de conservação dos sítios Pedra do Letreiro I, II e III - Capitão de Campos - Piauí	2014	Arte Rupestre
É um sítio mesmo: Arqueologia, apropriações e ressignificações do patrimônio	2016	Arqueologia Social e Indisciplinada
Entre a morte e a memória: um estudo de caso Toca dos Coqueiros, Piauí	2014	Arqueologia do Passado Remoto
Entre a morte, a glória e a devoção: marcas materiais da Batalha do Jenipapo na paisagem de Campo Maior	2013	Arqueologia Histórica
Entre cacos de bebidas: Um estudo dos materiais vítreos encontrados no Sítio Arqueológico Pilim II, Ilha Grande de Santa Isabel-PI	2014	Arqueologia Histórica
Entre Dunas e Manguezais habitando os lugares: contribuições da Arqueologia da Paisagem para análise dos sítios arqueológicos na comunidade do Macapá (Luís Correia - Piauí - Brasil)	2016	Revisão Teórica, Metodológica e Bibliográfica
Entre o Sonho e o Melaço da Cana: Uma usina de açúcar no Piauí? 1906 a 1982	2016	Arqueologia Histórica
Entre o velho e o novo: um olhar sobre a cartografia histórica a partir dos softwares de SIG	2018	Revisão Teórica, Metodológica e Bibliográfica
Enxoval funerário: as vestes da morte como identidade cultural	2014	Arqueologia do Passado Remoto
Estudo da variabilidade formal da cerâmica do sítio Seu Né frente ao modelo de distinção Tupinambá/Proto-Tupinambá	2017	Arqueologia do Passado Remoto
Estudo de caso: Letreiro da Torre II	2011	Arqueologia do Passado Remoto
Extroversão dos saberes: Sítio Histórico Curral Queimado	2015	Arqueologia Social e Indisciplinada

Georreferenciando o Piauí Colonial: geotecnologia aplicada à Arqueologia	2019	Revisão Teórica, Metodológica e Bibliográfica
Gestão de Acervos Paleontológicos e Arqueológicos	2015	Revisão Teórica, Metodológica e Bibliográfica
Grafismos zoomorfos do Parque Nacional de Sete Cidades: sítios Pedra do Americano, Inscrição dos Seis Dedos e Pedra do Lagarto	2015	Arte Rupestre
Grupos pré-históricos no médio Parnaíba: identidade e contexto ambiental	2011	Arqueologia do Passado Remoto
Igreja Matriz de São Gonçalo e o Povoamento no Município de Ipueiras - CE	2018	Arqueologia Histórica
Igreja Nossa Senhora da Conceição de Almofala-CE: uma abordagem política sobre o patrimônio Tremembé	2015	Arqueologia Social e Indisciplinada
Imagens Enigmáticas de Pinturas e Gravuras Rupestres: Representações Xamânicas?	2018	Arte Rupestre
Inscrições pré-históricas do Buriti dos Cavalos: levantamento dos registros rupestres, pré-diagnóstico e propostas de intervenção	2011	Arte Rupestre
Investigando identidade e práticas rituais na arte rupestre	2013	Arte Rupestre
Levantamento da arte rupestre e dos problemas de conservação do sítio arqueológico Pedra da Gameleira, Castelo do Piauí - PI	2011	Arte Rupestre
Levantamento das principais técnicas analíticas utilizadas em estudos arqueológicos no estado do Piauí	2011	Revisão Teórica, Metodológica e Bibliográfica
Levantamento Histórico e Arqueológico da fazenda Descuido: um patrimônio a ser preservado	2014	Arqueologia Histórica
Mãos carimbadas: assinaturas variadas em sítios de arte rupestre do Parque Nacional de Sete Cidades	2015	Arte Rupestre
Mapeamento e Georreferenciamento Arqueológico da Serra da Ibiapaba	2017	Revisão Teórica, Metodológica e Bibliográfica
Marcas na paisagem arqueológica de um estabelecimento histórico-rural; Estudo de caso sobre a fazenda casa-grande de São Domingos, José de Freitas, Piauí	2013	Arqueologia Histórica
Memórias materializadas no Reisado de Caretas, na cidade de Boa Hora - PI	2019	Arqueologia Social e Indisciplinada
Morfometria geométrica e artefatos cerâmicos: esboçando uma metodologia de classificação morfológica automatizada	2017	Revisão Teórica, Metodológica e Bibliográfica
MOTORISTA GREGÓRIO: um estudo arqueológico sobre os ex-votos e o principal monumento de devoção ao mártir	2018	Arqueologia Histórica
Museu de Arqueologia e Paleontologia MAP- UFPI como lugar de Educação Cultural	2018	Arqueologia Social e Indisciplinada
O campo de concentração da seca em Senador Pompeu - CE: uma perspectiva da memória e da Arqueologia	2019	Arqueologia Histórica
O Mercado Central de Teresina: fragmentos da reconstituição de um patrimônio	2017	Arqueologia Histórica

O pixo como forma de expressão humana e as relações com os grafismos rupestres pré-históricos	2018	Arqueologia Histórica
O potencial arqueológico na fazenda Buritizinho, Altos-Pi, pelo viés da arqueologia histórica	2016	Arqueologia Histórica
O que os mortos tem a dizer: um breve estudo acerca dos rituais funerários da Toca do Gongo I, Toca da Baixa dos Caboclos, Toca do Paraguaio e Portal da Serra da Cangalha, Piauí	2013	Arqueologia do Passado Remoto
O sílex em contexto arqueológico no estado do Piauí: uma análise comparativa	2019	Revisão Teórica, Metodológica e Bibliográfica
O Sol nasce para todos: análise arqueoastronômica de registros rupestres, Parque Nacional de Sete Cidades, Piauí, Brasil.	2018	Arte Rupestre
Ocres vermelhos e amarelos do sítio Pedra do Atlas: uma análise arqueométrica com foco na identificação de espécies ferruginosas	2018	Revisão Teórica, Metodológica e Bibliográfica
Os cachimbos cerâmicos procedentes de sítios da Lagoa do portinho, Piauí, Brasil: Uma análise morfo-técnica	2013	Arqueologia do Passado Remoto
Pacajus: uma escavação da memória	2016	Arqueologia Histórica
Patrimônio como Instrumento de Luta: Museu Comunitário da Boa Esperança	2019	Arqueologia Social e Indisciplinada
Patrimônio Cultural e Museu na Comunidade Indígena Nazaré de Lagoa de São Francisco - PI	2018	Arqueologia Social e Indisciplinada
Patrimônio em Risco: Potencial arqueológico do Centro Histórico de Teresina	2013	Arqueologia Histórica
Pedra da Gameleira: um aporte para o passado	2011	Arqueologia do Passado Remoto
Por uma cartografia arqueológica do Centro Histórico de União-PI	2015	Revisão Teórica, Metodológica e Bibliográfica
Potencial arqueológico de Caldeirão Grande do Piauí, Brasil	2015	Arqueologia do Passado Remoto
Problemas de Conservação nas Pinturas Rupestres - Sítios do Morro da Coã - Piauí, Brasil	2019	Arte Rupestre
Problemas e soluções relacionados à acessibilidade e mobilidade em centros históricos nordestinos: estudo de caso em Oeiras PI.	2019	Arqueologia Social e Indisciplinada
Processos Formativos de um Sítio Costeiro no Piauí: Geoarqueologia e Zooarqueologia do Sambaqui da Baía	2011	Revisão Teórica, Metodológica e Bibliográfica
Processos formativos e fatores ocupacionais: uma análise comparativa dos sítios arqueológicos Sambaqui da Baixa Fria e Sambaqui da Baía	2013	Revisão Teórica, Metodológica e Bibliográfica
Proposta de musealização in situ da Fazenda Boqueirão em Campo Maior - PI	2015	Arqueologia Histórica

Registros rupestres e estado geral de conservação do Complexo de Sítios Arqueológicos Expulsar, em Quiterianópolis, Ceará	2017	Arte Rupestre
Repatriamento de bens arqueológicos	2015	Arqueologia Social e Indisciplinada
Representações fitomorfas em arte rupestre de sítios do PARNA de Sete Cidades	2014	Arte Rupestre
Representações rupestres e problemas de conservação do sítio Pedra do Cantagalo I, Piripiri, Piauí	2013	Arte Rupestre
Revisão dos dados de cadastro de Sítios Arqueológicos do Piauí a partir de informações disponíveis no CNSA-IPHAN.	2018	Revisão Teórica, Metodológica e Bibliográfica
Segurança no Trabalho Arqueológico: avaliação de riscos ambientais no sítio histórico Fazenda Serra Negra, Aroazes	2011	Revisão Teórica, Metodológica e Bibliográfica
Similaridades fractais: estudo de pinturas rupestres figurativas em Morro do Chapéu, Bahia	2018	Arte Rupestre
Sítio arqueológico Pedra do Arco, Piracuruca - PI	2015	Arqueologia do Passado Remoto
SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DE BURITI DOS MONTES - PI: a gestão do Patrimônio Arqueológico para sua preservação	2019	Revisão Teórica, Metodológica e Bibliográfica
Sobrado Simplício Dias (Parnaíba - PI): Uma Análise Arqueológica	2014	Arqueologia Histórica
Socialização do trabalho arqueológico através de ações da Arqueologia Pública na Lagoa do Portinho, Piauí	2015	Arqueologia Social e Indisciplinada
Tecnologia lítica no sudoeste do Piauí: o sítio Porto Alegre	2011	Arqueologia do Passado Remoto
Tecnologia lítica no vale do Parnaíba: os sítios Sibéria e Morro da Cruz	2011	Arqueologia do Passado Remoto
Teorias, tecnologia e cadeia operatória da cerâmica	2017	Revisão Teórica, Metodológica e Bibliográfica
Territorialização indígena e patrimônio arqueológico Tremembé - Almofala - Ceará	2016	Arqueologia Social e Indisciplinada
Tijolos Negros: Memória da Igreja Nossa Senhora do Rosário, Oeiras, Piauí	2017	Arqueologia Histórica
Um estudo interpretativo do sítio Pedra do Cartório	2018	Arqueologia do Passado Remoto
Um mercado e a cidade: as metamorfoses no mercado Central de Teresina - PI	2013	Arqueologia Histórica
Uma abordagem arqueológica sobre a cruz como símbolo e referência da fé cristã na igreja Católica Apostólica Romana	2019	Arqueologia Histórica

Uma Arqueologia Nossa: A informação oral na construção da memória e do patrimônio cultural	2014	Arqueologia Social e Indisciplinada
Venturas e Desventuras: Uma Reflexão Sobre uma Proposta de Sítio Escola em Sete Cidades	2017	Arqueologia Social e Indisciplinada
VOCÊS ESTÃO PERDIDOS? Um estudo dos sítios arqueológicos do município de Caracol - Piauí	2019	Revisão Teórica, Metodológica e Bibliográfica
Proposta museográfica para o Centro de Visitantes do Parque Nacional de Sete Cidades	2018	Arqueologia Social e Indisciplinada
As estradas que seguimos: a resignificação das estradas nativas por colonos em Oeiras - PI	2018	Arqueologia Histórica
Sítio Toca da Entrada do Baixão da Vaca: uma discussão sobre as técnicas de execução empregadas nas pinturas rupestres	2017	Arte Rupestre
A musicalidade na pedra do Ingá: gravuras que representam maracás	2017	Arte Rupestre
Cachimbo: marcas da memória e da resistência	2016	Arqueologia Histórica
Do rastro do leite ao silêncio do apito: a fábrica de laticínios de Campinas do Piauí-PI	2015	Arqueologia Histórica
Análise preliminar da técnica lítica do material amostrado em Lagoa Cercada, Colônia do Gurguê, Piauí, Brasil	2015	Arqueologia do Passado Remoto
Cerâmicas pré-coloniais no Piauí em dados arqueométricos	2015	Arqueologia do Passado Remoto
Representações de grafismos rupestres fitomorfos do Parque Nacional de Sete Cidades-Piauí: potencialidades interpretativas (estudo de caso: sítio arqueológico Pedra do Gavião)	2014	Arte Rupestre
Naufrágios no litoral do Piauí: primeiras abordagens	2013	Arqueologia Histórica
Análise tecno-tipológica do material lítico do município de Porto Alegre do Piauí	2011	Arqueologia do Passado Remoto
Sobre as pedras: análise tecnológica dos sítios arqueológicos Porto dos Cágados e Nova Iorque, Maranhão, Brasil	2011	Arqueologia do Passado Remoto
Levantamento dos artefatos cerâmicos do sítio Seu Bode, Luís Correia-PI: estudo preliminar	2011	Arqueologia do Passado Remoto
Sepultamentos humanos de Pedro II: estudo preliminar	2011	Arqueologia do Passado Remoto
Gravados na memória: os sítios de gravuras rupestres no Piauí	2011	Arte Rupestre
Arqueologia e memória: a comunidade indígena Cariri da Serra Grande, Queimada Nova - PI	2011	Arqueologia Social e Indisciplinada
Aquém-túmulo: os Mortos “ilustres” e suas famílias na Teresina oitocentista	2021	Arqueologia Histórica

Refletindo Arqueologia: em busca de uma relação descolonizante com a comunidade indígena Tremembé de Almofala	2016	Arqueologia Social e Indisciplinada
---	------	---

APÊNDICE E – ADC DA UNIVASF

TÍTULO	FRAGMENTOS DA HISTÓRIA DE PILÃO ARCADE - BA
ANO	2016
AUTORIA	Alessandra Rocha da Silva
TEXTO	Os termos Oralidade , História Oral e Entrevista aparecem ao todo 27 vezes ao longo do texto, e constituem a abordagem teórico-metodológica utilizada pela autora para acessar os seus entrevistados. O termo Memória aparece 50 vezes e é diferenciado em Memória Individual e Coletiva . É através da memória dos entrevistados que a autora consegue contar a história do local e, assim, atingir os objetivos da pesquisa. Os termos Social , Sociedade e Comunidade aparecem ao todo 62 vezes, evocando a inclusão social na pesquisa.
PRÁTICA DISCURSIVA	O local de estudo é o município de Pilão Arcado - BA. O trabalho foi citado em: MAGESTE, L.; AMARAL, A.; SANTOS, M. Reflexões iniciais sobre as Arqueologias da Universidade Federal do Vale do São Francisco. In: Arqueologia e Patrimônio - Volume III: Transdisciplinaridades, Patrimônios e Problemas Contemporâneos. 1ed. Anais eletrônicos [...]. São Raimundo Nonato: UNIVASF, 2021, v. 3, p. 133-160. Disponível em: https://portais.univasf.edu.br/pparque/publicacoes/arquivos-1/arqueologia-e-patrimonio-volume-3.pdf . Acesso em: 08 ago. 2023.
PRÁTICA SOCIAL	Os conceitos utilizados remetem à uma prática arqueológica social e indisciplinada, à medida que contribui para o reconhecimento e valorização da cultura de uma determinada comunidade.

TÍTULO	COMUNIDADE QUILOMBOLA LAGOA DAS EMAS: Educação e Patrimônio no Território de Lagoas
ANO	2020
AUTORIA	Alexandre Keity Hawls de Moura
TEXTO	Os termos Social e Sociedade aparecem ao todo 52 vezes. A palavra Comunidade aparece 116 vezes, em razão do objeto de estudo ser uma Comunidade Quilombola em específico. Memória , 35 vezes. Entrevista e Etnográfica , 10 vezes. Educação Patrimonial , 18 vezes. Educação Popular , 13 vezes. Identidade , 35 vezes. Pertencimento , 5 vezes. Arqueologia Pública , 5 vezes. Sócio-afetiva , 3 vezes.
PRÁTICA DISCURSIVA	O local de estudo é o município de São Raimundo Nonato - PI. O trabalho foi citado em: MAGESTE, L.; AMARAL, A.; SANTOS, M. Reflexões iniciais sobre as Arqueologias da Universidade Federal do Vale do São Francisco. In: Arqueologia e Patrimônio - Volume III: Transdisciplinaridades, Patrimônios e Problemas Contemporâneos. 1ed. Anais eletrônicos [...]. São Raimundo Nonato: UNIVASF, 2021, v. 3, p. 133-160. Disponível em: https://portais.univasf.edu.br/pparque/publicacoes/arquivos-1/arqueologia-e-patrimonio-volume-3.pdf . Acesso em: 08 ago. 2023.
PRÁTICA SOCIAL	O objeto de estudo e os conceitos utilizados remetem à uma prática arqueológica social e indisciplinada, pois trata-se de um trabalho sobre e para a comunidade, à medida que contribui através da Educação Popular e Patrimonial para a gestão cultural, social e política.

TÍTULO	A SENZALA E A ESCOLA: Memórias Sobre Ruínas
ANO	2016
AUTORIA	Ana Ferreira de Assis
TEXTO	O termo Memória aparece 39 vezes. Identidade , 28 vezes. Social e Sociedade , 19 vezes. Comunidade , 144 vezes. Pertencimento , 8 vezes. Oralidade e História Oral , 16 vezes. Entrevista , 18 vezes. Subalterno , Subalternidade e Subalternização , 4 vezes.

PRÁTICA DISCURSIVA	O local de estudo é o município de Quatis - RJ. O trabalho foi citado em: MAGESTE, L.; AMARAL, A.; SANTOS, M. Reflexões iniciais sobre as Arqueologias da Universidade Federal do Vale do São Francisco. <i>In</i> : Arqueologia e Patrimônio - Volume III: Transdisciplinaridades, Patrimônios e Problemas Contemporâneos. 1ed. Anais eletrônicos [...]. São Raimundo Nonato: UNIVASF, 2021, v. 3, p. 133-160. Disponível em: https://portais.univasf.edu.br/pparque/publicacoes/arquivos-1/arqueologia-e-patrimonio-volume-3.pdf . Acesso em: 08 ago. 2023.
PRÁTICA SOCIAL	O objeto de estudo e os conceitos utilizados remetem à uma prática arqueológica social e indisciplinada, pois trata-se de um trabalho sobre e para a comunidade, à medida que contribui para o reconhecimento da comunidade quilombola.

TÍTULO	RESIDÊNCIA DO SENHOR ANTÔNIO: Habitação de Taipa e Barro, Lugares de memória e memórias do lugar
ANO	2014
AUTORIA	Cícero Ney Pereira de Oliveira
TEXTO	O termo Memória aparece 76 vezes. Identidade , 24 vezes. Social e Sociedade , 30 vezes. Comunidade , 16 vezes. Entrevista , 27 vezes. História Oral , 5 vezes. Subalterno e Subalternidade , 4 vezes.
PRÁTICA DISCURSIVA	O local de estudo é o município de São Raimundo Nonato - PI. O trabalho foi publicado como livro: OLIVEIRA, C.; MORAES, V (editor). Residência do Senhor Antônio : Lugares de memórias e memórias do lugar. Novas Edições Acadêmicas, 2017. Na forma de artigo: OLIVEIRA, C.; MEGA, O. RESIDÊNCIA DO SENHOR ANTÔNIO: HABITAÇÃO DE TAIPA E BARRO, LUGARES DE MEMÓRIA E MEMÓRIA DE LUGARES. Revista Tessituras , Pelotas, v. 3, n. 1, 2015. DOI: https://doi.org/10.15210/tes.v3i1.5402 . Disponível em: https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/tessituras/article/view/5402 . Acesso em: 07 ago. 2023. E uma citação em: MAGESTE, L.; AMARAL, A.; SANTOS, M. Reflexões iniciais sobre as Arqueologias da Universidade Federal do Vale do São Francisco. <i>In</i> : Arqueologia e Patrimônio - Volume III: Transdisciplinaridades, Patrimônios e Problemas Contemporâneos. 1ed. Anais eletrônicos [...]. São Raimundo Nonato: UNIVASF, 2021, v. 3, p. 133-160. Disponível em: https://portais.univasf.edu.br/pparque/publicacoes/arquivos-1/arqueologia-e-patrimonio-volume-3.pdf . Acesso em: 08 ago. 2023.
PRÁTICA SOCIAL	Os conceitos utilizados remetem à uma prática arqueológica social e indisciplinada, à medida que contribui para o reconhecimento e valorização da cultura material de uma determinada comunidade.

TÍTULO	A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA ARQUEOLOGIA BRASILEIRA: um estudo de caso no entorno do Parque Nacional Serra da Capivara
ANO	2014
AUTORIA	Claudio Marcio Barbosa de Siqueira
TEXTO	O termo Educação Patrimonial aparece 192 vezes, e é o marcador teórico-metodológico do trabalho. Social e Sociedade , 46 vezes. Comunidade , 20 vezes. Memória , 26 vezes. Entrevista e História Oral , 39 vezes. Arqueologia Pública , 18 vezes.

PRÁTICA DISCURSIVA	O local de estudo é o município de São Raimundo Nonato - PI. O trabalho foi citado em: MAGESTE, L.; AMARAL, A.; SANTOS, M. Reflexões iniciais sobre as Arqueologias da Universidade Federal do Vale do São Francisco. <i>In</i>: Arqueologia e Patrimônio - Volume III: Transdisciplinaridades, Patrimônios e Problemas Contemporâneos. 1ed. Anais eletrônicos [...]. São Raimundo Nonato: UNIVASF, 2021, v. 3, p. 133-160. Disponível em: https://portais.univasf.edu.br/pparque/publicacoes/arquivos-1/arqueologia-e-patrimonio-volume-3.pdf. Acesso em: 08 ago. 2023. E em: CARVALHO, A. W. R. de; COSTA, R. L.; CASTRO, M. de S. O pet na escola: um roteiro de ações de educação patrimonial desenvolvido no âmbito do programa de educação tutorial no município de São Raimundo Nonato - PI. Revista Arqueologia Pública, Campinas, SP, v. 14, n. 1, p. 75–95, 2020. DOI: 10.20396/rap.v14i1.8658855. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8658855. Acesso em: 9 ago. 2023. MAGESTE, L. AMARAL, A. As Arqueologias Afetivas na produção discente da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF): desdobramentos históricos e interfaces teóricas na construção da Arqueologia no Sudeste e Sudoeste do Piauí. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum., Belém, v. 17, n. 2, p. 1-46, 2022. DOI: https://doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2020-0115. Disponível em: https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/FnyCNmj8yhJgzJL9fhH5bhM/. Acesso em: 07 ago. 2023.
PRÁTICA SOCIAL	Os conceitos remetem à uma Arqueologia Social e Indisciplinada. Apesar de não haver na prática uma contribuição social, o autor lança críticas e propostas para uma Educação Patrimonial de fato inclusiva.

TÍTULO	MISTICISMO E SIMBOLISMO NA “COVA DA TIA”: Um olhar sobre o Patrimônio Cultural Imaterial da região de São Raimundo Nonato e entorno
ANO	2009
AUTORIA	Crisvanete de Catro Aquino
TEXTO	Os termos Social e Sociedade aparecem juntos 18 vezes. Comunidade aparece 27 vezes. Identidade , 29 vezes. Memória , 22 vezes. Oralidade e Entrevista , 46 vezes.

PRÁTICA DISCURSIVA	O local de estudo é o município de São Raimundo Nonato - PI. O trabalho foi apresentado em: AQUINO, C. MISTICISMO E SIMBOLISMO NA “COVA DA TIA” UM OLHAR SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DA REGIÃO DE SÃO RAIMUNDO NONATO E ENTORNO. <i>In</i>: II SETA - Seminário de Teoria Arqueológica Contemporânea, 2021. Anais eletrônicos [...]. São Raimundo Nonato: UNIVASF, 2021, p. 14. Disponível em: https://portais.univasf.edu.br/pparque/publicacoes/arquivos-1/livro-de-resumos-ii-seta-18-19-20-2021.pdf. Acesso em: 09 ago. 2023. Foi citado em um artigo: MAGESTE, L. AMARAL, A. As Arqueologias Afetivas na produção discente da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF): desdobramentos históricos e interfaces teóricas na construção da Arqueologia no Sudeste e Sudoeste do Piauí. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum., Belém, v. 17, n. 2, p. 1-46, 2022. DOI: https://doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2020-0115. Disponível em: https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/FnyCNmj8yhJgzJL9fhH5bhM/. Acesso em: 07 ago. 2023. Em: MAGESTE, L.; AMARAL, A.; SANTOS, M. Reflexões iniciais sobre as Arqueologias da Universidade Federal do Vale do São Francisco. <i>In</i>: Arqueologia e Patrimônio - Volume III: Transdisciplinaridades, Patrimônios e Problemas Contemporâneos. 1ed. Anais eletrônicos [...]. São Raimundo Nonato: UNIVASF, 2021, v. 3, p. 133-160. Disponível em: https://portais.univasf.edu.br/pparque/publicacoes/arquivos-1/arqueologia-e-patrimonio-volume-3.pdf. Acesso em: 08 ago. 2023. Em duas monografias: SOUSA, M. EX-VOTOS DA TOCA DO CRUZEIRO: Uma análise da memória religiosa e da materialidade da fé na comunidade Sítio do Mocó - Coronel José Dias – Piauí. Monografia (Graduação em Arqueologia) - Universidade Federal do Vale do São Francisco, São Raimundo Nonato, 2019. ALMEIDA NETA, M. OS RITUAIS DO MORRO DO CRUZEIRO COMO ATRIBUTOS DA IDENTIDADE SANRAIMUNDENSE: um patrimônio modificado. Monografia (Graduação em Arqueologia) - Universidade Federal do Vale do São Francisco, São Raimundo Nonato, 2011. E em uma dissertação: VIANA, N. Traquejos e labutas: trabalhadores escravizados no sertão do Piauí (São Raimundo Nonato, segunda metade século XIX). 2018. 148 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em História) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2018.
PRÁTICA SOCIAL	O objeto de estudo e os conceitos utilizados remetem à uma prática arqueológica social e indisciplinada, pois trata-se de um trabalho sobre e para a comunidade, à medida que contribui para o reconhecimento e valorização da cultura religiosa de uma determinada comunidade.

TÍTULO	OS LUGARES DE MEMÓRIAS E A CARTA ARQUEOLÓGICA DO MUNICÍPIO DE BREJO SANTO, ESTADO DO CEARÁ, BRASIL
ANO	2018
AUTORIA	Daline Lima de Oliveira
TEXTO	O termo Memória aparece 130 vezes ao longo do texto. Os termos Social e Sociedade aparecem ao todo 28 vezes. Identidade, 10 vezes. Pertencimento, 12 vezes.
PRÁTICA DISCURSIVA	O local de estudo é o município de Brejo Santo - CE. A monografia foi publicada como livro: OLIVEIRA, D. Os lugares de memórias e a carta arqueológica de Brejo Santo, Ceará. Brazil Publishing, 2020. O trabalho recebeu em 2019 o Prêmio Luiz de Castro Faria (7ª edição): BRASIL. IPHAN. Edição 2019. Disponível em: https://www.gov.br/iphan/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/premios/premio-luiz-de-castro-faria/edicao-2019. Acesso em: 08 ago. 2023. Foi citado em: MAGESTE, L.; AMARAL, A.; SANTOS, M. Reflexões iniciais sobre as Arqueologias da Universidade Federal do Vale do São Francisco. <i>In</i>: Arqueologia e Patrimônio - Volume III: Transdisciplinaridades, Patrimônios e Problemas Contemporâneos. 1ed. Anais eletrônicos [...]. São Raimundo Nonato: UNIVASF, 2021, v. 3, p. 133-160. Disponível em: https://portais.univasf.edu.br/pparque/publicacoes/arquivos-1/arqueologia-e-patrimonio-volume-3.pdf. Acesso em: 08 ago. 2023. Em uma dissertação: SOUZA, L. A ocupação humana na porção oriental da bacia sedimentar do Araripe, Cariri Cearense: um estudo geoarqueológico dos Sítios Baixa do Jardim, Antônio Gomes e Caboclinho. 2020. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020. Em um artigo: RIOS, C.; OLIVEIRA, D.; JÚNIOR, V. MEMÓRIA E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO

	ARQUEOLÓGICO MARÍTIMO: A Jangada de Raiz de Timbaúba do Ceará, Brasil. Clio Arqueológica , Recife, v. 37, n. 2, p. 34-52. DOI: https://doi.org/10.51359/2448-2331.2022.257227 . Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/clioarqueologica/article/view/257227/43544 . Acesso em: 08 ago. 2023.
PRÁTICA SOCIAL	Os conceitos remetem à uma Arqueologia Social e Indisciplinada. Contudo, não foram feitas entrevistas e não houve uma contribuição social.

TÍTULO	“ERAM TODOS HOMENS?”: por uma arqueologia feminista das mulheres do contexto maníçobeiro
ANO	2019
AUTORIA	Dhara Rodrigues Lima
TEXTO	O termo Subalternização e seus derivativos foram utilizados 15 vezes no texto. O termo Social , 81 vezes. Sociedade e Comunidade , 44 vezes. Identidade , 14 vezes. Contemporâneo , 15 vezes.
PRÁTICA DISCURSIVA	O local de estudo é o município de São Raimundo Nonato - PI. O trabalho foi citado em: MAGESTE, L.; AMARAL, A.; SANTOS, M. Reflexões iniciais sobre as Arqueologias da Universidade Federal do Vale do São Francisco. <i>In</i> : Arqueologia e Patrimônio - Volume III: Transdisciplinaridades, Patrimônios e Problemas Contemporâneos. 1ed. Anais eletrônicos [...] . São Raimundo Nonato: UNIVASF, 2021, v. 3, p. 133-160. Disponível em: https://portais.univasf.edu.br/pparque/publicacoes/arquivos-1/arqueologia-e-patrimonio-volume-3.pdf . Acesso em: 08 ago. 2023. Em: LIMA, D. Arqueologia de Gênero e Arqueologia Feminista: Termos de Diferença e Termos que Aproximam. <i>In</i> : Azevedo Netto, C. X; van Havre, G. (Org.). De Ingá à Arqueologia Inclusiva : Novas Linguagens. Gênero e Arqueologia: Perspectivas desde o Nordeste. João Pessoa: NDIHR - UFPB, v. 1, p. 27-71, 2021. Disponível em: https://www.sabnet.org/download/download?ID_DOWNLOAD=714 . Acesso em: 08 ago. 2023. E em: LIMA, D. R.; SENA, V. K. ERAM TODOS HOMENS?: Por uma Arqueologia para as mulheres do Contexto Maníçobeiro. <i>In</i> : I SAPA - Simpósio de Arqueologia e Patrimônio. Anais eletrônicos [...] . São Raimundo Nonato: UNIVASF, p. 126-127, 2019. Disponível em: https://portais.univasf.edu.br/pparque/publicacoes/arquivos-1/sapa_livro-de-resumos.pdf . Acesso em: 09 ago. 2023.
PRÁTICA SOCIAL	Os conceitos remetem à uma Arqueologia Social e Indisciplinada. Contudo, não foram feitas entrevistas e não houve uma contribuição social, mas uma contribuição para as discussões de gênero e feminismo na Arqueologia.

TÍTULO	HISTÓRIAS, CAUSOS E LUGARES: Um olhar da arqueologia para as narrativas de “alivusias” e dos lugares de memória de Caldeirãozinho, Jurema, Piauí
ANO	2019
AUTORIA	Fábio Isídio dos Santos
TEXTO	O termo Memória aparece 88 vezes. Os termos Social e Sociedade aparecem ao todo 11 vezes. Comunidade aparece 21 vezes. Entrevista , 53 vezes. História Oral , 21 vezes.

PRÁTICA DISCURSIVA	O local de estudo é o município de Jurema - PI. O trabalho foi apresentado em: SANTOS, F. "HISTÓRIAS, CAUSOS E LUGARES: Um olhar da arqueologia para as narrativas de "alivusias" e dos lugares de memória de Caldeirãozinho, Jurema, Piauí". <i>In: I SETA - Seminário de Teoria Arqueológica Contemporânea</i>, 2019. Anais eletrônicos [...]. São Raimundo Nonato: Univasf, p. 89-90, 2019. Disponível em: https://doity.com.br/i-seta-contemporanea-pparque-srn/blog/comunicacoes-orais. Acesso em: 09 ago. 2023. Foi citado em: CASTRO, M.; COSTA, R. As Narrativas Acerca do Aldeamento São João de Sende (1765-1786): Historiografia, Tradição Oral e Arqueologia. FUMDHAMentos (2022), v. XIX, n. 2. p. 87-115. Disponível em: http://fumdham.org.br/cpt_revistas/fumdhamentos-xix-2022-n2/. Acesso em: 08 ago. 2023. E em: MAGESTE, L.; AMARAL, A.; SANTOS, M. Reflexões iniciais sobre as Arqueologias da Universidade Federal do Vale do São Francisco. <i>In: Arqueologia e Patrimônio - Volume III: Transdisciplinaridades, Patrimônios e Problemas Contemporâneos</i>. 1ed. Anais eletrônicos [...]. São Raimundo Nonato: UNIVASF, 2021, v. 3, p. 133-160. Disponível em: https://portais.univasf.edu.br/pparque/publicacoes/arquivos-1/arqueologia-e-patrimonio-volume-3.pdf. Acesso em: 08 ago. 2023.
PRÁTICA SOCIAL	O objeto de estudo e os conceitos utilizados remetem à uma prática arqueológica social e indisciplinada, pois trata-se de um trabalho sobre e para a comunidade, à medida que o autor, que também pertence à comunidade, contribui para o reconhecimento e valorização da cultura dessa comunidade.

TÍTULO	UMA ARQUEOLOGIA DOS MANIÇÓBEIROS: reflexões acerca das vivências na Serra Branca – Parque Nacional Serra da Capivara
ANO	2013
AUTORIA	Geórgia Layla Holanda de Araújo
TEXTO	O termo Memória aparece 85 vezes. Entrevista, 92 vezes. Oralidade e História Oral, 30 vezes. Social e Sociedade, 39 vezes. Comunidade, 13 vezes. Pertencimento, 7 vezes. Arqueologia Pública, 11 vezes. Identidade, 8 vezes. Subalterno, 4 vezes.
PRÁTICA DISCURSIVA	O local de estudo é o município de São Raimundo Nonato - PI. Foi encontrada uma citação ao trabalho em um artigo: MAGESTE, L. AMARAL, A. As Arqueologias Afetivas na produção discente da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF): desdobramentos históricos e interfaces teóricas na construção da Arqueologia no Sudeste e Sudoeste do Piauí. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum., Belém, v. 17, n. 2, p. 1-46, 2022. DOI: https://doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2020-0115. Disponível em: https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/FnyCNmj8yhJgzJL9fhH5bhM/. Acesso em: 07 ago. 2023. E em: MAGESTE, L.; AMARAL, A.; SANTOS, M. Reflexões iniciais sobre as Arqueologias da Universidade Federal do Vale do São Francisco. <i>In: Arqueologia e Patrimônio - Volume III: Transdisciplinaridades, Patrimônios e Problemas Contemporâneos</i>. 1ed. Anais eletrônicos [...]. São Raimundo Nonato: UNIVASF, 2021, v. 3, p. 133-160. Disponível em: https://portais.univasf.edu.br/pparque/publicacoes/arquivos-1/arqueologia-e-patrimonio-volume-3.pdf. Acesso em: 08 ago. 2023.
PRÁTICA SOCIAL	O objeto de estudo e os conceitos utilizados remetem à uma prática arqueológica social e indisciplinada, pois trata-se de um trabalho sobre e para a comunidade, à medida que contribui para o reconhecimento e valorização dos maniçóbeiros da região.

TÍTULO	"AQUI, ONDE CAVAR ACHA POTE": Patrimônio Arqueológico nos quintais dos moradores de São Braz do Piauí-PI e seus usos e significados no presente
ANO	2019
AUTORIA	Géssika Sousa Macêdo
TEXTO	O termo Arqueologia do Presente aparece 13 vezes. Arqueologia Pública, 12 vezes. Etno-história, 8 vezes. Etnografia ou Etnográfico, 11 vezes. Comunidade, 48 vezes. Social e Sociedade, 18 vezes. Afeto ou Afetiva, 10 vezes. Memória, 26 vezes. Pós-colonial, 8 vezes. Violência epistêmica, 5 vezes. Pesquisa-ação, 5 vezes.

PRÁTICA DISCURSIVA	O local de estudo é o município de São Braz do Piauí - PI. O trabalho foi apresentado em: MACÊDO, G.; MAGESTE, L. "AQUI, ONDE CAVAR ACHA POTE": Patrimônio Arqueológico nos quintais dos moradores de São Braz do Piauí-PI e seus usos e significados no presente. <i>In: I SAPA - Simpósio de Arqueologia e Patrimônio. Anais eletrônicos</i> [...]. São Raimundo Nonato: UNIVASF, p. 73-74, 2019. Disponível em: https://portais.univasf.edu.br/pparque/publicacoes/arquivos-1/sapa_livro-de-resumos.pdf. Acesso em: 09 ago. 2023. MACÊDO, G.; MAGESTE, L. Registro Arqueológico no Presente: As relações entre Arqueologias e as Comunidades de São Braz do Piauí - PI. <i>In: I SETA - Seminário de Teoria Arqueológica Contemporânea</i>, 2019. <i>Anais eletrônicos</i> [...]. São Raimundo Nonato: UNIVASF, p. 32-33, 2019. Disponível em: https://doity.com.br/i-seta-contemporanea-pparque-srn/blog/comunicacoes-oraais. Acesso em: 09 ago. 2023. Em: MACÊDO, G.; MAGESTE, L. RESSIGNIFICANDO A ARQUEOLOGIA PÚBLICA: PERCEPÇÕES SENSÍVEIS SOBRE OBJETOS, LUGARES, PESSOAS E ENTIDADES DE SÃO BRAZ DO PIAUÍ-PI. <i>In: II SETA - Seminário de Teoria Arqueológica Contemporânea</i>, 2021. <i>Anais eletrônicos</i> [...]. São Raimundo Nonato: UNIVASF, p. 33, 2021. Disponível em: https://portais.univasf.edu.br/pparque/publicacoes/arquivos-1/livro-de-resumos-ii-seta-18-19-20-2021.pdf. Acesso em: 09 ago. 2023. O trabalho foi publicado em formato de artigo em: MACÊDO, G.; MAGESTE, L. "Aqui, Onde Cavar Acha Pote": Patrimônio Arqueológico nos Quintais dos Moradores de São Braz do Piauí-PI e seus Usos e Significados no Presente. FUMDHAMentos (2020), vol. XVII, n. 2. pp. 129-156. Disponível em: http://fumdham.org.br/wp-content/uploads/2021/04/fumdham-fumdhamentos-xvii-2020-684845.pdf. Acesso em: 08 ago. 2023. E é citado em dois artigos: MAGESTE, L. AMARAL, A. As Arqueologias Afetivas na produção discente da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF): desdobramentos históricos e interfaces teóricas na construção da Arqueologia no Sudeste e Sudoeste do Piauí. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum., Belém, v. 17, n. 2, p. 1-46, 2022. DOI: https://doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2020-0115. Disponível em: https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/FnyCNmj8yhJgzJL9fhH5bhM/. Acesso em: 07 ago. 2023. MAGESTE, L.; MACÊDO, G.; PAES, E.; SANTOS, C. As arqueologias de São Braz do Piauí: apontamentos iniciais sobre as narrativas e usos dos bens arqueológicos no presente. Cadernos do Lepaarq, Pelotas, v. XVII, n. 34, p. 164-182, 2020. DOI: https://doi.org/10.15210/lepaarq.v17i34.19412. Disponível em: https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/lepaarq/article/view/19412/0. Acesso em: 14 jul. 2022. E em: MAGESTE, L.; AMARAL, A.; SANTOS, M. Reflexões iniciais sobre as Arqueologias da Universidade Federal do Vale do São Francisco. <i>In: Arqueologia e Patrimônio - Volume III: Transdisciplinaridades, Patrimônios e Problemas Contemporâneos</i>. 1ed. <i>Anais eletrônicos</i> [...]. São Raimundo Nonato: UNIVASF, 2021, v. 3, p. 133-160. Disponível em: https://portais.univasf.edu.br/pparque/publicacoes/arquivos-1/arqueologia-e-patrimonio-volume-3.pdf. Acesso em: 08 ago. 2023.
PRÁTICA SOCIAL	O objeto de estudo e os conceitos utilizados remetem à uma prática arqueológica social e indisciplinada, pois trata-se de um trabalho sobre e para a comunidade, à medida que a autora, que também faz parte da comunidade pesquisada, dialoga e executa ações educativas, contribuindo para o fortalecimento do laço identitário entre comunidade e patrimônio arqueológico.

TÍTULO	MAPEAMENTO ARQUEOLÓGICO DOS SÍTIOS ASSOCIADOS À DIÁSPORA AFRICANA NO MUNICÍPIO DE SÃO RAIMUNDO NONATO-PI
ANO	2018
AUTORIA	Gracilene Eufigênia dos Santos Coelho
TEXTO	Os termos Social e Sociedade aparecem ao todo 27 vezes. Comunidade , 72 vezes. Entrevista , 9 vezes. Identidade , 8 vezes. Memória , 9 vezes.

PRÁTICA DISCURSIVA	O local de estudo é o município de São Raimundo Nonato - PI. O trabalho foi apresentado em: COELHO, G. MEMÓRIA, PERTENCIMENTO E ESQUECIMENTO: AS NARRATIVAS EM TORNO DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS E ESPAÇOS ASSOCIADOS A DIÁSPORA AFRICANA NO TERRITÓRIO QUILOMBOLA LAGOAS-PI. <i>In: I SAPA - Simpósio de Arqueologia e Patrimônio. Anais eletrônicos</i> [...]. São Raimundo Nonato: UNIVASF, p. 75, 2019. Disponível em: https://portais.univasf.edu.br/pparque/publicacoes/arquivos-1/sapa_livro-de-resumos.pdf. Acesso em: 09 ago. 2023. COELHO, G. MAPEAMENTO ARQUEOLÓGICO DOS SÍTIOS ASSOCIADOS À DIÁSPORA AFRICANA NO MUNICÍPIO DE SÃO RAIMUNDO NONATO-PI. <i>In: II SETA - Seminário de Teoria Arqueológica Contemporânea</i>, 2021. <i>Anais eletrônicos</i> [...]. São Raimundo Nonato: UNIVASF, 2021, p. 14-15. Disponível em: https://portais.univasf.edu.br/pparque/publicacoes/arquivos-1/livro-de-resumos-ii-seta-18-19-20-2021.pdf. Acesso em: 09 ago. 2023. O trabalho foi citado em: MAGESTE, L.; AMARAL, A.; SANTOS, M. Reflexões iniciais sobre as Arqueologias da Universidade Federal do Vale do São Francisco. <i>In: Arqueologia e Patrimônio - Volume III: Transdisciplinaridades, Patrimônios e Problemas Contemporâneos</i>. 1ed. <i>Anais eletrônicos</i> [...]. São Raimundo Nonato: UNIVASF, 2021, v. 3, p. 133-160. Disponível em: https://portais.univasf.edu.br/pparque/publicacoes/arquivos-1/arqueologia-e-patrimonio-volume-3.pdf. Acesso em: 08 ago. 2023.
PRÁTICA SOCIAL	O objeto de estudo e os conceitos utilizados remetem à uma prática arqueológica social e indisciplinada, pois trata-se de um trabalho sobre e para a comunidade, à medida que contribui para o reconhecimento das comunidades quilombolas.

TÍTULO	MULHERES QUE FORAM ALÉM DAS PRÁTICAS COTIDIANAS: Estudo de caso de proprietárias de terras, residentes rurais e agricultoras na região de São Raimundo Nonato - PI
ANO	2014
AUTORIA	Izabel Aparecida Daniel
TEXTO	O termo Social aparece 70 vezes. Sociedade , 47 vezes. Comunidade , 14 vezes. Entrevista , 19 vezes. História Oral , 12 vezes. Memória , 13 vezes. Identidade , 40 vezes.
PRÁTICA DISCURSIVA	O local de estudo é o município de São Raimundo Nonato - PI. O trabalho foi citado em: MAGESTE, L.; AMARAL, A.; SANTOS, M. Reflexões iniciais sobre as Arqueologias da Universidade Federal do Vale do São Francisco. <i>In: Arqueologia e Patrimônio - Volume III: Transdisciplinaridades, Patrimônios e Problemas Contemporâneos</i>. 1ed. <i>Anais eletrônicos</i> [...]. São Raimundo Nonato: UNIVASF, 2021, v. 3, p. 133-160. Disponível em: https://portais.univasf.edu.br/pparque/publicacoes/arquivos-1/arqueologia-e-patrimonio-volume-3.pdf. Acesso em: 08 ago. 2023.
PRÁTICA SOCIAL	Os conceitos remetem à uma Arqueologia Social e Indisciplinada. Contudo, apesar do uso de entrevistas, não houve uma contribuição social, mas uma contribuição para as discussões de gênero e feminismo na Arqueologia.

TÍTULO	A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO ESTRATÉGIA DE ARQUEOLOGIA PÚBLICA NA ÁREA DO PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA
ANO	2014
AUTORIA	Jaime de Santana Oliveira
TEXTO	O termo Social aparece 33 vezes. Sociedade , 21 vezes. Comunidade , 116 vezes. Arqueologia Pública , 69 vezes. Educação Patrimonial , 42 vezes. Entrevista , 80 vezes. História Oral , 11 vezes. Memória , 43 vezes. Pertencimento , 9 vezes. Identidade , 14 vezes.
PRÁTICA DISCURSIVA	O local de estudo é o município de São Raimundo Nonato - PI. O trabalho foi citado em: MAGESTE, L.; AMARAL, A.; SANTOS, M. Reflexões iniciais sobre as Arqueologias da Universidade Federal do Vale do São Francisco. <i>In: Arqueologia e Patrimônio - Volume III: Transdisciplinaridades, Patrimônios e Problemas Contemporâneos</i>. 1ed. <i>Anais eletrônicos</i> [...]. São Raimundo Nonato: UNIVASF, 2021, v. 3, p. 133-160. Disponível em: https://portais.univasf.edu.br/pparque/publicacoes/arquivos-1/arqueologia-e-patrimonio-volume-3.pdf. Acesso em: 08 ago. 2023. E em: MAGESTE, L. AMARAL, A. As Arqueologias Afetivas na produção discente da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF): desdobramentos históricos e interfaces teóricas na construção da Arqueologia no Sudeste e

	Sudoeste do Piauí. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi . Ciênc. hum., Belém, v. 17, n. 2, p. 1-46, 2022. DOI: https://doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2020-0115 . Disponível em: https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/FnyCNmj8yhJgzJL9fhH5bhM/ . Acesso em: 07 ago. 2023.
PRÁTICA SOCIAL	O objeto de estudo e os conceitos utilizados remetem à uma prática arqueológica social e indisciplinada, pois trata-se de um trabalho sobre e para a comunidade, à medida que o diálogo com a comunidade contribui para o fortalecimento do laço identitário com o patrimônio arqueológico, e traz críticas em relação ao papel social da Arqueologia.

TÍTULO	A LIDA DO VAQUEIRO DA COMUNIDADE BOQUEIRÃO/BURITI DO REI, OEIRAS-PI: Cultura material, espaços, memórias e saberes"
ANO	2018
AUTORIA	Janaina Ferreira Martins
TEXTO	Os termos Social e Sociedade aparecem ao todo 14 vezes. Comunidade , 14 vezes. Entrevista , 5 vezes. Memória , 26 vezes. Identidade , 6 vezes.
PRÁTICA DISCURSIVA	O local de estudo é o município de Oeiras - PI. Foram encontradas três citações ao trabalho: SILVA, A.; MAGESTE, L. Conexões Entre Cultura Material e Memória Social no Semiárido Piauiense: A Indumentária dos Vaqueiros da Comunidade de Queimadinha, Município de São Raimundo Nonato-PI. FUMDHAMentos (2022), vol. XIX, n. 2. p. 17-39. Disponível em: http://fumdham.org.br/wp-content/uploads/2023/05/fumdham-fumdhamentos-xix-2022-n-2-_941275.pdf . Acesso em: 08 ago. 2023. MAGESTE, L. AMARAL, A. As Arqueologias Afetivas na produção discente da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF): desdobramentos históricos e interfaces teóricas na construção da Arqueologia no Sudeste e Sudoeste do Piauí. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi . Ciênc. hum., Belém, v. 17, n. 2, p. 1-46, 2022. DOI: https://doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2020-0115 . Disponível em: https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/FnyCNmj8yhJgzJL9fhH5bhM/ . Acesso em: 07 ago. 2023. MAGESTE, L.; AMARAL, A.; SANTOS, M. Reflexões iniciais sobre as Arqueologias da Universidade Federal do Vale do São Francisco. In: Arqueologia e Patrimônio - Volume III: Transdisciplinaridades, Patrimônios e Problemas Contemporâneos. 1ed. Anais eletrônicos [...] . São Raimundo Nonato: UNIVASF, 2021, v. 3, p. 133-160. Disponível em: https://portais.univasf.edu.br/pparque/publicacoes/arquivos-1/arqueologia-e-patrimonio-volume-3.pdf . Acesso em: 08 ago. 2023. O trabalho foi apresentado em: MARTINS, J.; AMARAL, A. CULTURA MATERIAL, ESPAÇOS, E SABERES ASSOCIADOS A LIDA DO VAQUEIRO NA COMUNIDADE BOQUEIRÃO/BURITI DO REI, OEIRAS-PI. In: I SAPA - Simpósio de Arqueologia e Patrimônio. Anais eletrônicos [...] . São Raimundo Nonato: UNIVASF, p. 78-79, 2019. Disponível em: https://portais.univasf.edu.br/pparque/publicacoes/arquivos-1/sapa_livro-de-resumos.pdf . Acesso em: 09 ago. 2023
PRÁTICA SOCIAL	O objeto de estudo e os conceitos utilizados remetem à uma prática arqueológica social e indisciplinada, pois trata-se de um trabalho sobre e para a comunidade, à medida que a autora, que também faz parte da comunidade, contribui para o reconhecimento e valorização da cultura de uma determinada comunidade.

TÍTULO	INTERFACES ENTRE ARQUEOLOGIA PÚBLICA E MEMÓRIA SOCIAL: Os Processos de Patrimonialização da Sanfona em Dom Inocêncio – PI
ANO	2021
AUTORIA	Lorena dos Passos Silva
TEXTO	O termo Social aparece 20 vezes. Sociedade , 17. Comunidade , 12. Arqueologia Pública , 41 vezes. Memória , 43 vezes. Afetividade , 4 vezes. Identidade , 15 vezes.
PRÁTICA DISCURSIVA	O local de estudo é o município de Dom Inocêncio - PI. Não foram encontrados outros meios de divulgação ou citações ao trabalho.

PRÁTICA SOCIAL	O objeto de estudo e os conceitos utilizados remetem à uma prática arqueológica social e indisciplinada, pois trata-se de um trabalho sobre e para a comunidade, à medida que contribui para o reconhecimento e valorização da cultura de uma determinada comunidade.
-----------------------	--

TÍTULO	O MUSEU DO ANTIGO ZABELÊ NA PERSPECTIVA DA ARQUEOLOGIA PÚBLICA E MUSEOLOGIA SOCIAL
ANO	2021
AUTORIA	Maria Alda da Silva Braga
TEXTO	O termo Social é utilizado 67 vezes ao longo do trabalho, pois o mesmo aborda a perspectiva da Museologia Social. Sociedade, 17 vezes. Comunidade, 241 vezes. Arqueologia Pública, 42 vezes. Memória, 111 vezes. Afetivo, Afeto e Afetividade, 8 vezes. Identidade, 10 vezes. Pertencimento, 5 vezes. Entrevista, 83 vezes. Oralidade e História Oral, 13 vezes.
PRÁTICA DISCURSIVA	O local de estudo é o município de São Raimundo Nonato - PI. O trabalho foi apresentado na VII SAB Nordeste: BRAGA, M. MAGESTE, L. O Museu do Antigo Zabelê: Um Estudo a partir da Arqueologia Pública e Museologia Social. <i>In: VII SAB Nordeste, 2022. ISSN 2675-1666. Anais eletrônicos [...].</i> Delmiro Gouveia: Revista Caeté, UFAL. 2022, v. 4, n. 1. Disponível em: https://www.seer.ufal.br/index.php/revistadecienciashumanascaete/article/view/15027 . Acesso em: 08 ago. 2023. E em: BRAGA, M.; MAGESTE, L. CAMINHOS DA MEMÓRIA: SEGUINDO AS COISAS DO ANTIGO ZABELÊ NA PERSPECTIVA DA ARQUEOLOGIA DO PRESENTE. <i>In: III SETA - Seminário de Teoria Arqueológica Contemporânea, 2022. ISBN: 978-85-5322-147-9. Anais eletrônicos [...].</i> São Raimundo Nonato: Univasf, p. 22, 2022. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1L7HtB2-VB9vSucIAEuBdd4ksAIXMD/view?pli=1 . Acesso em: 08 ago. 2023.
PRÁTICA SOCIAL	O objeto de estudo e os conceitos utilizados remetem à uma prática arqueológica social e indisciplinada, pois trata-se de um trabalho sobre e para a comunidade, à medida que contribui para o reconhecimento e valorização da cultura de uma determinada comunidade.

TÍTULO	COSTURANDO MEMÓRIAS: saberes patrimoniais e artefatos relacionados à arte da costura na comunidade Capim do Zé Macário/ Dirceu Arcoverde- PI
ANO	2016
AUTORIA	Maria Betânia de Castro Passos
TEXTO	O termo Sociedade aparece 16 vezes. Comunidade, 122 vezes. Memória, 41 vezes. Identidade, 8 vezes. Entrevista, 31 vezes. História Oral, 2 vezes.
PRÁTICA DISCURSIVA	O local de estudo é o município de Dirceu Arcoverde - PI. O trabalho foi apresentado em: PASSOS, M.; ASSIS, N. COSTURANDO MEMÓRIAS: saberes patrimoniais e artefatos relacionados à arte da costura na comunidade Capim do Zé Macário/ Dirceu Arcoverde- PI. <i>In: Reunião Regional da SBPC. Anais eletrônicos [...].</i> São Raimundo Nonato, 2016. ISSN 2178-3969. Disponível em: http://www.sbpnet.org.br/livro/saoraimundononato/resumos/1627.pdf . Acesso em: 08 ago 2023. E foi citado em: MAGESTE, L.; AMARAL, A.; SANTOS, M. Reflexões iniciais sobre as Arqueologias da Universidade Federal do Vale do São Francisco. <i>In: Arqueologia e Patrimônio - Volume III: Transdisciplinaridades, Patrimônios e Problemas Contemporâneos. 1ed. Anais eletrônicos [...].</i> São Raimundo Nonato: UNIVASF, 2021, v. 3, p. 133-160. Disponível em: https://portais.univasf.edu.br/pparque/publicacoes/arquivos-1/arqueologia-e-patrimonio-volume-3.pdf . Acesso em: 08 ago. 2023.
PRÁTICA SOCIAL	O objeto de estudo e os conceitos utilizados remetem à uma prática arqueológica social e indisciplinada, pois trata-se de um trabalho sobre e para a comunidade, à medida que contribui para o reconhecimento e valorização da cultura de uma determinada comunidade.

TÍTULO	OS RITUAIS DO MORRO DO CRUZEIRO COMO ATRIBUTOS DA IDENTIDADE SANRAIMUNDENSE: um patrimônio modificado
ANO	2011
AUTORIA	Maria de Fátima Paes de Almeida Neta
TEXTO	Os termos Social, Comunidade e Sociedade aparecem ao todo 17 vezes. Identidade, 6 vezes. Memória, 8 vezes. História Oral, 11 vezes. Entrevista, 12 vezes.

PRÁTICA DISCURSIVA	O local de estudo é o município de São Raimundo Nonato - PI. O trabalho foi apresentado em: ALMEIDA NETA, Maria de Fátima Paes de.; KESTERING, Celito. Os rituais do morro do cruzeiro: atributos da identidade Sanraimundense. <i>In</i>: KESTERING, Celito (Org.). Anais. Escavando a história de São Raimundo Nonato-PI, UNIVASF, 2013. p.257-286. Foram encontradas cinco citação ao trabalho: MAGESTE, L. AMARAL, A. As Arqueologias Afetivas na produção discente da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF): desdobramentos históricos e interfaces teóricas na construção da Arqueologia no Sudeste e Sudoeste do Piauí. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum., Belém, v. 17, n. 2, p. 1-46, 2022. DOI: https://doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2020-0115. Disponível em: https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/FnyCNmj8yhJgzJL9fhH5bhM/. Acesso em: 07 ago. 2023. E em: ASSIS, A.; AMARAL, A. Narrativas Colaborativas e Arqueologia Pública: Memória e Patrimônio nas Comunidades Caldeirãozinho, Jatobá dos Ferros e do Município de Jurema-PI. FUMDHAMentos (2020), vol. XVII, n. 2. pp. 73-103. 73. Disponível em: http://fumdham.org.br/wp-content/uploads/2021/04/fumdham-fumdhamentos-xvii-2020-_260607.pdf. Acesso em: 08 ago. 2023. MAGESTE, L.; AMARAL, A.; SANTOS, M. Reflexões iniciais sobre as Arqueologias da Universidade Federal do Vale do São Francisco. <i>In</i>: Arqueologia e Patrimônio - Volume III: Transdisciplinaridades, Patrimônios e Problemas Contemporâneos. 1ed. Anais eletrônicos [...]. São Raimundo Nonato: UNIVASF, 2021, v. 3, p. 133-160. Disponível em: https://portais.univasf.edu.br/pparque/publicacoes/arquivos-1/arqueologia-e-patrimonio-volume-3.pdf. Acesso em: 08 ago. 2023. SOUSA, M. EX-VOTOS DA TOCA DO CRUZEIRO: Uma análise da memória religiosa e da materialidade da fé na comunidade Sítio do Mocó - Coronel José Dias – Piauí. Monografia (Graduação em Arqueologia) - Universidade Federal do Vale do São Francisco, São Raimundo Nonato, 2019.
PRÁTICA SOCIAL	O objeto de estudo e os conceitos utilizados remetem à uma prática arqueológica social e indisciplinada, pois trata-se de um trabalho sobre e para a comunidade, à medida que contribui para o reconhecimento e valorização da cultura religiosa de uma determinada comunidade.

TÍTULO	“O LUGAR DAS COISAS” ARQUEOLOGIA PÚBLICA E DESCOLONIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: Um Estudo de Caso em Lagoa de São Vitor - PI
ANO	2017
AUTORIA	Mariana Zanchetta Otaviano
TEXTO	Os termos Social e Sociedade aparecem ao todo 43 vezes. Comunidade, 115 vezes. Arqueologia Pública, 59 vezes, e é o recorte teórico-metodológico da autora. Descolonial e seus derivativos, 33 vezes, e também faz parte do arcabouço teórico. Identidade, 15 vezes. Memória, 15 vezes. Entrevista, 1 vez.
PRÁTICA DISCURSIVA	O local de estudo é o município de São Raimundo Nonato - PI. O trabalho é citado em dois artigos: CASTRO, M.; COSTA, R. As Narrativas Acerca do Aldeamento São João de Sendé (1765-1786): Historiografia, Tradição Oral e Arqueologia. FUMDHAMentos (2022), v. XIX, n. 2. p. 87-115. Disponível em: http://fumdham.org.br/cpt_revistas/fumdhamentos-xix-2022-n2/. Acesso em: 08 ago. 2023. OTAVIANO, M. Patrimônio, Arqueologia e Comunidades: Da Violência Epistêmica à Construção de um Passado Múltiplo. Revista Noctua – Arqueologia e Patrimônio, v. 2, p. 3-11, 2019. DOI: https://doi.org/10.26892/noctua.v2i4p03-11. Disponível em: http://fundacaoparanabuc.org.br/arquivo/9a5ca_Noctua%202019.2%20-%20Artigo1.pdf. Acesso em: 08 ago. 2023. Em uma dissertação: OTAVIANO, Mariana Z. Não tem certo, não tem errado: estratigrafia das vozes, significados e apropriações da cultura material na comunidade da Aldeia da Mina Grande – T.I Kapinawá. 2019. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019. E em: MAGESTE, L.; AMARAL, A.; SANTOS, M. Reflexões iniciais sobre as Arqueologias da Universidade Federal do Vale do São Francisco. <i>In</i>: Arqueologia e Patrimônio - Volume III: Transdisciplinaridades, Patrimônios e Problemas Contemporâneos. 1ed. Anais eletrônicos [...]. São Raimundo Nonato: UNIVASF, 2021, v. 3, p. 133-160. Disponível em: https://portais.univasf.edu.br/pparque/publicacoes/arquivos-1/arqueologia-e-patrimonio-volume-3.pdf. Acesso em: 08 ago. 2023.
PRÁTICA SOCIAL	O objeto de estudo e os conceitos utilizados remetem à uma prática arqueológica social e indisciplinada, pois trata-se de um trabalho sobre e para a comunidade, à medida que a autora, através de uma Arqueologia Pública e Descolonial, dialoga e executa ações educativas,

	contribuindo para o fortalecimento do laço identitário entre comunidade e patrimônio arqueológico.
--	---

TÍTULO	FONTES DE VIDA, SOCIABILIDADE E MEMÓRIA: Narrativas sobre os caldeirões do Sítio do Mocó, Coronel José Dias-PI
ANO	2021
AUTORIA	Marildes Lima Miranda Sousa
TEXTO	O termo Social aparece 37 vezes. Sociedade , 16 vezes. Comunidade , 284 vezes. Entrevista , 53 vezes. História Oral , 11 . Arqueologia Pública , 24 vezes. Afeto e Afetivo , 9 vezes. Memória , 112 vezes.
PRÁTICA DISCURSIVA	O local de estudo é o município de Coronel José Dias - PI . O trabalho recebeu em 2022 o Prêmio Luiz de Castro Faria (10ª edição) de melhor monografia de graduação: BRASIL. Resultado de Julgamento - Concurso nº 2/2022. Diário Oficial da União , Brasília, 08 nov. 2022. Disponível em: https://www.in.gov.br/web/dou/-/resultado-de-julgamento-442134280 . Acesso em: 08 ago. 2023. Foi apresentado em: SOUSA, M.; FONTES, M. MEMÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL: OS CALDEIRÕES ROCHOSOS DE CORONEL JOSÉ DIAS-PI NO ENTORNO DO PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA COMO LOCAIS DE CONVÍVIO SOCIAL PARA OS MORADORES. In: III SETA - Seminário de Teoria Arqueológica Contemporânea. 2022. ISBN: 978-85-5322-147-9. Anais eletrônicos [...]. São Raimundo Nonato: Univasf, p. 30, 2022. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1L7HtB2-VB9vSucIAEuBdd4ksAIXMD/view?pli=1 . Acesso em: 08 ago. 2023.
PRÁTICA SOCIAL	O objeto de estudo e os conceitos utilizados remetem à uma prática arqueológica social e indisciplinada, pois trata-se de um trabalho sobre e para a comunidade, à medida que a autora, que também faz parte da comunidade pesquisada, ao trocar conhecimentos com as pessoas dessa comunidade sobre o patrimônio arqueológico, contribui para o fortalecimento do laço identitário e aproxima a academia da sociedade.

TÍTULO	EX-VOTOS DA TOCA DO CRUZEIRO: Uma análise da memória religiosa e da materialidade da fé na comunidade Sítio do Mocó - Coronel José Dias – Piauí
ANO	2019
AUTORIA	Marisa Lima Miranda Sousa
TEXTO	O termo Comunidade aparece 22 vezes. Entrevista , 9 vezes. Memória , 21 vezes.
PRÁTICA DISCURSIVA	O local do estudo é o município de Coronel José Dias - PI . O trabalho foi apresentado em: SOUSA, M.; AMARAL, A. MATERIALIDADE EX-VOTIVA NO PIAUÍ: ESTUDO COMPARATIVO DAS NARRATIVAS E OBJETOS DA TOCA DO CRUZEIRO, CEMITÉRIO DOS ANJOS E CRUZEIRO DA BATALHA DE JENIPAPO. In: II SETA - Seminário de Teoria Arqueológica Contemporânea, 2021. Anais eletrônicos [...]. São Raimundo Nonato: UNIVASF, 2021, p. 37. Disponível em: https://portais.univasf.edu.br/pparque/publicacoes/arquivos-1/livro-de-resumos-ii-seta-18-19-20-2021.pdf . Acesso em: 09 ago. 2023. E em: SOUSA, M.; AMARAL, A.; CARDOSO, R. EX-VOTOS DA TOCA DO CRUZEIRO: UMA ANÁLISE DA MEMÓRIA RELIGIOSA E DA MATERIALIDADE DA FÉ NA COMUNIDADE SÍTIO DO MOCÓ - CORONEL JOSÉ DIAS. In: I SAPA - Simpósio de Arqueologia e Patrimônio. Anais eletrônicos [...]. São Raimundo Nonato: UNIVASF p. 95-96, 2019. Disponível em: https://portais.univasf.edu.br/pparque/publicacoes/arquivos-1/sapa_livro-de-resumos.pdf . Acesso em: 09 ago. 2023. O trabalho foi citado em: MAGESTE, L.; AMARAL, A.; SANTOS, M. Reflexões iniciais sobre as Arqueologias da Universidade Federal do Vale do São Francisco. In: Arqueologia e Patrimônio - Volume III: Transdisciplinaridades, Patrimônios e Problemas Contemporâneos. 1ed. Anais eletrônicos [...]. São Raimundo Nonato: UNIVASF, 2021, v. 3, p. 133-160. Disponível em: https://portais.univasf.edu.br/pparque/publicacoes/arquivos-1/arqueologia-e-patrimonio-volume-3.pdf . Acesso em: 08 ago. 2023. E em: SOUSA, M.; AMARAL, A.; CARDOSO, R. A. A graça se fez matéria: os ex-votos de madeira do sítio Toca do Cruzeiro, Coronel José Dias/PI. Revista de Arqueologia , [S. l.], v. 34, n. 3, p. 307–336, 2021. DOI: 10.24885/sab.v34i3.921. Disponível em: https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/921 . Acesso em: 9 ago. 2023.

PRÁTICA SOCIAL	O objeto de estudo e os conceitos utilizados remetem à uma prática arqueológica social e indisciplinada, pois trata-se de um trabalho sobre e para a comunidade, à medida que a autora, que também faz parte da comunidade estudada, contribui para o reconhecimento e valorização da cultura religiosa da sua comunidade.
-----------------------	---

TÍTULO	MEMÓRIAS E NARRATIVAS SOBRE AS POPULAÇÕES INDÍGENAS EM SÃO RAIMUNDO NONATO-PI E MICRORREGIÃO: Uma descrição sobre as produções históricas antecedentes, abordagens precursoras e relatos orais
ANO	2019
AUTORIA	Pablo Patrick Jovino dos Santos
TEXTO	Os termos Social e Sociedade aparecem ao todo 27 vezes. Comunidade , 12 vezes. Memória , 98 vezes. Identidade , 71 vezes. Pertencimento , 15 vezes. Entrevista , 69 vezes.
PRÁTICA DISCURSIVA	O local do estudo é o município de São Raimundo Nonato - PI. O trabalho foi citado em: MAGESTE, L.; AMARAL, A. As Arqueologias Afetivas na produção discente da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF): desdobramentos históricos e interfaces teóricas na construção da Arqueologia no Sudeste e Sudoeste do Piauí. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum. , Belém, v. 17, n. 2, p. 1-46, 2022. DOI: https://doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2020-0115 . Disponível em: https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/FnyCNmj8yhJgzJL9fhH5bhM/ . Acesso em: 07 ago. 2023. MAGESTE, L.; AMARAL, A.; SANTOS, M. Reflexões iniciais sobre as Arqueologias da Universidade Federal do Vale do São Francisco. In: Arqueologia e Patrimônio - Volume III: Transdisciplinaridades, Patrimônios e Problemas Contemporâneos. 1ed. Anais eletrônicos [...] . São Raimundo Nonato: UNIVASF, 2021, v. 3, p. 133-160. Disponível em: https://portais.univasf.edu.br/pparque/publicacoes/arquivos-1/arqueologia-e-patrimonio-volume-3.pdf . Acesso em: 08 ago. 2023. MAGESTE, L.; MACÊDO, G.; PAES, E.; SANTOS, C. As arqueologias de São Braz do Piauí: apontamentos iniciais sobre as narrativas e usos dos bens arqueológicos no presente. Cadernos do Lepaarq , Pelotas, v. XVII, n. 34, p. 164-182, 2020. DOI: https://doi.org/10.15210/lepaarq.v17i34.19412 . Disponível em: https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/lepaarq/article/view/19412/0 . Acesso em: 14 jul. 2022. E apresentado em: SANTOS, P.; AMARAL, A. MEMÓRIAS E NARRATIVAS SOBRE AS POPULAÇÕES INDÍGENAS EM SÃO RAIMUNDO NONATO-PI E MICRORREGIÃO: Uma descrição sobre as produções históricas antecedentes, abordagens precursoras e relatos orais. In: I SAPA - Simpósio de Arqueologia e Patrimônio. Anais eletrônicos [...] . São Raimundo Nonato: UNIVASF, p. 98-99, 2019. Disponível em: https://portais.univasf.edu.br/pparque/publicacoes/arquivos-1/sapa_livro-de-resumos.pdf . Acesso em: 09 ago. 2023.
PRÁTICA SOCIAL	O objeto de estudo e os conceitos utilizados remetem à uma prática arqueológica social e indisciplinada, pois trata-se de um trabalho sobre e para a comunidade, à medida que contribui para o reconhecimento e valorização da identidade étnica de uma comunidade indígena.

TÍTULO	REGISTRO DE PRÁTICAS ALIMENTARES NA COMUNIDADE LAGOA DO CANTO: Saberes e fazeres a partir da memória social
ANO	2020
AUTORIA	Rafael Pereira Magalhães
TEXTO	Os termos Social e Sociedade aparecem ao todo 35 vezes. Comunidade aparece 173 vezes, em razão do trabalho ser voltado para uma comunidade específica. Memória , 78 vezes. Identidade , 9 vezes. Entrevista , 65 vezes. Arqueologia Pública , 11 vezes.
PRÁTICA DISCURSIVA	O local do estudo é o município de São Raimundo Nonato - PI. O trabalho foi premiado em 2021 pelo 9º Prêmio Luiz de Castro Faria como melhor monografia: BRASIL. Iphan divulga os trabalhos vencedores do Prêmio Luiz de Castro Faria 2021 . Ministério da Cultura, Brasília, DF, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/iphan/pt-br/assuntos/noticias/iphan-divulga-os-trabalhos-vencedores-do-premio-luiz-de-castro-faria-2021 . Acesso em: 09 ago. 2023.
PRÁTICA SOCIAL	O objeto de estudo e os conceitos utilizados remetem à uma prática arqueológica social e indisciplinada, pois trata-se de um trabalho sobre e para a comunidade, à medida que o autor, que também faz parte da comunidade estudada, contribui para a valorização dos saberes ancestrais relacionados à alimentação.

TÍTULO	ARQUEOLOGIA PÚBLICA E PATRIMÔNIO: O Acervo do “Museu da Cidade” e a Prática da Educação Patrimonial em Bom Despacho - MG
ANO	2014
AUTORIA	Rafaela Fonseca de Oliveira
TEXTO	Os termos Social e Sociedade aparecem ao todo 10 vezes. Comunidade , 17 vezes. Memória , 22 vezes. Identidade , 9 vezes. Arqueologia Pública , 6 vezes. Educação Patrimonial , 38 vezes.
PRÁTICA DISCURSIVA	O local estudado é o município de Bom Despacho - MG. O trabalho foi citado em: MAGESTE, L.; AMARAL, A.; SANTOS, M. Reflexões iniciais sobre as Arqueologias da Universidade Federal do Vale do São Francisco. In: Arqueologia e Patrimônio - Volume III: Transdisciplinaridades, Patrimônios e Problemas Contemporâneos. 1ed. Anais eletrônicos [...]. São Raimundo Nonato: UNIVASF, 2021, v. 3, p. 133-160. Disponível em: https://portais.univasf.edu.br/pparque/publicacoes/arquivos-1/arqueologia-e-patrimonio-volume-3.pdf . Acesso em: 08 ago. 2023.
PRÁTICA SOCIAL	O objeto de estudo e os conceitos utilizados remetem à uma prática arqueológica social e indisciplinada, pois trata-se de um trabalho sobre e para a comunidade, à medida que a autora dialoga e executa ações educativas, contribuindo para o fortalecimento do laço identitário entre comunidade e patrimônio arqueológico.

TÍTULO	O PATRIMÔNIO VERNACULAR DA CASA DE FARINHA: Arquitetura, Cultura Material e o Saber Fazer Artesanal Território Serra da Capivara - Bonfim do Piauí
ANO	2016
AUTORIA	Raquel da Silva Santos
TEXTO	Os termos Social e Sociedade aparecem ao todo 27 vezes. Comunidade , 23 vezes. Identidade , 18 vezes. Memória , 15 vezes. Entrevista , 30 vezes.
PRÁTICA DISCURSIVA	O local estudado é o município de Bonfim do Piauí - PI. O trabalho foi citado em: MAGESTE, L.; AMARAL, A.; SANTOS, M. Reflexões iniciais sobre as Arqueologias da Universidade Federal do Vale do São Francisco. In: Arqueologia e Patrimônio - Volume III: Transdisciplinaridades, Patrimônios e Problemas Contemporâneos. 1ed. Anais eletrônicos [...]. São Raimundo Nonato: UNIVASF, 2021, v. 3, p. 133-160. Disponível em: https://portais.univasf.edu.br/pparque/publicacoes/arquivos-1/arqueologia-e-patrimonio-volume-3.pdf . Acesso em: 08 ago. 2023. E apresentado em: SANTOS, R.; PASSOS, S. O PATRIMÔNIO VERNACULAR DA CASA DE FARINHA: Arquitetura, Cultura Material e o Saber Fazer Artesanal. In: Reunião Regional da SBPC. Anais eletrônicos [...]. São Raimundo Nonato, 2016. ISSN 2178-3969. Disponível em: http://www.sbpnet.org.br/livro/saoraimundononato/resumos/1622.pdf . Acesso em: 09 ago 2023.
PRÁTICA SOCIAL	O objeto de estudo e os conceitos utilizados remetem à uma prática arqueológica social e indisciplinada, pois trata-se de um trabalho sobre e para a comunidade, à medida que contribui para a valorização da cultura material e imaterial das comunidades em questão.

TÍTULO	“ESSA ÁGUA NÃO VIA PESINHO”: Estruturas Materiais e Narrativas Sobre Coleta de Água em Lagoa de Fora, São Raimundo Nonato, Piauí
ANO	2022
AUTORIA	Samara Sandra de Negreiros Paes
TEXTO	O termo Social aparece 23 vezes. Sociedade , 13 vezes. Comunidade , 170 vezes. Afeto e Afetivo , 6 vezes. Entrevista , 56 vezes. Memória , 56 vezes. Arqueologia do Presente e Arqueologia do Passado Contemporâneo , 13 vezes. Etnográfico e Etnografia , 10 vezes.
PRÁTICA DISCURSIVA	O local do trabalho é o município de São Raimundo Nonato - PI. Não foram encontradas publicações ou menções ao trabalho em razão da sua recente publicação.
PRÁTICA SOCIAL	O objeto de estudo e os conceitos utilizados remetem à uma prática arqueológica social e indisciplinada, pois trata-se de um trabalho sobre e para a comunidade, à medida que a autora, que também faz parte da comunidade pesquisada, ao trazer para o seu texto as percepções das pessoas sobre os lugares, contribui para o fortalecimento dos laços identitários e afetivos.

TÍTULO	AS CASAS DE FARINHA DE REMANSO – BA: patrimônio cultural sertanejo
ANO	2016
AUTORIA	Suele Magalhães Cerqueira
TEXTO	Os termos Comunidade , Sociedade e Social aparecem ao todo 34 vezes. Identidade , 19 vezes. Entrevista , 24 vezes. Oralidade e História Oral , 35 vezes.
PRÁTICA DISCURSIVA	O local do estudo é o município de Remanso - BA. O trabalho foi citado em: LEDOUX, N. ARQUITETURAS SUFRAGADAS E MEMÓRIAS CONSTRUÍDAS: UMA ARQUEOLOGIA DA MEMÓRIA DA REMANSO SUBMERSA-BA . Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, 2017. E em: MAGESTE, L.; AMARAL, A.; SANTOS, M. Reflexões iniciais sobre as Arqueologias da Universidade Federal do Vale do São Francisco. <i>In</i> : Arqueologia e Patrimônio - Volume III: Transdisciplinaridades, Patrimônios e Problemas Contemporâneos. 1ed. Anais eletrônicos [...]. São Raimundo Nonato: UNIVASF, 2021, v. 3, p. 133-160. Disponível em: https://portais.univasf.edu.br/pparque/publicacoes/arquivos-1/arqueologia-e-patrimonio-volume-3.pdf . Acesso em: 08 ago. 2023.
PRÁTICA SOCIAL	O objeto de estudo e os conceitos utilizados remetem à uma prática arqueológica social e indisciplinada, pois trata-se de um trabalho sobre e para a comunidade, à medida que contribui para a valorização da cultura material e imaterial da comunidade em questão.

TÍTULO	DA (DES)OBEDIÊNCIA PATRIMONIAL À COLONIALIDADE CULTURAL: Identidades Inventadas e Memórias Fragmentadas na Capital do Vale do Paraíba
ANO	2014
AUTORIA	Taiguara Francisco Alexo da Rocha Silva
TEXTO	O termo Colonialidade aparece 72 vezes. O termo Descolonial e seus derivativos aparecem 11 vezes. Identidade , 89 vezes. Pertencimento , 18 vezes. Memória , 33 vezes. Social , 95 vezes. Sociedade , 52 vezes. Comunidade , 8 vezes.
PRÁTICA DISCURSIVA	O local do estudo é o município de São José dos Campos - SP. O trabalho é citado em: MAGESTE, L.; AMARAL, A.; SANTOS, M. Reflexões iniciais sobre as Arqueologias da Universidade Federal do Vale do São Francisco. <i>In</i> : Arqueologia e Patrimônio - Volume III: Transdisciplinaridades, Patrimônios e Problemas Contemporâneos. 1ed. Anais eletrônicos [...]. São Raimundo Nonato: UNIVASF, 2021, v. 3, p. 133-160. Disponível em: https://portais.univasf.edu.br/pparque/publicacoes/arquivos-1/arqueologia-e-patrimonio-volume-3.pdf . Acesso em: 08 ago. 2023.
PRÁTICA SOCIAL	Os conceitos remetem à uma Arqueologia Social e Indisciplinada. Contudo, não foram feitas entrevistas e não houve uma contribuição social.

TÍTULO	OBJETOS DE MEMÓRIA: Análise da coleção da “Dona Vani” e “Seu Valdomiro” através da perspectiva da Arqueologia Pública
ANO	2019
AUTORIA	Thor Gabriel Martins
TEXTO	Os termos Social e Sociedade foram utilizados 24 vezes. Comunidade , 48 vezes. Identidade , 15 vezes. Pertencimento , 4 vezes. Afeto e seus derivativos, 25 vezes. Memória , 84 vezes. Arqueologia Pública , 9 vezes.

PRÁTICA DISCURSIVA	O local do estudo é o município de São Raimundo Nonato - PI. O trabalho foi apresentado em: MARTINS, T. OBJETOS DE MEMÓRIA: análise da coleção da “Dona Vani” e “Seu Valdomiro” através da perspectiva da Arqueologia Pública. <i>In</i>: VI Semana Internacional de Arqueologia dos Discentes MAE/USP. Anais eletrônicos [...]. São Paulo: MAE/USP, p. 70, 2019. ISBN: 978-85-60984-66-4. Disponível em: https://f67e8f31-bf6e-43a7-96e6-068d8e354ba7.filesusr.com/ugd/5ae6cf_31ecb9fe893748f3bc54e2a67ceaa0d4.pdf. Acesso em: 10 ago. 2023. Foi publicado em: MARTINS, T.; AMARAL, A. OBJETOS DE MEMÓRIA: Análise da coleção da “Dona Vani” e “Seu Valdomiro” através da perspectiva da Arqueologia Pública. <i>In</i>: Arqueologia e Patrimônio - Volume III: Transdisciplinaridades, Patrimônios e Problemas Contemporâneos. 1ed. Anais eletrônicos [...]. São Raimundo Nonato: UNIVASF, 2021, v. 3, p. 58-69. Disponível em: https://portais.univasf.edu.br/pparque/publicacoes/arquivos-1/arqueologia-e-patrimonio-volume-3.pdf. Acesso em: 08 ago. 2023. Em: MARTINS, T.; AMARAL, A. OBJETOS DE MEMÓRIA: ANÁLISE DA COLEÇÃO DA “DONA VANI” E “SEU VALDOMIRO” ATRAVÉS DA PERSPECTIVA DA ARQUEOLOGIA PÚBLICA. <i>In</i>: I SAPA - Simpósio de Arqueologia e Patrimônio. Anais eletrônicos [...]. São Raimundo Nonato: UNIVASF, p. 109-110, 2019. Disponível em: https://portais.univasf.edu.br/pparque/publicacoes/arquivos-1/sapa_livro-de-resumos.pdf. Acesso em: 09 ago. 2023. E citado em: MAGESTE, L. AMARAL, A. As Arqueologias Afetivas na produção discente da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF): desdobramentos históricos e interfaces teóricas na construção da Arqueologia no Sudeste e Sudoeste do Piauí. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum., Belém, v. 17, n. 2, p. 1-46, 2022. DOI: https://doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2020-0115. Disponível em: https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/FnyCNmj8yhJgzJL9fhH5bhM/. Acesso em: 07 ago. 2023. Em: MAGESTE, L.; AMARAL, A.; SANTOS, M. Reflexões iniciais sobre as Arqueologias da Universidade Federal do Vale do São Francisco. <i>In</i>: Arqueologia e Patrimônio - Volume III: Transdisciplinaridades, Patrimônios e Problemas Contemporâneos. 1ed. Anais eletrônicos [...]. São Raimundo Nonato: UNIVASF, 2021, v. 3, p. 133-160. Disponível em: https://portais.univasf.edu.br/pparque/publicacoes/arquivos-1/arqueologia-e-patrimonio-volume-3.pdf. Acesso em: 08 ago. 2023. E em: CASTRO, M.; COSTA, R. As Narrativas Acerca do Aldeamento São João de Sendé (1765-1786): Historiografia, Tradição Oral e Arqueologia. FUMDHAMentos (2022), v. XIX, n. 2. p. 87-115. Disponível em: http://fumdham.org.br/cpt_revistas/fumdhamentos-xix-2022-n2/. Acesso em: 08 ago. 2023.
PRÁTICA SOCIAL	O autor apresenta um posicionamento político próprio de uma Arqueologia de fato indisciplinada, pois não se utiliza de metodologias convencionais academicamente, como entrevista ou História Oral, para acessar os seus "colaboradores", mas os coloca como coautores do trabalho. E contribui para a manutenção e valorização da memória dessas pessoas sobre os seus objetos afetivos.

TÍTULO	ARQUEOLOGIA PÚBLICA, MEMÓRIA E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EM UM TERRITÓRIO QUILOMBOLA: Estudo de Caso da Roda de São Gonçalo na Comunidade Lagoa das Emas, São Raimundo Nonato - PI
ANO	2017
AUTORIA	Vanderleia Lima da Silva
TEXTO	Os termos Social e Sociedade aparecem ao todo 12 vezes. Comunidade , 129 vezes, em razão de tratar sobre uma comunidade específica. Entrevista , 13 vezes. Arqueologia Pública , 21 vezes. Etnografia e seus derivativos, 16 vezes. Memória , 16 vezes. Afeto e Afetividade , 8 vezes.
PRÁTICA DISCURSIVA	O local do estudo é o município de São Raimundo Nonato - PI. O trabalho foi apresentado em: SILVA V.; AMARAL, A. LAGOA DAS EMAS, MANIFESTAÇÃO CULTURAL RODA DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE. <i>In</i>: IV Semana Internacional de Arqueologia. Anais. São Paulo: MAE/USP, 2015. SILVA, V.; AMARAL, A. Manifestação Cultural da Roda de São Gonçalo do Amarante na Lagoa das Emas. <i>In</i>: V Exposição e IV Ciclo de Palestra do Projeto Escavando História: São Raimundo Nonato além dos cem anos. Anais. São Raimundo Nonato: UNIVASF, 2016. SILVA, V.; AMARAL, A. LAGOA DAS EMAS, MANIFESTAÇÃO CULTURAL RODA DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE. <i>In</i>: IV ENCONTRO DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA - REGIÃO NORDESTE (IV SAB-NE). Anais. Fortaleza: UFC, 2016. SILVA, V.; AMARAL, A. Inventariando a Roda de São Gonçalo: cultura material e saberes na comunidade quilombola Lagoa das Emas, Piauí. <i>In</i>: V Reunião da Sociedade de Arqueologia Brasileira - Região Nordeste (V SABNE). Anais. Salvador: UFRB, 2018.

	SILVA, V.; AMARAL, A. UMA FESTA PARA O SANTO DE AMARANTE EM UM QUILOMBO DO PIAUÍ: A RODA DE SÃO GONÇALO EM LAGOA DAS EMAS. <i>In: Arqueologia e Patrimônio - Volume III: Transdisciplinaridades, Patrimônios e Problemas Contemporâneos</i>. 1ed. Anais eletrônicos [...]. São Raimundo Nonato: UNIVASF, 2021, v. 3, p. 44-57. Disponível em: https://portais.univasf.edu.br/pparque/publicacoes/arquivos-1/arqueologia-e-patrimonio-volume-3.pdf. Acesso em: 08 ago. 2023. SILVA, V. AMARAL, A. UMA FESTA PRO SANTO DE AMARANTE NUM QUILOMBO DO PIAUÍ: A RODA DE SÃO GONÇALO NA COMUNIDADE LAGOA DAS EMAS, PIAUÍ-BRASIL. <i>In: I SAPA - Simpósio de Arqueologia e Patrimônio</i>. Anais eletrônicos [...]. São Raimundo Nonato: UNIVASF, p. 110, 2019. Disponível em: https://portais.univasf.edu.br/pparque/publicacoes/arquivos-1/sapa_livro-de-resumos.pdf. Acesso em: 09 ago. 2023. Foi publicado em: SILVA, V.; AMARAL, A. Uma Festa para o Santo de Amarante em um Quilombo do Piauí: A Roda de São Gonçalo em Lagoa das Emas. Revista Noctua – Arqueologia e Patrimônio, v. 1, p. 22-37, 2018. DOI: https://doi.org/10.26892/noctua.v1i3p22-37. Disponível em: https://www.fundacaoparanabuc.org.br/arquivo/bc367_AlencarAmaral2018-1.pdf. Acesso em: 10 ago. 2023. Foi citado em: MAGESTE, L.; AMARAL, A.; SANTOS, M. Reflexões iniciais sobre as Arqueologias da Universidade Federal do Vale do São Francisco. <i>In: Arqueologia e Patrimônio - Volume III: Transdisciplinaridades, Patrimônios e Problemas Contemporâneos</i>. 1ed. Anais eletrônicos [...]. São Raimundo Nonato: UNIVASF, 2021, v. 3, p. 133-160. Disponível em: https://portais.univasf.edu.br/pparque/publicacoes/arquivos-1/arqueologia-e-patrimonio-volume-3.pdf. Acesso em: 08 ago. 2023. Em: MAGESTE, L. AMARAL, A. As Arqueologias Afetivas na produção discente da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF): desdobramentos históricos e interfaces teóricas na construção da Arqueologia no Sudeste e Sudoeste do Piauí. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum., Belém, v. 17, n. 2, p. 1-46, 2022. DOI: https://doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2020-0115. Disponível em: https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/FnyCNmj8yhJgzJL9fhH5bhM/. Acesso em: 07 ago. 2023. E em: MOURA, A. COMUNIDADE QUILOMBOLA LAGOA DAS EMAS: Educação e Patrimônio no Território de Lagoas. Monografia (Graduação em Arqueologia) - Universidade Federal do Vale do São Francisco, São Raimundo Nonato, 2020.
PRÁTICA SOCIAL	O objeto de estudo e os conceitos utilizados remetem à uma prática arqueológica social e indisciplinada, pois trata-se de um trabalho sobre e para a comunidade, à medida que contribui para o reconhecimento de uma comunidade quilombola e para a valorização de sua cultura e identidade étnica.

TÍTULO	ARQUEOLOGIA, PATRIMÔNIO CULTURAL E MEMÓRIA SOCIAL: A Indumentária Junina da Quadrilha Arraiá Brilho do Sol, São Raimundo Nonato- PI
ANO	2021
AUTORIA	Wélder Marques da Silva
TEXTO	Os termos Comunidade, Sociedade e Social aparecem ao todo 54 vezes. Memória, 58 vezes. Identidade, 12 vezes. Entrevista, 30 vezes.
PRÁTICA DISCURSIVA	O local do estudo é o município de São Raimundo Nonato - PI. O trabalho foi citado em: SILVA, A.; MAGESTE, L. Conexões Entre Cultura Material E Memória Social no Semiárido Piauiense: A Indumentária dos Vaqueiros da Comunidade de Queimadinha, Município de São Raimundo Nonato-PI. FUMDHAMentos (2022), vol. XIX, n. 2. p. 17-39. Disponível em: http://fumdham.org.br/wp-content/uploads/2023/05/fumdham-fumdhamentos-xix-2022-n-2-941275.pdf . Acesso em: 10 ago. 2023.
PRÁTICA SOCIAL	O objeto de estudo e os conceitos utilizados remetem à uma prática arqueológica social e indisciplinada, à medida que o autor, que também faz parte da comunidade pesquisada, contribui para o fortalecimento e valorização da cultura material e imaterial relacionada à uma determinada manifestação cultural.

TÍTULO	MARCOS PAISAGÍSTICOS DA CIDADE DE SÃO RAIMUNDO NONATO – PI
ANO	2016
AUTORIA	Wuendell de Negreiros Ribeiro

TEXTO	O termo Social aparece 50 vezes no texto. Sociedade e Comunidade , 19 vezes. Memória , 81 vezes. Identidade , 57 vezes. Pertencimento , 9 vezes. Oralidade e História Oral , 17 vezes. Entrevista , 14 vezes. Afetivo e seus derivativos, 9 vezes.
PRÁTICA DISCURSIVA	O local do estudo é o município de São Raimundo Nonato - PI. O trabalho foi citado em: MAGESTE, L.; AMARAL, A.; SANTOS, M. Reflexões iniciais sobre as Arqueologias da Universidade Federal do Vale do São Francisco. <i>In</i> : Arqueologia e Patrimônio - Volume III: Transdisciplinaridades, Patrimônios e Problemas Contemporâneos. 1ed. Anais eletrônicos [...] . São Raimundo Nonato: UNIVASF, 2021, v. 3, p. 133-160. Disponível em: https://portais.univasf.edu.br/pparque/publicacoes/arquivos-1/arqueologia-e-patrimonio-volume-3.pdf . Acesso em: 08 ago. 2023.
PRÁTICA SOCIAL	Os conceitos utilizados remetem à uma prática arqueológica social e indisciplinada, à medida que contribui para o reconhecimento e valorização da cultura de uma determinada comunidade.

APÊNDICE F – ADC DA UFPI

TÍTULO	A ESPACIALIDADE DO MUSEU DE ARQUEOLOGIA E PALEONTOLOGIA DA UFPI E SUA IMPORTÂNCIA PARA CONSTRUÇÃO DO SABER ARQUEOLÓGICO
ANO	2018
AUTORIA	Rafaela Alexandre David Silva/Orientadora: Maria do Amparo Alves de Carvalho
TEXTO	O termo Social aparece 14 vezes. Sociedade , 30 vezes. Comunidade , 16 vezes. Memória , 12 vezes. Entrevista , 23 vezes. Educação Patrimonial , 42 vezes.
PRÁTICA DISCURSIVA	O local do estudo é município de Teresina - PI. Não foram encontradas citações ao trabalho nem formas de divulgação da pesquisa.
PRÁTICA SOCIAL	Apesar de utilizar conceitos próprios de uma Arqueologia Social e Indisciplinada, não há uma contribuição social.

TÍTULO	A PRÁTICA DO TORÉM E SUA RELAÇÃO COM OS ESPAÇOS ANCESTRAIS ENTRE OS TREMEMBÉS DE ALMOFALA - CE
ANO	2014
AUTORIA	Pedro Igor de Carvalho/Orientadora: Jóina Freitas Borges
TEXTO	Os termos Social , Sociedade e Comunidade aparecem ao todo 24 vezes. Identidade , 12 vezes. Memória , 8 vezes. Etnicidade e seus derivativos aparecem 6 vezes.
PRÁTICA DISCURSIVA	O trabalho foi feito no formato de artigo científico. O local do estudo é o município de Itarema - CE. Não foram encontradas citações ao trabalho nem formas de divulgação da pesquisa.
PRÁTICA SOCIAL	O objeto de estudo e os conceitos utilizados remetem à uma prática arqueológica social e indisciplinada, pois trata-se de um trabalho sobre e para a comunidade, à medida que contribui para o fortalecimento e valorização da cultura de uma determinada comunidade indígena.

TÍTULO	A SOCIALIZAÇÃO DO CONHECIMENTO ARQUEOLÓGICO COMO FERRAMENTA DIDÁTICA NOS NÍVEIS FUNDAMENTAL E MÉDIO: Uma Análise das Ações Educativas do Projeto Planalto Piauí
ANO	2014
AUTORIA	Virginia Marques da Silva Neta/Orientador: Abrahão Sanderson Nunes Fernandes da Silva
TEXTO	O termo Sociedade aparece 13 vezes. Comunidade , 37 . Identidade , 11 vezes. Memória , 15 vezes. Educação Patrimonial , 55 vezes.
PRÁTICA DISCURSIVA	Os municípios piauienses abrangidos pelo trabalho são: Paulistana , Betânia do Piauí , Curral Novo do Piauí e Simões . O trabalho foi apresentado em: NETA, V.; A.; SILVA, A. A socialização do conhecimento arqueológico como ferramenta didática nos níveis fundamental e médio. In: VII Workshop Arqueológico de Xingó, II Ciclo Internacional de Simpósios Temáticos e II Reunião da SAB - Núcleo Regional Nordeste, São Cristovão/Laranjeiras-SE, 2012. Em: NETA, V.; SILVA, A. Arqueologia na Escola: ações de Educação Patrimonial em Escolas Públicas Estaduais na área de influência do Projeto Planalto Piauí. In: XVII Congresso da SAB. Anais eletrônicos [...]. UFS: Aracaju, p. 90, 2013. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/7_1%20Arqueologia%20sem%20fronteira%20%C3%A9%20tema%20de%20congresso%20em%20Sergipe-.pdf . Acesso em: 14 ago. 2023.
PRÁTICA SOCIAL	O objeto de estudo e os conceitos utilizados remetem à uma prática arqueológica social e indisciplinada, pois trata-se de um trabalho sobre e para a comunidade, à medida que contribui através de uma Educação Patrimonial crítica para o reconhecimento e valorização da cultura de uma determinada comunidade.

TÍTULO	ARQUEOLOGIA, HISTÓRIA E LUTA: Os Tremembés, seus sítios arqueológicos, seus antepassados e sua terra
---------------	--

ANO	2013
AUTORIA	Francisca Regina Marques Passos/Orientadora: Jóina Freitas Borges
TEXTO	Os termos Social e Sociedade aparecem ao todo 19 vezes. Comunidade , 58 vezes. O termo Etnia e seus derivativos aparecem 20 vezes. Identidade , 11 vezes. Entrevista , 20 vezes. Memória , 23 vezes.
PRÁTICA DISCURSIVA	O local do estudo é o município de Itarema - CE. O trabalho foi citado em: VILELA, L. “Do tempo dos antigos” aos Tremembés de Almofala : Territorialização indígena e patrimônio arqueológico Tremembé – Almofala – Ceará. Monografia (Graduação em Arqueologia) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2016.
PRÁTICA SOCIAL	O objeto de estudo e os conceitos utilizados remetem à uma prática arqueológica social e indisciplinada, pois trata-se de um trabalho sobre e para a comunidade, à medida que contribui para o fortalecimento e valorização da cultura de uma determinada comunidade indígena.

TÍTULO	CANHUNGÁ MADURECÊ: O Mocororó como parte da tradição e identidade dos Tremembés de Almofala – Ceará.
ANO	2017
AUTORIA	Susany Hellen de Sousa Gomes/Orientadora: Jóina Freitas Borges
TEXTO	O termo Indisciplina aparece 5 vezes. Arqueologia Colaborativa , 6 vezes. Etnicidade e seus derivativos, 7 vezes. Os termos Social e Sociedade aparecem ao todo 17 vezes. Comunidade , 35 vezes. Identidade , 15 vezes. Oralidade e História Oral , 8 vezes. Entrevista , 18 vezes. Memória , 27 vezes.
PRÁTICA DISCURSIVA	O local do estudo é o município de Itarema - CE. Não foram encontradas citações ao trabalho nem formas de divulgação da pesquisa.
PRÁTICA SOCIAL	O objeto de estudo e os conceitos utilizados remetem à uma prática arqueológica social e indisciplinada, pois trata-se de um trabalho sobre e para a comunidade, à medida que contribui para o fortalecimento e valorização da cultura de uma determinada comunidade indígena.

TÍTULO	CONTEÚDOS DE ARQUEOLOGIA PÚBLICA OU EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM PROJETOS ARQUEOLÓGICOS NO ESTADO DO PIAUÍ (2008 – 2014): uma perspectiva sobre a interação social e a preservação de recursos arqueológicos
ANO	2014
AUTORIA	Laize Carvalho de Sousa/Orientador: Abrahão Sanderson Nunes Fernandes da Silva
TEXTO	O termo Social aparece 31 vezes. Sociedade , 26 vezes. Comunidade , 31 vezes. Arqueologia Pública , 74 vezes. Educação Patrimonial , 35 vezes. Identidade , 14 vezes. Memória , 12 vezes.
PRÁTICA DISCURSIVA	O local de estudo é o estado do Piauí . O trabalho foi feito no formato de artigo científico e publicado em: SOUSA, L.; SILVA, A. S. Arqueologia pública: um olhar sobre a interação social e a preservação de recursos arqueológicos no estado do Piauí. Revista Arqueologia Pública , Campinas, SP, v. 11, n. 1[18], p. 67–86, 2017. DOI: 10.20396/rap.v11i1.8646080. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8646080 . Acesso em: 14 ago. 2023. E em: SOUSA, L. Arqueologia Pública e sua práxis social: uma contribuição necessária para a preservação de recursos arqueológicos e interação social. Cadernos do Lepaarq , Pelotas, v. 15, n. 30, p. 80-97, 2018. DOI: https://doi.org/10.15210/lepaarq.v15i30.13214 . Disponível em: https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/lepaarq/article/view/13214 . Acesso em: 14 ago. 2023.
PRÁTICA SOCIAL	Os conceitos e o objeto de estudo remetem à uma Arqueologia Social e Indisciplinada, contudo não há a inserção da sociedade na pesquisa.

TÍTULO	REFLETINDO ARQUEOLOGIA: Em busca de uma relação descolonizante com a Comunidade Indígena Tremembé de Almofala (CE)/ "É um sítio mesmo": arqueologia, apropriações e ressignificações do patrimônio arqueológico entre os Tremembés de Almofala - CE.
ANO	2016
AUTORIA	Tailine Rodrigues Valério da Silva/Orientadora: Jóina Freitas Borges
TEXTO	O termo Social aparece 42 vezes. Sociedade , 22 vezes. Comunidade , 137 vezes. Etnicidade e seus derivativos, 14 vezes. Identidade , 74 vezes. Memória , 44 vezes. Descolonial e seus derivativos, 14 vezes. Indisciplina e seus derivativos, 11 vezes. Arqueologia Comunitária , 11 vezes. Simetria e seus derivativos, 34 vezes. Violência Epistêmica , 5 vezes.
PRÁTICA DISCURSIVA	O local de estudo é o município de Itarema - CE. O trabalho foi citado em: GOMES, S. CANHUNGÁ MADURECÊ : O Mocaroró como parte da tradição e identidade dos Tremembés de Almofala – Ceará. Monografia (Graduação em Arqueologia) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2017. E em: BORGES, J.; SANTOS, S.; SANTOS, J. Das taperas dos índios antigos aos sítios : apropriações do patrimônio arqueológico entre os Tremembés de Almofala (Ceará). In: CAMPOS, J.; RODRIGUES, M.; FUNARI, P. (Org.). A multivocalidade da arqueologia pública no Brasil: comunidades, práticas e direito. Criciúma, SC: UNESC, 2017. Cap. 2. DOI: http://dx.doi.org/10.18616/arq02 . Disponível em: http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/5479/1/CAP02.pdf . Acesso em: 16 ago. 2023.
PRÁTICA SOCIAL	O objeto de estudo e os conceitos utilizados remetem à uma prática arqueológica social e indisciplinada, pois trata-se de um trabalho sobre e para a comunidade, à medida que contribui para o fortalecimento e valorização da cultura de uma determinada comunidade indígena. Além disso, a autora se utilizou de uma autocrítica descolonial para refletir sobre a própria pesquisa e sobre a prática arqueológica em comunidades.

TÍTULO	“DO TEMPO DOS ANTIGOS” AOS TREMEMBÉS DE ALMOFALA: Territorialização indígena e patrimônio arqueológico Tremembé – Almofala – Ceará
ANO	2016
AUTORIA	Ludiane das Chagas Vilela/Orientadora: Jóina Freitas Borges
TEXTO	O termo Social aparece 17 vezes. Sociedade , 17 vezes. Comunidade , 73 vezes. Etnia e seus derivativos, 13 vezes. Memória , 63 vezes. Identidade , 41 vezes. Pertencimento , 13 vezes. Entrevista , 12 vezes. Colaborativo e seus derivativos, 8 vezes. Arqueologia Pública , 6 vezes.
PRÁTICA DISCURSIVA	O local de estudo é o município de Itarema - CE. O trabalho foi citado em: BORGES, J.; SANTOS, S.; SANTOS, J. Das taperas dos índios antigos aos sítios : apropriações do patrimônio arqueológico entre os Tremembés de Almofala (Ceará). In: CAMPOS, J.; RODRIGUES, M.; FUNARI, P. (Org.). A multivocalidade da arqueologia pública no Brasil: comunidades, práticas e direito. Criciúma, SC: UNESC, 2017. Cap. 2. DOI: http://dx.doi.org/10.18616/arq02 . Disponível em: http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/5479/1/CAP02.pdf . Acesso em: 16 ago. 2023. Foi apresentado em: 6ª Reunião da Sociedade de Arqueologia Brasileira - SAB SUDESTE. "Do tempo dos antigos" aos Tremembés de Almofala (CE): Território e Patrimônio Arqueológico Indígena. 2016. (Outra).
PRÁTICA SOCIAL	O objeto de estudo e os conceitos utilizados remetem à uma prática arqueológica social e indisciplinada, pois trata-se de um trabalho sobre e para a comunidade, à medida que contribui para o fortalecimento e valorização da cultura de uma determinada comunidade indígena.

TÍTULO	IGREJA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE ALMOFALA – CE: Uma abordagem política sobre o patrimônio Tremembé
ANO	2015
AUTORIA	Shirley Sousa Martins/Orientadora: Jóina Freitas Borges
TEXTO	O termo Social aparece 25 vezes. Sociedade , 21 vezes. Comunidade , 9 vezes. Identidade , 45 vezes. Memória , 34 vezes. Etnografia e seus derivativos, 10 vezes.

PRÁTICA DISCURSIVA	O local de estudo é o município de Itarema - CE. O trabalho foi citado em: VILELA, L. “Do tempo dos antigos” aos Tremembés de Almofala : Territorialização indígena e patrimônio arqueológico Tremembé – Almofala – Ceará. Monografia (Graduação em Arqueologia) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2016.
PRÁTICA SOCIAL	O objeto de estudo e os conceitos utilizados remetem à uma prática arqueológica social e indisciplinada, pois trata-se de um trabalho sobre e para a comunidade, à medida que contribui para o fortalecimento e valorização da cultura de uma determinada comunidade indígena.

TÍTULO	MEMÓRIAS MATERIALIZADAS NO REISADO DE CARETAS, NA CIDADE DE BOA HORA – PI
ANO	2019
AUTORIA	Caio Clévio Carvalho Rocha/Orientadora: Jóina Freitas Borges
TEXTO	Os termos Social e Sociedade aparecem ao todo 23 vezes. Comunidade , 17 vezes. Identidade , 8 vezes. Memória , 57 vezes. Entrevista , 20 vezes.
PRÁTICA DISCURSIVA	O local de estudo é o município de Boa Hora - PI. Não foram encontradas formas de divulgação nem citações ao trabalho.
PRÁTICA SOCIAL	O objeto de estudo e os conceitos utilizados remetem à uma prática arqueológica social e indisciplinada, pois trata-se de um trabalho sobre e para a comunidade, à medida que contribui para o reconhecimento e valorização da cultura de uma determinada comunidade.

TÍTULO	EXTROVERSÃO DOS SABERES: Sítio Histórico Curral Queimado
ANO	2014
AUTORIA	Samara Raquel dos Santos Nascimento/Orientadora: Márcia Ferreira Netto
TEXTO	Os termos Comunidade , Social e Sociedade aparecem ao todo 26 vezes. Identidade , 7 vezes. Memória , 21 vezes. Arqueologia Pública , 3 vezes. Extroversão , 13 vezes.
PRÁTICA DISCURSIVA	A monografia foi publicada no formato de artigo científico. O local do estudo é o município de Bertolândia - PI. Não foram encontradas formas de divulgação nem citações ao trabalho.
PRÁTICA SOCIAL	O objeto de estudo e os conceitos utilizados remetem à uma prática arqueológica social e indisciplinada, pois trata-se de um trabalho sobre e para a comunidade, à medida que contribui através da extroversão do patrimônio arqueológico para o reconhecimento e valorização da cultura de uma determinada comunidade.

TÍTULO	MUSEU DE ARQUEOLOGIA E PALEONTOLOGIA MAP- UFPI COMO LUGAR DE EDUCAÇÃO CULTURAL
ANO	2018
AUTORIA	Luis Felipe do Nascimento Gomes da Silva/Orientadora: Jóina Freitas Borges
TEXTO	O termo Social aparece 12 vezes. Sociedade , 34 vezes. Comunidade , 26 vezes. Memória , 11 vezes. Educação Patrimonial , 35 vezes. Arqueologia Pública , 22 vezes. Entrevista , 10 vezes.
PRÁTICA DISCURSIVA	O local do estudo é o município de Teresina - PI. Não foram encontradas formas de divulgação nem citações ao trabalho.
PRÁTICA SOCIAL	O objeto de estudo e os conceitos utilizados remetem à uma prática arqueológica social e indisciplinada, pois trata-se de um trabalho sobre e para a comunidade, à medida que contribui através da Educação Patrimonial para o reconhecimento e valorização da cultura de uma determinada comunidade.

TÍTULO	PATRIMÔNIO CULTURAL E MUSEU NA COMUNIDADE INDÍGENA NAZARÉ DE LAGOA DE SÃO FRANCISCO - PI
ANO	2018
AUTORIA	Pedro Victor Da Silva Queiroz/Orientadora: Jóina Freitas Borges
TEXTO	Os termos Social e Sociedade aparecem ao todo 8 vezes. Comunidade , 170 vezes. Memória , 27 vezes. Entrevista , 7 vezes. Identidade , 5 vezes.
PRÁTICA DISCURSIVA	O local do estudo é o município de Lagoa de São Francisco - PI. Não foram encontradas formas de divulgação nem citações ao trabalho.
PRÁTICA SOCIAL	O objeto de estudo e os conceitos utilizados remetem à uma prática arqueológica social e indisciplinada, pois trata-se de um trabalho sobre e para a comunidade, à medida que contribui para o reconhecimento e valorização da cultura de uma determinada comunidade indígena.

TÍTULO	PROPOSTA DE ELABORAÇÃO DE UMA ROTA TURÍSTICA PARA CANA BRAVA, BURITI DOS MONTES – PIAUÍ BRASIL
ANO	2019
AUTORIA	Ana Maria Almeida de Carvalho/Orientadora: Ana Luisa Meneses Lage do Nascimento
TEXTO	Os termos Social e Sociedade aparecem ao todo 15 vezes. Comunidade , 41 vezes. Turismo Comunitário , 8 vezes. Turismo de Base Comunitária , 19 vezes.
PRÁTICA DISCURSIVA	O local do estudo é o município de Buriti dos Montes - PI. Não foram encontradas formas de divulgação nem citações ao trabalho.
PRÁTICA SOCIAL	O objeto de estudo e os conceitos utilizados remetem à uma prática arqueológica social e indisciplinada, pois trata-se de um trabalho sobre e para a comunidade, à medida que contribui através do Turismo de Base Comunitária para o reconhecimento e valorização da cultura de uma determinada comunidade.

TÍTULO	REPATRIAMENTO DE BENS ARQUEOLÓGICOS
ANO	2014
AUTORIA	Jeane Maria Aparecida de Sousa/Orientador: Abrahão Sanderson Nunes Fernandes da Silva
TEXTO	O termo Comunidade aparece 25 vezes. Identidade , 4 vezes.
PRÁTICA DISCURSIVA	O trabalho foi feito no formato de artigo científico. Não foram encontradas formas de divulgação nem citações ao trabalho.
PRÁTICA SOCIAL	Apesar de usar apenas dois termos relacionados às Arqueologias Sociais e Indisciplinadas, o trabalho contribui para a sociedade ao discutir criticamente a questão do repatriamento de bens arqueológicos.

TÍTULO	SOCIALIZAÇÃO DO TRABALHO ARQUEOLÓGICO ATRAVÉS DE AÇÕES DA ARQUEOLOGIA PÚBLICA NA LAGOA DO PORTINHO-PIAUÍ
ANO	2014
AUTORIA	Héverton Gonzaga Sousa/Orientadora: Jacionira Coêlho Silva
TEXTO	Os termos Comunidade , Social e Sociedade aparecem ao todo 20 vezes. Arqueologia Pública , 10 vezes. Educação Patrimonial , 7 vezes.
PRÁTICA DISCURSIVA	O local do estudo é o município de Parnaíba - PI. O trabalho foi feito no formato de artigo científico. Não foram encontradas formas de divulgação nem citações ao trabalho.
PRÁTICA SOCIAL	O objeto de estudo e os conceitos utilizados remetem à uma prática arqueológica social e indisciplinada, pois trata-se de um trabalho sobre e para a comunidade, à medida que contribui através da Arqueologia Pública para o reconhecimento e valorização da cultura de uma determinada comunidade.

TÍTULO	PATRIMÔNIO COMO INSTRUMENTO DE LUTA: Museu Comunitário da Boa Esperança
ANO	2019

AUTORIA	Andressa Paôlla dos Santos Mata/Orientadora: Jóina Freitas Borges
TEXTO	O termo Comunidade aparece 172 vezes. Social , 36 vezes. Sociedade , 24 vezes. Identidade , 21 vezes. Memória , 32 vezes. Entrevista , 13 vezes. Colonialidade , 15 vezes. Os termos Decolonial e Arqueologia Comunitária e Colaborativa só aparecem uma vez cada no resumo do trabalho.
PRÁTICA DISCURSIVA	O local do estudo é o município de Teresina - PI. Não foram encontradas formas de divulgação nem citações ao trabalho.
PRÁTICA SOCIAL	O objeto de estudo e os conceitos utilizados remetem à uma prática arqueológica social e indisciplinada, pois trata-se de um trabalho sobre e para a comunidade, à medida que contribui para o reconhecimento e valorização da cultura de uma determinada comunidade.

TÍTULO	UMA ARQUEOLOGIA NOSSA: A informação oral na construção da memória e do patrimônio cultural – uma visão do Seu Estevão e os sítios da Tapera (Itarema – Ceará)
ANO	2014
AUTORIA	Isadora Gillian Teles de Melo Gallas/Orientadora: Jóina Freitas Borges
TEXTO	Os termos Sociedade e Social aparecem ao todo 27 vezes. Comunidade , 30 vezes. Memória , 28 vezes. Identidade , 13 vezes. Entrevista , 9 vezes.
PRÁTICA DISCURSIVA	O local do estudo é o município de Itarema - CE. O trabalho foi feito no formato de artigo científico. Não foram encontradas formas de divulgação nem citações ao trabalho.
PRÁTICA SOCIAL	O objeto de estudo e os conceitos utilizados remetem à uma prática arqueológica social e indisciplinada, pois trata-se de um trabalho sobre e para a comunidade, à medida que contribui para o reconhecimento e valorização da cultura de uma determinada comunidade indígena.

TÍTULO	VENTURAS E DESVENTURAS: Proposta de Sítio Escola no Parque Nacional de Sete Cidades (Piauí – Brasil)
ANO	2017
AUTORIA	Alírio Rodrigues Simião Neto/Orientadora: Ana Luisa Meneses Lage do Nascimento
TEXTO	Os termos Social e Sociedade aparecem ao todo 15 vezes. Comunidade , 31 vezes. Arqueologia Pública , 25 vezes. Educação Patrimonial , 16 vezes.
PRÁTICA DISCURSIVA	O local do estudo é o município de Piracuruca - PI. Não foram encontradas formas de divulgação nem citações ao trabalho.
PRÁTICA SOCIAL	O objeto de estudo e os conceitos utilizados remetem à uma prática arqueológica social e indisciplinada, pois trata-se de um trabalho sobre e para a comunidade, à medida que contribui através da Arqueologia Pública e da Educação Patrimonial para o reconhecimento e valorização da cultura de uma determinada comunidade.